

SUSANNE DOROTHEA WALKER

O GÊNERO *NOTÍCIA* NO LIVRO DIDÁTICO DE PORTUGUÊS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto de Castro

**CURITIBA
2006**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 O LIVRO DIDÁTICO	16
1.1 OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS.....	20
1.2 O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO.....	21
1.3 A TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA.....	23
1.4 O LIVRO DIDÁTICO DE PORTUGUÊS.....	28
1.5 A CONCEPÇÃO DE LÍNGUA.....	30
2 A NOTÍCIA	38
2.1 AS CARACTERÍSTICAS DA MÍDIA	38
2.2 OS PECADOS CAPITAIS DA IMPRENSA	44
2.3 AS CARACTERÍSTICAS DA NOTÍCIA	47
2.3.1 A objetividade.....	47
2.3.2 Os diferentes tipos de jornal.....	49
2.3.3 Os diferentes tipos de leitor	50
2.3.4 A escolha da pauta	50
2.3.5 A atualidade	51
2.3.6 A manchete	51
2.3.7 O lide	52
2.3.8 A autoria	53
2.3.9 A linguagem	54
2.3.10 As fontes	55
2.3.11 A imagem	55
2.3.12 A diagramação.....	56
3 ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS	58
3.1 Livro 01	58
3.2 Livro 02	68
3.3 Livro 03	76
3.4 Livro 04	85
3.5 Livro 05	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS.....	110
ANEXOS	114

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e a todos os seus integrantes pela oportunidade de realização da pesquisa e pelo apoio sensato em todos os momentos conturbados.

Ao meu orientador, sem o qual o caminho teria pedras demais e o fôlego para superá-las seria insuficiente.

A Ana Paula de Mello Peixoto, leitora e lingüista de olhos críticos e inquietos.

À Neida e Izolda, mestras apaixonadas e debatedoras incessantes de tudo aquilo que remete aos mistérios da linguagem.

A Suzete, Pedro e Giselli, que entenderam e respeitaram as dificuldades inerentes à dupla jornada de um emprego exigente e simultâneo ao mestrado.

A Janaína, ao Homero e a Alessandra, ávidos e corajosos marinheiros de segunda viagem nos mares turbulentos da linguagem.

A Carolina, Carol, Carolina bela
que com seus olhos fundos,
perguntava quando teria tempo pra ela

Ao Vallério, estímulo constante
a questionar meu desejo
de lutar contra dragões – inofensivos?
mas que ainda me assustam

A Marianne, Ernst, Jô e todos os frutos
valiosos exemplos de como é vital
estar presente mesmo à distância

Ao Edu e a todos aqueles amigos
que me levam a perscrutar
o insondável da vida

RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto os livros de português aprovados no 1º Programa Nacional do Livro Didático de Ensino Médio (PNLEM) e que se pautam pela exploração da leitura e produção de diferentes gêneros textuais. A análise dos livros se concentrou na investigação das diversas abordagens do gênero “notícia”, dada a crescente relevância dos textos de informação veiculados pelos meios de informação. Para tanto, era essencial entender o contexto de produção tanto do livro didático quanto da notícia, na sociedade contemporânea. A partir disso, chegou-se a uma definição abrangente e acurada do que os profissionais da comunicação (teóricos ou não) entendem pelo gênero. Em seguida, a notícia como atividade social foi confrontada à notícia como objeto de ensino. As reflexões do Círculo de Bakhtin sobre a linguagem e os gêneros textuais e da Escola de Genebra sobre o processo de transposição didática serviram de importante fundamentação. De modo geral, o trabalho proposto pelos livros didáticos não leva em conta o resgate das condições de produção e circulação da notícia, nem tampouco reflete sobre as estratégias empregadas para tornar o texto (aparentemente) objetivo e imparcial. Tanto o resgate quanto o reconhecimento das estratégias é essencial para a formação de um leitor proficiente no gênero em questão.

ABSTRACT

The present work is based on the research of five textbooks selected by the Ministry of Education and Culture to be adopted nationwide in Portuguese classes, at high school level. Our main intention is to compare the different text genre approaches of reading and writing teaching skills. The genre “news report” was chosen due to its increasing importance to modern society. Firstly, the main circumstances involved in the production of a news report and in the process of textbook production had to be fully understood. Secondly, a confrontation between a concrete news report (published by a newspaper) and the one presented by the textbook was performed. The whole investigation followed Bakhtin’s Circle approach of language and text genre. In general, the results pointed out that teaching materials and procedures showed in textbooks don’t take into account the context of production and the spread of news report. Furthermore, some important strategies that could give more credibility to the text were not observed. Both are of great importance to assure reading proficiency of the main journalistic genre, the news report.

INTRODUÇÃO

Um livro muda pelo fato de não mudar
enquanto o mundo muda.

Pierre Bourdieu

Não poucas vezes volto no tempo e vejo-me folheando meus livros didáticos em busca de textos que pudessem revelar um universo de múltiplos sentidos. Desde então, o interesse pelo trabalho com o livro didático me acompanha. No final da década de 80, já no curso de graduação em Letras, fiz uma pesquisa mais sistemática sobre a exploração do texto em livros da disciplina de português (LDP).

Já formada, passei a me confrontar com o uso do livro didático em sala, como professora de português, na busca de estimular os alunos a ampliarem sua leitura de mundo. De professora passei a coordenadora pedagógica da área de produção de texto e, mais uma vez, continuei a lidar cotidianamente com a análise de livros didáticos, função que desempenho até hoje.

Ao me preparar para o ingresso no mestrado, foi quase natural a escolha do livro didático de português (LDP) como meu objeto de pesquisa. Tendo experienciado várias mudanças na educação brasileira, com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a concepção e divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental e Médio, a instituição do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a reformulação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), interessou-me saber em que medida o LDP sofreu alterações.

Sem dúvida, esse interesse ainda era de caráter muito amplo para as contingências de uma dissertação de mestrado, na qual se exige um recorte delimitado com precisão e clareza. Por razões que explicarei mais adiante, cheguei à delimitação necessária: a abordagem feita pelo livro didático de português do Ensino Médio de um conteúdo específico: o gênero textual “notícia”.

Os resultados de uma abrangente pesquisa qualitativa intitulada “A circulação de textos na escola”, coordenada por docentes da USP e UNICAMP com apoio do CNPQ e da FAPESP, revelam que os livros didáticos continuam a ser uma peça fundamental do

trabalho pedagógico em sala de aula. A referida pesquisa se apoiou na observação sistemática de 1125 horas-aula em catorze escolas da rede estadual e municipal de São Paulo e em uma escola particular. Além disso, analisou questionários aplicados a mais de 1000 alunos dessas escolas.

Uma análise extensiva dos dados foi publicada em diversos volumes integrantes da coleção “Aprender e ensinar com textos”, coordenada por CHIAPPINI. Segundo ela, “uma das principais conclusões a que se chegou nos livros anteriores e nessas novas observações é que textos dos mais diversos gêneros e funções distintos, verbais ou não verbais, poéticos ou não, são trabalhados nas escolas observadas, segundo sugestões dos manuais didáticos” (2000).

Além disso, os manuais continuam a ser vistos como “o *livro* de Português, Ciências, História, Matemática etc. Neles está acumulado o conhecimento de cada uma daquelas áreas, cabendo ao aluno – muitas vezes ao próprio docente – apreendê-lo para *dominar* o assunto. A capacidade de responder aos exercícios – ou cadernos de atividades – postos no final de cada lição garante o aprendizado”. (CITELLI, 2001:33/4).

A pesquisa aponta, portanto, para a relevância do papel do livro didático na seleção e organização dos conhecimentos que circulam na sala de aula. Como co-responsável por um regime de produção e gestão dos saberes sociais, ele assume uma função essencial não só na determinação do currículo oficial, mas principalmente do currículo oculto, - isto é, da implementação do planejamento político-pedagógico de cada instituição educacional na esfera do cotidiano escolar.

Também no caso específico da Língua Portuguesa, o manual didático não é utilizado apenas como obra de apoio ao professor. Em linhas gerais, o professor utiliza-o sistematicamente durante o ano letivo. O uso efetivo pode variar muito: num extremo temos o professor que assume o papel de porta-voz do autor; no outro, aquele que trabalha com uma seleção limitada de páginas. De todo modo, o LD continua a desempenhar um papel vital no planejamento e execução da aula, seja no Ensino Fundamental ou Médio.

Além disso, convém ressaltar que “num país – como o Brasil – de parcimoniosa distribuição do livro, o manual didático é um dos poucos gêneros impressos com base

nos quais parcelas expressivas da população brasileira realizam uma primeira – e muitas vezes a principal – inserção na cultura escrita”. (BATISTA et. al., 2005:47)

Apesar dessa relevância para o trabalho pedagógico, ainda é incipiente a pesquisa acadêmica voltada para a análise das variadas facetas do LD. Uma revisão bibliográfica sobre o assunto comprova a pouca produtividade no que se refere à produção acadêmica recente, tanto nos departamentos de pós-graduação em Educação quanto nos de Lingüística Aplicada ao Ensino.

Por fim, cabe observar que as pesquisas existentes elegeram como recorte o segmento do Ensino Fundamental. O LD utilizado no Ensino Médio é de longe a realidade menos pesquisada, sem que para isso haja argumentos defensáveis do ponto de vista pedagógico.

Uma vez justificado o recorte quanto ao material de pesquisa, é importante falar sobre a escolha do gênero textual “notícia”. Por um lado, esse gênero é de uma importância indiscutível na sociedade contemporânea na medida em que constitui a matéria-prima do jornalismo. E bem sabemos o crédito elevado que damos à imprensa, principalmente à escrita¹.

Além disso, aquilo que é notícia (ou o que deixa de ser) define, para boa parte das pessoas, o que é (ou não) relevante socialmente: “A produção da notícia seria a construção de um tipo especial de realidade: a realidade pública. Os jornalistas, então, seriam, como de parte são todas as pessoas, construtores da realidade social de seu ambiente, mas eles dariam uma forma narrativa a essa realidade e, ao divulgá-la, a converteriam em uma realidade pública” (LIMA, 2006).

A sociedade da informação é uma realidade, queiramos ou não. ECO (1993:11) enfatiza que

O universo das comunicações de massa é - reconheçamo-lo ou não - o nosso universo; e se quisermos falar de valores, as condições objetivas das comunicações são aquelas fornecidas pela existência dos jornais, do rádio, da televisão, da música reproduzida e reproduzível, das

¹ Durante meus anos de experiência como professora do Ensino Médio também me chamou a atenção, reiteradas vezes, o valor de verdade conferido pelos alunos a muitas notícias publicadas pelos veículos de comunicação. Era comum utilizarem como “argumento de autoridade” o fato de que a notícia X ou Y havia sido publicada pela revista *Veja*, pelo jornal *Folha de São Paulo* ou por outro veículo que gozasse de credibilidade dos formadores de opinião.

novas formas de comunicação visual e auditiva. Ninguém foge a essas condições, nem mesmo o virtuoso, que, indignado com a natureza inumana desse universo da informação, transmite o seu protesto através dos canais de comunicação de massa, pelas colunas do grande diário, ou nas páginas do volume em *paperback*, impresso em linotipo e difundido nos quiosques, das estações.

Por outro lado, apesar da grande importância desse gênero, notei que, durante minha prática de ensino, uma parcela significativa de alunos desconhecia algumas características básicas da notícia. Isso me chamou atenção, pela primeira vez, quando trabalhei com um texto que contrastava a pauta de diversos noticiários brasileiros. Qual não foi minha surpresa, ao constatar que muitos alunos não percebiam as diferenças de pauta por meio da apresentação das manchetes.

Sobre essa questão, BARBOSA (2001:09) complementa o seguinte:

Nos dias de hoje, dificilmente um aluno, seja da rede pública ou privada, passa pelo ensino fundamental sem que tenha tido contato com jornal em sala de aula. Acontece que o tipo de trabalho feito, muitas vezes, limita-se à pesquisa de um dado assunto, à busca de determinadas notícias e à montagem muitas vezes forçada de um jornal da classe, sem que se reflita sobre os diferentes gêneros do discurso presentes no jornal e sem que se instrumentalize de fato os alunos para lê-los criticamente (...). Ora, tais práticas são incipientes, insuficientes e ineficazes e, isoladamente, não contribuem para a conquista da tão almejada criticidade.

Além disso, gostaria de lembrar o quanto a linguagem utilizada na produção de notícias pela imprensa cujo público-alvo é formado por leitores de bom padrão de renda e escolaridade tem servido de parâmetro para a norma padrão da escrita.

Existe uma linguagem padrão utilizada em textos jornalísticos e técnicos (como revistas semanais, jornais, livros didáticos e científicos), linguagem essa que apresenta uma grande uniformidade gramatical, e mesmo estilística, em todo o Brasil. Assim, seria difícil distinguir lingüísticamente o editorial de um jornal de Curitiba do de um jornal de Cuiabá ou São Luís. (PERINI, 1998:26)

Para compor o *corpus* da presente pesquisa, selecionei os livros do Ensino Médio aprovados na primeira edição do Programa Nacional do Ensino Médio (PNLEM/2005). Por se tratar de volumes únicos, serão usados ao longo de três anos (2005, 2006 e 2007). Em princípio, elaborei a seguinte listagem, que engloba todos os livros aprovados.

LÍNGUA PORTUGUESA

Editora	Código livro	Livro	Autor
Ibep — Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas Ltda.	919043	Língua Portuguesa	Heloísa Harue Takazaki
Editora do Brasil S/A	919041	Língua Portuguesa	Zuleika de Felice Murrie; Simone Gonçalves da Silva; Jeosafá Fernandez Gonçalves; Harry Vieira Lopes
Editora FTD S/A	919028	Novas Palavras — Português	Mauro Ferreira do Patrocínio; Severino Antônio Moreira Barbosa; Ricardo Silva Leite; Emília Amaral
Editora Scipione Ltda.	919034	Português — de olho no mundo do trabalho	José de Nicola Neto; Ernani Terra
Editora Moderna Ltda.	909030	Português — língua, literatura, produção de textos	Maria Luiza Marques Abaurre; Marcela Regina Nogueira Pontara; Tatiana Fadel
Editora Moderna Ltda.	919029	Português — literatura, gramática, produção de textos	Leila Lauer Sarmento; Douglas Tufano
Base Editora e Gerenciamento Pedagógico	919040	Português: língua e cultura	Carlos Alberto Faraco
Atual Editora / Saraiva Livres Editores S/A	919025	Português: linguagens	Thereza Anália Cochar Magalhães; William Roberto Cereja
Editora Scipione Ltda.	919036	Textos: leituras e escrita	Ulisses Infante

Porém, por uma questão de rigor metodológico² e de coerência no recorte, optei por analisar os livros que apresentam o gênero textual como objeto de estudo (uma orientação presente nas políticas públicas e na atual configuração da disciplina de Língua Portuguesa). De modo geral, os não selecionados seguem outros paradigmas, predominantes nas décadas de 70, 80 e (em parte) 90. Além de a língua ser vista como um sistema, esses livros se baseiam no ensino da gramática escolar normativa; da produção de textos (descritivos, narrativos e dissertativos) e da leitura como mera decodificação.

A listagem anterior foi, portanto, reduzida aos seguintes livros³ - identificados com os respectivos capítulos de análise.

Livro	Editora	Edição e ano	Autor	Capítulo
Português: linguagens	Atual Editora/ Saraiva Livrários Editores S/A	1ª edição; 2003	Thereza C.Magalhães; William R. Cereja	Capítulo 19: A notícia (p. 195 a 199)
Português: língua e cultura	Base Editora e Gerenciamento Pedagógico	1ª edição; 2003	Carlos Alberto Faraco	Capítulo 13: O jornal e a liberdade de imprensa (p.178 a 186); Capítulo 14: Texto informativo – a notícia (p.196 a 207)
Língua Portuguesa	Ibep	1ª edição; 2004	Heloísa Harue Takazaki	Capítulo 9: Imprensa (p.98 a 111)
Português — literatura, gramática, produção de textos	Editora Moderna Ltda.	1ª edição; 2004	Leila Lauer Sarmento; Douglas Tufano	Capítulo 50: Texto informativo (p. 397 a 400)
Língua Portuguesa	Editora do Brasil S/A	1ª edição; 2004	Zuleika de Felice Murrie et alli	Capítulo 26: É da hora! É do dia! (p. 697 a 720)

² A comparação entre livros de orientação pedagógica muito diversa é uma tarefa complexa e, muitas vezes, infrutífera.

³ Todos são de volume único, ou seja, cobrem as três séries do Ensino Médio.

Em linhas gerais, minha análise se fundamentou nas idéias sobre linguagem e interação defendidas pelo Círculo de Bakhtin. Considero tal concepção adequada para a compreensão dos fenômenos lingüísticos na medida em que não reduz a língua a um sistema abstrato de formas ou a um ato psicofisiológico individual, mas a concebe como fruto de uma interação verbal, tratando-na como instância eminentemente social. Ademais, essa mesma concepção influenciou a elaboração dos Planos Curriculares Nacionais, do Programa Nacional do Livro Didático e, como conseqüência, de parcela significativa dos livros didáticos de língua materna.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa seguiu uma orientação qualitativa⁴, apoiando-se principalmente na análise documental. A opção por esse tipo de análise apresenta certos riscos, como os alertados por BATISTA; ROJO (2005:40) ao identificarem que a maioria das dissertações e teses sobre o tema “livro didático” utiliza esse mesmo procedimento:

O uso intensivo e quase exclusivo da análise documental, sem o recurso a outros procedimentos de pesquisa, evidencia, ainda, a tendência em se abordar o livro mais como uma fonte de dados para o estudo de conteúdos e metodologia do que como um objeto complexo, que demanda, mesmo na análise dessa temática (análise de conteúdos e de metodologia de ensino), o recurso a outros dados.

Durante todo o processo de pesquisa estive consciente desse risco. Por um lado, o desenho dos atuais cursos de pós-graduação, especificamente no nível de mestrado, lança dificuldades para um trabalho com variadas tipologias de coleta de dados. A principal delas diz respeito ao prazo cada vez mais exíguo para conclusão da pesquisa.

Por outro lado, durante a análise dos livros didáticos levei em conta o fato de que foram editados em circunstâncias bem definidas (com vistas à concorrência no

⁴ Baseei-me na seguinte definição genérica formulada por GODOY:“(…) a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem empregar instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo as perspectivas dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.” (1995:58).

PNLEM) e se encontram inseridos num determinado contexto de políticas públicas (no qual os PCNs representam um papel influente). Assim, apesar de a prioridade analítica ter sido o livro como fonte de dados, houve um empenho constante em não perder de vista sua complexidade como objeto cultural.

Sem dúvida, teria sido igualmente interessante analisar como esses mesmos livros foram trabalhados no contexto de sala de aula. Afinal, apesar de essa materialidade apresentar-se de forma igual aos alunos, na medida em que todos recebem um exemplar da mesma edição, cada qual o lerá à sua maneira, ainda que os processos e resultados possam se assemelhar. O conhecimento de mundo de cada leitor e as estratégias que domina serão responsáveis por percursos de leitura que muitas vezes nem sequer foram imaginados pelos que conceberam o LD.

Além disso, há o papel fundamental do professor, que se apropria do material didático da forma que julgar conveniente, de acordo com sua formação e experiência, com a instituição na qual trabalha e seu público-alvo. Há vários percursos dentre os quais poderá optar: seguir à risca o encaminhamento proposto pelo livro (mas, ainda assim, o fará a seu modo); selecionar apenas alguns trechos; reformular exercícios; complementar com outro tipo de material ou, até mesmo, desprezar a íntegra do capítulo e criar um material próprio.

De qualquer modo, há uma materialidade posta no livro. E é a ela que voltei meus esforços de leitura e interpretação. A seleção de textos, os encaminhamentos de leitura e produção de texto, os conceitos apresentados etc. representam um papel prioritário no posterior uso do livro em sala. O livro como valor de verdade é uma instância que não pode ser desprezada.

É a partir do confronto com essa materialidade que se dará o processo de ensino-aprendizagem. Enfim, a análise do livro como um documento escrito e impresso que transmite conceitos e valores e não um meio “em transformação” quando do uso em sala (ou – por que não? – fora dela, em outros ambientes de estudo e leitura) foi uma opção também metodológica.

Há três questões⁵ essenciais, norteadoras de minha análise. A primeira diz respeito ao funcionamento social do gênero “notícia”. Interessa-me analisar em que medida o LDP consegue resgatar as relações que a notícia estabelece dentro da cultura de que participa.

Na medida do possível, o livro deve ser capaz de apresentar o gênero de forma contextualizada. Tanto o contexto mais imediato da enunciação quanto o que remete ao fenômeno da intertextualidade concorrem para a construção dos sentidos de uma notícia. Ou seja, para entendê-la como um texto produzido dentro de determinada esfera social é essencial levar em conta as interações e suas especificidades (o sujeito enunciador, o tempo, o espaço, os meios de produção, circulação e recepção etc).

Apesar de a segunda questão estar, de certa maneira, implicada na primeira, ela merece uma análise particular. Muito debatida no âmbito da prática e teoria do jornalismo, ela é central também para a lingüística que se ocupa do texto e do discurso: a linguagem da notícia é impessoal e objetiva? Estas características são inerentes ao texto de notícia? Ou a linguagem, em graus variados, há de sempre trazer determinadas marcas de autoria?

A terceira questão, também implicada na primeira, poderia ser sintetizada da seguinte forma: em que medida o LDP concebe a notícia como um gênero cuja forma é estabelecida *a priori*? Ou seja, o livro enfatiza a natureza sócio-histórica do gênero ou colabora “para a construção ou cristalização de uma visão normativa e prescritiva da questão, como se os gêneros determinassem regras que devem ser seguidas sempre” (BARBOSA, 2002:162)?

Uma vez que minha pesquisa se dá na confluência de três campos diversos (cultura escolar, mais especificamente o livro didático; linguagem e jornalismo) utilizei referenciais teóricos desses campos.

Na reflexão sobre o livro didático, baseei-me principalmente em coletâneas recentes de pesquisadores da área (DIONISIO e BEZERRA, 2003; VAL e MARCUSCHI, 2005; ROJO, 2002). Para embasar teoricamente a concepção de linguagem e de gêneros textuais utilizei determinados escritos do Círculo de Bakhtin

⁵ Embora priorizadas na análise, as três questões serão complementadas por várias outras.

que versam sobre os fenômenos lingüísticos e sobre os gêneros textuais (BAKHTIN [VOLOCHINOV], 2002; BAKHTIN, 1992).

Já ao tratar da notícia, utilizei-me de teóricos que partem da concepção de que o jornalismo se organiza como uma construção da realidade legitimada socialmente (CARDOSO, 2004; BOURDIEU, 1997; BUCCI, 2001; ABRAMO, 2003; ARBEX, 2002). Segundo essa linha de pensamento, o fato jornalístico, objeto da notícia, não existe como instância autônoma.

A presente dissertação está organizada em três capítulos. No capítulo 1 apresento considerações sobre o elemento essencial do *corpus* da pesquisa: o livro didático. Além de situar a pesquisa acadêmica feita sobre esse objeto, exploro a relação entre o livro, os Parâmetros Curriculares Nacionais, o Programa Nacional do Livro Didático e a temática da transposição didática. Em seguida, apresento a fundamentação teórica no que se refere à concepção de língua e de gêneros textuais. Já o capítulo 2 é dedicado exclusivamente ao gênero “notícia”, tendo por objetivo comentar os principais fatores envolvidos na leitura e produção desse gênero jornalístico. Por fim, o último capítulo apresenta a análise dos cinco livros didáticos selecionados, embasada nas reflexões desenvolvidas ao longo dos capítulos anteriores.

1. O LIVRO DIDÁTICO

Início este capítulo com um panorama sintético do livro didático contemporâneo, no qual comento o estado da arte das pesquisas na área, bem como a mudança de perfil no LDP, decorrente da influência exercida pela política educacional dos PCNs, do PNLD e do PNLEM. Na seqüência, abordo a questão da transposição didática, relevante na medida em que a mudança de perfil passou a exigir outras abordagens pedagógicas. Essa realidade está intimamente relacionada às pesquisas no campo da lingüística, cujas novas concepções de linguagem e de gêneros do discurso passaram a orientar o ensino de língua. Dentre elas, a predominante no cenário contemporâneo é a que se baseia nas reflexões propostas pelo Círculo de Bakhtin, também tomadas como fundamentação teórica deste trabalho.

Tendo em vista o papel desempenhado pelo livro didático na cultura escolar, seu poder tanto simbólico quanto efetivo na prática de professores e alunos, chama a atenção o reduzido número de investigações em nível de pós-graduação que se debruçam sobre tal objeto, o que parece apontar para uma importância limitada na hierarquia dos temas de pesquisa. Uma vez levantada essa hipótese, pretendo situar o presente projeto dentro de um contexto mais amplo de pesquisa. Ainda que brevemente, gostaria de responder às seguintes questões: Qual o estado de arte da pesquisa sobre o livro didático? Como minha pesquisa se insere nesse panorama?

À primeira vista, uma das causas dessa desvalorização poderia remeter à forma como esse produto cultural tem sido visto socialmente. Como a presença e o uso desse instrumento de produção e transmissão de conhecimento é parte essencial da “tradição escolar” há mais de dois séculos, muitos o vêem como uma realidade natural e apriorística. E esse tipo de estatuto confere certa “imunidade”, como se tais objetos não precisassem ser questionados.

Além disso, é histórica a dissociação entre as diversas esferas de ensino no Brasil. Uma grande dificuldade em se conseguir uma interação mais efetiva notadamente entre o ensino básico e a Universidade continua a persistir no cenário

nacional. E como o livro está para a escola, assim como a pesquisa está para a Universidade, aquele permanece em segundo plano como objeto de pesquisa.

RANGEL (2003:14) apresenta um ponto de vista adicional a ser destacado:

O silêncio durante o longo período em que, para não termos de enfrentar questões relativas à precariedade de nossas escolas públicas, às péssimas condições de trabalho do professor e à insuficiência de sua formação, inicial ou continuada, preferimos seguir um dos dois atalhos, tão ingênuos quanto perigosos. Ou simplesmente esquecemos a baixa qualidade do LD e, a despeito disso, o seu papel central em sala de aula, ou, pensando em assim combater o bom combate, fizemos do livro o principal responsável pelos insucessos da escola em relação a suas funções essenciais.

Entretanto, o mesmo autor, em consulta a dados mais recentes, identificou um aumento de interesse por parte das instituições de pesquisa a partir da instauração, em 1993, do processo de avaliação dos livros didáticos a serem comprados pelo Ministério da Educação e Cultura no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático⁶ (PNLD). Ou seja, a instauração da avaliação parece ter sido um estímulo considerável à pesquisa.

Para aprofundar o tema, gostaria de citar outros estudos representativos sobre a produção de pesquisas na área. Dois deles datam da década de 80, infelizmente sem atualizações posteriores dos dados coletados. O primeiro, encomendado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), foi publicado em 1987, sob o título *O estado da arte do livro didático no Brasil*⁷. Nele, é apresentado um panorama do livro didático no Brasil: contexto histórico de produção e circulação; conteúdos e usos.

Já o segundo foi empreendido pela UNICAMP e divulgado em 1989. Seu propósito era o de conhecer a natureza e qualidade da produção analítica brasileira sobre o assunto. Em final da década de 90, foi anunciada a proposta de sua atualização, com referência a artigos de periódicos publicados na década anterior que tematizam os livros didáticos de Língua Portuguesa. Não encontrei, entretanto, nenhuma referência conclusiva sobre os resultados.

⁶ Esta ação evidencia a grande influência do Estado em normatizar e controlar a produção do LD. Vale lembrar que o PNLD, pelo expressivo volume econômico que movimenta, é considerado o maior programa governamental de avaliação e aquisição de livros didáticos.

Em artigo bem mais recente, intitulado *Em foco: História, produção e memória do livro didático*, BITTENCOURT⁸ (2004) sintetiza o percurso das pesquisas na área. Diversos balanços bibliográficos revelam que, desde meados da década de 60, os estudos sobre a produção didática no Brasil se concentraram em denunciar e questionar o caráter ideológico dos manuais. Ainda hoje essa tendência encontra respaldo no Brasil e em outros países.

Entretanto, com o tempo, novas temáticas passaram a serem pesquisadas, entre as quais o próprio processo de produção e uso do LD. Além disso, a partir da década de 80, diversos estudos assumiram uma perspectiva histórica, constituindo uma importante área que investiga “o processo de mudanças e permanências do livro didático – tanto como objeto cultural fabricado quanto pelo seu conteúdo e práticas pedagógicas. (...) Os próprios manuais, quando analisados, são indícios das políticas públicas, de concepções pedagógicas, das possibilidades editoriais ou de seus compromissos sociais”. (BITTENCOURT, 2004:473)

Outro estudo, publicado sob o título “Livros escolares no Brasil: a produção científica” (BATISTA e ROJO, 2005:13-45), merece ser aqui apresentado com maiores detalhes, dada a sua extensão e atualidade. A plataforma Lattes do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que reúne pesquisadores brasileiros atuantes, foi tomada como principal base de dados para o levantamento, apesar das limitações quanto a sua abrangência. Num segundo momento, estudaram-se as teses e dissertações produzidas de 1987 a 2001, na tentativa de compensar essas limitações.

Os resultados gerais da primeira etapa claramente indicam uma evolução do volume de pesquisas. GOMES e ROJO (2005:18) ressaltam, entretanto, dois fatores que devem ser levados em conta: além de estarmos vivendo uma ampliação

⁷ Os próprios autores concluem que o LD não é visto “como um instrumento de trabalho auxiliar na sala de aula, mas sim como a autoridade, a última instância, o critério absoluto de verdade, o padrão de excelência a ser adotado na aula” (FREITAG ET AL., 1989:124).

⁸ Historiadora e coordenadora de um grupo multidisciplinar responsável pelo *Projeto Livres* Projeto realizado pela Faculdade de Educação da USP com o objetivo de montar uma base de dados de livros didáticos utilizados no Brasil em todas as disciplinas, da pré-escola ao Ensino Médio. O arquivo trará informações básicas (título, autor, ano de lançamento, etc.), além de dados sobre a localização do livro em qualquer biblioteca do país.

considerável dos cursos de pós-graduação, a implantação da Plataforma Lattes se deu no final da década de 90.

Segundo os autores, as pesquisas de natureza diacrônica ainda são minoritárias, correspondendo a apenas 4,5% do total. Dentre os estudos de caráter sincrônico, é possível diferenciar dois grandes grupos. O primeiro e mais expressivo (73% dos trabalhos) se dedica à análise do livro didático em si, principalmente à correção e adequação dos conteúdos e da metodologia empregada (47%) e à discussão sobre critérios e processos de avaliação do LD (13%). O segundo grupo se dedica ao estudo das condições de produção e circulação do livro, enfocando principalmente as políticas públicas em relação ao LD (10%) e o uso do livro em sala (7%).

Na segunda etapa, além de confirmarem diversos resultados obtidos na etapa anterior no que se refere aos temas de pesquisa, os pesquisadores trazem interessantes dados complementares. Destaco, entre eles, os seguintes: a maioria são dissertações (91%); um número expressivo de trabalhos sobre LD é voltado ao ensino de língua materna; o segmento do Ensino Fundamental recebe uma atenção privilegiada. Apesar de, na última década, o número de publicações sobre o tema ter sido expressivamente maior do que em décadas anteriores, ainda é muito cedo para traçar uma linha evolutiva crescente. Fato é que o foco das pesquisas tem se ampliado - o que sem dúvida é positivo.

Uma vez comentada a questão inicial, volto-me à segunda, cuja resposta, uma vez delineado o campo geral, será entendida com maior clareza. Minha pesquisa observa o livro não apenas como objeto didático, mas também como um dos elementos estruturantes da cultura escolar. A partir dessa concepção, o livro didático não só trabalha com os conteúdos do currículo, mas o faz expressando valores, normas e conhecimentos de uma época e sociedade determinadas. Assim, entendo o LDP como revelador de aspectos do tempo e espaço que o geraram, constituindo-se em importante objeto cultural.

1.1 OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCNs)

O novo paradigma de ensino encontra uma representação significativa nos PCNs, um documento de grande impacto nos mais diversos âmbitos do meio educacional, na medida em que tem como objetivo servir como base para municípios e Estados elaborarem seus currículos. Estabelece, portanto, as diretrizes para o ensino das várias disciplinas que constam do currículo. Na esfera do livro didático, os PCNs servem de referência constante, sendo muito comum encontrar menção ao documento na própria capa, na folha de rosto e no manual do professor (doravante MP).

Nesse processo de apropriação dos princípios das propostas pelos livros didáticos, o livro didático toma a cena, articulando-se ao currículo e sistemas de avaliação centralizados. (...). Assim, não podemos desvincular a produção dos livros didáticos da política de avaliação para o livro didático.

(...) Ou seja, a política de provisão do livro didático no ensino médio está consolidada, na medida em que os princípios dos PCNEM⁹ são exigidos pelas editoras articuladas com as propostas oficiais, não só para atender às demandas dos professores, mas também para as futuras avaliações dos livros didáticos.

Nesse processo, tanto os autores de livros didáticos quanto as editoras buscam a legitimação dos discursos das propostas em suas publicações pela incorporação dos princípios preconizados, a fim de atender a uma finalidade social estabelecida e de se garantir, via livro didático, o que precisa ser ensinado. Logo, o livro didático é um dos mecanismos simbólicos que vincula e legitima os discursos oficiais e tem um poder significativo na “vida” da escola. (MELLO,2005:13-4)

Os PCNs situam no início dos anos 80 um empenho mais consistente em reformular-se o ensino como um todo, decorrente de pesquisas conduzidas pela lingüística aplicada ao ensino e pela psicolingüística. A competência de se comunicar de maneira efetiva por meio de textos orais ou escritos, nas mais diversas instâncias da vida social, passa a representar o objetivo final do processo de escolarização. Esse deslocamento implica uma tentativa de rompimento com uma tradição arraigada em sala de aula, segundo a qual o foco do aprendizado deve girar em torno da aquisição de uma metalinguagem emprestada da gramática normativa.

Espera-se que o aluno amplie o domínio ativo do discurso nas diversas situações comunicativas, sobretudo nas instâncias públicas de uso da linguagem, de modo a possibilitar sua inserção efetiva no mundo da escrita, ampliando suas possibilidades de participação social no exercício da cidadania.

⁹ Versão voltada ao Ensino Médio.

Para isso, a escola deverá organizar um conjunto de atividades que, progressivamente, possibilite ao aluno:

- utilizar a linguagem na escuta e produção de textos orais e na leitura e produção de textos escritos, de modo a atender a múltiplas demandas sociais, responder a diferentes propósitos comunicativos e expressivos, e considerar as diferentes condições de produção do discurso (...);
- utilizar a linguagem para estruturar a experiência e explicar a realidade, operando sobre as representações construídas em várias áreas do conhecimento:
 - * sabendo como proceder para ter acesso, compreender e fazer uso de informações contidas nos textos, reconstruindo o modo pelo qual se organizam em sistemas coerentes;
 - * sendo capaz de operar sobre o conteúdo representacional dos textos, identificando aspectos relevantes, organizando notas, elaborando roteiros, resumos, índices, esquemas etc;
 - * aumentando e aprofundando seus esquemas cognitivos pela ampliação do léxico e de suas respectivas redes semânticas (...). (BRASIL, 1998:32-3)

Para alcançar essa competência comunicativa, os PCNs priorizam o trabalho com uma ampla diversidade textual que represente diversos gêneros. Não se trata de coibir o uso de textos literários, mas de – ao lado deles – trazer outros gêneros atuantes na sociedade. Caberia à escola, portanto, instrumentalizar o aluno a produzir e compreender esses textos da maneira mais adequada ao contexto em questão. E dada a sua abrangência, o livro didático é sem dúvida um importante aliado (ou, quiçá, “inimigo”) desse empenho.

1.2 O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD)

Nem mesmo a perspectiva representada pela gradual introdução de novas tecnologias na escola – o que poderia acarretar a substituição do livro didático impresso (LD) por sistemas virtuais interativos - fez com que os investimentos por parte das editoras, por um lado, e as verbas disponíveis para a compra do LD pelo Governo Federal, por outro, sofressem cortes significativos.

Principalmente em países como o Brasil, que não detêm o capital intelectual para produção de tecnologia digital e, portanto, necessitam arcar com o ônus dos *royalties*, é muito provável que o LD, como hoje o conhecemos, continue a ser um elemento essencial na interação entre professor e alunos. Mas não é preciso fazer quaisquer projeções para observar a influência exercida por esse segmento editorial no cenário contemporâneo.

Há mais de dez anos, o MEC decidiu implementar o PNLD com o objetivo de comprar e distribuir (sem repassar os custos) milhares de livros didáticos a todos os alunos matriculados em escolas públicas do Ensino Fundamental. No final de 1995, instituiu uma série de parâmetros para a avaliação dos manuais distribuídos, definidos no documento “Critérios de avaliação do Livro Didático” (CALD). Segundo esses critérios, livros com erros conceituais, indução a erros, desatualização, preconceito ou discriminação de qualquer tipo passariam a ser excluídos do PNLD.

Assim tem início o processo de avaliação pedagógica, adotado em primeira mão no PNLD/1997, e elaborado por uma comissão de especialistas, sob a coordenação da Secretaria de Educação Fundamental do MEC. Como resultado do processo, muitas coleções foram desqualificadas pela equipe de pareceristas, implicando na proibição de compra de tais títulos pelo Governo Federal. Esse procedimento foi essencial para que as editoras passassem a olhar com um cuidado muito maior as etapas envolvidas na concepção do LD. Afinal, a exclusão do livro tira toda e qualquer possibilidade de adoção na escola pública, resultando em prejuízo para as editoras.

Era de se esperar que uma iniciativa como essa enfrentasse críticas do setor editorial e da Associação Brasileira de Autores de Livros Educativos (ABRALE). Em vários documentos tornados públicos, a ABRALE externa sua posição sobre o processo de avaliação. Em seu último informativo, ressalta mais uma vez que “velhos problemas se repetiram: a falta de clareza dos critérios para que se elimine ao máximo possível a carga de subjetividade; a divulgação dos resultados antes de autores e editores terem acesso ao relatório; a inexistência de mecanismos que permitam o democrático direito de resposta” (2006:01)

Ao fazer um balanço da trajetória percorrida do PNLD/1997 ao PNLD/2004, o próprio MEC reconheceu a necessidade de ajustes, mas destacou o favorável aspecto de ter fomentado a pesquisa acadêmica no âmbito do livro didático.

A mudança mais significativa, no entanto, diz respeito à parceria estabelecida com Universidades públicas de diferentes estados, para a realização do processo de avaliação. Por meio dessa parceria, o MEC buscou impulsionar o interesse de pesquisa sobre o tema. Com isso, as Universidades contribuem para o aperfeiçoamento, a socialização e a melhoria da eficácia do processo de análise de livros didáticos (BRASIL, 2003:12).

Por fim, cabe ressaltar que até o ano de 2003 o PNLD voltou-se exclusivamente ao segmento abrangido pelo Ensino Fundamental. Apenas no ano seguinte o Ensino Médio passou a ser contemplado com a instituição do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM), englobando inicialmente as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Ainda no estatuto de projeto-piloto, foi testado nas regiões Norte e Nordeste e estendido com os devidos ajustes às outras regiões em 2006, com a exceção dos Estados de MG e PR porque ambos contam com programas próprios.

1.3 A TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA

No início deste capítulo fiz um breve apanhado das principais contribuições dos campos de pesquisa que influenciaram os parâmetros curriculares nacionais, o PNLD e outros documentos oficiais, os livros didáticos; enfim, todas as instâncias relacionadas direta ou indiretamente à prática pedagógica de ensino da língua materna.

Como era de se esperar, essas contribuições levantaram questionamentos quanto ao objeto de estudo nas aulas de língua. A tendência predominante na atualidade, conforme vimos anteriormente, é focar o *texto* como a unidade básica de ensino.

É preciso que as situações escolares de ensino de Língua Portuguesa priorizem os textos que caracterizem os usos públicos da linguagem. Os textos a serem selecionados são aqueles que, por suas características e usos, podem favorecer a reflexão crítica, o exercício de formas de pensamento mais elaboradas e abstratas, bem como a fruição dos usos artísticos da linguagem, ou seja, os mais vitais para a plena participação numa sociedade letrada. (PCNs,1998:24)

É inquestionável o fato de que os diversos gêneros da esfera jornalística (notícia, reportagem, editorial, artigo de opinião, carta do leitor etc.) são vitais para uma participação mais efetiva na sociedade brasileira. Tais gêneros passaram a ser objetos de ensino/aprendizagem, encontrando

seu respaldo na necessidade de compreensão e domínio dos modos de produção e significação dos discursos da esfera jornalística, criando condições para que os alunos construam os conhecimentos lingüístico-discursivos requeridos para a compreensão e produção desses

gêneros, caminho para o exercício da cidadania, que passa pelo posicionamento crítico diante dos discursos. (RODRIGUES, 2000: 214)

Apesar de uma abordagem por gêneros não ser a única vertente presente nos livros didáticos, ela tem se mostrado bastante produtiva. De tal forma que, das nove obras inscritas no PNLEM, cinco dedicam capítulos específicos ao trabalho com os principais gêneros jornalísticos.

A questão a ser colocada agora diz respeito ao tratamento didático dispensado ao gênero “notícia”. Como transformá-lo em objeto de ensino? Qual a relação entre uma notícia publicada no jornal e a mesma notícia publicada em um livro didático com o objetivo de ensinar as principais características desse gênero textual?

Convém inicialmente ressaltar que o gênero textual explorado no livro já se transformou em gênero escolar, já que foi retirado da situação social que o engendrou. Portanto, uma notícia transcrita no LDP não pressupõe o mesmo tipo de interação estabelecida entre o periódico e seus leitores.

A particularidade da situação escolar reside no fato de que torna a realidade bastante complexa: há um desdobramento que se opera em que o gênero não é mais instrumento de comunicação somente, mas é, ao mesmo tempo, objeto de ensino-aprendizagem. O aluno encontra-se, necessariamente, num espaço do “como se”, em que o gênero funda uma prática de linguagem que é, em parte, fictícia, uma vez que é instaurada com fins de aprendizagem. (SCHNEUWLY&DOLZ, 2004:76)

O posicionamento de SCHNEUWLY e DOLZ, do Departamento de Didática de Línguas da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Genebra, também merece ser destacado. Desde os anos 80, ambos têm pesquisado os gêneros e desenvolvido seqüências didáticas, com base na teoria de gêneros do Círculo de Bakhtin, adotadas na escola pública da Suíça francófona.

SCHNEUWLY e DOLZ (2004:76-9) identificam três concepções distintas quanto ao trabalho com os gêneros, no ensino da escrita e da fala pela escola. Apesar de não ocorrerem de forma pura, uma das concepções normalmente predomina sobre as outras.

1. Desaparecimento da comunicação – os gêneros, trabalhados fora do seu contexto de produção e interação social, sofrem um processo de naturalização. Assim,

passam a constituir um produto cultural da própria escola, utilizado com o objetivo de desenvolver e avaliar a capacidade de escrita dos alunos. Exemplo bastante conhecido é a seguinte tríade “descrição, narração, dissertação”. Segundo essa concepção, os gêneros não são formas “historicamente variáveis, de resolução de problemas comunicativos complexos, mas modelos particularmente valorizados de representação do real” (2004:77).

2. A escola como lugar de comunicação – as situações de comunicação dentro da própria escola engendram naturalmente determinados gêneros (seminário, jornal de classe, correspondência escolar, romance coletivo etc.). Aqui também ocorre uma naturalização, mas de outra ordem: frutos da comunicação escolar, os gêneros não são descritos nem ensinados, mas praticados nas próprias situações geradoras. “Freinet é, sem dúvida, quem foi mais longe nessa via que encara com seriedade a escola como autêntico lugar de produção e utilização de textos” (2004:78).

3. Negação da escola como lugar específico de comunicação – o trabalho é feito com textos autênticos, retirados de situações concretas de comunicação. A escola não é vista como um lugar que transforma e recria as práticas de referência. O objetivo maior é levar o aluno a dominar cada gênero tal como ele se comporta na realidade. Isso é feito por meio da recriação dessas situações, com o auxílio de uma variedade de procedimentos pedagógicos.

Minha longa experiência dentro da escola, como professora e coordenadora, me possibilitou presenciar essas três abordagens na prática. A primeira concepção era predominante até o advento da nova LDB e dos PCNs. A partir daí, passou a disputar espaço com as abordagens sócio-interacionistas, mas ainda continua presente em sala. Já a segunda não teve aqui a mesma presença alcançada nos países francófonos; a não ser em situações muito específicas, pouco modificou o panorama brasileiro. Esse também é o caso da terceira concepção, cuja influência é restrita a escolas de perfil pedagógico dito progressista.

Todas as concepções certamente apresentam aspectos positivos aliados a outros, negativos. Reavaliando essas abordagens, SCHNEUWLY e DOLZ (2004:80) chegam à formulação de duas premissas básicas, com as quais concordo: 1) a

introdução de um gênero na escola tem como objetivos, por um lado, levar o aluno ao domínio do gênero, por outro, desenvolver capacidades que são transferíveis para outros gêneros. Para alcançar isso, é necessária a transformação parcial dos textos do gênero; 2) os alunos devem vivenciar situações de comunicação o mais próximas possível das verdadeiras, mas sem perder de vista “que os objetivos visados são (também) outros”.

Em seguida, os pesquisadores apresentam as bases teóricas necessárias à elaboração de materiais didáticos para o estudo dos gêneros:

Num modelo didático, trata-se de explicitar o conhecimento implícito do gênero, referindo-se aos saberes formulados, tanto no domínio da pesquisa científica quanto pelos profissionais especialistas. Diante da multiplicidade de saberes de referência em jogo na elaboração de modelos, pode-se teorizar um processo didático que compreende três momentos em forte interação e em perpétuo movimento, que nós descreveremos como a aplicação de três princípios no trabalho didático: princípio de *legitimidade* (referência aos saberes teóricos¹⁰ ou elaborados por especialistas); princípio de *pertinência* (referência às capacidades dos alunos, às finalidades e aos objetivos da escola, aos processos de ensino-aprendizagem); princípio de *solidarização* (tornar coerentes os saberes em função dos objetivos visados). (2004:81-2)

Para aprofundar a questão, convém fazer menção a dois pontos de vista que, em princípio, situam-se em campos diametralmente opostos. O primeiro é defendido por Yves Chevallard¹¹, pesquisador do campo da didática do ensino de matemática, no livro *La Transposition Didatique*, publicado em 1985. No livro, ele trabalha com o conceito de “transposição didática”. Esse processo implica uma transformação do “saber sábio” de certa área do conhecimento, decorrente de pesquisas científicas, em “saber a ensinar” (presente nos materiais didáticos) e, posteriormente, em “saber ensinado”, quando a aprendizagem foi efetuada. Assim, a transposição engloba o trabalho de construção de um objeto de ensino, partindo-se do saber produzido pela ciência de referência.

Ao formular sua teoria da transposição didática, Chevallard tem como objetivo inicial questionar a concepção tradicional, segundo a qual há uma identidade entre o saber ensinado e o saber sábio. Para o pesquisador, essa visão não se justifica. Há, isso sim, uma relação de dependência entre as disciplinas escolares e as ciências de

¹⁰ Em francês, *savoir savants*, noção elaborada nos trabalhos de Chevallard (N.T.)

¹¹ O conceito foi inicialmente proposto pelo sociólogo Michel Verret em “Le temps des études” (2 tomes), Librairie Honoré Champion, Paris, tome I.

referência: o saber produzido por estas sofre um processo de transformação para adaptar-se a um contexto completamente diferente.

Segundo BITTENCOURT (2003:24), a concepção de Chevallard “teve grande impacto e possui muita aceitação por inserir a didática em um campo com fundamentação científica, por consolidar o ideário de que os conteúdos escolares têm origem no saber científico, que deve ser constantemente incorporado pelos agentes educacionais, e é o saber científico que legitima as disciplinas escolares”.

Chervel, outro pesquisador renomado, discorda da visão da escola como mera transmissora de saberes, implícita no posicionamento acima. Há diversos exemplos de conhecimentos produzidos dentro do ambiente escolar que apontam para um grau maior de autonomia. Para ele, ao contrário do que a própria opinião pública pensa, a escola não exerce apenas uma força conservadora, constituindo-se também em um ambiente de produção simbólica.

Minhas pesquisas não confirmam em nada a existência de um grupo social independente da escola, cuja função seria a de transformar o saber erudito em saber ensinável. Ao contrário, elas me levam a ver na escola (em sentido amplo) um lugar de produção de cultura, de uma cultura escolar, de conteúdos de ensino, de "disciplinas". É preciso, portanto, apresentar um outro quadro teórico no qual se possa conceber a escola como criadora de "conteúdos culturais". Mas é preciso, antes de mais nada, delimitar o domínio: aquele em que os ensinamentos são "disciplinas", isto é, conteúdos direcionados às crianças ou aos adolescentes em um processo que não é somente um processo de instrução, mas também de educação. (CHERVEL,1992:197)

Desse modo, as disciplinas escolares não podem ser vistas como o reflexo, vulgarização ou adaptação pura e simples de saberes produzidos pelas ciências de referência. A ciência de referência desempenha um papel importante, mas não absoluto, pois entram em jogo outros elementos igualmente importantes, tais como os objetivos da disciplina escolar e seu funcionamento.

Mesmo dando um peso menor às ciências de referência, Chervel não deixa de considerar sua influência nos conteúdos escolares. No caso do ensino de gêneros textuais, parece-me válido supor que as “ciências” de referência não se referem apenas aos saberes produzidos pelo campo científico, mas também àqueles produzidos pelas próprias esferas de atividade social responsáveis pela produção do gênero.

Gostaria de ressaltar um aspecto importante para a minha pesquisa. Os pesquisadores discutidos nesta seção (SCHNEUWLY e DOLZ, CHEVALLARD, CHERVEL) , apesar de não partilharem das mesmas opiniões, concordam a respeito da importância de se estabelecer um diálogo entre os saberes pré-existentes na sociedade e os saberes ensinados na escola.

Assim, parece-me imprescindível que uma seqüência didática apresente com clareza e certa profundidade o funcionamento de cada gênero, sem deixar de estabelecer as diversas relações existentes entre o texto já escolarizado e o texto produzido originalmente por uma dada esfera de atividade social. Isso implicaria, portanto, na elaboração de atividades didáticas que levem em conta o contexto de produção e de circulação de ambas as esferas.

1.40 LIVRO DIDÁTICO DE PORTUGUÊS

Se for exagero afirmar que a história do livro didático tem origem na instituição do processo de escolarização, na Europa de fins do século XVII, não me parece equivocado identificar o uso freqüente de algum tipo de material de apoio didático já naquela época. Entretanto, deve-se localizar em outro momento o início de uma presença mais marcante do LD em sala. Quando, por um lado, o ensino deixa de servir a uma elite graças à democratização do acesso à escola e, por outro lado, as condições de trabalho dos professores se tornam mais precárias em decorrência de vários fatores (entre os quais o número cada vez maior de alunos em sala) é que a presença do LD ganha em relevância.

Mas não se pode falar do livro de outrora como se fosse o de hoje. Desde então, houve mudanças significativas quanto à edição, produção e circulação. Por não se tratar de uma pesquisa de perspectiva histórica, não me deterei nessas transformações ao longo das décadas. Interessa-me, entretanto, comentar o processo recente.

Se alguém comparar um livro de português escrito na década de 80 a outro produzido recentemente, terá em mãos duas realidades distintas. Grosso modo, as mudanças são decorrentes, principalmente, de novas formas de se conceber não só o

ensino de língua materna, mas também a própria concepção de língua, instância impossível de ser dissociada do ensino.

RANGEL (2003) identifica as causas do surgimento de um novo paradigma, identificando-as tanto no campo da educação quanto no da lingüística. No primeiro, as descobertas das ciências da aprendizagem trouxeram questionamentos profundos ao modo como o ensino era praticado. Passou-se de um paradigma centrado no professor para um no qual a ênfase recai sobre a interação planejada entre os participantes do processo de ensino-aprendizagem, sobre o conhecimento prévio do aluno, a formulação e verificação de hipóteses por parte deste e o contexto imediato (ou não) da aprendizagem. Em outras palavras, o aluno passou a ser visto como sujeito ativo e singular do processo de aquisição de conhecimento.

Paralelamente às descobertas feitas na área educacional, ocorrem aquelas próprias dos estudos da linguagem, orientadas por questionamentos colocados por uma série de correntes¹². De modo geral, elas priorizam o texto como unidade básica de estudo da língua por entenderem que o falante não se comunica por meio de palavras isoladas de seu contexto. A principal¹³ corrente a antecipar várias dessas questões se fundamenta no pensamento do Círculo de Bakhtin¹⁴, segundo o qual a linguagem é um instrumento de interação social (linguagem em uso) e formadora de conhecimento. Ela se realiza por meio dos mais variados gêneros do discurso quando da interação entre sujeitos historicamente constituídos. Como bem ressalta um dos livros didáticos analisados, “pensar a linguagem (e a língua) desse modo, é perceber que ela não existe em si, mas só existe efetivamente no contexto das relações sociais: ela é elemento constitutivo dessas múltiplas relações e nelas se constitui continuamente” (FARACO,2003:05).

Também a assim chamada Lingüística textual teve um papel de destaque por pesquisar certos elementos que asseguram ao texto sua tessitura e são importantes no

¹² Em alguns casos há dificuldades em estabelecer os limites com precisão. Aliás, o levantamento cuidadoso das principais correntes lingüísticas da atualidade mereceria uma pesquisa à parte.

¹³ Ainda que os teóricos que embasam os PCNs não estejam explícitos, é possível identificar o pensamento do Círculo de Bakhtin como fundamental para a concepção de língua defendida.

¹⁴ Dada a grande importância dessas contribuições para minha pesquisa, vou abordá-las com maior detalhamento nos itens 1.4 e 1.5 deste mesmo capítulo.

processo de construção do(s) sentido(s): coesão, coerência, inferências, pressupostos, conhecimento partilhado etc. Assim como a perspectiva bakhtiniana, ela reconheceu as limitações da concepção estruturalista que toma a língua como um sistema abstrato.

a) Uma descrição-explicação do funcionamento da língua que se detenha no nível da frase é insuficiente para servir de base teórica ao ensino-aprendizagem do funcionamento do texto; b) a competência textual não se identifica com a expansão de uma competência frásica; c) a leitura e a escritura são movimentos complementares no desenvolvimento da competência textual do redator aprendiz: a sensibilização, através da leitura, para os traços específicos de cada tipo de texto contribui para que o aprendiz venha a construir seus textos de forma adequada, com eficiência e espírito crítico. (REINALDO:2000)

Convém ainda pontuar as contribuições da Sociolingüística, segundo as quais a diversidade, a variação (condicionada por fatores geográficos, sociais, históricos, etários) e os registros (com seus graus variáveis de formalidade, cortesia e tecnicidade) são inerentes ao uso concreto da língua. Também a Pragmática, preocupada com os modos como a língua é efetivamente usada nos mais variados contextos, teve um papel relevante. Ambas permitiram uma compreensão melhor das relações entre linguagem oral/escrita e poder.

Em suma, se antes o paradigma atuante priorizava a dimensão do sistema ou código lingüístico ao se basear num modelo abstrato de língua, uma nova esfera passou a ser contemplada no ensino de português – a da língua em uso, na sua dimensão sócio-histórica. Como vimos, essa mudança de escopo se deve, em boa parte, às descobertas de várias correntes da Lingüística contemporânea. E dada a sua influência no cenário educacional, não há como não ser influenciado por ela: elementos desse novo paradigma passaram a ser incorporados pelo LDP numa velocidade crescente.

1.5 A CONCEPÇÃO DE LÍNGUA

Nessa etapa pretendo apresentar a concepção de língua que servirá de base para a análise de meu *corpus*. De modo geral, baseio-me nas reflexões do Círculo de

Bakhtin sobre língua e linguagem porque conseguem abranger de maneira acurada a realidade concreta das interações lingüísticas. Em essência, a língua é entendida como uma forma de interação humana responsável pela constituição da subjetividade. Ou seja, ela não é uma entidade autônoma em relação ao contexto social. É, sim, responsável por ajudar a criar e recriar permanentemente esse contexto. Por isso, na medida em que todo ato de fala sempre se dá por meio de uma interação, a compreensão do aspecto lingüístico estrutural é necessária, mas nem de longe suficiente.

Essa questão merece uma breve retrospectiva histórica. Nos capítulos 4 e 5 de *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, BAKHTIN [VOLOCHINOV] estabelece um diálogo crítico com as duas principais orientações do pensamento filosófico-lingüístico influentes no final do século XIX e início do XX: o “subjetivismo idealista” de Humboldt o “objetivismo abstrato” de Saussure.

Assinalamos a divergência bem profunda que existe (...) entre a primeira e a segunda orientação da filosofia da linguagem. Para a primeira, a essência está precisamente na sua história. A lógica da língua não é a da repetição de formas identificadas a uma norma, mas sim uma renovação constante, a individualização das formas em enunciações estilisticamente únicas e não reiteráveis. (...) As formas normativas, responsáveis pelo imobilismo do sistema lingüístico, não eram, para a primeira orientação, senão resíduos deteriorados da evolução lingüística, da verdadeira substância da língua, tornada viva pelo ato de criação individual e único. Para a segunda orientação, é justamente este sistema de formas normativas que se torna a substância da língua (BAKHTIN [VOLOCHINOV], 2002:82).

A origem da segunda orientação remete aos estudos de filólogos, os quais inicialmente trabalharam no intuito de traduzir textos clássicos e descrever línguas mortas, não se preocupando com os contextos. “É a língua morta-escrita-estrangeira que serve de base à concepção de língua que emana da reflexão lingüística” (BAKHTIN [VOLOCHINOV], 2002:99).

É inegável a importância e as contribuições que tais estudos trouxeram para a lingüística: “Podemos dizer que a lingüística surgiu quando e onde surgiram exigências filológicas” (p.97). O problema, entretanto, passou a existir quando se tentou aplicar o mesmo método para o ensino de línguas vivas, pois “toda a sua posição em relação ao sentido e ao tema da palavra está impregnada dessa falsa concepção como ato passivo

– compreensão de palavra que exclui de antemão e por princípio qualquer réplica ativa” (p.99).

Essa postura estática ajudou a consolidar certo desprezo “em relação aos usos de linguagem efetivamente produzidos e experimentados pelos alunos” (PÉCORA, 1983:117), o que certamente não tem contribuído para o desenvolvimento da competência lingüística em sala:

Seria ingênuo, diz Bakhtin (*Estética da criação verbal*, p. 177), acreditar que a única coisa de que o autor precisa é a língua *qua* gramática: no nosso fazer verbal, não tiramos o verbo da gramática e as palavras do dicionário; nós tiramos dos lábios dos outros. A consciência lingüística está sempre envolvida pela heteroglossia e de modo algum por uma só língua. Sempre e em toda parte a consciência lingüística se encontra com línguas (vozes) sociais e não com uma língua. Em cada uma de suas manifestações verbais, ela se coloca diante da necessidade de se orientar ativamente nesse caldo plurivocal, de ocupar uma posição, de eleger uma voz social, de construir relações dialógicas, de orquestrar dialogicamente a plurivocalidade social. Mesmo quando selecionamos palavras, estruturas sintáticas, recursos coesivos, não o fazemos tendo como referência o “estoque” da língua, mas os valores que saturam estes elementos lingüísticos no contexto (na atividade) em que estamos. (FARACO, 2006: 5-6)

Convém ressaltar que a identificação da construção social dos sentidos implica sua percepção como fruto da interação entre locutor e receptor. Para BAKHTIN [VOLOCHINOV] (2002:132), o sentido não se encontra na palavra, nem tampouco na alma do locutor ou do interlocutor: ele é resultado da interação dos falantes através de um meio sonoro. “É como uma faísca elétrica que só se produz quando há contato dos dois pólos opostos”. Só a corrente formada pela interação verbal daria à palavra o seu sentido.

Um enunciado concreto é um elo na cadeia de comunicação verbal de uma dada esfera. As fronteiras desse enunciado determinam-se pela alternância dos sujeitos falantes. Os enunciados não são indiferentes uns aos outros nem são auto-suficientes; conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente. São precisamente esses reflexos recíprocos que lhes determinam o caráter. O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação verbal. O enunciado deve ser considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera (a palavra “resposta” é empregada aqui no sentido lato): refuta-os, confirma-os, completa-os, baseia-se neles, supõe-nos conhecidos e, de um modo ou de outro, conta com eles. Não se pode esquecer que o enunciado ocupa uma posição *definida* numa dada esfera da comunicação verbal relativa a um dado problema, a uma dada questão, etc. Não podemos determinar nossa posição sem correlacioná-la com outras posições. É por esta razão que o enunciado é repleto de

reações-respostas a outros enunciados numa dada esfera da comunicação verbal. (BAKHTIN, 1997:316)

Em suma, não utilizamos os signos lingüísticos para simplesmente exteriorizar um pensamento, nem apenas para transmitir informações, mas sim para atuar sobre a realidade, construindo sentidos num processo de inter-relação social. Desse modo, em vez de priorizar formas ou regras e suas nomenclaturas, o foco recai sobre o modo como se constituem os diversos processos de interação lingüístico-social. Para o Círculo, a língua está em constante mutação, guiada pelas interações verbais concretas e não pelo sistema lingüístico abstrato ou pela consciência individual do falante (BAKHTIN [VOLOCHINOV],2002:124).

Não existe a primeira nem a última palavra, e não há limites para o contexto dialógico (este se estende ao passado sem limites e ao futuro sem limites). Nem os sentidos do passado, isto é, nascidos no diálogo dos séculos passados, podem jamais ser estáveis (concluídos, acabados de uma vez por todas): eles sempre irão mudar (renovando-se) no processo de desenvolvimento subsequente, futuro do diálogo. Em qualquer momento do desenvolvimento do diálogo existem massas imensas e ilimitadas de sentidos esquecidos, mas em determinados momentos do sucessivo desenvolvimento do diálogo, em seu curso, tais sentidos serão lembrados e reviverão em forma renovada (em novo contexto). Não existe nada absolutamente morto: cada sentido terá sua festa de renovação. Questão do grande tempo. (BAKHTIN,1997:410)

1.6 OS GÊNEROS DO DISCURSO¹⁵

A teoria dos gêneros é tão antiga quanto os escritos de Platão e Aristóteles. Considera-se que esses pensadores gregos estão entre os primeiros a dedicar maior fôlego para uma classificação dos gêneros textuais. É fato incontestável o quanto seus escritos estão na base de uma longa e complexa tradição da teoria dos gêneros. Mas apesar de Aristóteles ter sido discípulo de Platão, nem sempre os interesses eram compartilhados por ambos: enquanto o mestre estudou a Retórica movido por preocupações morais, seu discípulo se concentrou no estudo dos gêneros literários a partir de um enfoque estético.

¹⁵ Bakhtin utiliza o termo “gêneros do discurso”. No contexto acadêmico, é comum o emprego de “gêneros textuais” com o mesmo valor, uma opção que também sigo neste trabalho.

Em linhas gerais, Aristóteles estabeleceu três tipos fundamentais na “Poética”: o gênero dramático, próprio da tragédia e da comédia; o narrativo (ou épico) e o lírico. Essa classificação constitui a base dos estudos literários de tradição ocidental, a tal ponto que as discussões sobre os gêneros, quando no âmbito da literatura, ainda hoje se filiam às formulações iniciais de Aristóteles, seja para aprofundá-las, seja para negá-las¹⁶.

Enfim, nota-se que a preocupação em investigar textos (ou discursos, como no caso da Retórica) com o objetivo de identificar as características que os aproximam de um gênero e os diferenciam de outro não é nada recente. No entanto, o âmbito das discussões quase sempre se restringia à esfera artístico-literária, ou seja, o plano da realização social e de suas diferenças não era considerado. Mesmo a Retórica, cujos estudos valorizam o papel do interlocutor, não abrange todas as esferas da construção do discurso.

Talvez na tentativa de superar essas limitações, o panorama contemporâneo sofreu mudanças sensíveis. Na atualidade, a vertente que mais influencia os estudos de gêneros textuais no Brasil é a proposta pelo Círculo de Bakhtin. A presença das idéias do principal pensador do grupo em artigos acadêmicos sobre a temática dos gêneros tem sido uma constante. Além disso, como já afirmei no item 1.4 (nota 13), o Círculo embasou a concepção de língua e de linguagem dos próprios PCNs.

Já há menções incipientes sobre o conceito de gênero no livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem* de Bakhtin [Volochinov] de 1929. Os próprios autores chegam a afirmar que “mais tarde, em conexão com o problema da enunciação e do diálogo, abordaremos o problema dos gêneros lingüísticos” (2002:43). Apesar de o tema já estar posto na obra, seu aprofundamento demora a acontecer, talvez por causa do falecimento de Volochinov pouquíssimos anos depois. O conceito acaba por receber sua formalização maior em *Estética da criação verbal*¹⁷, num capítulo inteiramente dedicado ao assunto.

¹⁶ Pensadores contemporâneos (Blanchot, Barthes e Derrida) têm problematizado o assunto, inclusive questionando a validade desse tipo de classificação por achá-la obsoleta e limitada.

¹⁷ No Brasil, o livro foi publicado em 1992. Segundo nota do editor da edição brasileira, o texto, datado originalmente de 1952-3, não foi revisto por Bakhtin: trata-se de “fragmento de um estudo mais abrangente (...), cujo projeto não foi realizado”.

Nesse capítulo, o pensador russo problematiza a concepção tradicional por reconhecê-la como o resultado de "*uma incompreensão da natureza dos gêneros dos estilos da língua e de uma ausência de classificação dos gêneros do discurso por esferas de atividade humana*" (1997:284-5). Isto é, apesar de observar a importância do pensamento grego, percebe as limitações decorrentes do fato de relegarem a dimensão social a um segundo plano.

Para ele, os objetivos e as condições específicas de uma determinada esfera de atividade são responsáveis pelo engendramento de um gênero. Este se realiza no plano concreto por meio de enunciados individuais que guardam características estilísticas, temáticas e composicionais semelhantes a outros enunciados concretos do mesmo gênero. Portanto, a correlação estabelecida entre essas esferas e os gêneros decorrentes é a chave essencial para um novo entendimento do conceito: "*cada esfera de utilização da língua elabora tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso*" (1997:279).

Na seqüência, Bakhtin aprofunda a constatação de que os gêneros orais e escritos são marcados pela heterogeneidade: a atividade humana, a tal ponto diversificada, gera uma riqueza e variedade de gêneros que é potencialmente infinita. "Cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa" (1997:279). No entanto, o caráter heterogêneo e variável não é obstáculo para o estabelecimento de distinções genéricas entre os gêneros.

A principal, bastante cara ao pensador, reside na diferença entre os gêneros primários e secundários. Segundo Bakhtin, os gêneros secundários são próprios das esferas sociais mais complexas (artes, ciências, política etc.) e se formam a partir da transmutação dos próprios gêneros primários. "A inter-relação entre os gêneros primários e secundários de um lado, o processo histórico de formação dos gêneros secundários do outro, eis o que esclarece a natureza do enunciado (e, acima de tudo, o difícil problema da correlação entre língua, ideologias e visões de mundo)" (1997:282).

Segundo Bakhtin, o gênero busca garantir a interação entre locutores e interlocutores através de um conjunto de características relativamente estáveis. No entanto, durante esse processo o gênero se renova continuamente. É nele que se expressam as tendências mais estáveis, acumuladas ao longo do processo histórico de sua formação e consolidação. Contudo, como parte de um processo cultural e dinâmico, suas características tendem a se transformar constantemente enquanto buscam uma estabilização que se faz necessária para que a interação aconteça.

O enfoque proposto exige uma metodologia de análise coerente com a teoria. Seria incoseqüente o estudo ficar limitado ao plano formal, em detrimento da natureza e das particularidades de cada gênero. Por isso, a metodologia de investigação na perspectiva teórico-metodológica bakhtiniana não pode se basear na tradicional “descrição”. Essa escolha implicaria o apagamento do caráter dialógico da linguagem, da relação subjetiva do pesquisador com os dados e da própria noção do que sejam os gêneros: sua dimensão social constitutiva, a sua plasticidade e a sua relativa estabilidade. Mas não estou negando a análise com fins descritivos. Ela será válida se a consciência da dimensão interpretativa dos dados for uma premissa. (RODRIGUES, 2004:06)

Um caminho adequado para a investigação dos gêneros se baseia no percurso proposto por BAKHTIN [VOLOCHINOV] (2002:124) para o estudo da língua. Na etapa inicial, as formas de interação verbal são analisadas nas condições concretas em que se realiza. Em seguida, são observadas as “formas das distintas enunciações (...) em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias dos atos de fala na vida e na criação ideológica”. A última etapa preve a análise das formas lingüísticas propriamente ditas¹⁸.

RODRIGUES (2004:07) exemplifica a produtividade desse percurso, aplicando-o ao gênero “resenha científica”:

¹⁸ Na sequência, apresenta-se a justificativa desse percurso; “É nessa mesma ordem que se desenvolve a evolução real da língua: as relações sociais evoluem (...), depois a comunicação e a interação verbais evoluem no quadro das relações sociais, as formas dos atos de fala evoluem em conseqüência da interação, e o processo de evolução reflete-se, enfim, na mudança das formas da língua” (BAKHTIN [VOLOCHINOV],2002:124).

(...) o primeiro passo de pesquisa é analisar o papel da esfera da comunicação científica no conjunto da vida social. O segundo é analisar a situação de interação desse gênero: qual o autor previsto, qual a concepção de interlocutor, qual a sua finalidade ideológico-discursiva, como se dá a sua orientação para o seu objeto do discurso; qual o seu acento de valor? Esses aspectos englobam a análise da dimensão social do gênero. O terceiro passo, articulado aos anteriores, é buscar ver o modo de funcionamento do gênero na sua dimensão verbal. Aquilo que é a regularidade do gênero nessa dimensão, que pode ser mais ou menos estável e “visível”, vai se construindo durante a análise.

Em suma, é essencial entender o papel desempenhado pelo contexto social: ele não é apenas um dos elementos constitutivos da interação, mas sim a dimensão principal para o estudo do gênero. Fora da situação da interação perde-se a dimensão do enunciado e do gênero. Ou seja, a esfera verbal só se realiza dentro do contexto de enunciação. Aliás, é justamente essa realidade sócio-histórica que imprime aos gêneros uma dimensão aparentemente contraditória: a relativa estabilidade convive com uma constante abertura a mudanças.

2. A NOTÍCIA

Falo muito no 'idiota da objetividade'.
Ele é justamente quem vive dos fatos, depende dos fatos,
morreria afogados sem os fatos. E, se alguém me diz que
os fatos não são bem assim como eu conto, respondo:
pior para os fatos.

Nelson Rodrigues

Como vimos na parte sobre os gêneros do discurso, estes estão sempre vinculados à situação social de interação. Dessa forma, a dimensão lingüístico-textual de um gênero é inseparável de sua dimensão sócio-histórica. Por esse motivo, não se pode limitar o estudo de um gênero à descrição de seus elementos lingüísticos típicos. Uma análise, para não cair no reducionismo, precisa situar a esfera discursiva que lhes deu origem.

Uma vez que, de acordo com uma das questões de minha pesquisa, interessa-me analisar em que medida a transposição didática do gênero “notícia” trabalha a esfera social e histórica intrínseca ao gênero, é necessário situar tanto o contexto mais amplo quanto o mais imediato. Assim, em primeiro lugar, levantarei as principais características da mídia em geral e da imprensa em particular. Na segunda parte do capítulo, enfocarei o contexto específico da notícia por meio do debate de uma série de questões pertinentes à produção de uma notícia, sem as quais o entendimento do assunto ficaria prejudicado.

2.1 AS CARACTERÍSTICAS DA MÍDIA

Antes de tudo, qualquer notícia é um produto da mídia. O termo “mídia” foi inicialmente utilizado pelos norte-americanos, pioneiros no desenvolvimento tecnológico na área da comunicação. O vocábulo foi cunhado a partir de um empréstimo do adjetivo latino “medius,a,um”, ‘que está no meio’. No Brasil, o uso da palavra “mídia” é uma influência do idioma inglês: basta notar que ambos os termos têm a mesma pronúncia.

A mídia relaciona-se diretamente com todas as esferas sociais¹⁹ a ponto de ser vista como o “Quarto Poder”, denominação que confere à imprensa uma importância similar à dos demais poderes governamentais previstos na Constituição. Posto isso, cabe-nos entender melhor o tipo de relação estabelecida entre mídia e sociedade?²⁰

Logo de início, convém mencionar os laços mantidos com o poder público. No Brasil, em particular, essa relação é por demais estreita. Ainda hoje, a concessão de qualquer canal de TV ou de uma frequência de rádio é regulamentada pelo governo²¹. Ademais, são conhecidos os projetos públicos de integração do território brasileiro por meio de incentivos à criação de redes nacionais de comunicação. Vide, por exemplo, a diretriz referendada pelo governo Figueiredo: “A formação de redes nacionais será estimulada, especialmente no campo da televisão, como meio de apoiar a meta de integração nacional e de assegurar a estabilidade econômico-financeira dos empreendimentos, dentro de um regime competitivo e equilibrado” (SOUZA, 2005).

Essa almejada integração encontrou na TV Globo um meio bastante eficaz, inclusive, na tentativa de se criar uma aparente atmosfera de progresso e bem-estar. É memorável a seguinte declaração do general Emílio Garrastazu Médici, em 22/03/1973: “Sinto-me feliz, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranqüilizante após um dia de trabalho”. (BUENO, 2003:393).

Os governos da época da ditadura militar, inclusive, tinham uma estratégia muito produtiva no sentido de controlar os meios de comunicação: a prática de censura,

¹⁹ Assim como a mídia influencia a sociedade, esta também exerce influência sobre aquela. Há uma relação de interdependência. Há uma certa desigualdade nesta relação, uma vez que é possível identificar os veículos que mais exercem influência, ao passo que a sociedade é uma instância muito mais complexa e difícil de ser “isolada” em grupos estanques.

²⁰ Há um artigo de BOURDIEU (1997:101) intitulado “A influência do jornalismo” no qual a proposta do autor é discorrer sobre a “influência que os mecanismos de um campo jornalístico cada vez mais sujeito às exigências do mercado (dos leitores e dos anunciantes) exercem (...) sobre os diferentes campos de produção cultural, campo jurídico, campo literário, campo artístico e campo científico”.

²¹ Ressalta-se “o número recorde de emissoras de rádio e TV distribuídas a congressistas por José Sarney – notadamente no período entre 1º de fevereiro de 1987 e 5 de outubro de 1988 - portanto, posterior ao Plano Cruzado (...) - durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Tal medida teve grande influência na votação de determinados assuntos na Constituinte, com destaque para a decisão sobre a duração do mandato presidencial”. (FORTES, 2004:15)

executada por agentes da polícia federal. Sobre essa estratégia, BUENO (2003:394) faz um relato vívido:

Foi uma época de obscurantismo tão medieval que, sendo parte do passado, hoje pode parecer cômica. E de fato seria, se antes não tivesse sido trágica. Inaugurada oficialmente com o decreto-lei 1.077, de janeiro de 1970, proibindo obras que “obedeciam a um plano subversivo para pôr em risco a segurança nacional”, a censura imposta pelo regime militar se iniciara de fato a partir da promulgação da lei de Imprensa de 1967, do AI-5 em 1968 e da nova Lei de Segurança Nacional, de 1969. A partir delas, a presença dos censores nas redações dos principais jornais, revistas e TVs tornou-se fato corriqueiro, e a lista dos assuntos “proibidos”, progressivamente abrangente. (...) A imprensa publicava receitas culinárias e poemas no lugar dos textos censurados. (...) Entre 1973 e 1978, só a TV Globo²², por exemplo, embora sempre afinada com o regime, chegou a receber 270 ordens de censura – a maioria por telefone. Uma delas chegou a vetar a divulgação de uma reportagem sobre um surto de meningite, na qual o alerta à população era feito pelo próprio ministro da Saúde.

O fim da ditadura e da censura não significou o distanciamento entre a mídia e o governo. Destaca-se, a título de exemplificação, o apoio manifesto e ostensivo da Rede Globo ao então candidato à presidência Fernando Collor e a posterior tentativa de encobrir as inúmeras práticas de corrupção durante seu mandato, responsáveis por levá-lo ao *impeachment*.

Como bem sabemos, a proximidade do poder é atraente por representar um poderoso instrumento na obtenção de vantagens econômicas²³ e de informação privilegiada. Nesse sentido, cabe uma pergunta sobre o grau de autonomia de uma empresa de comunicação. BOURDIEU (1997:102-3) responde à questão, enfatizando que

o grau de autonomia de um órgão de difusão se mede sem dúvida pela parcela de suas receitas que provém da publicidade e da ajuda do Estado (sob a forma de publicidade ou de subvenção) e também pelo grau de concentração dos anunciantes. Quanto ao grau de autonomia de um jornalista em particular, depende em primeiro lugar do grau de concentração da imprensa (que, reduzindo o número de empregadores potenciais, aumenta a insegurança do emprego); em seguida da posição de seu jornal no espaço dos jornais, isto é, mais ou menos perto do pólo “intelectual” ou do pólo “comercial”; depois de sua posição no jornal ou órgão de imprensa (efetivo; *free-lancer* etc.) (...); e, enfim, de sua capacidade de produção autônoma da informação.

²² “No caso do jornal *O Estado de São Paulo*, estabeleceu-se uma censura prévia muito rígida, como mostra a tese de Maria Aparecida Aquino *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)*, na qual a autora afirma que a ação da censura chegava a ameaçar a distribuição do jornal, pois todo material a ser editado deveria passar antes pelo censor, o que atrasava o fechamento das edições e a chegada do jornal às bancas”. (NAPOLITANO, 1998:47)

²³ A aprovação de financiamentos públicos a juros com taxa abaixo do mercado, por exemplo.

O fato de o grau de autonomia da imprensa e dos jornalistas estar intimamente relacionado aos vários fatores lembrados acima não impede que haja uma postura ativa (ainda que parcial e por vezes ambígua) de determinados veículos e jornalistas na fiscalização do poder público. Assim, não se pode esquecer a importância da imprensa no processo de abertura política: ao debater e apoiar o processo, a imprensa legitimava a si mesma.

A partir do movimento conhecido como *Diretas-Já*, cresce a interlocução com o público, na medida em que é dada mais voz a suas demandas. “Este papel da mídia cresce na medida em que o poder judiciário é visto como ineficaz e tendencioso pela população, que volta para os meios de comunicação a expectativa e esperança de respostas e soluções para seus problemas”. (FORTES: 2004,16).

Essa maior proximidade com o público-alvo assume nuances importantes. Por um lado, estabelecem-se forças de conservação do *status quo*. Eduardo Galeano, jornalista e escritor, ressalta o quanto os meios transmitem uma cultura da impotência e da perpetuação de uma existência atrelada à obediência, isto é, a uma “visão conformista da história, do mundo, da vida”. Também segundo CARDOSO (2003:112), citando SOUSA²⁴, a idéia que prevalece é a de que os meios jornalísticos “são estruturas que tendem a representar as relações sociais dominantes de poder no seio da sociedade e, por consequência, trabalhando no sentido de inviabilizar quaisquer mudanças sociais”.

Não bastasse isso, certa parcela da mídia reforça padrões culturais incompatíveis com a realidade e divulga a mensagem subliminar de que para ser feliz é preciso seguir determinado padrão de beleza e comportamento²⁵: “A mídia escrita e a televisiva, embora ambivalentes, ora estimulam os corpos visuais magros e saudáveis, ora estão voltadas à aparência patológica do corpo deformado, anorético, bulímico e grotesco, um padrão que constrói e desconstrói sujeitos” (ARRUDA: 2004).

²⁴ SOUSA, J.P. *Teorias da notícia e do jornalismo*. Chapecó, SC: Argos, 2002.

²⁵ “A mídia impressa ou eletrônica não está alheia a esta febre e a desculpa é sempre a mesma: as leitoras querem isso mesmo, não se pode contrariá-las. Então os jornalistas não devem ter uma parcela de arbítrio? E onde fica a responsabilidade social da imprensa? *Speculum* em latim é espelho, podem mirar-se nele, mas convém especular sobre isso” (DINES: 2004).

Mas, nem sempre o conservadorismo tem sido a única força-motriz da imprensa. Em meados da década de 1970, como uma reação à falta de liberdade de expressão, começam a surgir jornais de contestação política e/ou apoio a causas como o feminismo. Apesar de criados à parte do esquema comercial dos grandes jornais e revistas, conseguem uma distribuição num circuito alternativo, seja pela venda de mão em mão ou pela distribuição (ainda que cercada por dificuldades) em determinadas bancas de jornal.

A imprensa alternativa²⁶, também chamada de “nanica”, agrupou periódicos de linhas diversas, oferecendo um espaço mais efetivo de participação crítica e de circulação de perspectivas mais independentes. Grosso modo é possível identificar duas correntes principais na imprensa alternativa da época.

Uma era voltada à crítica da cultura e dos costumes, tendo sido influenciada pelos movimentos de contracultura norte-americanos. Seu representante mais conhecido foi o semanário “O Pasquim”, que contou com as participações antológicas de Millôr Fernandes, Ziraldo, Henfil e Jaguar. Com uma linguagem menos formal, espaço para entrevistas, análises satíricas e muito humor em charges e caricaturas, ganhou rapidamente em popularidade e tornou-se uma referência de comportamento para os seus leitores. A outra corrente seguia uma orientação política clara, na qual se divisava seguindo o ideário marxista que tanto influenciou o movimento estudantil da época. *Movimento, Opinião, Em Tempo* foram os periódicos mais conhecidos. (KUCINSKI: 1991, XIV/XV)²⁷

Se a proximidade entre mídia e poder público continua a constituir um paradoxo, pois dificulta uma fiscalização isenta dos atos do governo (uma das funções da imprensa), em regimes democráticos essa atribuição indispensável ocorre por parte dos jornais de oposição, os quais buscam, eles próprios, ver os seus interesses defendidos.

Nesse sentido, há que se destacar o elemento benéfico da fiscalização. Em escala mundial não foram poucos os jornais que denunciaram atrocidades e

²⁶ O termo aponta para os seguintes significados, todos eles pertinentes a esse tipo de imprensa: “o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída, para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos 60 e 70 de protagonizar as transformações sociais que pregavam” (KUCINSKI, 1991:XII).

²⁷ Com o movimento de abertura política, a imprensa alternativa foi perdendo seu papel contestador e sua influência. A grande maioria dos periódicos acabou encerrando suas atividades. Na atualidade, o perfil do que se poderia chamar de imprensa alternativa já é outro. Hoje, ela está basicamente ligada a organizações e partidos, atendendo a segmentos bem específicos.

desmandos dos regimes de exceção, participando ativamente na luta por melhores condições de vida da população e por liberdade de expressão:

Às vezes, (os jornalistas) pagaram caro por isso: atentados, "desaparecimentos", assassinatos, como ainda se pode constatar na Colômbia, na Guatemala, na Turquia, no Paquistão, nas Filipinas e em outros países. Foi por este motivo que, durante muito tempo, se falou no "**quarto poder**". Definitivamente, e graças ao senso cívico dos meios de comunicação e à coragem de jornalistas audaciosos, as pessoas dispunham deste "**quarto poder**" para criticar, rejeitar e resistir, democraticamente, às decisões ilegais que poderiam ser iníquas, injustas e até criminosas para com pessoas inocentes. Dizia-se, muitas vezes, que era a voz dos sem-voz. (RAMONET, 2003).

Outra questão essencial para se entender a mídia na época contemporânea diz respeito ao amplo processo de **concentração de poder** em curso nas diversas esferas produtivas. Nos meios de comunicação, um reduzido número de corporações detém um número expressivo de veículos²⁸:

Hoje, verificamos que os grandes conglomerados de comunicação estão cada vez mais concentrando seu poder de informar apenas as suas próprias idéias. Veja o caso recente da aquisição do centenário jornal paulista *Diário Popular* pelas Organizações Globo, que agora passa a fazer parte do controle da família que dirige a maior rede de televisão do país, uma das mais influentes redes de rádio, dois jornais no Rio de Janeiro, a participação em um jornal econômico, uma revista semanal, um provedor de Internet e muitos outros produtos de comunicação capazes de atingir, de uma forma ou de outra, toda a população. (SANTOS:2006)

Nos EUA, a Comissão Federal de Comunicações foi criada com o objetivo de cercear a excessiva concentração de poder num mesmo estado. Já no Brasil, como vimos acima, o monopólio da informação pela rede Globo é uma realidade sensível, mas que passa despercebida do grande público.

Em outras palavras, os grupos de mídia possuem atualmente duas características novas: em primeiro lugar, encarregam-se de tudo o que envolve texto, imagem e som e o divulgam por meio dos canais mais variados (jornais, rádios, televisões abertas, a cabo ou por satélite, internet e por todo tipo de rede digital). A segunda característica: estes grupos são mundiais, planetários e globais – e não apenas nacionais e locais. (RAMONET, 2003).

²⁸ "Os EUA dispõem de um conjunto impressionante de meios de comunicação de massa: 1700 jornais diários, onze mil revistas, nove mil estações de rádio, mil estações de TV, 2500 editoras de livros e sete mil estúdios de cinema (...) Hoje cinquenta corporações dominam a maior parte dos canais de distribuição dos jornais diários e a maior parte das vendas e da audiência das revistas, estações radiodifusoras, livros e filmes" (BAGDIKIAN apud BUCCI, 2000:13).

Esse fenômeno, todavia, é mundial. Em AMARAL (2006) lemos que

apenas nove empresas dominam a comunicação no mundo; 50% da receita dessas grandes corporações decorrem de operações fora de suas respectivas sedes. Menos de cinquenta empresas são responsáveis pela imensa maioria da produção mundial de filmes e de programas de tevê, além de serem as donas de canais de transmissão por cabo e de sistemas de cabo e satélite, publicação de livros, revistas e do mercado fonográfico. Já no início dos anos 80, um terço das horas de transmissão de televisão em todo o mundo era preenchido com programação importada, a maioria norte-americana.

Como parte deste contexto de globalização e “oligopolização”, as **agências de notícias** desempenham um papel importante, em geral pouco conhecido pela sociedade. Mesmo os maiores jornais que tinham no seu quadro correspondentes estrangeiros foram obrigados a cortar custos para se tornarem mais competitivos e passaram a depender, no caso de coberturas em outras localidades, das empresas que fazem a intermediação das informações. É importante destacar que as agências não fornecem os fatos que apuraram de maneira “bruta”, mas sim por meio de um texto noticioso. Às vezes este texto é reescrito pelo jornal que o adquiriu; outras, a notícia é publicada *ipsis litteris*.

2.2 OS PECADOS CAPITAIS DA IMPRENSA

Recentemente perguntei a um grupo de alunos o que mais lhes tem chamado atenção nos jornais e revistas que costumam ler. A maioria concordou com o fato de que há um uso abusivo de estratégias narrativas sensacionalistas²⁹ ao noticiar fatos ou acontecimentos. Essa prática, cada vez mais recorrente, leva a uma “coloração” dos fatos com o objetivo de causar impacto ou chocar a opinião pública.

Mas, seria um simplismo de minha parte, ressaltar essa crítica em detrimento de outras. Em linhas gerais, todas as questões discutidas até o momento sinalizam para um contexto complexo na contemporaneidade. Como forma de lidar com ele, os maiores jornais brasileiros iniciaram, há cerca de uma década, um profundo processo

²⁹ Quando do episódio das diversas rebeliões organizadas pelo PCC na cidade de São Paulo e em outras cidades do Estado, a coluna “Painel” do jornal Folha de São Paulo (17/05/2006) ressalta que “No vale-tudo da segunda-feira, houve emissora de televisão exibindo às 15h, por minutos a fio, as imagens de um ônibus incendiado no início da manhã. Com a inscrição ‘ao vivo’”.

de autocrítica na tentativa de responder a questões cruciais sobre a função, a relação com o leitor e os objetivos propostos.

Em “Sobre ética e imprensa”, há um capítulo dedicado a discutir essas questões. Logo na abertura, BUCCI (2000:131) localiza em 1993 o início de debates mais intensos sobre a ética na imprensa brasileira, com a publicação pelo *Jornal da Tarde* de uma lista elaborada pelo historiador e jornalista norte-americano Paul Johnson com os “sete pecados capitais da imprensa”. BUCCI ressalta que listas do gênero não devem ser tomadas como parâmetros inquestionáveis, mas antes são um modo de “classificar os erros em categorias claras, de grande utilidade para a organização do debate”. Em seguida, faz um comentário detalhado de cada um dos tópicos. Dada a relevância desses comentários para um entendimento mais acurado dos principais questionamentos que a mídia enfrenta na atualidade, vou apresentá-los de modo sintético³⁰:

1. Distorção, deliberada ou inadvertida.

Quanto maior o monopólio nos meios de comunicação, mais propício é o ambiente para que ocorram distorções deliberadas, uma vez que não há outros veículos que tenham o poder de contestá-las. A única forma de combater essa prática é por meio de uma maior pluralidade e diversidade na imprensa. Já a distorção inadvertida decorre da pressa em se dar um furo, sem antes checar todas as informações devidamente.

2. Culto das falsas imagens.

Nas últimas décadas, intensificou-se o processo de “confeccção de uma realidade espetacular” pela criação de esteriótipos e dramatização dos fatos. Sadam Hussein e Fidel Castro encarnam os eternos vilões, enquanto outros são santificados. O resultado é um jornalismo que, em vez de promover o debate público, tende para o maniqueísmo sensacionalista e acrítico.

3. Invasão da privacidade.

³⁰ Omitirei os comentários sobre o telejornalismo, por não fazerem parte de minha pesquisa.

Aqui se tem o velho dilema sobre quais as fronteiras a serem estabelecidas entre a privacidade³¹ e o interesse público (não confundir com a curiosidade perversa do público): é difícil traçar limites claros quanto ao que deve ou não ser divulgado. Aliás, o problema não reside apenas na informação em si, mas em como ela é tratada; se com sensacionalismo e moralismo, por exemplo.

4. Assassinato de reputação.

Normalmente decorrente de distorções deliberadas ou inadvertidas. BUCCI cita o caso emblemático da *Escola Base*, cujos donos foram pré-julgados pela imprensa por causa de denúncias de abuso sexual em crianças, que depois se mostraram infundadas. Em consequência dessas acusações, a escola foi depredada e os donos tiveram sua reputação destruída.

5. Superexploração do sexo³².

6. Envenenamento das mentes das crianças³³.

Os limites dependem diretamente dos costumes de cada comunidade. A questão³⁴ aponta para uma dupla hipocrisia moralista: por um lado, o público consome o que diz repudiar, por outro, os meios agem de modo a legitimar essa popularidade.

7. Abuso de poder.

Esse “pecado” está relacionado ao primeiro da lista. O abuso do poder é diretamente proporcional à grande concentração dos meios de comunicação. Maior diversidade e concorrência levam à divulgação de um maior número de pontos de vista e reduzem a possibilidade de abuso de poder.

Ao longo do capítulo, são apresentadas outras listas semelhantes³⁵. Todas apontam para questões de extrema importância para enriquecer e ampliar o debate sobre o jornalismo e seus métodos.

³¹ BUCCI alerta para o fato de que normalmente é feita uma distinção de classe social: discute-se a invasão de privacidade em relação aos privilegiados, mas essa questão não é posta quando se trata de pessoas de camadas desfavorecidas.

³² Apesar de os itens 5 e 6 estarem muito mais presentes na televisão, jornais e revistas também os praticam.

³³ BUCCI situa esse pecado na cultura em geral, ou seja, não é exclusivo da imprensa. Mesmo assim, cobra desta um empenho maior para combater, por exemplo, a publicidade perniciosa. (p.160)

³⁴ BUCCI sugere como parâmetro mínimo o critério da adequação ao que cada um julga ser aceitável dentro da própria casa. (p.160)

2.3 AS CARACTERÍSTICAS DA NOTÍCIA

Como já vimos anteriormente, uma notícia não é um texto que apresente características independentes de seu contexto gerador. Pelo contrário, ela é fruto de condições determinadas, circula num meio específico e dirige-se a determinados leitores.

À primeira vista, a notícia parece ser um gênero de fácil conceituação e reconhecimento. Em linhas gerais, as definições clássicas apontam (LAGE, 2001:50) para a seguinte formulação: a notícia é o relato objetivo de um fato ou evento que, além de inédito, deve despertar o interesse dos leitores.

Toda definição implica uma redução. Ainda assim, o resultado deve ser capaz de apreender a complexidade do objeto descrito. No presente caso, isso não acontece na medida em que a definição exige uma série de esclarecimentos adicionais: O que é um relato “objetivo”? Qual é o conceito de ineditismo³⁶? Como antever se o fato ou evento despertará o interesse dos leitores?

Não creio que outras definições de uso corrente seriam mais concludentes. Digo isso pela complexidade dos aspectos que entram em jogo, desde o momento em que uma notícia passa a ser cogitada para figurar na pauta até a sua publicação na mídia. E conseguir sintetizar todo esse processo numa frase (ou mesmo em várias) não é tarefa fácil. Por esse motivo, em vez de apoiar-me numa definição, creio ser mais produtivo discutir os elementos que concorrem para a produção e publicação de uma notícia.

2.3.1 A objetividade

³⁵ Gostaria de mencionar a elaborada pelo jornalista brasileiro Ciro Marcondes Filho, na medida em que enfatiza “as queixas mais comuns da sociedade” em relação à imprensa. Transcrevo as que dizem respeito ao jornalismo impresso: 1. Apresentar suspeito como culpado. 2. Vasculhar a vida privada das pessoas, publicar detalhes insignificantes de personalidades e de autoridades para desacreditá-las. 3. Construir uma história falsa, seja em apoio a versões oficiais, seja para justificar uma suspeita. 4. Publicar o provisório e o não-confirmado para obter o furo. Transformar o rumor em notícia. 5. Incitar “rachas” (discórdias, cizânias, buscar a polêmica pela polêmica, jogar uns contra os outros). 6. Comprar ou roubar documentos. Gravar algo à revelia, instalar microfones escondidos.

³⁶ Há diversos pensadores que colocam em cheque essa questão ao chamarem a atenção para o fato de que a mídia provoca modificações apenas nas aparências.

Iniciarei pelo elemento que merece uma atenção especial: a objetividade. Essa questão perpassa os mais variados códigos de ética e os manuais de redação. São incontáveis as referências à objetividade como imperativa do método jornalístico e do discurso informativo. Durante muito tempo, essa noção era tida como inquestionável. Nas últimas décadas, contudo, o campo jornalístico passou a problematizá-la com maior frequência.

Na imprensa dita “séria”, os manuais de redação preconizam o máximo de objetividade e imparcialidade na redação de uma notícia. Mas, o próprio “Novo Manual da” do jornal *Folha de São Paulo* (1992:19) explica no verbete *objetividade* que “não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isso não o exime, porém, da obrigação em ser o mais objetivo possível”.³⁷

Uma vez que o jornalismo não consegue captar a realidade em toda a sua complexidade a não ser como elemento de mediação, é lícito supor que toda e qualquer notícia apresente uma versão parcial (da realidade), cuja elaboração decorre de um processo de escolhas: “ao escrever, cada palavra é uma decisão; cada orientação, uma decisão. Durante todo o tempo da sua atividade diária, o jornalista seleciona e opta”. (DINES, 1986:120).

Assim, o jornalismo não reflete a realidade como se fosse um espelho, mas constitui-se num discurso sobre a realidade. Portanto, a distinção entre opinião e informação é um paradigma que precisa ser questionado, mesmo porque o jornalismo se constrói a partir da interação entre ambas. É uma ilusão pensar a informação isenta de juízos de valor. E não há razão em temer a interpretação, desde que o leitor tenha sempre em mente de que ela está ligada de modo intrínseco aos fatos.

ARBEX (2002:107) discute a questão de maneira pertinente, ressaltando o caráter seletivo da observação humana. Apesar de não negar a existência concreta dos

³⁷ A continuidade do texto apresenta algumas orientações, de cunho excessivamente geral, para alcançar o máximo de objetividade defendida anteriormente: “Para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias e as repercussões, o jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse. Consultar outros jornalistas e pesquisar fatos análogos ocorridos no passado são procedimentos que ampliam a objetividade possível”.

fatos, enfatiza que usamos a linguagem (um construto simbólico) para nos referirmos a eles. Em suma, a mera descrição já é, em princípio, uma interpretação. Mas isso não significa que esta seja arbitrária:

O observador designa o que é um fato, mas o faz limitado por contextos econômicos, culturais, sociais, ideológicos, políticos, históricos, psicológicos e por sua própria competência discursiva, colocada em jogo em uma disputa de discursos e saberes (os saberes produzidos por instituições, no sentido dado por Foucault), assim estabelecendo uma relação de poder simbólico – isto é, uma relação política, no sentido mais amplo do termo. É insuficiente, nessa perspectiva, estudar o fenômeno da comunicação tomando como base o tradicional esquema proposto por Aristóteles: emissor-mensagem-receptor. Esse esquema só pode ser operante no mundo da universalidade abstrata, em que se admite a unidade psicológica do ego, assim como a linearidade e transparência da consciência. (ARBEX, 2002:107)

Apesar de certos jornalistas e estudiosos da comunicação considerarem a objetividade um falso paradigma, ela continua sendo um parâmetro importante. Cada vez mais, deixa de ser vista como uma verdade absoluta e passa a representar um valor desejável. Entretanto, não se trata de um valor universal e atemporal. Como exemplo disso, PEREIRA (2003:7-8) traça um breve comparativo entre a cultura anglo-americana e a francesa no início do século XX, afirmando que aquela começou a buscar uma diferenciação entre os gêneros opinativo e informativo enquanto esta preferia a mediação subjetiva do jornalista.

No Brasil, a influência anglo-americana começou a ter uma presença mais destacada apenas a partir da década de 50. Segundo RIBEIRO (2006:05),

Esses ideais, entretanto, apesar de influenciarem a imprensa brasileira, não se tornaram, na primeira metade do século, hegemônicos. O jornalismo aqui estava muito próximo da política e se constituía num exercício mais ou menos literário, cujo estilo – de responsabilidade do redator – variava bastante de um jornal para outro e mesmo dentro de um único jornal. Somente a partir da década de 50, graças à atuação do *copy-desk* e ao desenvolvimento do ensino da técnica jornalística, o princípio da objetividade impôs progressivamente uma padronização ao estilo.

2.3.2 Os diferentes tipos de jornal

Conhecer o perfil do jornal é uma informação importante para a construção dos sentidos possíveis das matérias da pauta. Existem muitos tipos diferentes (jornais de bairro, jornais de escola ou faculdade, de clubes ou associações, de partidos políticos etc.) e cada qual tem intenções diferentes.

Há jornais que circulam numa cidade ou num estado inteiro. Na maioria das vezes, eles são aparentemente menos tendenciosos do que um jornal de um partido político ou de um clube. (...) Podemos também diferenciar os jornais pela forma como relatam os fatos. O grau de sensação que uma notícia pode ou pretende despertar varia, e é isso que vai diferenciar um tipo de jornalismo mais sensacionalista de um jornalista mais sério e ético. Há um tipo de imprensa que não se preocupa com a apuração e checagem profunda dos fatos; busca a informação a qualquer preço e conta os fatos para chocar ou emocionar os leitores. Esse tipo de imprensa recebe o nome de sensacionalista, também chamada, no Brasil, de imprensa marrom. (BARBOSA, 2001:54)

2.3.3 Os diferentes tipos de leitor

Mesmo que os interlocutores de um jornal formem um grupo heterogêneo, conhecido apenas em linhas gerais mediante pesquisas de opinião e através de cartas e telefonemas endereçados ao jornal, eles são sempre levados em conta no processo de produção da notícia. Se um jornalista escrever sobre o mesmo evento em dois veículos de comunicação cujos leitores tenham perfis diferentes, produzirá dois textos distintos. Sobre isso, Bakhtin (1997:320) explica que

Os outros para os quais o meu pensamento se torna, pela primeira vez, um pensamento real (e, com isso, real para mim), não são ouvintes passivos, mas participantes ativos da comunicação verbal. Logo de início, o locutor espera deles uma resposta, uma compreensão responsiva ativa. Todo enunciado se elabora como para ir ao encontro dessa resposta. O índice substancial (constitutivo) do enunciado é o fato de dirigir-se a alguém, de estar voltado para o destinatário.

2.3.4 A escolha da pauta

Mesmo leitores experientes nem sempre percebem que a própria escolha daquilo que será ou não notícia é decorrência de um processo de seleção e hierarquização. Não há nenhum dado apriorístico que determine o que deve ou não ser noticiado. Mesmo os critérios de relevância ou de estranheza não são suficientemente objetivos a ponto de se constituírem de forma independente de quem os postula.

É importante saber mais sobre o processo de escolha. Muitas vezes o fato em si não desperta maior interesse, mas é publicado exatamente por causa disso. O jornal prefere dar destaque a uma notícia de pouco impacto social em vez de noticiar algo

polêmico. Enfim, a decisão do que será notícia nem sempre segue uma lógica clara para o leitor.

ABRAMO (2003:26) identifica o processo de omissão de determinados assuntos como parte de um padrão de manipulação freqüente na imprensa. Segundo o jornalista, a imprensa costuma classificar os fatos em duas categorias: os jornalísticos e os não-jornalísticos. Essa prática é improcedente, visto que não há nada inerente a um fato que o torne jornalístico. A relevância informativa é determinada, isso sim, pela linha editorial do órgão da imprensa.

Tomada a decisão de que um fato “não é jornalístico”, não há a menor chance de que o leitor tome conhecimento de sua existência por meio da imprensa. (...) O fato real ausente deixa de ser real para se transformar em imaginário. E o fato presente na produção jornalística, real ou ficcional, passa a tomar o lugar do fato real e a compor, assim, uma realidade diferente da real, artificial, criada pela imprensa. (p.27)

2.3.5 A atualidade

A notícia tem o compromisso com a atualidade. Diz-se do jornal velho, por exemplo, que sua função é virar papel de embrulho. Esse fato ressalta o caráter efêmero da notícia. Ao tratar de eventos que acabaram de ocorrer, sua referência é o tempo passado.

LIMA (2006) chama a atenção, entretanto, para o fato de uma parte das notícias ajudar a construir um cenário futuro: “Mais especificamente, o jornalismo, além de construir uma realidade social diversa da realidade vivenciada cotidianamente, constrói, ainda, futuros. Elabora projeções da sociedade para o futuro de curto prazo, apoiadas nas falas e discursos originários, especialmente, nas esferas centrais e internas de poder.”

2.3.6 A manchete

É muito provável que a manchete seja o tópico mais lido de um jornal ou revista. Constitui um elemento essencial da notícia, uma vez que apresenta uma síntese do assunto com o objetivo de atrair a atenção do leitor. Mesmo que pretenda causar um efeito de objetividade, nem sempre este é alcançado.

Há vários estudos sobre o assunto, dos quais destaco, a título de ilustração, a análise comparativa de várias manchetes publicadas pelo jornal *Zero Hora* sobre a greve dos caminhoneiros de 2000. ALBUQUERQUE (2006) demonstra que enfatizam as conseqüências desastrosas à sociedade e a irresponsabilidade do movimento. Nenhuma, entretanto, faz qualquer menção às causas (o não cumprimento pelo Governo Federal de um acordo firmado).

Vale ainda citar o estudo de BIONDI (2000:08), no qual são analisadas as estratégias de manipulação da imprensa em favor do governo de FHC. Entre elas, está a publicação de manchetes enganosas³⁸ e de manchetes elaboradas com base em textos e dados estatísticos fornecidos pelo governo, sem que sejam verificados na medida necessária.

2.3.7 O lide

Segundo ZANOTTI (1998:16), o lide surgiu pela necessidade enfrentada pelas agências internacionais de notícias padronizarem o texto que distribuía aos jornais³⁹. O lide é formado por um resumo sumário das principais informações. Ele tem como objetivo responder às seguintes questões: *o quê?, quem?, quando?, onde?, como?, por quê?* A essas respostas seguem outras informações em importância decrescente, prática chamada de “pirâmide invertida”.

Apesar de ser uma técnica empregada com vistas a garantir o máximo de objetividade, o lide cria esse efeito sem, contudo, alcançá-lo plenamente. Isso porque as questões sempre serão respondidas a partir de uma determinada angulação.

No caso de uma notícia sobre a ocupação de uma fazenda pelo MST, o jornal escolherá um entre os vários pontos de vista implicados nos acontecimentos. Na

³⁸ “Dobra o acesso do consumidor ao crédito”, manchete publicada logo após pesquisas apontarem para um maior endividamento das famílias brasileiras após o plano Real.

³⁹ O mesmo texto das agências era utilizado por milhares de jornais de todas as partes do mundo. Cada um deles fazia uma avaliação diferente da importância de cada notícia e do espaço que ela deveria ocupar. As agências precisaram criar a fórmula da pirâmide invertida para que cada jornal pudesse fazer os cortes necessários nos textos para adaptá-los às suas necessidades, sem perderem as informações fundamentais. Daí, a colocação dos dados em ordem decrescente de importância. O corte poderia ser feito pelo pé, de substância informativa.

resposta ao “quem?”, a notícia poderá trazer os fazendeiros ou os integrantes do MST como agentes. A escolha de uma das abordagens levará à construção de sentidos totalmente diversos. Assim, não há apenas um encaminhamento possível. De uma gama ampla de informações, seleciona-se um número restrito, a partir de um processo complexo que envolve inúmeras motivações.

Antes de o lide ter sido implantado no Brasil, na década de 50, a notícia seguia uma estrutura tradicionalmente chamada de “nariz de cera”: um preâmbulo longo e, muitas vezes desnecessário, introduzia a notícia. Na atualidade, a maioria das notícias é aberta segundo esse procedimento. Porém, segundo BOAS (1996:45) há outras formas.

Uma história bem contada sem o lead deve ter começo, meio e fim. E se puder ser cortada é porque está mal escrita. O lead, ao contrário, existe para que a matéria resista a um corte no pé, sem prejuízo do texto. Neste aspecto, o texto da revista informativa geral requer planejamento e talento. Uma espécie de conciliação entre arte e técnica. De cara, você precisa pegar o leitor, conduzi-lo ao longo da narrativa e oferecer-lhe uma sensação satisfatória. O leitor precisa, no mínimo, terminar de ler o texto com uma suave sensação de que chegou a algum lugar.

Enfim, o lide, o nariz de cera, a pirâmide invertida, entre outros, são convenções narrativas que decorrem de contextos culturais determinados.

2.3.8 A autoria

A notícia não é fruto de um autor individual. Na sua concepção concorrem interesses diversos: da empresa jornalística; da editoria em que será publicada; do jornalista que cobre o fato ou evento; das fontes que utiliza; do público-alvo a que se dirige. E, não bastasse isso, o texto ainda sofrerá ajustes do chefe de reportagem, do editor, do diretor de redação e do diagramador.

(...) a autoria no jornalismo se constrói na interface entre o jornalista que colhe as informações (apuração) e as fontes que as fornecem. A partir dessas informações apuradas, o jornalista produz o seu texto pontuado/atravessado por diferentes vozes, portanto. O autor jornalista fala a partir do ponto de vista das esferas envolvidas na notícia, que autorizam ou dão legitimidade ao seu discurso. Além disso, outro aspecto há que se observar. No discurso há ainda a voz da instituição que ele representa. Portanto, a autoria não é um processo individual. (CARDOSO, 2006:147)

Ou seja, há uma concorrência de interesses diversos que participam de um embate de forças. Apesar da tentativa de ocultar sistematicamente qualquer traço de autoria, as notícias narradas trazem as marcas desses embates.

2.3.9 A linguagem

A linguagem é uma das principais matérias-primas do jornalismo. Aliás ela é importante aliada do mito da objetividade, quando é concebida como impessoal e “transparente”, ou seja, como instância que expressa de modo unívoco a experiência e o conhecimento. No campo jornalístico, essa visão está ligada ao entendimento da notícia como o retrato dos fatos e a transcrição da realidade. Nesse contexto, não há espaço para deslizes, ambigüidade e opacidade, mas apenas para o sentido literal⁴⁰.

Há diversos mecanismos lingüísticos empregados na redação de uma notícia com vistas à legitimação desse tipo de concepção. Não devemos perder de vista o fato de que devem ser entendidos como estratégias conscientes, que fazem parte de um conjunto de “técnicas” disponíveis. O seu emprego não é responsável por construir um texto objetivo, mas sim por causar determinados efeitos de objetividade. Entre elas, destaco as seguintes:

- **O uso de aspas para indicar a transcrição fidedigna de uma fala.**

Mesmo que o jornalista tenha sido o mais fiel possível às palavras da fonte, isso não é garantia de que o contexto da enunciação tenha sido recuperado com adequação. Além disso, a interpretação do redator transparece em certos verbos de elocução que introduzem o discurso direto (conceber; imaginar; lamentar; protestar etc).

- **O sistema verbal restrito à terceira pessoa no discurso indireto.**

Ainda que o jornalista seja um narrador em certa medida participante dos acontecimentos, ele procura apagar as marcas de autoria ao longo da notícia.

- **A inadequação do uso de adjetivos.**

⁴⁰ Sobre essa questão, ver itens 1.5 e 1.6.

Como têm a função de atribuir qualidades subjetivas ao objeto observado ou ao evento narrado, quaisquer palavras qualificativas devem ser evitadas.

- **A inadequação de expressões ambíguas.**

A concepção de língua unívoca e transparente baseia-se na possibilidade de uma escolha lexical neutra; porém, nenhuma opção é totalmente aleatória. Por isso, é preciso estar atento para determinadas palavras “repletas” de sentidos sociais. Seu uso traz implicações aos que participam da autoria da notícia. LAGE (2001:75) ilustra essa questão por meio dos termos “povo, público e população; ditador, líder e governante; burocrata, servidor público”. Mesmo que as diferenças sejam sutis, não há como empregá-los com neutralidade⁴¹, pois cada um exige uma responsabilidade na escolha.

2.3.10 As fontes

Cabe ao jornalista não só atribuir adequadamente as informações às fontes, como também verificar a veracidade das afirmações feitas. Muitas vezes a pressa em dar o furo antes da concorrência leva a um trabalho demasiadamente apressado na checagem das fontes, o que aumenta a incidência de erros.

Além disso, convém citar um procedimento muito comum na imprensa brasileira e que deveria ser usado com maior parcimônia: a publicação de informações “off-the-record”, isto é, de informações cuja fonte solicita sigilo quanto à sua identidade. O abuso dessa prática já levou à publicação de muitas informações distorcidas.

2.3.11 A imagem

Cada vez mais a imprensa escrita tem trabalhado com imagens. É comum, por exemplo, uma notícia vir acompanhada do registro fotográfico, elemento essencial na produção de informação (e não apenas um objeto de apoio). Em determinados casos, a

⁴¹ “Há, por outro lado, limitações específicas de sentido: quantos referentes têm tido a palavra *democrata*? Por que consideramos *liberdade* no sentido de possibilidade legal (discursiva, dos códigos) e não de possibilidade concreta (material, de recursos)? Palavras são proibidas, perigosas, cheias de ameaças; a polícia de sua escolha é sutil e interessada. Que distância há entre *advertência*, *ameaça* e *ultimato*? Entre *convite*, *convocação* e *chamado*?” (LAGE, 2001:76)

fotografia assume uma função de esclarecer elementos presentes no texto, o qual ficaria prejudicado caso não estivesse acompanhado da imagem.

Como a fotografia é vista pela grande maioria como uma fiel reprodução da realidade, as fotos jornalísticas ganham o *status* de testemunhas oculares e autênticas dos fatos. Mas isso não passa de uma impressão; pois, por mais ilustrativa que possa parecer, toda foto resulta de escolhas do fotógrafo e da equipe de editores – conscientes ou não.

2.3.12 A diagramação

A organização geral de uma página de jornal ou revista, isto é, a escolha de quais notícias serão agrupadas e o formato deste agrupamento, leva o leitor a estabelecer determinadas relações de sentido, mesmo quando o editor não tinha um objetivo lógico a não ser a acomodação meramente espacial dos textos.

Um jornal de notícias tradicionalmente redigidas (...) é o exemplo mais flagrante daquilo que Abraham Moles chamou de cultura em mosaico: instantes de material diverso, fixados na sua emergência, dispostos ao acaso ou paginados segundo critérios de contigüidade espacial, semelhança de assunto ou personagem. Tais critérios são, de qualquer modo, aleatórios e tendem a forjar falsas categorias de conhecimento: dois episódios ocorridos no mesmo país, na mesma cidade, na mesma rua, na mesma casa ou no mesmo continente não têm necessariamente relação entre si; a violência da opressão política, a violência de um acesso de loucura individual e a violência de um desastre não se relacionam senão pela aplicação a todos os casos da palavra *violência*. (LAGE, 2001:68-9)

Também a diagramação da própria notícia, seu tamanho, a localização, o uso de fotografias para ilustrá-la não constituem elementos neutros, na medida em que concorrem para a recepção do texto.

Uma vez discutido o contexto mais amplo da notícia e suas características específicas, é momento de sintetizar a essência daquilo que foi apresentado ao longo do capítulo. A natureza de meu objeto de pesquisa fez com que eu buscasse na lingüística e no jornalismo os fundamentos de minhas reflexões, uma vez que ambas as áreas se interpenetram. Basta lembrar, por exemplo, quantos elementos inerentes à notícia estão diretamente ligados a manifestações da linguagem.

De modo geral, pode-se afirmar que o texto desse gênero do discurso sempre será perpassado pela subjetividade do jornalista e por diversos outros fatores condicionantes, tais como a orientação da linha editorial do veículo de comunicação, os diálogos implícitos e explícitos da editoria e de outros colegas de redação, dos pares que trabalham em outros veículos, do contexto histórico etc.

As vozes sociais, pela boca dos falantes, vivem em múltiplos e contínuos contatos que constituem uma imensa teia dialógica a que Bakhtin dá o nome de *heteroglossia dialogizada*. Nela as vozes sociais se interiluminam, se interpenetram, se apóiam mutuamente, entram em conflito, se contradizem, se rejeitam total ou parcialmente. É esse tenso embate dialógico que dá dinamicidade à língua enquanto realidade social vivida. (FARACO, 2006:5)

Em decorrência disso, não é viável entender a linguagem da notícia como objetiva e transparente ou partir para a identificação dos traços imutáveis que condicionam a estrutura da notícia. A relevância está, isso sim, na análise das estratégias de “fabricação” dessa pretensa objetividade e estabilidade.

3. A ANÁLISE DOS LIVROS

Nesse capítulo será desenvolvida a análise dos livros didáticos do *corpus* selecionado, isto é, dos cinco volumes únicos que, por um lado, trabalham a partir de uma perspectiva de ensino dos gêneros textuais e, por outro, foram aprovados na primeira edição do PNLEM. Esse aspecto é fundamental na medida em que atesta a presença marcante que as obras têm nas salas de aula do ensino público.

Convém enfatizar que os conceitos desenvolvidos nos primeiros dois capítulos serão utilizados como base para a análise. Principalmente no que se refere aos elementos que interagem no processo de produção de uma notícia, pretende-se verificar em que medida as unidades didáticas recuperam as discussões apresentadas até o momento. As unidades fazem um trabalho de resgate do contexto das notícias analisadas? Há comparações entre notícias sobre o mesmo assunto publicadas em veículos diferentes? A questão da objetividade é problematizada? Como as técnicas narrativas são apresentadas? A notícia é concebida como espelho da realidade ou como uma construção que apresenta uma versão possível dos fatos? Enfim, são vários os critérios que nortearam a leitura atenta dos capítulos selecionados.

Por último, segue uma questão de ordem prática: optei por colocar em anexo a íntegra do material analisado. Assim cada interlocutor desta dissertação terá autonomia para contrapor o encaminhamento dos LDs às análises propostas neste capítulo. Sendo assim, cada item a seguir dispõe, em anexo, de uma cópia da respectiva unidade que motivou a análise. Na hora de fazer a referência a alguma página do livro, decidi manter a paginação original da obra e não a dos anexos, uma vez que a numeração original da obra está bem clara nas digitalizações. Ambas as escolhas se baseiam na tentativa de resgatar ao máximo a situação concreta de minha interlocução.

3.1 Livro 01 – “Português: linguagens”

O livro é subdividido em 09 unidades, perfazendo um total de 47 capítulos. Cada qual faz parte de uma das seguintes áreas: língua (seu uso e reflexão); literatura e produção de texto. Antes de iniciar a análise do capítulo sobre o gênero “notícia”,

interessa-me depreender a abordagem do manual do professor (MP) quanto à produção textual, pois o livro elenca o gênero analisado dentro dessa “área”.

Inicialmente Cereja e Magalhães esclarecem sobre a abordagem empregada, que prevê um trabalho sistemático “e em gradação espiral de gêneros textuais ou discursivos”. Para embasar o trabalho com os gêneros, discorrem sobre a concepção de Bakhtin e abordam a visão de pesquisadores do “grupo de Genebra” sobre o ensino da escrita a partir de gêneros.

Segundo os autores, a estratégia adotada no LD transforma a sala de aula numa oficina de textos de ação social, pois oferece estratégias que, “além de diversificar e concretizar os leitores das produções, permitem também a participação direta de *todos*⁴² os alunos e eventualmente de pessoas que fazem parte de suas relações familiares e sociais.”

Ao final, dedicam duas páginas aos seguintes temas: “o jornal em sala” e “uma experiência com o jornal”. De princípio, destacam a relevância do trabalho com o jornal por possibilitar inúmeras abordagens didáticas e ser passível de exploração em todas as séries do segmento. Entre as possibilidades mencionadas estão

o debate de assuntos que estabelecem relações entre os indivíduos e o mundo que o cerca; diferentes interpretações de um mesmo assunto; estudo das especificidades de cada gênero jornalístico; estudo da primeira página, da relação entre texto verbal e fotografias, entre foto e legenda, título e matéria jornalística; análise de jornais voltados a leitores com diferentes interesses; e, enfim, a produção de gêneros jornalísticos. (p.23)

Na seqüência há uma sugestão de bibliografia para o trabalho com o jornal em sala e o relato das etapas de uma experiência envolvendo a produção de jornais artesanais, a qual trilhou o seguinte percurso: análise de jornais da cidade dos alunos; planejamento em grupo de um jornal; análise de gêneros jornalísticos; produção de textos; montagem e circulação dos jornais.

Pelos dois últimos temas abordados, é possível perceber a importância que os autores conferem ao trabalho didático com o jornal. Essa mesma preocupação é

⁴² Num trecho mais abaixo, os autores afirmam que “o ato de escrever é dessacralizado e democratizado: *todos* os alunos devem aprender a escrever *todos* os tipos de texto.” (grifo dos autores)

externada ao longo do exemplar do aluno, no qual há vários capítulos que se ocupam dos gêneros jornalísticos a seguir: artigo de opinião; notícia; reportagem; crônica; crítica; editorial; texto publicitário; carta do leitor.

O capítulo⁴³ específico sobre a notícia é subdividido em duas partes: “Trabalhando o gênero” e “Produzindo a notícia”. Logo de início, há a transcrição de um texto publicado na *Tribuna Imprensa*. Aliás, chama atenção o fato de a exploração do gênero se resumir à leitura de uma única notícia de jornal impresso. Dado esse procedimento por demais econômico, é de se esperar que a seleção tenha sido criteriosa e se encaixe numa das definições de notícia que CEREJA & MAGALHÃES trazem na seqüência. Como elemento comum, todas enfatizam a importância de os fatos relatados serem relevantes para o leitor.

Não me parece que a notícia escolhida pelos autores vá ao encontro do que postulam as definições. O relato sobre o vazamento de 20 toneladas de óleo na costa espanhola tem grande relevância no país onde ocorreu ou em países vizinhos porventura atingidos. Mas para nós, brasileiros, o interesse despertado é muito menor. Caberia alguma estratégia didática para aproximar o aluno do texto. Por exemplo, se fosse estabelecida alguma relação com os vazamentos de petróleo que destruíram um dos mais conhecidos “cartões postais” do país (a baía de Guanabara) ou com outro desastre ecológico de grande impacto ao nosso meio ambiente, nossa relação de interesse seria outra, o que possibilitaria o reconhecimento mais claro de uma característica essencial do gênero textual.

É inegável o fato de que uma das principais características imanentes a uma notícia diz respeito à sua atualidade no momento da publicação. Ninguém se interessa por jornal velho. Sabendo do grande investimento de tempo necessário para a edição e do período limitado de circulação de um livro didático, não se pode exigir que ele traga notícias recém-publicadas na imprensa. Mesmo assim, há formas de minimizar essa questão. Há textos que perdem pouco em atualidade, pois tratam de temas que continuam relevantes para a construção da cidadania – objetivo defendido pelos autores no MP. Nesse sentido, há um sem número de notícias (conflito de classes,

⁴³ O capítulo analisado se encontra no Anexo 1.

invasões de terra, meninos abandonados, violência doméstica, desemprego etc.) cujas temáticas podem ser atualizadas com a realização de um debate em sala, inclusive envolvendo a pesquisa de notícias recentes.

Aliás, convém lembrar que o próprio encaminhamento de leitura pode contribuir e muito. Nesse sentido, uma estratégia seria a de propor questões sobre os mecanismos de comprometimento da atualidade notícia, como por exemplo: A notícia era atual na data da publicação? Por quê? Em que medida ela continua atual? Como as circunstâncias se alteraram desde então? O que justificaria uma publicação da mesma notícia na atualidade? Por que o livro didático não trouxe uma notícia publicada no jornal de hoje? Qual a diferença entre uma notícia publicada na imprensa e a mesma notícia retratada no LD? Esse tipo de questionamento constitui um modo válido de confrontar o aluno com uma situação aparentemente incontornável, mas que, devidamente problematizada, suscitaria reflexões propícias à elaboração de um pensamento crítico sobre a própria materialidade do LD.

Entretanto, os autores optaram por outro caminho. As cinco perguntas sobre o texto giram em torno da identificação do fato principal e de suas circunstâncias (quando; onde; por que; quem são os principais envolvidos). Em momento algum, o lide como estratégia narrativa é problematizado. Pelo contrário, para chegar às respostas esperadas, basta reler a notícia com vistas à localização dos trechos correspondentes. Em seguida, as características da linguagem do texto são cobradas na forma de três alternativas, da qual a seguinte é indicada como correta para o professor: “impessoal, clara, direta, acessível a qualquer leitor”.

Esse exercício aborda uma classificação capaz de despertar polêmicas. Em nenhum momento os autores dizem em que consiste uma linguagem impessoal. Certamente há no texto uma tentativa de relatar fatos com objetividade, de modo a construir uma aparência de credibilidade. Mas, ainda assim, o texto é fruto de escolhas feitas pelo jornalista e por todos os que participam do processo de autoria, como vimos no capítulo anterior.

Coloca-se então a seguinte dúvida: Como aprofundar o olhar sobre a linguagem do texto noticioso? Os próprios autores citam no MP uma estratégia muito produtiva – a

comparação de duas notícias sobre o mesmo fato. Pergunto-me por que não foi colocada em prática. Não haveria outra notícia disponível? Uma breve procura na internet me levou a inúmeras outras notícias. Veja, por exemplo, a publicada na versão *on-line* da edição brasileira do jornal BBC (doravante notícia B).

Nova mancha de óleo chega à costa da Espanha



Moradores ainda limpam vazamento anterior

Uma mancha contendo cerca de nove mil toneladas de petróleo se aproxima da costa noroeste da Espanha e já atingiu algumas praias neste domingo.

Voluntários usaram pás para afastar o óleo das rochas.

Um correspondente da BBC que acompanhava a operação de limpeza disse que é forte o ressentimento pela má-organização do trabalho.

Muitos dos voluntários não têm máscaras, apesar do medo de que o petróleo pode ser particularmente tóxico.

A maior parte da mancha – vazada do petroleiro Prestige, que naufragou há cerca de duas semanas – está a um quilômetro da costa da Galícia, mas os ventos fortes estão empurrando-a para perto da terra.

Protestos

Moradores realizaram um protesto neste domingo na capital regional, Santiago de Compostela, contra a má administração da crise.

Sindicalistas e partidos da oposição apoiaram a manifestação, pedindo que a Galícia seja decretada área de desastre.

Os manifestantes acusaram as autoridades de não responder de maneira apropriada ao vazamento de óleo, e pediram a demissão dos responsáveis.

Nas últimas duas semanas, a província vem limpando as seis mil toneladas de petróleo que chegaram à costa há cerca de dez dias, arruinando a economia local, baseada na pesca.

O petroleiro Prestige – de 26 anos de idade e com um casco simples – foi danificado numa intensa tempestade no último dia 19, quando era rebocado. Ele partiu em dois e afundou, com cerca de 60 mil toneladas de petróleo a bordo.

As primeiras manchas de óleo do segundo vazamento do Prestige chegaram ao norte do Cabo Finisterre na manhã de domingo.

O mau tempo está prejudicando as tentativas de evitar que a mancha chegue à costa.

“O que nos resta além de fazer nossa malas e sair? Está tudo acabado”, disse o pescador Manuel Boullosa.

“Vai ser a ruína”, disse outro pescador, Ramon Díaz. “Finisterre não tem fábricas, não tem nada, a não ser o que vem do mar”.

Novos vazamentos

Novas manchas de óleo foram vistas sobre o local em que o Prestige naufragou, provocando o medo de que outros vazamentos podem estar a caminho. Anteriormente, chegou-se a acreditar que o petróleo que permanece no navio se solidificaria no fundo do mar, evitando um desastre ecológico. Um submarino francês tripulado por três pessoas vai ser enviado até o navio, para averiguar a situação. O vazamento anterior atingiu mais de cem praias na região e obrigou a proibição da pesca ao longo de 400 km da costa. O efeito foi devastador para a indústria local, baseada na pesca. O Partido Verde da Espanha pediu à procuradoria geral do país que investigue a responsabilidade pelo desastre. O partido diz que o governo falhou ao ordenar que o navio fosse levado para o alto-mar, ao invés de trazê-lo para um porto, onde o petróleo poderia ser retirado do tanque. O governo alega que teve medo que o petroleiro partisse em dois próximo à costa, causando uma tragédia ainda pior.

(Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2002/021201_oleo2ae.shtml)

Uma comparação entre ambas as notícias seria de extrema produtividade para que o aluno levantasse questionamentos sobre o uso de uma linguagem impessoal. A notícia A (transcrita no livro didático) enfatiza o grande empenho do governo espanhol e as dificuldades técnicas para conter o avanço da mancha. O segundo parágrafo, de maior extensão entre todos, apresenta em discurso direto a fala do vice-presidente do governo espanhol. Em nenhum outro momento do texto, há a contraposição de outras opiniões. Da leitura da notícia, depreende-se que o governo tem feito tudo que está a seu alcance para minorar o impacto ao meio-ambiente.

Outro elemento de extrema importância diz respeito ao modo como o jornal chegou a essa notícia. É improvável que tenha um correspondente na Espanha, dados os custos envolvidos. Aliás, mesmo os grandes jornais passaram a cobrir internacionalmente apenas os fatos de grande repercussão. De resto, contam com as agências de notícias. A existência das agências de notícias é uma informação que o aluno precisaria ter para conseguir um entendimento mais efetivo. Além disso, o próprio jornal em que a notícia foi publicada mereceria algum tipo de comentário ou pergunta dirigida que incentivasse alguma reflexão sobre a relação que o gênero mantém com o veículo de comunicação e com os interlocutores a que se dirige.

No caso acima, a *Tribuna Imprensa* é líder de vendas na região de Araraquara (SP), atingindo cerca de 350 mil habitantes. Segundo dados disponíveis no site da

empresa, 69% dos leitores da tiragem diária de 12 mil exemplares têm mais de 36 anos. 62% deles têm, no mínimo, o 2º. grau completo e 51% conta com uma renda familiar acima de 7 salários mínimos. Com esse quadro em mãos teria sido estimulante explorar algumas questões, tais como: Quais elementos do perfil do leitor podem servir de justificativa para a publicação da notícia analisada? Que tipo de notícias provavelmente despertariam maior interesse? Qual a relevância do assunto para o público da região? Em que medida a escolaridade, a faixa etária e o nível de renda podem influenciar uma pauta? Esse mesmo assunto despertaria maior interesse nos leitores da capital? Por quê?

Na notícia B (transcrita na página anterior), por exemplo, a ênfase do texto é outra: “um correspondente da BBC que acompanhava a operação de limpeza disse que é forte o ressentimento pela má-organização do trabalho.” A presença de um enviado especial para acompanhar parte do processo é um dado que confere maior legitimidade ao fato noticiado. Essa mesma presença se faz notar na íntegra do texto, que revela um ponto de vista totalmente diverso do apresentado na notícia A. Além disso, o relato feito no primeiro parágrafo busca descrever para o leitor as condições precárias que os voluntários enfrentam. Assim, cria-se o efeito de que o jornal está preocupado em ouvir a voz da comunidade dos locais atingidos para torná-la pública.

O segundo bloco da notícia, sob o subtítulo “protestos”, mais uma vez reforça o impacto causado pelo acidente aos moradores (a fala de dois pescadores é trazida). Ao contrário da notícia A, são estes, juntamente com sindicalistas e partidos de oposição, as fontes ouvidas. Aliás, a notícia ressalta a percepção que os atingidos têm de que o governo agiu com negligência. Enfim, o quadro descrito ganha contornos totalmente diferentes da notícia A, na qual a voz do governo é apresentada.

Apesar de ambas as notícias terem pontos em comum, tais como a descrição do fato inicial e a apresentação de determinados dados numéricos, o mesmo episódio gerador (o naufrágio do *Prestige* e os vazamentos decorrentes) resultou em duas narrativas diferentes. Uma evidência de que uma notícia pode ser contada a partir de diversos recortes e ângulos.

As escolhas feitas não ocorrem aleatoriamente: são fruto de decisões e circunstâncias específicas⁴⁴. Há, é certo, vários elementos em jogo na determinação de o quê e como os acontecimentos serão contados. No presente caso, há a versão do governo, a da oposição, a dos moradores, a da empresa proprietária do navio, etc. Além disso, seria ingênuo pensar que cada um desses grupos tem uma visão única. É muito provável que haja embates de opinião dentro do próprio governo, assim como em meio aos outros grupos.

O desvelamento das variáveis que entram em cena na adoção de um determinado ponto de vista é uma questão essencial a ser abordada num capítulo que tenha como objetivo trabalhar didaticamente com as características de uma “notícia”. E não se trata de fazer extrapolações. Estamos no domínio concreto da comparação entre dois relatos. E este leva a constatações que não só enriquecem o conhecimento do aluno sobre o gênero como são essenciais a uma visão da complexidade da mídia.

Tentei mostrar a importância didática de um procedimento que os próprios autores do livro em questão defendem no MP: a comparação de duas notícias sobre o mesmo episódio. Na medida em que, na sociedade, há um sem-número de jornais em circulação e uma grande variedade de angulações e recortes, é muito produtivo trabalhar o confronto entre dois textos de modo a explorar semelhanças e diferenças. Dessa forma, consegue-se um olhar mais crítico sobre os assim classificados textos “informativos”.

Interessa-me agora analisar como CEREJA e MAGALHÃES desenvolvem a continuidade do capítulo. A última questão sobre o texto solicita a opinião pessoal sobre as conseqüências para o meio ambiente de desastres do gênero. Em seguida, segue um texto teórico de média extensão, com o objetivo de apresentar algumas definições do gênero “notícia” e de suas características essenciais. O aluno aprende, por exemplo, que há “uma estrutura própria, composta de duas partes: o *lead* e o *corpo*”. O *lide* compõe o primeiro parágrafo e responde às perguntas básicas: *o quê, quem, quando, onde, como e por quê*. Já o *corpo* faz um detalhamento, por meio de

⁴⁴ Por exemplo, é possível que se a *Tribuna Imprensa* tivesse um correspondente, assim como a BBC, a notícia tomasse outras angulações.

informações adicionais ao lide. (p.196) Essa explicação técnica corresponde, em linhas gerais, ao que os próprios manuais de redação dos principais jornais preconizam para um texto de notícia.

Em momento algum, essa técnica é discutida em seu contexto mais amplo ou mais imediato. O texto não se preocupa em discutir por que o lide é utilizado por muitos jornais; se ele é o único formato existente; quais as possíveis vantagens e desvantagens; em que medida as cinco questões estruturadoras do lide podem receber respostas alternativas etc.

Os autores finalizam o texto teórico com um resumo das características da notícia (imparcialidade, objetividade, linguagem direta e concisa etc). As afirmações são categóricas: há um verbo prescritivo (“dever”) encabeçando as duas primeiras frases do resumo. Em momento algum, surgem atenuantes ou problematizações. Pelo contrário, há a prova de que as afirmações procedem, visto que, segundo os autores, as características mencionadas estariam presentes no próprio texto que abre a unidade.

Como vimos no capítulo anterior, o uso dos verbos na 3ª pessoa e a abertura por meio do lide ajudam a construir a impessoalidade no texto noticioso. De fato, o jornalismo lança mão de estratégias lingüísticas para atingir um grau maior de objetividade. Mas afirmar isso está longe de significar que o resultado será o de um texto totalmente imparcial e objetivo. Caso fosse feita uma leitura socio-histórica do gênero, perceberíamos que a utilização de estratégias de impessoalização são tentativas de “fazer crer” que o texto traz fatos isentos e não uma versão possível. Observe, por exemplo, o quanto a escolha dos elementos a serem enfatizados (e a própria hierarquia na apresentação dos fatos) já imprime ao texto marcas pessoais.

Parece-me essencial que o livro didático demonstre esse jogo de forças que constituem o texto informativo: por um lado, a tentativa (quase) sempre presente de impessoalizar o texto ao máximo, por outro, uma rede de elementos lingüísticos que acaba por criar um texto único. Assim, mesmo quando dois jornais que visem a leitores de semelhante perfil socioeconômico e cultural cobrem o mesmo fato, é possível identificar indícios de autoria em ambas as notícias publicadas.

Como o capítulo tem uma segunda parte dedicada à produção de texto, é importante analisar as propostas o encaminhamento. Em ambas as atividades, a situação criada é artificial, pois o aluno deve se colocar no lugar de um jornalista atuante numa revista juvenil para: a) escolher entre duas fotos (supostamente fornecidas pelo repórter fotográfico), inventar o lide e o corpo do texto e despertar o interesse do leitor; b) criar uma notícia a partir de um destes títulos: Geração perigo; Vizinhos; Alternativa; Na sala de aula.

Apesar de uma tentativa inicial de contextualização (“jornalista de revista dirigida ao público jovem”), as propostas revelam diversos pontos questionáveis. Na primeira, a notícia deve ser inventada a partir de uma foto, apesar de a seção “Explorando o gênero” nem sequer ter trabalhado a inter-relação entre imagem e texto. Além disso, a habilidade de inventar (de modo quase arbitrário, a não ser pela fotografia) não faz parte das premissas básicas do gênero “notícia”. Nem mesmo a escolha de um título (amplo e abstrato) como fio condutor de uma notícia imaginária é um procedimento válido que remeta ao processo social de produção de notícias. Aliás, na maioria das vezes, a elaboração do título é uma das últimas etapas, já que deve refletir a essência da informação.

As duas propostas são seguidas por um quadro, adaptado do *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo*, listando várias normas que têm por objetivo tornar a linguagem do redator mais direta e eficiente. A mesma ênfase prescritiva ganha continuidade com a transcrição de outro fragmento do mesmo manual com várias instruções e exemplos para a escrita adequada de um título. Ao final, os autores selecionam alguns títulos e subtítulos da revista *Veja* para mostrar a relação entre ambos. Convém pontuar a diferença entre os títulos da *Veja* e o estilo defendido pelo Estadão. Esse fato mostra o quanto pesos e medidas são diferentes e a arbitrariedade de se elegerem determinadas normas em detrimento de outras. O LD teria prestado um serviço importante se trouxesse essa situação para debate.

O último tópico da unidade trata das legendas que acompanham fotografias em matérias jornalísticas. Segundo os autores, “legenda é uma frase curta, enxuta, que normalmente cumpre duas funções: descreve a ilustração (...) e também dá uma

informação sobre o fato veiculado na notícia” (p.199). O exercício proposto por eles solicita a criação de legenda para duas fotos. Mas, como não há nenhuma informação adicional sobre a notícia que ilustravam, algo essencial para a criação da legenda, pergunto em que medida esse exercício cumpre sua função pedagógica.

Na unidade como um todo predomina o entendimento da linguagem como “transparente” e unívoca. Cada significante remete a um único significado, independentemente da situação comunicativa e dos interlocutores envolvidos. Num plano lingüístico abstrato, esse tipo de constructo teórico é possível. Mas, numa interação social efetiva, ele não se sustenta. Aliás, é válido pontuar que no MP os autores defenderam uma perspectiva bem diferente, baseada nos escritos do Círculo de Genebra e no pensamento bakhtiniano.

Ademais, o gênero é visto como um fenômeno marcado por classificações e por regras normativas e estáveis. A hipótese de que a notícia é palco de diversas possibilidades interpretativas uma vez que seus produtores inscrevem suas marcas enunciativas não é debatida. O cotejamento entre as intenções trazidas no MP e o resultado final alcançado no livro do aluno mostra o distanciamento existente entre a teoria e a prática, muito freqüente no universo do livro didático. Essa disparidade revela o quanto os próprios autores são “falados” pelo discurso da objetividade e da neutralidade, tão enraizado na nossa tessitura social.

3.2 Livro 02 – “Português: Língua e cultura”

Logo no início do exemplar destinado ao professor, a concepção de linguagem adotada no livro *Português: língua e cultura*, de Carlos Alberto Faraco, é explicitamente apresentada: “um conjunto aberto e múltiplo de práticas sociointeracionais, orais ou escritas, desenvolvidas por sujeitos historicamente situados” (p.5). Em seguida, o autor enfatiza que tais práticas são sempre realizadas sob condições concretas.

Com isso em vista, Faraco esclarece que o objetivo da disciplina é oferecer aos alunos a oportunidade de amadurecer e ampliar o domínio das práticas de linguagem. Enquanto leitor, o aluno deve desenvolver uma atitude crítica, “o que significa, entre outros aspectos, perder a ingenuidade diante do texto dos outros, percebendo que atrás

de cada um há um sujeito, com uma certa experiência histórica, com um determinado universo de valores, com uma intenção" (p. 6). Além disso, ressalta que "ler pressupõe também uma compreensão responsiva, o que implica reagir ao texto, dar-lhe uma resposta, concordando com ele, ou dele discordando; rindo dele, emocionando-se com ele, aplaudindo-o, refutando-o, assimilando-o, fazendo-lhe a paródia, e assim por diante" (p. 6).

Antes de apresentar a forma como estão organizados os capítulos do livro, Faraco aponta para a necessidade de compreender de forma integral a linguagem verbal e as outras linguagens (a fotografia, por exemplo), assim como "seus diferentes suportes tecnológicos, seus diferentes modos de composição e de gerar significados" (p. 6).

Quanto aos 35 capítulos que formam o livro, foram agrupados em quatro blocos. O único que nos interessa neste trabalho, denominado "o bloco dos textos" (composto por 17 capítulos), é o que aborda os gêneros discursivos mais relevantes. Sua finalidade, esclarece o autor, é "fornecer meios para o estudante perceber as especificidades de cada tipo de texto e de analisar seu conteúdo e estrutura" (p. 17). Esse bloco de textos, por sua vez, é também didaticamente dividido, em quatro partes, conforme a natureza dos textos abordados: literários, informativos, de opinião e publicitários.

É no conjunto específico sobre textos informativos, nos capítulos 14 e 15 (ANEXO 2) que vamos encontrar o gênero notícia, dividindo espaço com a reportagem e o verbete enciclopédico. O autor tem o cuidado de diferenciar os dois gêneros jornalísticos, explicando que a notícia é um texto enxuto que se concentra em descrever concisamente um determinado acontecimento, enquanto que a reportagem "é um texto mais extenso e resulta de uma investigação mais detalhada dos fatos" (p. 214).

Antes, porém, de abordar esses gêneros específicos, o autor apresenta, em um capítulo anterior, intitulado "Folheando um jornal: textos em profusão" (cap. 13), uma explanação geral sobre a atividade jornalística. Num primeiro momento, faz a defesa da liberdade de imprensa e menciona os mecanismos de auto-regulação criados por esta para garantir sua credibilidade junto ao leitor; num segundo momento, faz a ressalva de

que ainda assim acontecem erros acidentais ou propositais. Conclui, desse modo, seu raciocínio: “Em razão disso, nós, leitores, temos de nos relacionar com ela (a imprensa) sempre **criticamente**” (negrito do autor, p.182).

A fim de reforçar essa necessidade de posicionamento crítico, apresenta “três eventos concretos que mostram como a imprensa erra por omissão ou intencionalmente”. O primeiro deles, um caso famoso, constitui-se numa denúncia precipitada por parte da imprensa contra os proprietários de uma escola paulista, acusados de abusar sexualmente das crianças. O autor informa que, posteriormente, ficou demonstrado que essas pessoas eram inocentes. Os textos jornalísticos em questão, contudo, não são mostrados; também não se explica como ficou demonstrada a falsidade da acusação e muito menos são apresentados os procedimentos lingüísticos empregados pelos jornalistas para fazer a notícia passar por verdadeira.

Em seguida, o aluno é convidado a posicionar-se, discutir e julgar esse ocorrido; entretanto, tudo isso já foi feito pelo autor do texto – o que nos leva a concluir que o que se espera do aluno é que simplesmente constate/reitere aquilo que já havia sido afirmado antes. Ou seja, embora se alerte para a necessidade de uma leitura crítica da imprensa, esse exercício não favorece muito o desenvolvimento de tal capacidade crítica, uma vez que só resta ao aluno concordar com o autor do texto.

Um outro evento o qual o aluno é convidado a “julgar” é o da célebre edição do debate entre Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello em 1989, feita pela Rede Globo de Comunicação. Faraco reafirma a idéia corrente de que a edição teria abertamente favorecido o segundo candidato. Mais útil, porém, que previamente estabelecer quem foi o favorecido, teria sido mostrar ao aluno como foi feita essa edição, explicitar-lhe quais estratégias podem ser utilizadas para se favorecer um ou outro candidato e permitir que o estudante chegue às próprias conclusões. Claro que mostrar essas estratégias de edição de vídeo em um livro didático não seria tão fácil, mas uma opção possível seria mostrar como ocorre esse processo de edição nos textos escritos.

Em outras palavras, mais útil que defender uma verdade valendo-se de argumento de autoridade (de autor do livro), seria mostrar ao estudante como se constroem verdades, fornecendo-lhe assim instrumental para questioná-las.

Na seqüência das atividades, consta um exercício de redação que solicita ao aluno que redija um texto de opinião, destinado ao público em geral, com o tema "a imprensa é importante, mas ela também erra". Mais uma vez, em lugar de estimular um posicionamento crítico próprio por parte do estudante, é proposto um exercício que induz o aluno a simplesmente reforçar/repetir as teses do autor.

Para complementar, insistindo ainda uma vez na idéia de que a imprensa erra, o autor estabelece a leitura de mais um texto, dessa vez do *ombudsman* do jornal Folha de S. Paulo, Bernardo Ajzenberg, no qual este "comenta um episódio de desonestidade jornalística divulgado em 2003 e que afetou diretamente aquele que é considerado o mais influente jornal dos EUA – o *New York Times*" (p. 184). O episódio, também bastante célebre, envolveu Jayson Blair, um dos repórteres desse mesmo jornal norte-americano. Ao longo de vários meses, Blair teria produzido textos repletos de fraudes, plágios e invenções. O exercício que segue o texto, um questionário, limita-se a fazer perguntas para verificar se o aluno apreendeu os conteúdos da matéria. Em suma, esse e todos os exercícios por nós analisados até agora do livro *Português: língua e cultura*, embora envolvam textos críticos, configuram-se mesmo é como exercícios de fixação, que em muito pouco contribuem para o efetivo desenvolvimento da habilidade de uma leitura crítica.

O capítulo seguinte (cap. 14), que nos interessa mais, é o que efetivamente aborda o gênero textual "notícia". Logo de início, conceitua texto informativo: "é aquele que – como o nome já deixa claro – tem por *objetivo principal* passar ao leitor alguma informação (informá-lo de algum acontecimento ou passar a ele algum dado)" (itálico do autor, p. 196). Em nenhum momento esclarece o que é uma informação, nem como se estabelece a relação entre ela e o acontecimento ou dado; muito menos que aquela é um construto lingüístico que os interpreta. Dessa forma, mesmo sem querer, o autor acaba permitindo ao aluno a crença de que as informações existem de *per se*.

Em seguida, o autor ressalta as principais qualidades que um texto informativo precisa ter para ser considerado bom: a) fidedignidade das informações: "quem escreve deve ter o compromisso com o leitor de verificar se as informações procedem (se os dados são corretos, se os eventos relatados ocorreram de fato)" (p. 196); b) unidade textual: o texto deve concentrar-se num assunto específico, sem dispersão; c) clareza do texto; e d) imparcialidade: não misturar informação com opinião; os dados e os fatos devem ser apresentados "objetivamente" (aspas do autor).

Um livro didático de Português não tem nenhuma obrigação de apresentar uma metodologia de pesquisa de campo, no sentido de o aluno saber como deve proceder um repórter diante de um evento a ser focado. Porém, faz-se imperativo revelar os recursos lingüísticos que um repórter experiente lança mão ao confeccionar uma matéria. A tal objetividade – ou melhor dizendo, o efeito de objetividade – à qual o autor referiu-se entre aspas, é principalmente o resultado de determinadas estratégias lingüísticas. Mas até o momento o autor não menciona a existência delas.

Logo em seguida, porém, Carlos Alberto Faraco informa que, "obviamente, não existe 'informação pura'; a simples escolha do que vai ser informado já indica um ponto de vista (uma opinião) sobre o que é relevante e o que não é. A distribuição das informações no texto também (o que vem em primeiro lugar e o que fica para o fim)".(p. 197). Ou seja, o autor reconhece que o próprio recorte e a organização da informação já são decorrentes da opinião, de uma subjetividade. Não chega a mencionar que a própria escolha das palavras a serem empregadas no texto pretensamente informativo também contém opinião. Em seguida, afirma: "Contudo, precisamos desenvolver a habilidade de *simplesmente dar informação*, sem atravessá-la (demais) com nossa opinião" (grifos e parênteses do autor, p. 197).

Os atenuantes empregados ("sem atravessá-la *demais*") podem até sinalizar cautela por parte do autor. Todavia, uma vez que ele não demonstra como é uma informação com "pouca opinião" (afinal uma informação que tem pouca opinião e uma que parece ter pouca – ou nenhuma – opinião são a mesma coisa?), muito pouco contribui para o esclarecimento do estudante sobre como é isso, do ponto de vista lingüístico; ou seja, novamente pouco esclarece sobre quais são as estratégias

lingüísticas de apagamento da opinião e da subjetividade, duas características inerentes a todo e qualquer texto.

Depois dessas explanações teóricas, é apresentada uma primeira notícia, a respeito de três múmias incas encontradas na Argentina, retirada do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 07/04/99. Imediatamente o que chama a atenção é a natureza da notícia escolhida pelo autor, de mera curiosidade científica – um tipo de notícia menos relevante dentro do universo jornalístico, uma vez que afeta muito pouco a vida da população nacional. Notícias desse naipe dificilmente ocupariam uma primeira página do jornal; aliás, o autor não teve a preocupação de explicitar o local do jornal ocupado pela notícia, nem tampouco a de contextualizá-la historicamente. Essa omissão reforça no aluno a falsa impressão de que os enunciados são autônomos.

É possível que tenha sido escolhida justamente essa notícia em detrimento de outra mais típica porque, ao contrário da maioria, talvez não esteja fadada a um envelhecimento quase que instantâneo. Outra possibilidade aponta para o encaminhamento desse tipo de notícia. A temática “científica” permite uma abordagem mais factual, criando assim um efeito (uma ilusão) de maior objetividade e isenção. Em todo caso, o autor se livrou de um problema, porém “jogou fora o bebê junto com a água do banho”. Ou seja, a essência da notícia, sua qualidade eminentemente fugaz, assim como sua íntima relação com toda uma cadeia de enunciados, também acabou sendo descartada.

Assim, no “Estudo do Texto”, atividade que se segue à notícia, o autor restringe-se a observar o formato padrão, tais como a presença de título (sem discutir o seu processo de elaboração e a subjetividade que isso envolve) e subtítulo, menção aos responsáveis pela elaboração da notícia etc, sem deixar claras as decorrências desses elementos. Afinal, o fato de uma notícia ser assinada pela própria equipe de redação de um jornal, por um jornalista de renome ou por uma agência noticiosa não é sem conseqüências; pelo contrário, cada assinatura estabelece uma diferenciada relação entre o texto e o leitor.

Em seguida, pede-se para o aluno conferir se o texto se encaixa naquelas quatro qualidades (fidedignidade, unidade de assunto, clareza e "(relativa) isenção"⁴⁵). No que diz respeito à fidedignidade, limita-se a perguntar como o texto faz "para passar a idéia de que suas informações são confiáveis". Imagina-se que a resposta prevista esteja nos argumentos de autoridade: a *National Geographic Society*, o cientista Johan Reinhold e "outros pesquisadores".

O livro didático não esclarece se há outras estratégias lingüísticas que podem construir uma impressão de confiabilidade. Tampouco há referência a outras linguagens, como a fotografia, que costuma acompanhar a notícia, inclusive como forma de dar-lhe credibilidade.

Quanto à "(relativa) isenção", é perguntado se o texto "se além ao relato dos fatos (ao passar a informação) ou mistura fatos com a opinião do seu redator" (p. 199). Mais uma vez o autor deixa de problematizar que um relato de fatos sempre carrega a interpretação (e, portanto, a opinião) do locutor, e o estudante permanece sem pista alguma de quais mecanismos lingüísticos criam o efeito de "objetividade". Poderia mencionar, por exemplo, o uso da voz passiva: "Três múmias incas em excelente estado de conservação foram encontradas em um vulcão localizado na Província de Salta, na Argentina".

Embora o autor tenha o cuidado de falar em isenção "relativa", continua sem explorar em que consiste essa relatividade, fazendo parecer que isso se alcança bastando a intenção ética do produtor do enunciado. Assim, reforça a falsa idéia de que a linguagem é transparente. No entanto, é importante ressaltar que a transmissão da idéia de que um evento acontece por si, sem a presença de um observador que o recorta e o interpreta, é resultado de um efeito lingüístico. Essa problematização não é colocada no livro.

Nos demais exercícios sobre essa notícia, solicita-se um levantamento dos fatos relatados (o local da descoberta, as condições em que se encontram as múmias etc.), ou seja, prioriza-se um enfoque conteudístico. Na continuação, segue um estudo da organização interna do texto: a configuração do *lide*, no primeiro parágrafo, e a

⁴⁵ Expressão do autor.

seqüenciação/hierarquização das demais informações nos demais parágrafos. Esses aspectos são importantes, mas abordam apenas as camadas superficiais do texto, deixando de lado a sua dimensão discursiva.

A parte de "prática de escrita" sugere que os alunos componham uma notícia, tomando o cuidado de transmitir as informações "sem misturá-las com suas opiniões" e observando a clareza, a concisão e a unidade de assunto. O tema (que poderia ser deixado de lado em favor de outro, inventado pelo aluno) gira em torno da descoberta de um tesouro numa gruta na Serra da Mantiqueira, entre São Paulo e Minas Gerais. Ora, o tesouro encontrado na gruta não existe, nem tampouco outros fatos inventados pelo aluno. Nunca seriam, portanto, matéria-prima de uma notícia. Pergunta-se, então: se o enredo é fictício, como julgar a objetividade do texto do aluno?

Para os objetivos propostos, teria sido mais adequado orientar o aluno a cobrir possíveis notícias (na própria escola, por exemplo), que envolvessem pessoas reais e fatos concretos. Ou ainda uma notícia poderia ser produzida a partir da pesquisa de um mesmo tema relevante para a maioria dos alunos. Dessa forma, o resultado traria várias abordagens diferentes, possibilitando uma análise comparativa. Ainda outra opção diz respeito à transposição de uma reportagem (gênero que comporta maior número de marcas autorais) para o gênero "notícia".

A próxima notícia apresentada no LD é uma pesquisa do IBGE sobre o número de idosos no Brasil, anunciando o envelhecimento da população, também do *Estado de S. Paulo*, de 11/03/99 (é de se perguntar por que o autor não optou por diferentes jornais, a fim inclusive de contrastar os diferentes modos de se fazer notícia: poderia mostrar uma mesma notícia sob o enfoque da *Gazeta do Povo* e da *Tribuna do Paraná*, por exemplo). Essa notícia, embora mais pertinente para o leitor brasileiro, também é de envelhecimento mais lento, daí provavelmente a sua escolha; além disso, embora a publicação de pesquisas seja freqüente nos jornais, não é o tipo de texto noticioso mais representativo. A abordagem dessa segunda notícia é praticamente a mesma da outra, com o diferencial de que dessa vez acrescentam-se reflexões sobre coesão textual, ou seja, outro aspecto importante, porém de âmbito estrutural. E assim encerra-se o estudo desse gênero.

Analisando-se o conjunto do trabalho, verifica-se que as atividades com o gênero “notícia” propostas no livro praticamente se restringem a aspectos conceituais e estruturais, explorando muito pouco sua dimensão discursiva. Ou seja, não transparece uma efetiva preocupação com a transposição didática do gênero. Caso o autor tivesse seguido a fundamentação teórica que ele próprio defende na parte inicial do livro do professor, a questão do enunciado como fruto de uma interlocução ficaria explícita, assim como o fato de que cada notícia faz parte de uma cadeia de enunciados. Essa omissão reforça a falsa idéia da existência de enunciados autônomos.

Tampouco as notícias são vistas como produto de sujeitos dotados de uma certa experiência histórica e de um determinado universo de valores; isto é, não se consideram as condições concretas de produção desses enunciados; logo, também não se tenta inferir a intencionalidade desses textos. Essa segunda omissão reforça uma atitude pouco propensa a problematizar o texto noticioso, porque leva a crer que a intenção da maioria dos exemplares desse gênero é apenas informar.

Finalmente, também não se esclarece que objetividade e imparcialidade/isenção não dependem apenas da intenção do autor, mas são efeitos resultantes de certas estratégias lingüísticas. Essa outra omissão reforça a equivocada idéia de que a linguagem é transparente. Mais uma vez fica patente a dificuldade de transpor a teoria exposta no MP para a dimensão pedagógica do LDP sem deixar se influenciar por um discurso muito pregnante na mídia, que defende a separação irrestrita entre a informação e a opinião e a existência de uma linguagem objetiva e imparcial.

3.3 Livro 03 – “Língua Portuguesa”

No Manual do Professor, a autora apresenta o objetivo do trabalho com textos informativos. Partindo do pressuposto de que os alunos já têm certo conhecimento dos gêneros jornalísticos, pretende “refletir sobre o critério editorial da publicação e as ideologias subjacentes” (MP, p.30). A questão pedagógica que está em jogo transcende a análise do conteúdo informativo dos textos com vistas a abarcar os discursos

implícitos e subentendidos de todo texto jornalístico. Nesse sentido, a proposta tem como objetivo explorar os pontos cruciais do discurso noticioso.

Convém ressaltar que o capítulo (ANEXO 3) não se restringe ao estudo exclusivo de um gênero jornalístico. Seu título (“Imprensa”) aponta para uma esfera social mais ampla e complexa, na qual interagem gêneros variados. Os conteúdos são listados logo abaixo do título: “Imprensa: conceito e função; Notícia: pirâmide invertida, tópico frasal, leitura de implícitos; Artigo de opinião: tese e argumentos, conhecimentos partilhados e recursos persuasivos; Gêneros do jornal; Primeira página: seleção dos fatos, imagens e manchete” (p.98).

Ao contrário da maioria dos livros, tal organização prioriza uma visão mais abrangente na medida em que aborda dois gêneros que convivem no mesmo suporte (o jornal) e dialogam entre si. Porém, a reunião da notícia e do artigo de opinião no mesmo capítulo será mais produtiva se levar a uma reflexão comparativa, observando-se semelhanças e diferenças não só formais como também contextuais. Pretendo comentar ao longo da análise em que medida isso é feito.

Chama a atenção, logo na abertura do capítulo, um texto do cantor e compositor Lobão. Quem conhece seu trabalho, sabe de seu permanente engajamento contra a hegemonia que os principais meios de comunicação exercem no Brasil. O músico deixou de trabalhar, inclusive, no mercado fonográfico tradicional, tendo fundado a sua própria gravadora independente que comercializou seus últimos discos em bancas de jornal. Além disso, as rádios não tocam as músicas de Lobão desde 1989, como represália às críticas duras que continua a fazer às gravadoras e ao pagamento de altas somas de dinheiro destinado às estações de rádio para veicularem determinadas músicas na programação mensal.

Apesar dessa biografia relevante do autor do texto, o livro não apresenta quaisquer informações sobre posição polêmica ocupada por Lobão. Aliás, nem o gênero textual e seu contexto original de publicação são elucidados: é um trecho de uma letra de música ou de um manifesto público? Perdeu-se aqui uma ótima oportunidade para instaurar um debate mais concreto sobre a relação entre a imprensa e o mercado cultural que ajudaria a enriquecer a seção “Troque idéias”, localizada logo

abaixo, na mesma página. Não me parece que o texto isolado consiga atingir o objetivo de servir de estímulo efetivo para a reflexão proposta⁴⁶, enquanto uma contextualização maior provavelmente traria dados concretos para estimular a discussão.

Na página seguinte, a seqüência propõe uma discussão sobre “o papel da imprensa na sociedade atual: Informar? Denunciar? Investigar? Criticar?” (p.99). Para auxiliar na reflexão, há um painel com quatro fragmentos, de textos escritos por especialistas no assunto – dois jornalistas de destaque, o relator do projeto da Lei de Imprensa e um pesquisador atuante na área da educomunicação, que reflete sobre a inter-relação entre o campo da comunicação e o da educação.

Há certos conceitos apresentados, tais como “jornalismo investigativo”, “liberdade de imprensa”, “denuncismo”, “agenda das atenções da opinião pública”, que demandariam esclarecimentos visando a uma melhor compreensão. Contudo, isso não ocorre na própria unidade e nem tampouco no MP. Ou seja, apesar de os trechos selecionados levantarem importantes questões acerca do papel da imprensa, a abordagem é essencialmente teórica. Como conseqüência, há o risco de não se conseguir estabelecer uma relação efetiva com os alunos-leitores, a não ser que a mediação do professor estabeleça as pontes necessárias.

A próxima atividade tem como objetivo o reconhecimento do gênero de dois textos diversos: um artigo de opinião e uma notícia, ambos publicados no mesmo suporte (o jornal). A resposta “clareza, linguagem precisa, concisão, objetividade, uso da terceira pessoa” (p.100), fornecida para a questão envolvendo as características da notícia merece algumas observações. Ela destoa dos objetivos da unidade, na medida em que não é acompanhada de uma problematização da linguagem e da objetividade, apesar da reflexão sobre a mídia proposta nas páginas anteriores. É como se a linha de pensamento que vinha sendo desenvolvida sofresse um corte abrupto, sem que os motivos para isso fossem discutidos⁴⁷.

⁴⁶ A mídia é manipuladora? Em que medida? É possível que as pessoas se convençam de que algo realmente aconteceu simplesmente porque “leram no jornal”, “ouviram no rádio” ou “viram na televisão”?

⁴⁷ Retorno a esta discussão na próxima página.

Na próxima página, inicia-se o trabalho com foco exclusivo no gênero “notícia”. O primeiro elemento explorado é o da estrutura textual. Segundo o livro, deve-se escolher entre uma das seguintes estruturas: do texto informativo clássico ou da “pirâmide invertida”. A primeira consiste da seqüência “tópico frasal, desenvolvimento e conclusão”, já a segunda abre com a informação mais importante (o quê; onde; quando) seguida dos tópicos secundários (como; por quê; quais as conseqüências etc).

Apesar de a estrutura de uma notícia estar diretamente relacionada à função do texto, essa relação é pouco explorada pelo livro. Os motivos para adotar a organização clássica de um texto informativo não são esclarecidos. Temos apenas a identificação das partes da notícia “EUA criam núcleo para mentira oficial”, já trabalhada na página anterior. Quanto à “pirâmide invertida”, a autora comenta a sua utilidade tanto para os editores quanto para leitores: estes lêem a informação principal logo no início, podendo interromper a leitura na seqüência sem grande prejuízo, enquanto aqueles podem suprimir o final do texto, caso o espaço disponível para publicação seja limitado.

Outras questões mereceriam uma abordagem, ainda que sucinta, pois revelam o modo como o objetivo de um texto, em sua prática social, está intimamente relacionado a sua estrutura. Por exemplo, uma vez que o leitor médio reserva cada vez menos tempo para a leitura diária de um jornal, o mercado tenta se adaptar à essa situação, buscando oferecer-lhe informações relevantes em troca de um mínimo esforço de interpretação. O esquema da “pirâmide invertida”, empregado na maioria dos jornais de grande circulação, parece ir ao encontro dessa máxima: além de estabelecer parâmetros claros para a redação do texto, proporciona um grande potencial cognitivo.

A técnica conhecida como “pirâmide invertida”, que manda apresentar os dados da notícia por ordem de importância, começando pelo *lide*, ou seja, pelas notações principais, é (...) mais antiga do que se pensa. Está relacionada à própria tradição oral, por sua eficácia para comunicar uma informação singular. (...) Se alguém, a caminho do escritório, vê um atropelamento, é exatamente pelo fato principal que iniciará seu relato aos colegas, quando chegar ao trabalho - “Vi um sujeito morrer atropelado agora mesmo na Costeira” - deixando para depois as circunstâncias e os detalhes do acidente. (COMASSETTO, 2001:38)

Na continuidade do capítulo, a autora propõe mais uma atividade a partir da mesma notícia já trabalhada anteriormente (“EUA criam núcleo...”). Aliás, chama a atenção o fato de que, desta vez, ela servirá de base para uma reflexão sobre a autoria

do texto e suas marcas. No entanto, duas páginas antes, a concepção de notícia defendida na resposta da atividade destacou a linguagem precisa e a objetividade, fato já observado nesta pesquisa.

Assim cabe a seguinte dúvida: Quais mecanismos são responsáveis por garantir objetividade e precisão a um texto “carrega(do) de marcas das intenções, opiniões, valores e visões de mundo de quem o escreveu” (p.102)? Até o momento, não há subsídios para que o leitor amplie essa discussão de extrema relevância, uma vez que as relações entre as duas propostas de análise ficam por demais soltas. Nesse aspecto, o estabelecimento de relações não seria apenas um exercício adicional, mas antes um procedimento importante para aprofundar a reflexão sobre o próprio gênero textual.

Para desenvolver essa problemática, a autora inicia com a seguinte explicação sobre a leitura de implícitos:

(...) Nenhum texto é neutro. Todos eles trazem, de alguma forma, marcas da subjetividade de quem o escreveu. E é possível desvelar essas marcas até naqueles textos que perseguem a objetividade, a precisão e a neutralidade. A seguir, alguns fatores que “traem” o sujeito (e expressam seus valores, opiniões, visões de mundo e intenções). – A escolha do assunto. – A localização espacial do texto. – A relação entre suporte textual e o assunto. – O destaque dado ao título e ao texto. – A seqüência dos fatos. – A escolha das palavras. (p.102)

A explicação é acompanhada de uma série de perguntas com o objetivo central de levar o leitor a refletir sobre a linguagem empregada na notícia. Em maior ou menor grau, abordam a exposição teórica feita antes. Título, tópico frasal, desenvolvimento e conclusão dão ensejo a uma leitura coerente das entrelinhas do texto por meio das marcas subjetivas deixadas pelo “jornalista autor” (p.102). Ao final uma última questão propõe a seguinte síntese: “Qual é, enfim, a opinião que o jornalista deixa transparecer sobre o fato noticiado?” (p.102)

Enfim, a formulação e organização da atividade conduzem o leitor, de modo didático, a investigar indícios de autoria presentes no texto. Mas, o foco está voltado para a escolha das palavras. Os outros cinco “fatores que ‘traem’ o sujeito” (p.102), igualmente importantes, não são abordados. A seqüência dos fatos, por exemplo,

mereceria ser explorada, já que na página anterior à mesma notícia foi usada para ilustrar a estrutura de um texto informativo clássico.

Uma questão problemática, e de grande importância para uma compreensão mais ampla do processo de produção e recepção de notícias, diz respeito à identificação de um “sujeito” que expressa valores. Tal concepção, presente no livro, enfatiza o desejo individual e racional do autor do texto. Não leva em conta a influência do próprio veículo de comunicação, dos editores, dos revisores, do arte-finalista etc. – isto é, de todos os envolvidos no processo. Além disso, nem sempre todas as marcas são intencionais ou conscientes. É comum que diversas vozes sociais falem por nós sem que percebamos isso a todo o momento.

Além disso, faltou contrapor a objetividade e a linguagem precisa, identificadas na análise anterior da notícia (p.100), à presença de termos ambíguos e da opinião do jornalista sobre o tema, nesta análise. Ao menos uma breve explicação sobre os motivos dessas duas leituras teria sido recomendável. Seria interessante se o leitor fosse convidado a levantar hipóteses: poderia, por exemplo, supor que a notícia utiliza estratégias para alcançar um efeito de imparcialidade. Por isso, numa primeira leitura, o efeito de objetividade se sobreporia à identificação de indícios de autoria.

Mas, em vez de incentivar uma reflexão coerente ao longo da unidade, a justaposição das atividades propostas no livro revela a presença de contradições conceituais importantes no gênero “notícia”; cuja causa pode ter explicações variadas: prazo muito curto para a escrita e produção do livro; descuido no processo de revisão; análise superficial e fragmentária das características do gênero etc.

Na página seguinte, explora-se a produção de texto a partir de duas propostas que fogem do convencional. Ambas trabalham a partir da noção de ‘suposta objetividade’, explorada no exercício anterior. A primeira solicita a reescrita da notícia com a eliminação das marcas subjetivas e a outra pede uma mudança de posicionamento: em vez de sutilmente condenar a iniciativa do governo Bush, o aluno deve concordar com o fato noticiado, mas disfarçando “sua posição com uma máscara de neutralidade, tal como fez o jornalista da notícia lida”. (p.103)

Na sugestão de resposta aos exercícios, a autora reafirma a idéia de que a neutralidade total constitui um mito e ressalta que a própria disposição dos fatos e a escolha do assunto são indícios de autoria. No entanto, parece-me que tal afirmação assume o caráter de uma ressalva; pois, ainda que presente *en passant* no MP e no texto teórico da página 102, as únicas marcas de autoria realmente exploradas no capítulo se limitam quase que exclusivamente à esfera semântica.

Apesar de a mesma notícia ser abordada ao longo de várias páginas, inexistente um trabalho mais específico sobre a informação veiculada. Isso é no mínimo estranho, pois se perde assim a oportunidade de discutir sobre uma função essencial da notícia, a de trazer ao público um acontecimento que os editores do jornal julgam ser relevante. Assim tanto os motivos que levaram à escolha da pauta quanto a própria discussão suscitada pelos eventos noticiados ficaram num terceiro plano que, mesmo que não tenha sido o foco do trabalho, não pode estar dissociado do que foi discutido durante o capítulo.

Além disso uma questão basilar da notícia – a sua relação intrínseca com a atualidade – não é discutida. Apesar de a notícia trazida pelo livro datar de 20 de fevereiro de 2002, sua temática central (o combate norte-americano ao terrorismo) continua extremamente atual. Seria interessante fazer uma breve retrospectiva a partir dos ataques de 11 de setembro para situar o contexto da notícia. Inclusive, poder-se-ia levar os leitores a refletirem sobre a atualidade do fato, observando em que medida determinados trechos do texto revelam uma determinada temporalidade.

Outra característica essencial do gênero, a utilização de outras vozes, entre outros motivos para reforçar e fundamentar o discurso dos responsáveis pela notícia, não é sequer comentada. Na notícia, esse recurso ganha contornos próprios, inclusive por meio da identificação profissional da fonte, mostrando por meio disso que se trata de uma fala de autoridade no assunto.

Em geral, as escolhas feitas pela autora enfatizaram a análise estrutural da notícia e a discussão sobre sua suposta neutralidade. Pouco abordados nos primeiros livros analisados, ambos os tópicos são muito relevantes e acabam por enriquecer o trabalho proposto no livro. Entretanto, faltou mostrar como eles se inserem na complexa

teia de relações existente entre o jornal, os leitores, a pauta, o léxico, a estrutura, o contexto, a diagramação etc

Na seqüência da unidade, o gênero “artigo de opinião” é explorado, destacando-se sua finalidade; estrutura-padrão e imagem feita do interlocutor. No entanto, não é feita qualquer referência ao trabalho desenvolvido pouco antes no mesmo capítulo. Há diversas relações pertinentes, que ajudariam a construir uma visão mais integrada e pragmática desses gêneros jornalísticos. Como exemplo, citaria a análise contrastativa das vozes presentes em ambos ou o diálogo temático comum entre notícias e artigos.

Após abordar brevemente o artigo de opinião, a autora cita os gêneros mais freqüentes do jornalismo impresso: anúncio classificado; charge; chamada; notícia; tabela; entrevista etc. Cada qual vem acompanhado de uma definição bem sintética, inscrita em quadros de cores diferentes. Como não há menção à fonte utilizada, suponho tratar-se de um painel descritivo elaborado pela própria autora.

Transcrevo agora a definição de notícia para comentá-la em seguida: “Registro dos fatos, sem opinião. Escrito com exatidão, procura responder às perguntas-chave: o quê, quem, onde, quando, como, por quê” (p.106). Mesmo uma rápida leitura revela o caráter de absoluta incoerência entre a definição e o trabalho com as marcas autorais (p. 102) e com a reescrita da notícia (p.103), propostos pelo LD, e já comentados aqui.

Até seria possível pensar em algum atenuante que servisse de justificativa para a primeira frase da definição. Mas, como se trata de um texto com a função de descrever os atributos essenciais e específicos de uma notícia, chega a ser possível entender tamanho deslize, cujas causas podem se assemelhar às mencionadas na incoerência apontada anteriormente, mas nem por isso aceitá-lo. Seria diferente se tivesse sido extraído de um manual de redação para que fosse discutido, de modo a evidenciar a defesa, por parte dos certos veículos de informação, do mito da neutralidade e da objetividade.

Após o painel descritivo com os principais gêneros, há um quadro com exemplos retirados do jargão jornalístico: lide; tablóide; chapéu; gravata; macarrão; viúva. Mas, não fica claro qual critério orientou a escolha desses termos. A opção por “lide” e “tablóide” é justificada por se tratarem de expressões de larga utilização no meio

jornalístico. Aliás, a primeira expressa um conceito essencial para a estrutura do parágrafo-chave de uma notícia. É incompreensível o porquê de sua ausência quando foram apresentadas as duas estruturas típicas desse gênero. Se a “pirâmide invertida” ganhou destaque naquele momento, por que o lide (igualmente importante) foi esquecido?

As outras expressões têm uma abrangência muito mais restrita. Na verdade, parecem ter sido citadas apenas a título de curiosidade, mesmo porque nenhum tipo de reflexão sobre sua função é sugerido. A idéia geral parece ser apenas mencionar a existência de um vocabulário específico. Perde-se, assim, a oportunidade de saber um pouco mais sobre as origens e o desenvolvimento do jargão. Caberia, inclusive, trazer para discussão a influência dos manuais de redação, cujo propósito principal é normatizar a prática jornalística. Aliás, a maioria das definições que figuram no LD foi transcrita literalmente do “Novo Manual da Redação da Folha de S. Paulo”, sem nenhuma menção da fonte.

No final da página, há uma atividade pouco usada nos livros didáticos em geral: propõe-se a confecção de um arquivo de textos jornalísticos para auxiliar na própria pesquisa escolar dos alunos. A idéia não só é incomum, como bastante adequada ao contexto escolar. A única ressalva a ser feita se refere à sugestão dos critérios de agrupamento por assuntos/temas ou por gêneros discursivos. Esta indicação não vem acompanhada de uma discussão sobre as finalidades e/ou vantagens de agrupar deste ou daquele modo. O MP esclarece que nenhum dos critérios classificatórios servirá de forma absoluta para encaixar todo e qualquer texto. Mas fica por conta da iniciativa do professor a proposição de uma reflexão sobre o porquê disso e sobre os motivos que deverão nortear a escolha.

Após a sugestão de produzir um arquivo de textos jornalísticos, chega-se à última parte da unidade, baseada numa análise comparativa da primeira página de um jornal de São Paulo (*O Estado de S. Paulo*) e outro de Recife (*Jornal do Commercio*). A digitalização de ambas as capas consegue ter qualidade suficiente para que tanto o texto escrito quanto as imagens fiquem legíveis. Em verdade, a análise não contempla a página inteira, mesmo porque a metade inferior da capa foi suprimida.

As perguntas encaminham o leitor para a observação e reconhecimento das várias diferenças entre as duas capas. Isso se dá a partir de uma análise dos fatos retratados, das imagens com suas legendas e das manchetes. Convém ressaltar que essa atividade de “estudo do texto”, muito importante para o desenvolvimento de estratégias de leitura, é a mais extensa e detalhada da unidade e trabalha com o foco voltado para as duas matérias de maior destaque.

Pela primeira vez, há uma indicação para que o professor comente sobre o contexto gerador da manchete. Essa indicação deveria ter sido feita ao início de cada análise. Penso que só assim os alunos conseguirão entender a íntima conexão entre a esfera do cotidiano (público) e a produção de um texto de jornal. É fato que a vida útil de uma notícia é incomparavelmente menor do que a de um livro didático. E mesmo que a temática de muitas notícias continue atual, é preciso refletir sobre essa questão com o aluno-leitor.

A última pergunta sobre os textos pede para que se comente o porquê das diferenças. Na resposta sugerida no MP, a autora reitera que os jornais sempre fazem escolhas e “revelam marcas da subjetividade de quem escreve ou a adequação à linha editorial do jornal” (p.33).

De modo geral, um ponto positivo a ser destacado reside na elaboração e encaminhamento das propostas de produção de texto. O aluno não é chamado a criar uma notícia como se fosse um jornalista, expediente por demais artificial, mas sim a reescrevê-la.

3.4 Livro 04 – “Português: literatura, gramática, produção de texto”

A chamada do capítulo (ANEXO 4), logo abaixo do título, enumera todos os “tipos de textos informativos” a serem comentados: a notícia, a reportagem e a entrevista, bem como o quadro informativo, o gráfico e a legenda. Tanto o título quanto a frase síntese indicam um trabalho que mescla duas noções diversas: a de tipos e a de gêneros.

A primeira é parte da tradição escolar há décadas e se baseia na tríade “descrição, narração, dissertação”, com a incorporação recente de outras tipologias. Embora nenhum texto seja formado exclusivamente por um tipo em estado puro, cada tipologia recebe uma abordagem isolada, talvez para facilitar o processo de transposição didática. Entretanto, essa classificação não contempla a integridade de um texto, concentrando-se nas possíveis funções textuais.

Convém ressaltar que a noção de tipo textual não pode ser lida como sinônimo de gênero do discurso. O conceito de “tipo” se refere aos princípios organizadores que participam da constituição estrutural de um texto. Ou seja, o tipo participa na estruturação de um gênero, que pode ser constituído por um ou mais tipos. Contudo, a chamada é clara ao estabelecer que a notícia, a reportagem e a entrevista são exemplos de textos informativos. Disso decorre a seguinte questão: qual conceito de tipologia textual está presente? A afirmação parece pressupor uma classificação, segundo a qual a tipologia funciona como fator determinante de agrupamento textual da presente unidade. Nesse sentido, filia-se à tradição escolar lembrada acima, na medida em que a tipologia não incorpora as práticas sociais, constituindo-se num objeto de ensino artificial.

Outro elemento confuso diz respeito à classificação da notícia como um texto jornalístico porque “apresenta um encadeamento lógico de idéias e revela fatos com clareza e exatidão”. Como classificar outros gêneros comuns no jornal, mas que não apresentam tais características: o editorial, a charge, a carta do leitor, a crônica etc.? Por que não poderiam ser tidos como textos jornalísticos? Além disso, há outros textos que cumprem com os critérios arrolados acima, mas nem por isso são jornalísticos. Veja o caso de boletins de ocorrência ou relatórios de trabalho.

Ao final do parágrafo introdutório, o LD enfatiza o fato de um texto sempre expressar uma posição, na medida em que o jornalista não o escreve com total impessoalidade. Mesmo assim, pouco antes é especificado que o tom do texto jornalístico é “sóbrio, objetivo” (p.397). Entretanto, se há a presença da opinião do autor por que insistir nos qualificativos “exatidão” e “objetivo”. Penso que aqui seria apropriado o próprio LD propor um questionamento para debater até que ponto essa

visão está de acordo com o que vemos na prática contemporânea. Ou então, caso não seja esse o objetivo da introdução, bastaria reformular da seguinte forma: “revela fatos com o máximo de clareza e exatidão possível com um tom que se pretende sóbrio, objetivo”.

Após esses dois parágrafos introdutórios, o enfoque volta-se diretamente para o objetivo principal da notícia (informar público específico), a composição temática (o quê? quando? onde? como? por quê?) e as três partes principais (a manchete, o lide e o corpo) e suas funções. Além disso, outras características da notícia são brevemente nomeadas, tais como: linguagem formal, ordem direta, voz ativa, verbos de ação, frases curtas e simples.

Nessa apresentação esquemática, há alguns pontos que merecem ser comentados. O primeiro, de caráter geral, refere-se ao tom prescritivo adotado pelo texto. Nota-se, por exemplo, o uso de várias construções normativas:

A - Para verificar se ela está bem elaborada, o emissor deve responder às perguntas: O quê? (fato ou fatos) Quando? (tempo) Onde? (local) Como? (de que forma) Por quê? (causas) (...)

B - A notícia apresenta três partes principais: manchete, lide, corpo (...)

C - A notícia usa uma linguagem formal, que segue a norma culta da língua culta (...). É preferível a linguagem acessível e simples.

D - Em jornais ou revistas impressos ou *on-line*, e em programas de rádio ou televisão, a informação transmitida pela notícia precisa ser verídica, atual e despertar o interesse do leitor.

Já discorreremos, no capítulo anterior, sobre as duas principais possibilidades de estruturação de uma notícia. Se o emprego do lide continua majoritário na grande imprensa, isso não quer dizer que se trata da única organização válida. Há jornalistas que empregam outro formato, nos moldes de um texto narrativo clássico, inclusive nos principais meios de comunicação.

Quanto às regras definidas nos outros exemplos acima, todas são passíveis de ressalvas. No plano da linguagem, por exemplo, cabe perguntar como torná-la simultaneamente acessível, simples, formal e sem a presença de termos coloquiais. Que trabalha em sala, sabe bem o grau de dificuldade enfrentado pelo aluno/leitor para aliar formalidade à simplicidade. Levando isso em conta, teria sido mais produtivo

transcrever trechos da mídia impressa que apresentam tal característica para submetê-los a uma reflexão lingüística.

Outra lacuna do texto se refere à falta de uma discussão sobre o papel essencial desempenhado pelo interlocutor. Fala-se sobre a necessidade de uma linguagem acessível, sem contudo ficar claro a quem ela deve ser acessível. O interlocutor aparece apenas de modo subentendido e, portanto, como uma figura abstrata. Ora, se o perfil dos leitores varia de acordo com o jornal, parece-me óbvio que o registro e o nível de linguagem também precisariam se adaptar à média do grupo de leitores do veículo em questão.

Em dois momentos distintos, os autores destacam a necessidade de a notícia criar no leitor o desejo de lê-la: a manchete e o lide têm a função de “despertar a atenção do leitor para o texto” (p.397). Entretanto, não há comentários adicionais sobre como se dá esse processo. Aqui se perdeu a oportunidade de enriquecer o debate por meio de uma discussão sobre a presença cada vez mais pregnante do sensacionalismo⁴⁸ na mídia. Outra abordagem estimulante poderia ser feita a partir de uma análise contrastiva de diversas manchetes, tanto de jornais que assumem uma postura sensacionalista quanto da dita imprensa séria.

O último ponto se refere à temática da objetividade. Segundo o texto, a manchete deve constituir o resumo objetivo do assunto tratado na notícia. Como não há comentários adicionais, fica a impressão de que é possível escrever um título isento, sem a expressão de qualquer posicionamento. Mas, se na própria introdução geral ao capítulo havia sido reforçada a idéia de que um jornalista “não escreve de forma totalmente impessoal e imparcial” (p.397), por que a manchete recebeu tal definição? Enfim, quando ambas as idéias são contrapostas temos como resultado um quadro contraditório.

Na seqüência, trabalha-se a leitura da notícia “Aumenta o número de pobres no mundo”, publicada no jornal *O Estado de São Paulo*. O texto não aparece na íntegra, pois a continuidade de vários parágrafos foi suprimida. Por ser a única notícia analisada, esses cortes são descabidos, para dizer o mínimo. Uma vez que o capítulo

⁴⁸ Para ler mais sobre a influência do sensacionalismo, ver página 98 e 99.

se propõe a trabalhar com um gênero jornalístico (entre outros), cujos enunciados são de pouca extensão, a opção pelos cortes não se justifica. Outra questão correlata diz respeito à diagramação original. Algumas características parecem ter sido mantidas; porém, como outras não foram, o saldo da equação é a dúvida.

Ao final da notícia, são colocadas cinco questões: as duas iniciais cobram a identificação da manchete e do lide; a terceira aborda a função desempenhada pelo autor, como correspondente estrangeiro; a próxima pede a compreensão básica do fato noticiado e a última pergunta pede a caracterização básica da linguagem empregada. Em geral, todas são bastante diretas e não demandam outras estratégias de leitura a não ser as básicas. Fazem falta questões de outro tipo, para as quais o aluno lançasse mão do raciocínio preditivo e da reflexão sobre as escolhas feitas na elaboração do título, subtítulo, lide e corpo do texto.

Uma vez que as questões iniciais cobram o domínio do jargão jornalístico, espera-se o uso preciso dos termos técnicos, o que não acontece. Em primeiro lugar, é preciso discernir entre “título” e “manchete”. Esta se refere à notícia de maior destaque da edição e vem na primeira página do jornal ou da revista. Já as outras notícias vêm precedidas por um título e, muitas vezes, por um subtítulo (ou “linha-fina”). A abertura da notícia, isto é seu primeiro parágrafo que responde às principais perguntas (quem?, quando?, onde? etc) corresponde ao lide. Ou seja, as duas primeiras questões contêm imprecisões terminológicas: o adequado seria cobrar a identificação do título (e não da manchete) e do subtítulo (e não do lide).

A resposta à terceira questão, sobre o significado de o jornalista-autor ser um correspondente em Genebra, não explora o contexto mais imediato da notícia. Ela afirma que o correspondente cobre os eventos “gerais e/ou específicos de uma localidade, geralmente distante da sede do órgão jornalístico para o qual trabalha” (MP: p.51) Ora, para tornar essa definição menos abstrata, os alunos poderiam ser incetivados a elaborar hipóteses sobre o porquê da escolha de Genebra e qual seria a diferença entre um jornalista sediado em São Paulo noticiar os resultados do relatório e um correspondente de Genebra.

Também a última questão traz uma resposta problemática, pois a linguagem da notícia é caracterizada como “formal, clara, objetiva” (MP:51) Isso vai ao encontro das afirmações no trecho introdutório sobre o gênero, mas está em desacordo com a introdução geral ao próprio capítulo, quando se afirma que um texto sempre expressa um posicionamento. A percepção desse mecanismo muito ganharia com a análise contrastiva entre o texto do *Estadão* e uma segunda versão da mesma notícia, publicada por outro órgão de imprensa. Esse é o tipo de exercício fundamental para alcançar uma compreensão mais ampla do texto noticioso. Trata-se de uma maneira produtiva de verificar quando os elaboradores da notícia se posicionaram de modo mais explícito; quando foram usadas estratégias de ocultamento e, por fim, quais trechos receberam uma formulação o mais objetiva possível.

Na seqüência, os autores propõem a produção textual de uma notícia. Os alunos devem partir da observação de uma fotografia, cuja legenda é “Tráfego em rua de Dacca, Bangladesh, 1998.” Apenas relembrem que “a notícia é formada de manchete, lide, corpo. Difícil pensar em um encaminhamento menos artificial e precário. Se a foto ao menos mostrasse uma realidade brasileira com a qual os alunos estivessem familiarizados! Como irão inventar algo que aconteceu em uma cidade muito distante? Qual o propósito da invenção senão o de escrever um texto ficcional? Ademais, não há menção sobre o tipo de interlocutor, de suporte e de veículo. Na avaliação da produção, os alunos devem trocar seus textos e verificar se as cinco perguntas do lide foram respondidas e se a linguagem é clara e objetiva. Pergunto-me em que medida o texto produzido poderá ser considerado um exemplar do gênero estudado.

Uma vez explicados os passos necessários à produção de uma notícia, os autores partem para a apresentação do gênero “reportagem”. Apesar de não ser o foco desta análise, julgo válido fazer um comentário geral por causa da relação estreita entre ambos os gêneros e do fato de serem abordadas no mesmo capítulo, um na seqüência do outro.

Segundo o LD, a principal diferença reside no aprofundamento dos fatos noticiados, através da apresentação de “diversas opiniões e versões do mesmo fato” (p.398), todas elas com a fonte devidamente citada. A estrutura básica é muito

parecida, apesar de vir acrescida de gráficos, quadros informativos, tabelas ou fotografias. No plano da linguagem, o texto entra em contradição. Como ela pode ser descrita como formal, objetiva e direta, se o autor deve assumir uma das seguintes óticas: expositiva (narração simples e objetiva) , interpretativa (comentário sobre os fatos) ou opinativa (opinião de modo a conduzir a opinião do leitor)? Restam dúvidas, ainda, sobre como diferenciar essas três tipologias narrativas na prática e qual a função dessa classificação.

O modo como as duas reportagens foram trazidas como exemplo demonstrou-se pouco apropriado para servir de ilustração às premissas apresentadas no texto introdutório. Logo de início, convém destacar que ambas sofreram cortes, o que novamente parece ter comprometido a análise. Esse procedimento não deixa claro se as outras fontes foram suprimidas ou se os jornalistas preferiram utilizar uma única fonte, em cada caso. Pelo mesmo motivo, não é possível saber em que medida o texto original expôs diversas opiniões e versões do mesmo fato. Além disso, como as reportagens não trouxeram complementos (gráficos, tabelas, quadros informativos etc.), algo muito comum em textos do gênero, resta a dúvida se isso foi mais uma consequência das supressões feitas.

Outro fato que chama atenção se relaciona ao descuido absoluto em relação ao suporte original. Ambas as reportagens sofrem uma descaracterização quanto ao formato e quase não se reconhecem pistas de que foram publicadas, respectivamente, num jornal e numa revista, a não ser pelo crédito aos veículos no final dos textos. Este, aliás, não informa a editoria responsável, um dado importante para o processo de leitura. Aliás, no primeiro caso, nem mesmo a data completa foi citada, o que dificulta uma consulta ao texto original. O objetivo de reproduzir ao máximo as características do suporte se explica pelo fato de gênero e suporte serem interdependentes. Não se trata de trazer o jornal para dentro do LD, algo tecnicamente impossível, mas de reproduzir o tipo de letra; as cores; o formato da folha, enfim, a diagramação completa, fatores preciosos a uma relação mais significativa com o texto.

Para dirimir algumas dúvidas levantadas, busquei o acesso à reportagem da revista *Veja*. Do texto original, foi eliminado um quadro informativo e o texto da segunda

metade do penúltimo parágrafo ao final do último. Justamente as partes eliminadas traziam as afirmações de uma segunda fonte e o confronto com a realidade brasileira. Ao compararmos com a reportagem publicada na revista, o texto no LD parece estar muito mais próximo do gênero “notícia” por causa da supressão de vários elementos. As perguntas que seguem cada texto, quase idênticas às formuladas sobre a notícia, mal exploram a dimensão do gênero. A imprecisão terminológica dos termos “manchete” e lide ocorre mais uma vez. As outras questões, em sua maioria, abordam o posicionamento do aluno sobre o tema da reportagem, dispensando até mesmo a leitura do texto. Enfim, a exploração da leitura do texto deixa muito a desejar, na medida em que muito pouco do que foi visto sobre o gênero é aprofundado, nem tampouco a dimensão informativa da notícia é trabalhada.

A título de conclusão da análise deste livro, gostaria de apontar que o enfoque geral da unidade parece mais tributário às contribuições da teoria da Comunicação de R. Jakobson do que à visão defendida por Bakhtin quanto aos gêneros discursivos. Em pelo menos dois momentos da introdução há o uso de conceitos propostos por Jakobson: em um dos exemplos transcritos acima o termo “emissor” é empregado e, pouco depois, o livro enfatiza “o predomínio da função referencial”. Aliás, o próprio título do capítulo “texto informativo” aponta para as funções da linguagem.

O lingüista russo identifica seis elementos constituintes do ato de comunicação: o emissor, o receptor, o canal, o código, o referente e a mensagem. A ênfase em um ou outro elemento determina a intenção e orientação do texto. Uma vez que os diferentes níveis não são estáticos, pois se entrecruzam na prática, um mesmo texto pode desempenhar várias funções, ainda que apenas uma seja a principal.

A concepção de linguagem que permeia esse modelo explicativo vê a língua como código responsável pela transmissão de uma mensagem produzida pelo emissor para ser decodificada pelo receptor. Mas, se não podemos negar as contribuições de Jakobson no ensino da língua portuguesa⁴⁹ nas décadas de 70 e 80, é imprescindível

⁴⁹ Muitos livros didáticos utilizaram a concepção proposta Jakobson. Vale lembrar que o modelo continua presente no livro didático, ainda que em escala bem menor, funcionando como principal embasamento lingüístico ou como estímulo teórico na apresentação de textos introdutórios ou atividades.

apontar as limitações de seu modelo, responsáveis pela gradativa perda de influência na década seguinte.

Em linhas gerais, a visão do processo de comunicação humana está longe de refletir a complexa realidade das interações, na prática. Na grande maioria das vezes, não é possível manipular todos os elementos do processo de comunicação na produção de uma mensagem. Não temos o poder absoluto sobre o que dizemos, nem tampouco o enunciado produzido é simétrico àquilo que tivemos a intenção de dizer. Além disso, o foco quase exclusivo na funcionalidade relega todas as outras esferas a um segundo plano, o que novamente resulta numa visão por demais reducionista.

Enfim, o trabalho com os gêneros é extremamente superficial e esquemático. Além dos vários problemas conceituais, os textos são tratados sem levar em conta as condições originais de produção e de circulação, ou seja, sem ver a relação entre o produto final e a esfera social responsável por ele. Trata-se de uma abordagem tradicional e precária que precisa de uma constante mediação do professor (que deve já ter bons conhecimentos prévios do gênero) para que as lacunas sejam superadas.

3.5 Livro 05 – “Língua Portuguesa”

O livro é acompanhado de um extenso manual do professor que se propõe a esclarecer a proposta pedagógica em detalhes. De início, explica-se que o livro nasceu do desejo de transpor para a prática o desafio proposto pelos PCN. O resultado foi um material inédito no mercado de livros didáticos, com base no trabalho por competências, acompanhado de contextualização e interdisciplinaridade, sempre que possível. Por serem autônomos entre si, os módulos podem seguir a ordem que o professor julgar mais adequada, de acordo com o plano curricular da escola onde atua.

Cada módulo tem um quadro sinóptico com a síntese das principais informações dirigidas ao professor.

TÍTULO	É DA HORA! É DA HORA!
---------------	------------------------------

Competências	1, 2, 3, 6, 7, 8, 9
Ementa	Analisa e organização, estrutura e função do jornal, bem como incentiva a leitura de periódicos.
Habilidades	<ul style="list-style-type: none"> - Rever conhecimentos prévios sobre o jornal. - Ler e analisar jornais, suas estrutura e os tipos de textos que inclui, aferindo a perspectiva do jornal e do público leitor. - Identificar assuntos, manchetes, notícias, reportagens etc. - Interpretar figuras, gráficos e tabelas, inter-relacionando linguagens e códigos. - Confrontar opiniões diferentes sobre um mesmo fato. - Produzir textos jornalísticos e jornal. - Relacionar texto jornalístico e texto literário.
Conteúdo	<ul style="list-style-type: none"> - Função social do jornal. - Organização e estrutura do jornal. - Tipos de texto dentro do jornal. - Tecnologias de comunicação. - Linguagens gráficas, figurativas, verbal. - Leitura e produção de jornal. - <i>Os Sertões</i> de Euclides da Cunha.
Integração	História, Geografia, Arte e Sociologia.

O quadro acima se refere ao módulo sobre a notícia (MP:36/7). Esse mesmo quadro recebe um aprofundamento maior na seção do MP destinada aos comentários específicos sobre o módulo. Julgo importante sintetizar as informações centrais para que sejam levadas em conta na análise propriamente dita.

Logo na abertura, temos muito claro o objetivo principal do trabalho didático com o jornal: “incentivar nos alunos a necessidade de ler e interpretar criticamente o jornal” (MP:134). Na continuidade, os autores explicam que as atividades, orais (opiniões e debates) e escritas (leitura e interpretação precedem a produção de texto), podem seguir a ordem mais adequada para cada professor. Exceto as atividades iniciais,

elaboradas para o propósito geral, as outras foram concebidas como propostas alternativas, cuja viabilidade de aplicação também deverá ser analisada pelo professor. No caso da produção textual, tomou-se o cuidado para que o aluno escreva com fins determinados. Também a análise lingüística aparece contextualizada nos textos.

Na bibliografia, temos a presença de dois Manuais de Redação (da *Folha* e do *Estadão*), um dicionário de comunicação, dois títulos sobre o jornal na prática pedagógica e vários outros – elaborados por profissionais da área – que tratam de aspectos essenciais da prática jornalística. A minoria foi escrita por estudiosos das Letras, mas sobre temas do jornalismo. Enfim, nota-se uma preocupação com a leitura de textos sobre jornalismo e produção de notícias, escritos principalmente por quem lida com isso no cotidiano. A presença de dois manuais deve ser observada com atenção – pode ter resultados opostos, dependendo do encaminhamento dado às informações transcritas.

Antes de analisar o gênero estudado no módulo do livro do aluno, os autores escrevem uma introdução de várias páginas na qual propõem a abordagem de uma série de temas relacionados e relevantes: a importância e função do jornal; a relação com o público; a leitura da primeira página; a elaboração de manchetes e o reconhecimento de lides.

No próprio módulo (ANEXO 5), ao lado do texto teórico, no início da página de abertura (p.699), há uma pesquisa com o objetivo de promover uma discussão sobre o hábito de leitura do jornal. Em geral, esse tipo de atividade provoca bastante interesse entre os participantes. Chamado a interagir, o aluno compartilha sua experiência, o que poderá servir de estímulo e referência para as próximas atividades, desde que o professor faça as necessárias mediações. Aliás, as questões finais abordam a relação com o telejornal, pouquíssimo explorada nos outros livros, mas de grande relevância para uma leitura social da mídia. Veja, inclusive, que se propõem uma análise comparativa entre dois meios e, ainda, uma reflexão sobre a credibilidade da imprensa:

9. Você assiste a algum telejornal? Poderia relatar um assunto abordado?

10. Você saberia dizer as diferenças e semelhanças entre o jornal e o telejornal. Você acredita no que é publicado no jornal e apresentado no telejornal?

Nesse caso, o MP não assume o papel convencional de parafrasear o que está quase explícito no exercício. A orientação de desenvolver um gráfico baseado nas respostas de todos, junto com os alunos (e com auxílio do professor de matemática), é uma maneira efetiva de unir vários conhecimentos de modo significativo já que trata da realidade imediata da turma. A sugestão de apresentar o bloco inicial de um telejornal e a primeira página de um jornal pode ser muito útil na prática para tornar a discussão mais concreta e embasada.

Em paralelo à pesquisa, segue uma introdução que aborda diversas idéias. A primeira, tributária ao senso comum, reza que o jornal mostra a história viva. O verbo escolhido (“mostrar”) remete à notícia como o reflexo da realidade e não uma possível (re)criação. Aqui é possível entrever uma concepção estática e unidimensional da linguagem. Não se sabe se essa formulação decorreu de um descuido, afinal muitas vezes o senso comum fala por nós sem nos darmos conta, ou se os autores defendem essa concepção.

Na seqüência, são feitos breves comentários sobre temas relevados pelos outros LDs, mas muito pertinentes por tratarem do contexto mais amplo do jornalismo: a) mesmo sem sermos leitores assíduos, estamos sob constante influência das notícias comentadas por amigos e familiares; b) embora a produção e circulação da notícia dependa de um complexo esquema tecnológico, a figura-chave ainda é o jornalista; c) o tempo social é a matéria do jornal (e não o real); d) em alguns casos, o jornal tem o poder de fazer crer; e) o jornal reflete o que a sociedade valoriza. Ainda que questionáveis, o propósito dos comentários é o de lançar as bases de uma discussão sobre o poder do jornal como formador de opiniões, a ser feita ao longo do módulo.

A atividade seguinte se concentra na análise da primeira página de um jornal, que supostamente teria sido reproduzido no início do módulo. Por algum motivo, isso não se concretizou. De caráter exploratório, a atividade é direcionada por dez perguntas relativas à estrutura (organização do cabeçalho, manchetes, presença de fotos ou desenhos); ao gênero (identificação de manchetes, índice remissivo e propaganda); ao conteúdo preponderante etc.

Grosso modo, as questões conseguiram ultrapassar em qualidade o panorama típico. A abordagem foi detalhada e cobriu uma série de aspectos essenciais ao entendimento de uma “primeira página”. Explorou bem a relação entre a linguagem visual e o texto verbal. Incentivou, inclusive, uma reflexão sobre a estratégia de leitura empregada pelo aluno. Contudo, perdeu-se a oportunidade de enfatizar a relação intrínseca entre a estrutura e a função do texto. Novamente há uma dissociação entre o plano do conteúdo, da forma e a função. Por que o cabeçalho está organizado de determinado modo? Por que as “manchetes” (o mesmo problema de nomenclatura observado no livro 4) não utilizam o mesmo tamanho e tipo de letra? Para que servem os índices remissivos? Qual o objetivo de uma propaganda logo na primeira página?

É apenas na página seguinte que algumas dessas relações serão estabelecidas. Nela, explica-se que a página inicial tem flexibilidade estrutural para refletir o máximo de atualidade, o que lhe garante o último lugar no fechamento da edição. Fala-se também sobre os recursos gráficos e lingüísticos usados na elaboração de manchetes com o propósito de despertar a atenção do leitor. Mas, nesse ponto, predomina a enumeração de conselhos (evite o uso de artigos, de dois-pontos, ponto final, de exclamação e de interrogação; use os verbos no presente e na voz ativa; maiúsculas só no início da manchete e em nomes próprios). Depois dos conselhos vêm algumas “dicas” retiradas do *Manual de redação e estilo do Estado de S. Paulo*, que seguem o mesmo padrão.

Mesmo reforçando que o leitor é a razão da escrita, em momento algum há uma reflexão a respeito da criação e validade desses conselhos. Por exemplo, fica no ar por que alguns sinais de pontuação devam ser evitados e outros não. E, convenhamos, isso não é mero detalhe. Afirmar que tais estratégias facilitam a leitura é por demais amplo, impreciso e abstrato. Mais uma vez a língua e o gênero parecem dissociados de seu contexto social.

A atividade seguinte propõe a criação de manchetes a serem elaboradas de acordo com as dicas e conselhos recém-apresentados. Seguir as normas dos manuais de redação de modo mecânico não irá contribuir para melhor a competência no gênero. A citação a seguir, uma crítica às arbitrariedades comuns nos manuais de redação, explica por que todo cuidado é pouco.

Que baixem regras, vá lá. Mas deveriam ter ao menos o bom senso de admitir que especificações ditadas pela mera conveniência tecno-industrial não têm nenhum valor de critério estético, não constituem, em nenhum sentido, as regras *de estilo*, a não ser que se entenda por estilo a uniformidade coletiva, isto é, a falta de estilo. Servem para medir a adequação de um texto ao perfil mercadológico de um determinado produto editorial, e não para julgar sua qualidade literária, sua expressividade, sua exatidão, sua coerência, elegância e veracidade. (...) Normas de redação, se estatuídas, devem ser apresentadas, com toda a modéstia, como convenções práticas, nem melhores nem piores que quaisquer outras, e nunca como padrões de "bom gosto", "elegância", etc., que são valores de estética literária muito mais sutis do que aquilo que esse gênero de manuais está em condições de delimitar. Os manuais deveriam ater-se, o quanto possível, a aspectos exteriores e "materiais" da escrita, como ortografia, abreviaturas, padronização de nomes, evitando pontificar sobre estilo ou, pelo menos, opinando nisto com extremo cuidado e tão somente em nome da conveniência utilitária, não da estética. Nos casos em que fosse absolutamente indispensável opinar sobre estilo, o melhor seria permanecer num nível genérico e abstrato, sem descer a particularidades duvidosas, como a de vetar, individualizadamente, tais ou quais palavras ou expressões. Mesmo porque o mais elementar conhecimento da estilística mostra que não há palavras ou expressões que, em si e por si, sejam inelegantes; tudo depende do contexto, do tom, da engenhosidade maior ou menor com que sejam utilizadas. No devido lugar, até o execrando "outrossim" pode cair bem, apesar da famosa tirada de Graciliano Ramos, ao revisar um artigo da revista *Cultura Política*: "Outrossim é a p.q. p." (CARVALHO:1998)

A própria proposta de atividade se mostra inconsistente, pois traz três aberturas de notícias inconclusivas para delas se extrair as manchetes. Em "*o boliviano Gonzalo Riveros Tejada encontrou uma saída barata para o bug do milênio, problema em cuja solução se calculava que o mundo gastaria US\$ 400 bilhões*" fica-se sem saber sobre a solução encontrada e seu alcance real. Assim como em "*analista financeira Valéria Machado, de 24 anos, encerra a entrevista para mandar um e-mail ao namorado, Vincenzo Rago, de 25 anos, que mora na Itália. Os tempos são outros. Uma tia dela, que se casou com um italiano, namorou por carta durante quatro anos*" não se sabe ao certo o que deve ser enfatizado: a evolução tecnológica ou a entrevista recém-encerrada?

Antes de o módulo introduzir o gênero "notícia", o LD apresenta noções básicas sobre o lide. Segundo o parágrafo final, o lide é comparável à manchete porque ambos têm a objetividade da informação como característica principal e são elaborados com a função de "despertar no leitor a vontade de entrar no texto principal" (p.702). Mas, a não ser por uma breve menção às perguntas estruturais do lide, não há qualquer comentário sobre as possíveis estratégias utilizadas para garantir a propalada objetividade e o interesse do leitor.

Logo de início, autores concebem a notícia como um relato baseado na seleção e ordenação de fatos acontecidos. Ou seja, é possível inferir que o processo de seleção e ordenação empresta ao relato uma dose de escolha e subjetividade. Então como entender a continuidade do texto, que introduz duas exigências ao relato: exatidão e verdade? Pouco depois, novamente um retorno à concepção da introdução: “qualquer notícia, para ser divulgada, exige pesquisa, apuração dos fatos, detalhes precisos, seleção de pontos de vista” (p.703). Também há uma menção adicional às agências de notícias que produzem textos e imagens para distribuição aos jornais e ao fato destes selecionarem as informações que julgam importantes.

A primeira atividade de produção de texto, proposta na seqüência, solicita a escolha de uma letra de música (das duas transcritas) para servir de enredo de uma notícia. O aluno deve se colocar no papel de repórter e escrever o texto, não se esquecendo da manchete, do lide e da ilustração. Uma exigência um tanto questionável, na medida em que nenhum repórter transformaria o conteúdo de uma letra em fatos noticiáveis.

Além disso, como as duas letras abordam de forma poética crimes que despertaram atenção, é provável que a cobertura dos fatos ficasse sob a responsabilidade de um repórter ainda hoje presente em vários jornais – o repórter policial. Os textos que escreve assumem uma série de peculiaridades desse subgênero da notícia. Convém lembrar que esse subgênero ainda continua muito presente dado o grande interesse popular. Em geral, quando não há uma editoria específica, as notícias sobre assaltos, seqüestros, tráfico, violência são publicadas em outras editorias. Isso não quer dizer que perderam em importância; muito pelo contrário, já que esses assuntos continuam a gozar de grande interesse popular. Entretanto, essas peculiaridades não são exploradas pelo LD.

Uma forma elucidativa de ressaltar a relação dinâmica e histórica entre gênero e uso social – questão de grande importância no estudo dos gêneros – é por meio da comparação de duas notícias policiais escritas em épocas distintas: uma, na atualidade, e outra, há décadas. Se contrastadas, as mudanças seriam evidentes nas mais variadas esferas. No plano estilístico, por exemplo, as notícias publicadas nas décadas

de 1940 e 1950 ganhavam contornos líricos e passionais. Não era difícil deparar-se com uma manchete do gênero: 'Rasgou a faca o coração da amante que, ajoelhada, implorava clemência!' Os textos publicados pelo dramaturgo e repórter policial Nelson Rodrigues são uma prova viva do quanto a vida retratada nos jornais era movida por paixões.

Outro aspecto muito relevante a ser trabalhado diz respeito ao sensacionalismo. Com freqüência, critica-se o fato de muitas notícias transformarem a violência num evento banal e desprovido de humanidade. As vítimas e seus (supostos) algozes são transformados em iniciais e números.

Bala perdida não é notícia. Assassinato, é mais um. Então por que a matéria é boa? Porque um repórter foi ao palco dos acontecimentos. Tinha ocorrido um tiroteio entre bandos rivais numa favela em Copacabana e ele descobriu, e só *O Globo* descobriu, porque foi o único a ir ao local, que um jabuti foi atingido por um projétil, que perfurou o casco e atingiu as patas traseiras, que ficaram paralisadas. O dono, muito pobre, levou o jabuti para uma clínica onde uma veterinária pegou rodinhas de cadeira e fez uma adaptação para ele se movimentar com as patas dianteiras e deslizar com a parte traseira. Essa matéria é tocante, emocionante, incrível, sensibilizante, chama a atenção para a tragédia do dia-a-dia, da banalidade da violência, dos tiros, morte, chacinas e balas perdidas com a história de um jabuti. Agora, histórias como a do jabuti existem às dezenas em todos os lugares. Então, em resumo, eu te digo o seguinte: a questão é que o jornalista tem que correr atrás da notícia e não a notícia correr atrás do jornalista. (SOUZA:2003)

A outra atividade de produção de texto propõe a elaboração de uma notícia para um jornal da escola, cujo público-alvo é o alunado. Na fase de preparação, ressalta-se que os dados coletados devem ser objetivos. Como contraposição a isso, os autores alertam que a publicação de dados errados (nome da pessoa, local, data) leva à perda de credibilidade. As outras indicações devem-se à redação: seguir a "forma básica da notícia"; "recheiar com detalhes" e empregar uma linguagem objetiva. Mais uma vez, as orientações reduzem conceitos polêmicos a algo que não condiz com a prática jornalística. A natureza dos dados coletados varia muito e uma apuração não se restringe ao nome, local e data. Para o relato da grande maioria dos outros fatos, cabe uma discussão sobre as já comentadas estratégias de apagamento de autoria do texto.

A organização gráfica do jornal é abordada no próximo item, com a finalidade de mostrar o quanto os textos não verbais seriam essenciais para auxiliar na compreensão de uma matéria. A transcrição de várias orientações do Manual de Redação de O

Estado de S. Paulo não é acompanhada de um comentário sequer ou de qualquer tipo de exemplo prático. Conseqüentemente, uma série de dúvidas fica em aberto.

A atividade de fechamento sugere a transformação de quadros, gráficos e tabelas (06 no total) em matéria jornalística. Os temas giram em torno de vários assuntos: os valores do dólar comercial e paralelo; o índice médio de desemprego; o nível educacional dos brasileiros; as cinco formas básicas de se encontrar um companheiro(a); a circulação e receita das revistas semanais de informação; o cerco aos usuários de drogas. Pergunta-se como, sem quaisquer outras indicações, os alunos conseguirão criar notícias ilustradas por gráficos e/ou tabelas cujos assuntos não são de conhecimento dos alunos? Ou seja, a atividade exige um encaminhamento mais detalhado, sob o risco de não alcançar os objetivos a que parece se propor.

A continuidade do módulo trata dos principais gêneros jornalísticos sem o discernimento exigido pela situação. A seguinte classificação tradicional é mencionada logo de início (p.708):

- informativo: textos em que a informação deve ser objetiva e imparcial;
- interpretativo/crítico: a informação é interpretada com base em comparações e análise;
- opinativo: texto que explicita o ponto de vista do jornalista;
- de entretenimento: textos destinados à diversão.

Embora aparentemente amplo, esse agrupamento revela uma série de problemas. Em primeiro lugar, a conceituação tradicional é controversa, pois é incomum encontrar textos jornalísticos que pertençam a um único gênero ou categoria. Além disso, a própria definição do gênero informativo é problemática por atribuir qualidades utópicas aos dados e fatos relatados, como já vimos no capítulo 2 desta dissertação. Aliás, a única ressalva feita pelos autores é a de que nem todos os textos se encaixam na classificação. Como exemplo, citam os textos de serviços e os textos especializados. Uma análise mais atenta mostrará que esses textos não são os únicos, muito pelo contrário.

O próximo assunto aborda a organização típica de um jornal, segundo a qual assuntos afins são agrupados no mesmo caderno. A isso se segue um texto sobre a condição indispensável de o jornalista seguir as normas da escrita padrão e um outro, com algumas informações sobre a profissão, entre as quais a transcrição de um trecho

do decreto-lei que a regulamenta. Ressalta-se que a maioria desses textos não é acompanhada por atividades que provoquem uma postura de maior reflexão sobre os diversos assuntos.

Na página seguinte, o LD comenta um tema de grande relevância para se entender o jornalismo contemporâneo, o sensacionalismo na imprensa. Essa discussão teria sido mais adequada junto à atividade de retextualização das letras de música porque, além de a temática ser muito propensa a receber abordagens mais passionais, o trabalho didático não ficaria restrito à leitura de textos teóricos. Nem mesmo o fragmento do artigo “Sensacionalismo é armadilha, alerta analista”, publicado em *O Estado de S. Paulo*, é discutido. Aliás, com exceção das fotos e do título, o resto do texto está ilegível. Pergunta-se se não teria sido mais produtivo discutir o próprio artigo, baseado em opiniões de especialistas, do que deixá-lo com baixa definição para priorizar o texto concebido pelo autores do LD.

A história da imprensa é o assunto do tópico seguinte, intitulado “Sempre foi assim... – um pouco da história do jornal”. Assim como o título de uma notícia é de extrema importância ao ter como duplo objetivo despertar a curiosidade do leitor e sintetizar a essência do texto, os títulos presentes em um LD também exercem uma função equivalente. Enfim, sua escolha não é nada aleatória. Qual seria a idéia central enfatizada no título “Sempre foi assim...”? A de uma realidade imutável, como se a trajetória histórica dos jornais não tivesse sido permeada de contradições, conflitos e transformações.

Porém, não me parece que os textos escolhidos confirmem o título. A reprodução em formato reduzido da primeira página do *Correio Braziliense* de junho de 1808 expõe o quanto a capa de um jornal influente na atualidade é diferente dos jornais da época. O outro texto, extraído de *O livro das invenções*⁵⁰, em três parágrafos narra do surgimento da imprensa aos dias de hoje, revelando tanto as características que permanecem semelhantes quanto as que se transmutaram. Como não há nenhum encaminhamento de leitura, é possível que o título acabe por imprimir no aluno a noção de estabilidade do suporte (jornal) e, conseqüentemente, de seus gêneros.

⁵⁰ DUARTE, Marcelo. **O livro das invenções**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

O penúltimo assunto gira em torno da liberdade da imprensa. A explanação é excessivamente sintética. De início o texto não esclarece como a censura operava durante a Idade Média e a Moderna. Dessa época já se salta para a ditadura militar e para a Constituição de 1988 (garantidora da livre expressão). Ao final, os autores propõem um debate com base na seguinte questão: “Você considera que deve haver restrições na transmissão de informações na televisão, rádio, jornal, revistas e internet?” O debate girará em torno do senso comum, caso os alunos tomem o texto do LD como única base. Mais uma vez a atuação do professor será essencial para o enriquecimento da atividade.

A última parte é dedicada a “Os Sertões”, escrito pelo então repórter do jornal *O Estado de S. Paulo* Euclides da Cunha, livro que implode com as fronteiras existentes entre o romance e a reportagem. De que forma isso acontece não é explicado. Em vez disso, apresenta-se uma sinopse acompanhada por alguns excertos e imagens do livro e pela reprodução de um artigo (ilegível) do *Estadão*, comemorativo do aniversário da chegada de seu repórter a Canudos. Para finalizar, o LD pede a identificação de trechos da obra que tenham a mesma estrutura e linguagem de textos jornalísticos.

Para o professor, o MP esclarece que em “Os Sertões” predomina a função referencial. Além disso, a obra buscaria estabelecer o padrão a ser usado em situações formais. Mas, tendo sido escrito e publicado há mais de cem anos, é natural que a experiência de leitura hoje seja totalmente diferente. Um contato superficial com os fragmentos transcritos no LD mostra o quanto aquela linguagem já se distanciou do estilo próprio da imprensa contemporânea, mesmo porque a língua padrão mudou muito desde então, ainda que guarde algumas similaridades. Aliás, esta seria uma ótima oportunidade para abordar o fenômeno de mudança lingüística nos gêneros jornalísticos. Enfim, conforme veremos abaixo, com o encaminhamento existente, pode levar a constatações equivocadas.

As duas últimas propostas, apesar de produtivas à primeira vista, não se sustentam se olhadas com a devida atenção. A primeira convida o aluno a refazer a reportagem sobre a Guerra de Canudos por meio de uma pesquisa de certos tópicos correlatos, devidamente listados pelos autores. Porém, em nenhum momento houve um

trabalho com o gênero reportagem, nem mesmo de leitura. Pergunta-se como fazer o que se pede sem possuir o conhecimento (ainda que pouco sólido) do gênero em questão. Além disso, parece haver uma contradição: o próprio LD afirma que a obra não é nem romance nem reportagem, pois “Os *Sertões* confunde as classificações tradicionais” (p.715), mas pede para o aluno refazer a reportagem.

A última proposta do módulo sugere a criação de um jornal mural para ser exposto na escola ou um jornal escrito, mais elaborado, com os materiais produzidos desde o início. O resultado será um produto que guardará pouca relação com os jornais estudantis, uma vez que as condições de produção são muito diversas. Convém enfatizar que ao longo da unidade a maioria dos textos não foi escrita tendo em vista a atividade final. Ou seja, o público-alvo do jornal não é exatamente o mesmo dos artigos já finalizados. Só isso seria motivo para que a atividade devesse ser concebida a partir de outros critérios.

Como conclusão da análise, cabe ressaltar alguns pontos positivos e negativos. Se por um lado, o MP é detalhado na introdução ao módulo, os comentários sobre as atividades deixam a desejar. Assim faz-se necessário que o professor tenha conhecimentos sólidos sobre os gêneros e consiga fazer uma mediação crítica e precisa. Destaca-se como fator positivo a breve reflexão sobre o telejornal, que propõe uma comparação entre o jornal e o telejornal, por sua relevância no contexto atual e sua quase ausência nos LDs. O item dedicado à “notícia” pretende elaborar um quadro preciso, mas acaba por incorrer em conceitos contraditórios, um problema comum aos livros já comentados. As atividades de leitura e produção reforçam a visão de a língua é homogênea, neutra, estável e objetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalista não é uma máquina registradora que observa passivamente os fatos, para depois descrevê-los. Ele é um sujeito atravessado por diversas vozes. (...) Os bons leitores sabem que as notícias são “pasteurizadas”, que a evidência produzida pela transparência do sentido é apenas uma vontade de verdade. (...) Quando leio uma matéria policial e observo as informações dispersas, desassociadas da problemática social que lhe daria significado, exclamo: que formidável censura! Isso é que é imparcialidade, o jornal oculta mostrando. Que bom exemplo teria Bourdieu sobre “violência simbólica”.

Eduardo de Araújo Carneiro

Embora os PCNs de Língua Portuguesa façam a recomendação de que os gêneros da imprensa devam passar a integrar os currículos escolares, o modo como essa nova realidade foi apropriada pelo livro didático de Ensino Médio deixa clara a distância existente entre a intenção e a prática. Isso equivale a reconhecer que tal percurso ainda necessita de alterações e ajustes, um diagnóstico por demais amplo e impreciso. Para que esse quadro ganhasse contornos mais definidos, a pesquisa ora relatada mapeou os problemas ocorridos com detalhamento. Com isso, pretendeu incentivar aqueles que interagem diretamente com o LD (autores, editores, professores, alunos) a refletir sobre o processo a partir de outros referenciais.

Vamos agora a uma síntese desse detalhamento. O primeiro comentário diz respeito à abordagem inadequada que os livros fazem do contexto de produção e circulação da notícia. Assim como é o caso de outros gêneros, a notícia (considerada matéria-prima do jornalismo) é de natureza interacional. As peculiaridades dessa interação precisam ser levadas em conta, sob o risco de não se entender a própria essência do gênero *per se* ou de suas manifestações individuais.

Na fundamentação teórica, comentamos sobre essa natureza interacional dos gêneros. Ora, como vimos, a própria linguagem não tem uma existência independente ou isolada, afinal todo enunciado se constitui a partir da interação verbal – explícita ou implícita – entre dois ou mais interlocutores. Ou seja, a interação pressupõe o diálogo

com outros discursos, tanto na sua constituição (na esfera do “já-dito”) quanto na expectativa de uma resposta (na esfera do “ainda-por-dizer”).

No plano específico da mídia, essa interação tem se tornado ainda mais transparente com o desenvolvimento de novos meios de comunicação. Ainda no passado recente, o grau de interação do meio jornalístico com seu público-alvo era baixo. Com isso, a mídia impressa continuava a usufruir de uma aparente autonomia em relação à opinião dos leitores. É claro que estes exerciam uma influência (in)direta, uma vez que eram responsáveis por uma possível queda nas vendas do jornal ou da revista. Ainda assim, preponderava a sensação de independência por causa da baixa interatividade do meio, entre outros fatores. Já hoje qualquer notícia divulgada recebe respostas quase imediatas, seja por correio eletrônico seja pela postagem em um blog ou portal de informação. Como consequência, o leitor passa a reivindicar um diálogo mais direto e ágil com a imprensa.

Entretanto, essas considerações não encontram eco nas unidades pesquisadas. De modo geral, toca-se apenas na superfície dos processos e objetivos comunicativos da notícia e pouco se comenta sobre a complexidade do relacionamento entre locutor e interlocutor na esfera midiática. Ou seja, o processo de interação sob o qual a notícia foi construída é muito pouco discutido. Assim os LDs acabam por descaracterizar os elementos inerentes às práticas sociais.

É importante ressaltar que, de acordo com vários MPs dos livros analisados, os autores adotaram uma concepção sócio-histórica de linguagem. No entanto, essa escolha permanece mais no plano da intenção, uma vez que a relação entre sociedade, história e língua – ao menos no caso específico da notícia – fica muito pouco evidente. Esse diálogo difícil entre teoria e prática, muito freqüente no universo do LD, de certo modo revela o quanto os próprios autores são “falados” por certos discursos enraizados em várias esferas de nossa sociedade.

O segundo comentário remete à questão da objetividade e à discussão correlata sobre as estratégias empregadas na tentativa de garantir o máximo de neutralidade. Como vimos no capítulo 2, o tema é de grande relevância no meio jornalístico. É preocupante notar que alguns LDs nem sequer abordam essas questões. Para eles, a

notícia é concebida como retrato transparente ou representação fidedigna da realidade. Aliás, em mais de um caso, a concepção varia ao longo da própria unidade: ora fala-se a partir de uma visão representacionista, ora o olhar assume o viés – totalmente diferente – da notícia como recriação da realidade. Dessas observações decorre a seguinte dúvida: em que medida é possível propor a aprendizagem da leitura e escrita do gênero se a questão essencial, a da concepção de realidade e de língua, nem sequer é debatida?

Mesmo quando um fragmento permite inferir que a notícia é uma construção/reconstrução simbólica do mundo, a continuidade do encaminhamento didático não sustenta essa reflexão, relegando a inferência à condição de experiência pontual e aleatória. Ou seja, sobressai a impressão de que um texto noticioso alcança a objetividade se conseguir ocultar as marcas de seu produtor. Em linhas gerais, não se discute o quanto essa tentativa de apagamento é fruto de um dado momento histórico e decorre das intenções estabelecidas pela interlocução. Esse fato por si só exigiria que as marcas presentes e/ou ocultas fossem analisadas sob outros olhos.

O terceiro comentário diz respeito ao formalismo da abordagem. Os LDs compartilham uma orientação bastante tradicional e formalista, segundo a qual as características principais não servem de descrição do fenômeno, mas antes de prescrição a ser seguida, mesmo que às vezes o contrário seja afirmado. Apesar de Bakhtin não estar falando sobre o estudo dos gêneros na escola, suas palavras cabem perfeitamente aqui porque demonstram a importância de não dissociar o texto da vida real: “ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero (...) leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida” (BAKHTIN,1997:282).

Em resumo, cabe aqui a mesma crítica que ROJO e CORDEIRO (2004:10) fazem ao levantarem as principais restrições a uma abordagem textual excessivamente normativa, baseada em exemplos canônicos:

Nas práticas ligadas ao uso, à produção e à circulação dos textos, faz-se a abstração das circunstâncias ou da situação de produção e de leitura desses textos, gerando uma leitura de extração de informações (explícitas e implícitas) mais do que uma leitura interpretativa, reflexiva e crítica, e uma produção guiada pelas formas e pelos conteúdos mais que pelo contexto e pelas finalidades dos textos.

O quarto comentário trata da relação entre as condições de produção do livro e o próprio produto final. Sem dúvida, são muitos os fatores que exercem uma influência direta: limitação de tempo e de espaço, orçamento restrito, dificuldade de aquisição de *copyright* de textos e imagens etc. Além disso, os programas curriculares e a própria política educacional exercem grande pressão. Os resultados do sistema de avaliação instituído pelo PNLEM, por exemplo, determinam parte expressiva das formas de comercialização e circulação do LD. Enfim, as contingências do sistema político, econômico e cultural exercem tamanha influência a ponto de afirmarmos que o LD é uma mercadoria dependente das leis de um dos maiores mercados do mundo.

Contudo, por mais que o processo editorial seja permeado por dificuldades sensíveis e influentes, é difícil pensar que elas possam descaracterizar a proposta teórico-metodológica definida pelos autores. Apesar dos prazos reduzidos e recursos limitados, há várias estratégias pedagógicas que, se empregadas, resultam num trabalho contextualizado com o gênero. Ou seja, parece-me lícito afirmar que o tratamento superficial e problemático é antes fruto dos vários discursos que “perpassam” os autores e da dificuldade que têm de colocar em prática uma concepção de língua e de conhecimento bastante complexa.

No caso de todos os livros analisados, a consistência do trabalho dependerá de um professor com conhecimentos sobre o gênero, disposto a complementar os textos e atividades do LD, e com empenho para discutir conceitos frágeis ou dúbios. Um profissional sem essas características e que tampouco seja um leitor assíduo da mídia escrita muito provavelmente enfrentará dificuldades em fazer uma mediação adequada entre material e aluno, o que comprometerá o processo de ensino-aprendizagem.

Finalizada a pesquisa, tenho a expectativa de que novas mudanças sejam incorporadas ao cenário geral a partir do maior amadurecimento das questões trazidas pelas correntes lingüísticas que enfocam o uso da língua como elemento essencial do ensino. Afinal, se compararmos os livros da década de 80 aos de nossa época, perceberemos mudanças muito significativas, entre as quais a introdução do estudo de variados gêneros textuais. O aumento qualitativo de pesquisas na área de ensino de

gêneros possivelmente contribuirá para que os livros didáticos de português não mais se contentem em trazer as sombras daquilo que circula nas diversas esferas da sociedade. Dessa forma, autores e interlocutores deixarão de ser reféns da crença na objetividade da linguagem jornalística e na “transparência” da linguagem.

REFERÊNCIAS

1. ABRAMO, P. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
2. ALBUQUERQUE, M. T. **Propostas de atividades com manchetes de jornais**. Disponível em: <www.ufsm.br/linguagem_e_cidadania/01_01/EulaliaLC5.htm> Acesso em: 10 maio 2005.
3. AMARAL, R. Imprensa e controle da opinião pública. **Revista Comunicação & política**. Rio de Janeiro, v.VII, n.3, p. 128-158, out./dez.2000.
4. ARBEX, J. **Showrnlismo** – a notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela, 2001.
5. CARVALHO, O. **A Arte de escrever**. Disponível em: <<http://www.olavodecarvalho.org/textos/manured.htm>> Acesso em: 15 nov. 2006.
6. BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV, V.N.) (1929) **Marxismo e filosofia da linguagem**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
7. BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. (1953) In: **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
8. BARBOSA, J.P. Do professor suposto pelos PCNs ao professor real da língua portuguesa: são os PCNs praticáveis? In: ROJO, R. (Org.) **A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs**. São Paulo: EDUC; Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000. p. 149-182.
9. BARBOSA, J. P. **Trabalhando com os gêneros do discurso: notícia**. São Paulo: FTD, 2001.
10. BATISTA, A.A.G.; ROJO, R.; ZÚNIGA, N.C. Produzindo livros didáticos em tempo de mudança (1999-2002). In: VAL, M.G.C.; MARCUSCHI, B. **Livros didáticos de língua portuguesa: letramento e cidadania**. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2005. p.47-72.
11. BATISTA, A.A.G.; ROJO, R. Livros escolares no Brasil: a produção científica. In: VAL, M.G.C.; MARCUSCHI, B. **Livros didáticos de língua portuguesa: letramento e cidadania**. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2005. p.13-45.
12. BIONDI, A. Mentiras e caradurismo (ou: a imprensa no reinado de FHC). **Revista Caros Amigos**. São Paulo, Editora Casa Amarela, no. 41, ago. 2000.
13. BITTENCOURT, C. M. F. Em foco: História, produção e memória do livro didático. Educação e Pesquisa. **Revista da Faculdade de Educação da USP**, São Paulo, vol.30, p. 471 – 473, set/dez 2004.
14. BITTENCOURT, C. M.F. Disciplinas escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA, M.A.T.; RANZI, S.M.F. (Orgs.) **História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
15. BOAS, S. V. **O Estilo Magazine** – O Texto em Revista. 2ª ed. São Paulo: Summus Editorial, 1996.
16. BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
17. BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa para o 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.
18. BRASIL. **Guia do livro didático** – PNLD 2004, Brasília, MEC/SEF, 2003.

19. BUCCI, E. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.
20. BUENO, E. **Brasil: uma História – a incrível saga de um país**. São Paulo: Editora Ática, 2003.
21. CARDOSO, D. **A objetividade jornalística é (im)possível?** Tubarão, 2003. 222f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Setor de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, Universidade do Sul de Santa Catarina.
22. CHIAPPINI, L. **O texto em movimento**. Agência EducaBrasil, São Paulo. 10 jan. 2000. Disponível em < <http://www.educabrasil.com.br/eb/exe/texto.asp?id=478>> Acesso em: 01 mar. 2006.
23. _____ (Coord.) **Aprender e ensinar com textos didáticos e paradidáticos**. Coleção “Aprender e ensinar com textos”; v.2. São Paulo: Cortez, 2002.
24. CITELLI, A. (Coord.). **Outras linguagens na escola**. Coleção “Aprender e ensinar com textos”; v.6. São Paulo: Cortez, 2001.
25. CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, v. 2, 1990, p. 177-229.
26. CHEVALLARD, Y. **La transposición didáctica: del saber sabio al saber enseñado**. Capital Federal, Argentina: Aique Grupo Editor, 1998.
27. COMASSETTO, L.R. **As razões do título e do lead: uma abordagem cognitiva da estrutura da notícia**. Dissertação. UFSC, 2001.
28. DINES, A. A ditadura da beleza. **Jornal Observatório da Imprensa**, 23/11/2004. Disponível em: < <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/>> Acesso em: 01 abr. 2006.
29. DIONISIO, A.P.; BEZERRA, M.A. (Orgs) **O livro didático de Português: múltiplos olhares**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
30. ECO, U. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 1993.
31. _____. **O estatuto da análise e interpretação dos textos no quadro do Círculo de Bakhtin**. Conferência de abertura do 1º Encontro Internacional do Interacionismo Sociodiscursivo, junho de 2006, PUC/SP.
32. FOLHA DE SÃO PAULO. **Novo manual de redação**. São Paulo, 1992.
33. FORTES, R. **A imprensa e a transição para a democracia: uma análise do início da Nova República**. Disponível em: <<http://www.jornalismo.ufsc.br/>> Acesso em 15 maio 2006.
34. FREITAG, B. et al. **O estado da arte do livro didático no Brasil**. Brasília: INEP, 1987.
35. GALZERANI, M. et alli. **O que sabemos sobre o livro didático? Catálogo analítico**. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.
36. GODOY, A. S. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. v. 35, nº 2, p. 57-63. março/abril 1995.
37. INFORMATIVO [da] ABRALE. **Editorial**. nº 29, junho de 2006.
38. KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários da imprensa brasileira**. São Paulo: Escrita editorial, 1991.
39. LAGE, N. **Ideologia e técnica da notícia**. Florianópolis: Editora Insular, 2001.
40. LIMA, M. A. A. **Jornalismo e construção de “futuros”**. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/>. Acesso em: 01 jun. 2006.

41. MELLO, J.C.D. **Os livros didáticos nas políticas curriculares para o ensino médio**. Disponível em: <www.anped.org.br/28/textos/gt12/gt121379int.rtf> Acesso em: 20 abr. 2006.
42. NAPOLITANO, M. **O regime militar brasileiro: 1964-1985**. São Paulo: Editora Atual, 1998.
43. PEREIRA, A.A. **Jornalistas, contadores da história** - ficcionalidade da notícia e objetividade da crítica. Anais do 26º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belo Horizonte, setembro de 2003. São Paulo: Intercom, 2003. [cd-rom]
44. PECORA, A. **Problemas de Redação**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
45. PERINI, M. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 1998.
46. RAMONET, I. **O quinto poder**. Observatório da Imprensa, out. 2003. Disponível em <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd211020032.htm>> Acesso em: 22 abr. 2006.
47. RANGEL, E. Livro didático de língua portuguesa: o retorno do recalcado. In: DIONISIO, A. P.; BEZERRA, M. A. (Orgs). **O livro didático de Português: múltiplos olhares**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001. p.13-20.
48. REINALDO, M.A.G.M. **Diversidade textual e ensino de leitura: atuação na formação do professor**. ABRALIN na 52ª Reunião Anual da SBPC, Brasília, 09 a 14 de jul. de 2000.
49. RIBEIRO, A.P.G. **Memória de Jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 50**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2002/ribeiro2002.doc>> Acesso em: 01 jul. 2006.
50. RODRIGUES, R.H. Análise de gêneros do discurso na teoria bakhtiniana: algumas questões teóricas e metodológicas. **Revista Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, volume 4, número 2, jan./jun2004.
51. RODRIGUES, R.H. O artigo jornalístico e o ensino de produção escrita. In: ROJO, R.H.R. (Org.) **A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs**. São Paulo: EDUC/ Campinas: Mercado de Letras, 2000. p.207-220.
52. ROJO, R.; CORDEIRO, G.S. Apresentação: Gêneros orais e escritos como objetos de ensino: modos de pensar, modos de fazer. In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. et al. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado das Letras, 2004.
53. SANTOS, M. **Democratização dos meios de comunicação**. Disponível em: <www.eca.usp.br/nucleos/celacc/simp_6.htm> Acesso em: 20 mai. 2006.
54. SOUZA, P. **Parla Percival**. Jornal do Curso de Jornalismo da UFSC, 12/06/2003. Disponível em: <<http://www.zero.ufsc.br/120603/matimprimir/14.htm>> Acesso em: 20 nov. 2006.
55. SOUZA, S. As relações da Globo com o Poder (parte 1). **La revista Del Guión "Guionactualidad"**, Universidad Autónoma de Barcelona, 30/05/2005. Disponível em<http://antalya.uab.es/guionactualidad/article.php3?id_article=681> Acesso em: 25 mai. 2006.
56. TRAVAGLIA, L.C. **Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

57. ZANOTTI, C.A. O Paradoxo do lide: sedução e afastamento. **Revista de Estudos do Curso de Jornalismo PUC-Campinas**, Ano 1, nº 1, outubro de 1998. p.15-17

LIVROS ANALISADOS

1. CEREJA, W.R.; MAGALHÃES, T. **Português: linguagens** (Livro do professor) . São Paulo: Atual, 2003.
2. FARACO, C.A. **Português: língua e cultura** (Livro do professor). Curitiba: Base Editora, 2003.
3. MURRIE, Z. F. M. et al. **Lingua Portuguesa** (Livro do professor): projeto escola e cidadania para todos. São Paulo: Editora do Brasil, 2004.
4. SARMENTO L. L. & TUFANO, D. **Português** (Livro do professor): literatura, gramática, produção de texto. São Paulo: Moderna, 2004.
5. TAKAZAKI, H. H. **Língua Portuguesa** (Livro do professor). São Paulo: IBEP, 2004.

ANEXOS

ANEXO 1 – “Português: linguagens” de Magalhães & Cereja (Cap.19).....	115
ANEXO 2 – “Português: língua e cultura” de Carlos A. Faraco (Cap.13 e 14).....	120
ANEXO 3 – “Língua Portuguesa” de Heloísa Takazaki (Cap.9).....	141
ANEXO 4 – “Português: literatura, gramática e produção de textos” de Sarmiento & Tufano (Cap.50).....	157
ANEXO 5 – “Língua Portuguesa” de Zuleika Murrie et alli (Cap.26).....	161



A notícia



TRABALHANDO O GÊNERO

MARINHEIROS TENTAM ACABAR COM TERCEIRA MANCHA DE ÓLEO

Os marinheiros espanhóis tentavam ontem evitar a chegada de uma terceira mancha de óleo à costa da Galícia, no noroeste do país, causada por um vazamento do petroleiro Prestige.

“Os navios grandes não podem recolher essas manchas pequenas e estamos tentando contratar armadores e tripulantes da área com a assistência de uma empresa especialista na luta anticontaminação”, explicou o vice-presidente do governo espanhol, Mariano Rajoy. “Temos certamente dificuldades porque não é uma operação tecnicamente fácil”, disse Rajoy, referindo-se à contratação de marinheiros e pescadores locais e ao fato de que as manchas estão muito fragmentadas e diluídas, dispersadas ao longo de nove quilômetros.

Os marinheiros galegos, em alerta permanente, saíram mais uma vez ontem com seus barcos para a região de Rias Baixas (sudeste da Galícia) e das Ilhas Cíes, Sálvora e Ons, para recolher manchas de óleo dispersas.

O Prestige se partiu em dois e afundou no dia 19 de novembro com mais de 60 mil toneladas de óleo em seus tanques. A 3,6 mil metros de profundidade, ele perde 125 toneladas diárias de combustível por 14 rachaduras que tem em seu casco. Segundo uma comissão científica criada pelo governo espanhol, a situação pode se prolongar até 2006.

Desde 13 de novembro, o Prestige derramou mais de 20 toneladas de óleo no oceano Atlântico, as quais atingiram o litoral da Galícia e em menor parte as costas das regiões de Astúrias, Cantabria e País Basco. A limpeza das praias custará mais de 38 milhões, segundo o ministro espanhol do meio ambiente, Jaime Matas. (AF)

(Tribuna Imprensa, 13/12/2002.)

1. Identifique o fato principal focado no 1º parágrafo do texto.
Marinheiros espanhóis tentam evitar a chegada de uma terceira mancha de óleo à costa.
2. Quando e onde ocorreu esse fato? *Esse fato ocorreu na costa da Galícia, no noroeste da Espanha, em 12/12/2002. Professor: Chame a atenção dos alunos para a indicação de tempo feita no texto (“ontem”) e a data da publicação da notícia.*
3. Qual a causa desse fato?
O vazamento de óleo do petroleiro Prestige.
4. Quem participou diretamente desse fato? *Os marinheiros espanhóis.*
5. Leia o 3º parágrafo do texto. De que modo os marinheiros espanhóis tentaram evitar a chegada da mancha de óleo à costa? *Recolhendo as manchas de óleo dispersas.*
6. Observe a linguagem empregada no texto.
 - a) Que características ela apresenta?
 - Impessoal, clara, direta, acessível a qualquer leitor.
 - Pessoal, emprega palavras de uso não corrente na língua.
 - Coloquial, faz uso de gírias.

b) Que variedade de língua ela adota: a padrão ou uma variedade não padrão? *A variedade padrão.*

7 Dê sua opinião: Que conseqüências desastres desse tipo podem ter para o meio ambiente? *Eles prejudicam a natureza, pois comprometem as diferentes formas de vida ligadas ao mar.*

O texto lido é uma **notícia**. Notícia é a expressão de um fato novo, que desperta o interesse do público a que o jornal se destina. A notícia é um gênero textual tipicamente jornalístico e pode ser veiculada em jornais, escritos e falados, e em revistas.

Na notícia, predomina a narração. Mas os jornais não se limitam a contar o que aconteceu. Eles vão além, contando também como e por que aconteceu determinado fato. Com base no texto em estudo, observe os elementos que normalmente compõem a notícia:

- **o quê** (fatos): tentativa de evitar que uma terceira mancha de óleo chegue à costa;
- **quem** (personagens/pessoas): os marinheiros espanhóis;
- **quando** (tempo): 12/12/2002;
- **onde**: Costa da Galícia, Espanha;
- **como**: recolhendo-se manchas de óleo dispersas;
- **por quê**: vazamento de óleo do petroleiro Prestige, que se partiu ao meio e afundou em 19/11/2002.

A notícia apresenta uma estrutura própria, composta de duas partes: o *lead* e o corpo.

Lead é um resumo do fato em poucas linhas e compreende, normalmente, o primeiro parágrafo da notícia. Contém as informações mais importantes e deve fornecer ao leitor a maior parte das respostas às seis perguntas básicas: *o quê, quem, quando, onde, como e por quê*.

Corpo são os demais parágrafos da notícia, nos quais se faz o detalhamento do exposto no *lead*, por meio da apresentação ao leitor de novas informações, em ordem cronológica ou de importância. Na notícia em estudo, o segundo e terceiro parágrafos constituem o corpo.

Toda notícia é encabeçada por um título, que anuncia o assunto a ser desenvolvido. No título, devem-se empregar, com objetividade, palavras curtas e de uso comum.

Uma notícia deve ser imparcial e objetiva, ou seja, deve expor fatos e não opiniões. A linguagem deve ser impessoal, clara, direta e precisa. Observe, na notícia em estudo, que os verbos e pronomes estão na 3ª pessoa; não aparece a opinião do jornalista; e a linguagem é direta e concisa, resumindo-se ao essencial.

O QUE É NOTÍCIA?

Observe algumas definições para a palavra *notícia*:

“Notícia é tudo que alguém, em algum lugar, está tentando esconder, e que outras pessoas desejam e têm o direito de saber.”

“Notícia é aquilo que atrai as pessoas e afeta a sua vida de alguma forma, mesmo que elas ainda não saibam.”

“Notícia é o que as pessoas gostariam de contar a outras, desde que ficassem sabendo antes do jornal publicar.”

“Notícia é tudo aquilo que o jornal publica.”

(André Carvalho Sebastião Martins. *Jornalismo*. 2. ed. Belo Horizonte: Lê, 1991. p. 16.)

Veja mais esta definição, dada por um editor de um jornal de Nova Iorque, *The Sun*, há mais de cem anos: “Quando um cachorro morde um homem, isso não é notícia. Mas, quando um homem morde um cachorro, isso é notícia”.

(Chris e Ray Harris. *Faça o seu próprio jornal*. Campinas: Papyrus, 1993. p. 10.)

Características da notícia:

- predomínio da narração, com a presença dos elementos essenciais de um texto narrativo: fato, pessoas envolvidas, tempo em que ocorreu o fato, o lugar onde ocorreu, como e por que ocorreu o fato;
- estrutura-padrão composta de *lead* e *corpo*; no *lead* normalmente se encontram as respostas às seis perguntas básicas: *o quê, quem, quando, onde, como e por quê*;
- título;
- linguagem impessoal, clara, precisa, objetiva, direta, de acordo com a variedade padrão da língua.



PRODUZINDO A NOTÍCIA

Suponha que você faça parte da equipe de jornalistas de uma revista dirigida a um público jovem. O repórter fotográfico já lhe forneceu a imagem que deve acompanhar uma notícia, e o redator-chefe já sugeriu o título de outra. Você é o jornalista e deve escrever as notícias, contando apenas com esses elementos. Vamos ao desafio?

1 Crie uma notícia a partir de uma das fotografias a seguir. Primeiramente, invente *o quê, quem, onde, quando, como e por quê*. Depois redija o *lead*, procurando responder a essas perguntas básicas, e preocupando-se em escrevê-lo de forma a despertar o interesse de seu leitor (se não ficar bom, refaça-o). E escreva o corpo da notícia acrescentando novos dados.

Fernando Vivas/Abel Imagens



Alfabetização de menores de rua promovida pelo projeto Axé, na Bahia.



Samuel Martins/AIB

Na entrada de uma favela no Rio de Janeiro, soldados do Exército à procura de drogas revistam estudantes.

2 Crie uma notícia a partir de um destes títulos:

GERAÇÃO PERIGO

ALTERNATIVA

VIZINHOS

NA SALA DE AULA

Terminando seus textos, avalie-os e peça a um colega que os leia e faça sugestões. Passe-os a limpo, incorporando as sugestões que julgar convenientes, e afixe-os no mural da classe.

UMA LINGUAGEM DIRETA E EFICIENTE

A linguagem jornalística adota o padrão culto da língua, sem contudo perder de vista o universo vocabular do leitor. Exige o emprego do mínimo de palavras e o máximo de informação, correção, clareza e exatidão.

Para uma boa redação de textos jornalísticos:

- construa períodos curtos, com no máximo duas ou três linhas, evitando frases intercaladas ou ordem inversa desnecessária;
- adote como norma a ordem direta, elaborando frases cuja estrutura seja sujeito, verbo e complemento;
- empregue o vocabulário usual. Adote esta regra prática: nunca escreva o que você não diria. Termos técnicos ou difíceis devem ser evitados; se tiver que escrevê-los, coloque entre parênteses seu significado. Os termos coloquiais ou de gírias devem ser usados com parcimônia, apenas em casos especiais;
- nunca use duas palavras se puder usar uma só;
- evite os superlativos e adjetivos desnecessários;
- empregue verbos de ação e prefira a voz ativa, que dinamizam mais a frase e estimulam o leitor.

(Adaptado de: Eduardo Martins. *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Moderna, 1997.)



Título e legenda

Título e subtítulo

Todo texto jornalístico — notícia, reportagem, editorial, crítica, entrevista, etc. — é encabeçado por um título.

Veja o que o *Manual de estilo da Editora Abril* afirma sobre ele:

O título é a chave. Para funcionar, precisa ter impacto. Sem impacto não chamará a atenção. Se não chamar a atenção, será inútil.

Assim, o título de uma matéria jornalística deve anunciar o assunto de forma clara e objetiva, deve ser curto e empregar palavras de uso comum. Esses procedimentos são indispensáveis para atrair a atenção do público.

O **título** é o anúncio propriamente dito da matéria jornalística; o **subtítulo** o completa e amplia. Veja um exemplo:

**Relaxe, é só
um vestibular**
**Além de estudar, há
alguns cuidados que
podem ser decisivos**



Photodisc/Getty Images

O *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo* fornece inúmeras instruções para se escrever um título com adequação. Veja algumas delas:

- Use inicial maiúscula apenas na primeira palavra do título e nos nomes próprios: *Pacifistas fazem protesto diante da Casa Branca.*
- Procure sempre usar verbos nos títulos: eles ganham em impacto e expressividade. Para dar maior força ao título, recorra sempre ao presente do indicativo, e não ao pretérito: *Reitor chama* (e não *chamou*) *polícia para poder trabalhar.*
- Evite empregar adjetivo; por mais forte que ele seja, não substitui a informação precisa. Por exemplo: *Comissão propõe profundas mudanças na Previdência.* Observe que o adjetivo *profundas* não dá a informação essencial: quais mudanças?
- Os títulos devem ser claros. Observe, por exemplo, estes títulos confusos: *Em comício de Itamar Aparecido lança Aureliano para a Presidência* e *Presos acusados de roubo*. No 1º exemplo, é indispensável o uso da vírgula entre as palavras *Itamar* e *Aparecido*; no 2º, há uma ambigüidade — presos foram acusados de roubo ou foram presos os acusados de roubo? —, que deve ser desfeita.
- Evite o uso de *foi* quando se recorre ao participípio. Veja como esse verbo auxiliar é totalmente dispensável nessas situações: *(Foi) Aprovada a venda do Banco Safra.*
- Não empregue o futuro do pretérito, porque essa forma verbal transmite ao leitor idéia de insegurança, de falta de convicção. Substitua-o por palavras como *pode, deve, possível, provável, ameaça, espera*, etc. Por exemplo, use *Governo pode mudar a política salarial*, em vez de *Governo mudaria a política salarial.*
- A ordem dos termos dos títulos deve ser a mais linear possível. Assim, use *Técnico da seleção pede desculpas*, em vez de *Pede desculpas o técnico da seleção.*
- Sempre que possível, substitua um título com *não* pela forma positiva. Assim, empregue, por exemplo, *Ator rejeita prêmio*, em lugar de *Ator não aceita prêmio*; *Funcionário recusa promoção*, em lugar de *Funcionário não quer promoção.*

(Adaptado de: Eduardo Martins, op. cit., p. 282-9.)

O subtítulo, ou título auxiliar, deve ampliar e complementar o título principal, sem repetir informações. Veja alguns exemplos de bons subtítulos (colocados entre parênteses):

A pancada que vem aí (O ajuste fiscal de FHC vai pegar pesado na aposentadoria dos servidores e aumentar o imposto sobre o cheque)

Reprise do horror (Com massacres de civis, sérvios repetem em Kosovo os crimes da Bósnia)

Alto paladar (Bandejas de avião ganham cardápios de chefs estrelados)

Esporte fino (Sem terno, mas elegante: como ser bem vestido hoje com o estilo do futuro)

(Exemplos extraídos de *Veja*, 7/10/1998.)

EXERCÍCIO

Crie um título e um subtítulo para a seguinte notícia:

O que é mais importante no momento de decidir entre mudar de emprego e permanecer no atual? Para 53% dos entrevistados em pesquisa recente da consultoria de recursos humanos Deloitte Touche Tohmatsu, que ouviu 936 executivos, diretores de recursos humanos e estudantes universitários, a mudança deve representar, acima de tudo, um passo importante rumo ao que se pretende dentro da carreira profissional. É um porcentual significativo, já que os entrevistados tiveram dez alternativas de resposta. Em segundo lugar, com 15% das preferências dos entrevistados, ficou o item "maior prazer no trabalho". Apenas 5% dos pesquisados apontaram um salário maior como principal fator a ser levado em conta na hora da decisão. Critérios como a situação financeira e a reputação da empresa que fez o convite demonstraram ser mais relevantes para os diretores de recursos humanos do que para os executivos e os estudantes.

(Veja, 20/11/2002.)

Legenda

Os jornais e revistas ilustram suas matérias jornalísticas com fotografias, gráficos e desenhos. Essas ilustrações vêm sempre acompanhadas de legendas ou de textos-legendas.

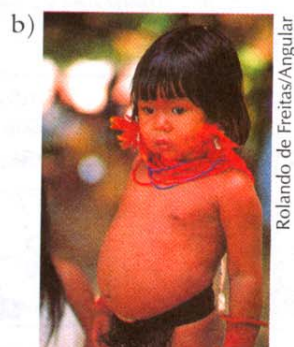
Legenda é uma frase curta, enxuta, que normalmente cumpre duas funções: descreve a ilustração, empregando de preferência o verbo no presente, e também dá uma informação sobre o fato veiculado na notícia. Há jornais e revistas que têm por norma não colocar ponto no final do texto que compõe a legenda. Veja o exemplo ao lado.



Abapuru: o Patrimônio Histórico tentou tombá-lo e impedir sua venda ao exterior

EXERCÍCIO

Crie uma legenda para cada uma das fotos a seguir.



Folheando um jornal: textos em profusão



JUAN GRIS (1887-1927). *Ofuscado*, 1914. Papel colado em tela com algum realçamento a carvão, 92 x 72,5. Tate Gallery, Londres. Detalhe.

Capítulo 13

O JORNAL E A LIBERDADE DE IMPRENSA

O jornal é um dos objetos mais interessantes do nosso tempo. É um componente típico da cultura urbana e indispensável numa sociedade moderna.

Os jornais surgiram na Europa, no século XVII e adquiriram sua forma atual pelos fins do século XIX, nos Estados Unidos. O refinamento dos processos técnicos de impressão permitiram, por esta época, maior velocidade, melhor qualidade e um relativo barateamento na produção dos jornais. Com isso, ocorreu uma expansão vigorosa no número de jornais e de exemplares diários, o que favoreceu sua popularização.

Como veículos de **informação** e de **opinião**, os jornais (do mesmo modo que a imprensa em geral) têm evidente relevância econômica, cultural e política. As sociedades modernas encontram na circulação da informação um dos seus elementos fundamentais.

Por outro lado, nem é preciso dizer que a circulação social das mais diferentes opiniões é absolutamente indispensável para a sociedade. É inadmissível hoje – com a progressiva construção, pelo menos desde o século XVIII, de uma **cultura política democrática** – que ocorra a imposição de opiniões e pontos de vista ao conjunto da sociedade.

Qualquer tema de interesse público tem de ser sempre amplamente debatido, com a garantia de espaço para a circulação e a crítica de todas as opiniões. Neste processo, os jornais, as revistas, as redes de rádio e televisão têm o papel particularmente relevante de informar e amplificar o debate. Para cumpri-lo, é fundamental que a imprensa funcione **livremente**. Por isso, não se pode admitir que seja submetida a censura.

Esse princípio, porém, não é sempre respeitado. Os jornais (e, obviamente, os jornalistas) têm sido, nestes 300 e tantos anos de história, alvos de censura política e até de violência física. Daí que, desde o início da imprensa no mundo moderno, tem havido uma luta constante para que ela possa funcionar livremente. Isso porque a circulação livre de informações e opiniões é uma garantia fundamental de defesa da sociedade contra atos arbitrários e autoritários.

No Brasil, os jornais surgiram no começo do século XIX, a partir do momento em que, com a chegada da Família Real portuguesa, se introduziu a tipografia no país. Desde então, a imprensa teve sempre papel importante nos grandes debates públicos, a começar pelo próprio processo que culminou com nossa independência política.

Houve também momentos – em especial durante os períodos de ditadura, como a do Estado Novo (1937-1945) e a do regime militar (1964-1984) – em que a liberdade de imprensa foi gravemente atingida, com enormes prejuízos à população: restringiu-se a circulação de informações; impediu-se o debate público; jornais foram fechados; jornalistas foram presos e até assassinados.

Só para ficarmos num exemplo dos malefícios da censura à imprensa, lembramos aqui de um dos muitos casos que ocorreram durante o regime militar (1964-1984). Houve, nos anos 70, uma epidemia de meningite no Rio e a imprensa foi proibida pela censura federal de divulgar o assunto porque as autoridades não admitiam críticas à sua atuação. Com isso, a população deixou de ser alertada para o problema e as conseqüências foram, evidentemente, trágicas.

Hoje o princípio da liberdade de imprensa parece estar definitivamente enraizado em nossa cultura política. Ele está expressamente garantido pela Constituição Federal, tanto no Capítulo dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º), quanto no Capítulo da Comunicação Social (art. 220).

No art. 5º, alíneas IV e IX, lemos o seguinte:

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

...

IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença.

E no Capítulo da Comunicação Social:

Art. 220 – A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º – Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º – *É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.*

I. Se hoje tudo parece simples, lembre-se de que atrás destes textos da Constituição há uma longa história de luta para se definir e garantir os direitos do cidadão. Sugerimos que a turma se organize em pequenos grupos para desenvolver um estudo sobre os temas listados abaixo.

- a) Participação da imprensa brasileira em grandes eventos da nossa história como, por exemplo, a Independência (1821/1822), a Abolição da Escravatura (1860-1888), a redemocratização política (como no fim do Estado Novo e do regime militar), a campanha das Diretas-Já (1984);
- b) momentos em que a imprensa brasileira foi submetida à censura durante o século XX (características de cada momento histórico, reações da própria imprensa e da sociedade).

Observe que a luta pela liberdade de imprensa é parte de um processo maior de definição e institucionalização dos Direitos do Cidadão, que ainda está em curso no Brasil e no mundo. Será importante, então, que o projeto de estudo que estamos propondo aqui faça um percurso pelos vários momentos da história moderna em que esta questão foi tratada.

II. O resultado da pesquisa em grupo poderá, então, ser apresentado para toda a turma. Será um momento interessante para cada um de vocês exercitar a fala em público.

III. Sugerimos que, como complemento à atividade 1, a turma, sob a coordenação do(a) professor(a), faça uma leitura e discussão de todo o artigo 5.º da Constituição Federal, onde estão definidos os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. O objetivo aqui é tanto conhecer diretamente o texto que define os parâmetros da nossa cidadania, como tomar contato com um tipo diferente de texto: o **texto normativo**, que vamos encontrar, pela vida afora, em leis, estatutos e regimentos. Os textos normativos definem como deve ser a organização do Estado (como faz a Constituição Federal, por exemplo) ou das instituições (os estatutos e regimentos de clubes, sindicatos, associações, grêmios, escolas; etc.); regulam práticas sociais civis – como o casamento; econômicas – como contratos de compra e venda; punitivas – como penas por crimes; tributárias – como o imposto de renda, etc.).

Algumas dicas para falar em público

1. Falar em público parece assustar muita gente. Contudo, não é nenhum bicho-de-sete-cabeças: é uma habilidade que podemos desenvolver como qualquer outra. De certa forma, ela nada mais é do que uma conversa face a face ampliada. Por outro lado, é uma atividade muito importante para todos nós, não só para aprimorarmos nossa capacidade para o trabalho, mas principalmente para a vida social em geral. Lembre-se, neste caso, de uma antiga lição: cidadão é quem assume a palavra no espaço público.
2. Para superar eventuais dificuldades para falar em público, não há muito segredo: é preciso praticar. E a sala de aula é um lugar ótimo para isso: todos precisam de prática e não há razão para não desenvolvermos um trabalho coletivo e solidário.
3. Um experimentado político brasileiro costumava dizer que falar em público tem só 5 regras:
 - falar em pé, para que todos vejam você;
 - falar alto e claro (não gritar), para que todos ouçam você;
 - falar pouco, para que todos prestem atenção;
 - falar de modo a interessar a platéia;
 - falar com o coração, para que todos confiem em você.
4. Essas regras eram fruto de sua experiência, mas estudos de psicologia mostram que ele não estava errado:
 - a) a linguagem corporal (estar em pé, falar alto e claro e olhando para o público, por exemplo) é de fundamental importância para conquistar a platéia;
 - b) a exposição deve ser breve, porque as pessoas guardam pouco daquilo que ouvem numa palestra. Daí a importância de você realizar uma boa seleção das informações que serão repassadas, concentrando-se naquilo que gostaria que ficasse na cabeça das pessoas;
 - c) o assunto deve ser do interesse da platéia. Sem isso, ninguém prestará atenção ao que você disser. Aqui, o segredo é escolher um assunto que você sabe que interessa seus ouvintes (porque você os conhece bem). Contudo, é bom deixar bem claro que qualquer assunto pode se tornar interessante, dependendo do modo como o apresentamos. O desafio é organizar sua apresentação de modo a torná-lo agradável e irresistível, conquistando assim a atenção da platéia;
 - d) a apresentação conquistará mais facilmente a confiança da platéia se o orador falar “com o coração”, isto é, deixar transparecer sua autenticidade, honestidade, simplicidade e espontaneidade.
5. Numa apresentação oral, não leia simplesmente um texto em frente da turma: isso seria extremamente aborrecido para todos. Prepare um roteiro, leve as anotações e faça sua exposição a partir delas, “conversando” com a platéia e olhando para as pessoas.

TEXTO 1

Antes de irmos adiante, vamos ler um poema de uma escritora portuguesa nascida no século XVIII, Leonor de Almeida (1750-1839). Mais conhecida pelo seu título de nobreza (Marquesa de Alorna), ela foi uma intelectual destacada em sua época, seja pelo apoio que dava aos outros escritores, seja pela difusão que promoveu em Portugal, dos ideais artísticos do Romantismo e do pensamento político do Iluminismo. Este, combatendo os regimes políticos despóticos, foi uma das fontes da moderna concepção dos Direitos do Cidadão. O poema da Marquesa de Alorna expressa bem o espírito de seu tempo: o anseio de liberdade das pessoas que vislumbravam um futuro sem despotismo.

Pensamentos, nasci, que Apolo o manda;
atrevidos nasci, em liberdade:
quando a mão execranda
do Poder ou da fera atrocidade
vos queira comprimir o vôo altivo,
soltos voai, impávidos rompendo
o véu em que a mentira
quer simuladamente ir-se envolvendo!
Contra a luz da justiça tremulando,
assustados os vícios se arremessam,
a máscara rasgando;
com vacilante pé, coxos tropeçam
ante o gesto brilhante da verdade,
e vão bater co'as formas espantosas
nos escolhos medonhos
que as Fúrias acarretam cavilosas.
Levantai-vos, clamores, do meu peito!
Não peses, mão, co'a força das cadeias!
É vergonhoso efeito
do Despotismo limitar idéias.
Os sustos pusilânimes nasceram
no seio deste monstro assaz fecundo:
dele – ai de nós! – derivam
os males que hoje inundam todo o mundo.

ALORNA, Marquesa de. *Antologia escolar portuguesa*. Rio de Janeiro: Fename-Mec, 1970. p. 238.



Estudo do Texto

1. O texto é uma espécie de hino à liberdade de pensamento num mundo marcado pelo despotismo. Ele se constrói num plano que opõe a liberdade, a justiça e a verdade ao despotismo, à mentira e ao mal ("os vícios").
2. Na primeira estrofe, a poeta exorta seus pensamentos a nascer em liberdade e a resistir aos que tentam detê-los. Observe as figuras com que ela expressa essas idéias: associa pensamentos livres com vôo; e chama o despotismo em geral de "mão execranda do Poder".
3. O embate entre a luz (liberdade, justiça e verdade) e as trevas (despotismo, censura, mentira, vícios) também é referido figurativamente. A poeta cita duas entidades da mitologia grega: Apolo, o deus da claridade; e as Fúrias, as divindades infernais. Hoje, este tipo de referência praticamente desapareceu dos textos, mas no passado era bastante comum, porque a mitologia grega é um dos conjuntos fundamentais de narrativas de nossa cultura.



LENDO A IMPRENSA CRITICAMENTE

Como vimos, a imprensa – por participar do processo social de ampla circulação das informações e das opiniões – é uma instituição indispensável à sociedade moderna e à vida democrática.

Por isso, podemos considerar que o princípio da liberdade de imprensa é uma das grandes conquistas civilizatórias da humanidade.

Obviamente, a imprensa ser livre não significa que os profissionais e as empresas jornalísticas possam ser irresponsáveis.

Para garantir sua credibilidade pública, a imprensa tem de respeitar o direito do cidadão de ser bem informado e de ter acesso às mais diferentes opiniões que circulam socialmente sobre qualquer assunto.

Desse modo, nenhum dos seguintes eventos é cabível:

- publicar uma informação incorreta ou não suficientemente comprovada;
- divulgar uma matéria sem ouvir todas as partes envolvidas;
- dar espaço apenas à opinião com a qual a empresa proprietária do jornal, da revista, da televisão ou do rádio concorda;
- publicar matéria publicitária como se fosse matéria jornalística.

Para garantir sua credibilidade pública, a imprensa vem desenvolvendo, ao longo dos anos, vários mecanismos de auto-regulação e autocontrole como:

- códigos de ética dos profissionais e das empresas – isto é, conjunto de princípios que não se admite desrespeitar;
- o cargo de *ombudsman* – a pessoa contratada para, de maneira independente, criticar o material publicado e defender os leitores, recebendo e investigando queixas e denúncias de erros e abusos;
- a seção de “erramos” – isto é, a prática de informar os leitores de erros de informação ocorridos no noticiário e reportagens;
- a seção de “cartas” como espaço para publicar as críticas dos leitores.

Apesar disso tudo, *não sejamos ingênuos*: abusos e erros ocorrem, acidental ou mesmo propositadamente, na imprensa. Em razão disso, nós, leitores, temos de nos relacionar com ela sempre **criticamente**.

ATIVIDADES

- Vamos analisar três eventos concretos que mostram como a imprensa erra por omissão ou intencionalmente. Discuta cada caso com os(as) colegas e o(a) professor(a).
1. Em 1994, três pessoas, proprietárias de uma escola em São Paulo, foram envolvidas em acusações de abuso sexual de crianças nela matriculadas. Boa parte da imprensa paulista deu ampla divulgação ao caso, como se ele houvesse, de fato, ocorrido. No entanto, como ficou demonstrado em seguida, as pessoas eram inocentes e, ao que tudo indica, os jornais tomaram como verdadeira – sem maiores investigações – a informação dada irresponsavelmente por um delegado de polícia antes que o inquérito policial estivesse concluído.
 - Como a imprensa deveria ter procedido nesse caso?
 2. Em 2003, uma reportagem minuciosa e bem documentada de um jornal de São Paulo demonstrou que um governo estadual havia pago R\$ 6 milhões para que 76 jornais e revistas daquele Estado publicassem textos publicitários laudatórios ao governo fingindo ser reportagens.

- Como você se posiciona diante desse fato?
- Leia, agora, a nota divulgada pela Associação Nacional dos Jornais (ANJ) tão logo a reportagem foi publicada:

Em nota, ANJ condena prática 'com veemência'

DA REDAÇÃO

Leia abaixo nota divulgada pela ANJ (Associação Nacional de Jornais).

*

“A Associação Nacional de Jornais (ANJ) condena com veemência a prática adotada por empresas jornalísticas de publicar notícias sem caracterizar que se trata de material publicitário, e não editorial. Esse procedimento representa sério prejuízo à credibilidade dos jornais e, do ponto de vista ético, é um desrespeito ao leitor.

Matérias jornalísticas desse tipo contrariam um dos princípios estabelecidos no Código de Ética da ANJ, que, em seu artigo 9, preceitua que os jornais associados devem “diferenciar, de forma identificável pelos leitores, material editorial e material publicitário”.

A credibilidade dos jornais é o patrimônio maior de uma empresa jornalística e precisa ser defendida por meio de uma atuação independente, ética e responsável, comprometida com a verdade da informação que publica e com o respeito que deve aos leitores.

Brasília, 3 de setembro de 2003-10-21 Diretoria da ANJ
Associação Nacional de Jornais”

(publicada nos jornais do dia 4/9/03)

- Você concorda com o posicionamento da ANJ? Justifique.
3. Em 1989, na primeira eleição direta para presidente da República depois do fim do regime militar, houve, no segundo turno, um debate pela televisão, em rede nacional, entre os dois candidatos mais votados no primeiro turno (Fernando Collor de Melo e Luiz Inácio Lula da Silva).

A emissora de televisão que promoveu o debate deixou claro, principalmente por meio do controle das imagens, sua preferência por um dos candidatos. Na seqüência, fez edições de várias partes do debate (isto é, selecionou e ordenou fragmentos das falas de cada um) de modo a projetar uma imagem positiva do candidato de sua preferência e desmerecer o outro.

- Como você julga este procedimento daquela emissora de televisão?

PRÁTICA DE ESCRITA

Depois da discussão dos fatos acima, escolha um e escreva um pequeno texto sobre ele destinado ao público em geral (para ser publicado, por exemplo, no jornal do bairro ou da escola):

- inicie o texto situando o/a leitor/a no tema: “a imprensa é importante (dê razões para esta importância), mas ela também erra” (alerte o/a leitor/a para a necessidade de ler a imprensa criticamente);

- apresente um breve resumo do fato escolhido (ele vai exemplificar o comentário geral de que a imprensa erra);
- em seguida, comente o fato, expressando sua opinião de como a imprensa deveria ter agido em cada caso.

Não esqueça: concluído o texto, mostre-o a colegas e discuta alguns coletivamente com a ajuda do/a professor/a.

TEXTO 2

Leia, agora, o texto abaixo. Nele o *ombudsman* do jornal *Folha de S. Paulo* comenta um episódio de desonestidade jornalística divulgado em 2003 e que afetou diretamente aquele que é considerado o mais influente jornal dos EUA – o “New York Times”:

OMBUDSMAN

A triste saga de Jayson Blair

BERNARDO AJZENBERG

A FOLHA deu pouca bola para o assunto na semana, mas o fato é que, desde domingo, o jornalismo, em especial o norte-americano, levou um brutal soco no estômago.

Ele foi produzido por uma extensa reportagem do “New York Times” daquele dia sobre erros, fraudes, plágios e invenções contidas em textos produzidos ao longo de cinco meses por um de seus repórteres, Jayson Blair, 27, que deixou o jornal dia 1.º.

O levantamento, feito por repórteres, editores e pesquisadores do próprio “Times”, ocorreu a partir da constatação de que um texto de Blair publicado em 26/4 sobre a família de um soldado desaparecido no Iraque plagiava reportagem de oito dias antes do “San Antonio Express-News”, do Texas.

Constatarem-se ao menos 36 fraudes nas 73 reportagens dele publicadas entre outubro de 2002 e abril último, detalhadas nas quatro páginas que o “Times” usou para o caso domingo.

Blair fingia mandar matérias de lugares onde não estava, usava fotos para forjar detalhes que não presenciara, inventava declarações. Cerca de 600 reportagens de sua autoria publicadas desde 1998 estão sendo checadas.

Crise

O “New York Times”, com 152 anos de existência, é considerado o jornal mais influente dos EUA e um dos mais importantes do mundo. Faz parte das instituições que estruturam a democracia naquele país. Publica diariamente uma seção de “Correções”, goza uma tradição de independência e credibilidade.

O próprio fato de ter divulgado o caso com estardalhaço, em evidente tom de mea-culpa, conta, nesse sentido, a seu favor.

História e transparência, porém, não respondem à questão principal: como foram possíveis tantas fraudes durante tanto tempo num jornal como esse?

Na quarta-feira, cerca de 500 de seus jornalistas se reuniram por duas horas, com a direção, numa sala de cinema de Nova York para discutir o problema.

Embora o encontro tenha sido a portas fechadas, relatos da própria mídia norte-americana dão conta de que o clima, ali, foi de tensão e crise declarada, com abertos questionamentos em relação aos mecanismos de controle do jornal, critérios de recrutamento e promoção, subestimação da comunicação interna.

Questiona-se, inclusive, se não houve excessiva tolerância da cúpula com Blair – sobre quem circulavam advertências quanto a imprecisões e comportamento duvidoso já no início de 2002 – devido ao fato de ele ser negro e de o jornal adotar uma política de recrutamento que valoriza a chamada “ação afirmativa”¹.

Desde outubro, por exemplo, o jornalista enviara texto supostamente de 20 cidades em seis Estados sem ter submetido à administração um único recibo para prestação de contas.

Em programa na CNN, o colunista de mídia do “Washington Post”, Howard Kurtz, chegou a pôr em dúvida o próprio procedimento do “Times” para apurar os erros de Blair.

“Acho que esse é um exemplo clássico em que o jornal poderia usar um ombudsman com visão independente, pois, no fim das contas, os editores que, em última instância, estão envolvidos no caso são os mesmos que supervisionam essa investigação”, disse o jornalista.

Alguém fora da estrutura de poder do jornal, argumenta Kurtz, poderia, por exemplo, questionar Howell Raines (editor-executivo) sobre o fato de ele próprio ter congratulado Blair num e-mail sobre sua cobertura no caso do atirador de Washington ano passado.

Momento delicado

Casos assim já ocorreram nos EUA, mas não num veículo tão portento, por tanto tempo, com tamanha dimensão – tampouco num momento tão

delicado, em que, além de sofrer forte crise econômica, a mídia é questionada por sua quase generalizada subserviência ao “patriotismo” de George W. Bush².

A Folha, porém, deu ao assunto, segunda-feira, apenas uma notinha em pé de página, diferentemente de concorrentes, que tiveram mais sensibilidade para captar a sua dimensão histórica.

Na terça, recuperou-se um pouco ao noticiar, com foto de Blair, que o jornal “The Boston Globe”, no qual ele também trabalhara por alguns meses, deflagara a sua própria investigação.

Houve um editorial na edição de quarta e só – ao menos até o fechamento desta coluna.

Aliás, a ombudsman do “Globe”, Christine Chinlund, com quem troquei e-mails, lamenta o ocorrido de modo simples.

“A saga de Jayson Blair é, acima de tudo, uma saga muito triste. Ela se institui como uma lembrança a todos os jornalistas e editores sobre a necessidade de uma vigilância extrema quanto à exatidão. Não podemos, jamais, abrir mão disso”.

O “Times”, o “Globe” e outros jornais dos EUA anunciaram uma revisão de procedimentos internos de checagem e controle.

No Brasil, revelaram-se até o momento poucos casos de fraude ou plágio. A “triste saga” de Jayson Blair deve servir, no mínimo, como um enorme sinal amarelo.

Folha de S. Paulo, 18/5/03, p. A-6.

1. Dá-se o nome de “ação afirmativa” às políticas praticadas nos EUA visando garantir oportunidades de estudo e trabalho a grupos sociais historicamente alvo de grande exclusão social, como os indígenas e dos afrodescendentes.
2. George W. Bush – presidente dos EUA eleito para o período 2000 – 2004..

Estudo do Texto

1. Como os repórteres, editores e pesquisadores do *New York Times* descobriram as fraudes de Jayson Blair?
2. Quais os principais questionamentos que o episódio provocou?
3. Por que Howard Kurtz – colunista de mídia do jornal *Washington Post* – pôs em dúvida o procedimento do *Times* para apurar o episódio? Como você avalia essa crítica?
4. O ombudsman (Bernardo Ajzenberg) nota que seu jornal deu ao assunto pouca atenção. Ele concorda com esse posicionamento? Por quê?
5. Na apresentação do assunto, o autor do texto diz que “o jornalismo, em especial o norte-americano, levou um brutal soco no estômago com o episódio Jayson Blair”. Que fatos justificam essa afirmação?

6. Por que o autor do texto afirma que o *New York Times* “faz parte das instituições que estruturam a democracia nos EUA”?
7. O autor termina seu texto falando do jornalismo no Brasil e diz que o episódio “deve servir, no mínimo, como um enorme sinal amarelo”. Por quê?



O JORNAL E O ESTUDO DE PORTUGUÊS

O jornal não é só um objeto cultural relevante para nós como cidadãos, que precisamos ter acesso à informação e às opiniões que circulam na sociedade. O jornal é também um objeto muito interessante para quem estuda português. E isso por dois motivos:

- a) pela profusão de textos que um jornal nos oferece. Quer dizer: a atividade jornalística (veiculação de informação e opinião) se realiza por meio de uma grande **variedade de tipos de textos**;
- b) pelo fato de que os maiores jornais do país – como vimos ao estudar a variação lingüística no Capítulo 12 – são hoje uma das mais importantes fontes de referência da nossa **língua-padrão escrita**.

Vamos, neste momento, concentrar nossa atenção no primeiro aspecto destacado, isto é, na *profusão de tipos de textos que um jornal nos oferece*.

ATIVIDADES

Para a discussão a seguir, a turma deverá trazer exemplares de jornais para a sala de aula e, em pequenos grupos, seguir nossas observações e identificar concretamente exemplos dos diferentes tipos de textos que aparecem num jornal.

1. Um primeiro dado a observar é que o jornal se compõe de **textos em diferentes linguagens**. A maior parte deles está em linguagem verbal. Contudo, há sempre fotografias que se integram com os textos; há charges (com ou sem palavras), histórias em quadrinhos (também com ou sem palavras) e infográficos.
2. A **diagramação das páginas e a distribuição das matérias** são também elementos que participam da geração de sentidos num jornal. Para perceber isso, basta pensar o que significa pôr uma matéria qualquer na primeira página ou em páginas do interior do jornal; combinar texto com fotografia; ou dar uma notícia como a mais importante da edição (atribuindo-lhe a manchete do dia, isto é, colocando-a na primeira página com o título de maior destaque).
3. Embora a variedade de **tipos de textos** que ocorrem num jornal seja grande, podemos tentar agrupá-los em alguns grandes blocos:
 - há, por exemplo, textos que são fundamentalmente **informativos**: notícias, reportagens, notas, tabelas com indicadores econômicos, colunas especializadas (abordando temas jurídicos, de saúde, de gramática, de culinária, etc.), a programação cultural da cidade (cinemas, teatros, exposições, palestras, cursos, programação das rádios ou das emissoras de televisão), previsão do tempo e outros dados úteis (como, por exemplo, telefones de utilidade pública, resultados de sorteios da loteria e de competições esportivas), horóscopo, avisos de falecimento, etc.;
 - há um outro bloco importante que agrupa os textos de **opinião**: editoriais, artigos de fundo, resenhas, ensaios breves, cartas dos leitores à redação, entrevistas;
 - há um conjunto de textos de **publicidade**: propagandas e anúncios classificados;
 - o jornal poderá ter uma seção (ou um caderno especial) para publicar textos literários como **crônicas, contos e poemas**;
 - e certamente encontraremos também seções voltadas para o **entretenimento** dos leitores: palavras cruzadas, piadas (com ou sem gravura) e histórias em quadrinhos.

Como podemos observar, é grande a variedade de tipos de textos que podem ocorrer num jornal, cada um deles com **objetivos e características próprias**. Vamos, nos próximos dois capítulos, estudar *textos informativos*, tomando-os como ponto de apoio para ampliar nossa experiência de leitores e para aprimorar nossas habilidades de escrita.

Deixaremos para os capítulos 24 e 27 o estudo dos *textos de opinião e de publicidade*.

Texto informativo: a notícia



Capítulo 14

CARLO CARRÀ.
*Manifestação
Intervencionista*,
1914. Têmpera e
collage. Coleção
particular, Milão.
Detalhe.

Vimos, no capítulo anterior, que um jornal contém vários tipos de textos informativos. Para fins didáticos (isto é, para organizarmos nossa discussão), podemos dizer que **texto informativo** é aquele que – como o nome já deixa claro – tem por *objetivo principal* passar ao leitor alguma informação (informá-lo de algum acontecimento ou passar a ele algum dado).

Alguns tipos de textos informativos (a notícia e a reportagem, em especial) vão nos interessar aqui bem de perto por dois motivos:

- *primeiro* – eles são muito **frequentes** e ocupam grande espaço na vida moderna: estamos a cada dia mais sedentos de informação;
- *segundo* – eles nos abrem várias possibilidades para o **estudo mais sistemático da língua**: favorecem a nossa observação de como os textos são estruturados, de como os parágrafos são organizados, de como as sentenças são construídas e de como funciona a língua-padrão.



QUALIDADES DO TEXTO INFORMATIVO

Podemos dizer que um bom texto informativo tem, pelo menos, quatro grandes qualidades:

- a) **as informações são fidedignas** (isto é, confiáveis) – quem escreve deve ter o compromisso com o leitor de verificar se as informações procedem (se os dados são corretos, se os eventos relatados ocorreram de fato);

- b) **o texto não se dispersa** – ele se concentra num assunto específico e tudo o que ocorre nele diz respeito a esse assunto, são faces deste assunto (sem divagação, sem mudanças de rumo). O melhor teste da não dispersão é o seguinte: um bom texto informativo permite um resumo claro em poucas palavras;
- c) **o texto é claro** – o leitor quer ler e entender. E, obviamente, informar-se. Quem escreve deve sempre pensar no leitor, pôr-se no lugar do seu virtual leitor e se perguntar: *O texto está claro? O meu leitor entenderá este texto?*
- d) **o texto não mistura informação e opinião** – o leitor que procura um texto informativo está interessado, primordialmente, nas informações. Ele espera que os dados e os fatos lhe sejam apresentados “objetivamente”, isto é, sem a opinião de quem redige.

Obviamente, não existe “informação pura”: a simples escolha do que vai ser informado já indica um ponto de vista (uma opinião) sobre o que é relevante e o que não é. A distribuição das informações no texto também (o que vem em primeiro lugar e o que fica para o fim). Contudo, precisamos desenvolver a habilidade de *simplesmente dar informação*, sem atravessá-la (demais) com nossa opinião, ou seja, informar com isenção e relativa objetividade e permitir ao leitor tirar suas conclusões e construir sua opinião.

Na seqüência, e em vários capítulos do livro, vamos trabalhar com estas qualidades, seja nos textos informativos que formos lendo, seja naqueles que formos produzindo.

A NOTÍCIA

Um texto informativo comum no jornal é a **notícia**, isto é, o texto que relata um acontecimento. Veja um exemplo:

TEXTO 1

Achadas três múmias incas na Argentina

Restos, encontrados em um vulcão, são de crianças sacrificadas há 500 anos

BUENOS AIRES – Três múmias incas em excelente estado de conservação foram encontradas em um vulcão localizado na Província de Salta, na Argentina. A descoberta, divulgada ontem pela National Geographic Society, revela que os restos são de duas meninas e um menino sacrificados em um ritual há 500 anos.

De acordo com Johan Reinhold, chefe da equipe de cientistas, as múmias foram encontradas a 1,8 m de profundidade no sítio arqueológico mais alto do mundo, localizado nos Andes a 6.700 metros acima do nível do mar, no Monte Llullaillaco. As múmias estão em perfeito estado de conservação graças às baixas temperaturas do local.

Sangue – Reinhold revelou que as múmias possuem todos os órgãos internos intatos e há indícios da presença de sangue no coração e pulmões, como se as crianças tivessem morrido recentemente. O pesquisador acrescentou que não há sinais evidentes da causa das mortes.

Os cientistas argentinos, norte-americanos e chilenos que participaram da expedição informaram que a sepultura continha oferendas a deuses incas, incluindo 35 estatuetas em ouro, prata e mostras de tecidos, mocassins e peças de cerâmica. Em alguns recipientes havia restos de comida.

Reinhold declarou que as vítimas, com idade entre 8 e 13 anos, provavelmente foram enterradas ainda com vida e podem ter sido oferecidas ao deus Sol. O pesquisador, do Instituto Mountain (Virgínia – EUA), é responsável pela descoberta em 1995 da múmia inca mais famosa até agora, conhecida como Juanita.

As múmias recém-descobertas estão em melhor estado de conservação do que Juanita. Segundo Reinhold, é como se as vítimas tivessem morrido há poucas semanas e sido congeladas logo depois.

Uma das múmias femininas possui o crânio em forma semelhante a um cone. Os incas tinham o costume de amarrar a cabeça das crianças desde o nascimento para modelar os ossos e imitar o formato das montanhas. A outra múmia do mesmo sexo foi atingida por um raio que queimou sua orelha e parte do ombro esquerdo, sem danificar seus órgãos.

O império inca, que durou 90 anos, chegou a estender-se por 4 mil quilômetros, desde a atual Colômbia até o centro do Chile. (Associated Press e Reuters)

O Estado de S. Paulo, 07/4/99.

Estudo do Texto

1. Observe, primeiro, que a notícia tem um certo formato padrão:
 - a) tem um **título** – que indica o fato central que está apresentado no texto;
 - b) poderá ter um **subtítulo** – algum detalhe que atraia o leitor para o texto;
 - c) ambos costumam aparecer em fontes e tipos diferentes daqueles do texto da notícia (o título, por exemplo, aparece em negrito e com letras em corpo maior);
 - d) antes do texto, indica-se a origem da notícia (no exemplo, Buenos Aires, porque a descoberta ocorreu na Argentina);
 - e) terminado o texto, o jornal informa também as agências que lhe passaram a notícia ou se ela resulta da própria cobertura do jornal. Algumas vezes a notícia é assinada pelo próprio jornalista que fez a cobertura do fato.
2. Vamos analisar a notícia que acabamos de ler:

Tínhamos dito anteriormente que o bom texto informativo tem quatro grandes qualidades:

 - informações fidedignas;

- unidade de assunto;
- clareza;
- (relativa) isenção.

Vamos ver se a notícia que acabamos de ler é, nesse sentido, um bom texto informativo:

- Como o texto faz para passar a idéia de que suas informações são confiáveis?
- O texto está claro ou você teve dificuldade para entendê-lo?
- O texto se dispersa por diferentes assuntos ou ele se concentra num só? Qual é o assunto do texto?
- O texto se atém ao relato dos fatos (ao passar a informação) ou mistura fatos com a opinião do seu redator?
- Para concluir: essa notícia é um bom texto informativo?

3. Vamos aos fatos relatados:

Que informações o texto nos passa sobre:

- o local da descoberta;
- as múmias descobertas;
- Johan Reinhold;
- os cientistas da expedição;
- o império inca.

4. Vamos observar, agora, a **organização do texto**:

4.1. Em geral, os redatores buscam seguir um formato mais ou menos fixo para organizar a notícia. Assim, no primeiro parágrafo – chamado em linguagem técnica de *lead* ou lide (a forma já aportuguesada da palavra) – devem aparecer, em poucas linhas e sentenças, as informações essenciais que transmitam ao leitor um resumo completo do fato.

O objetivo é: se o leitor ler só o primeiro parágrafo já estará razoavelmente informado sobre o assunto. Só irá adiante em busca de detalhes.

Veja o que diz sobre o lide o *Manual de redação e estilo* do jornal de onde tiramos a notícia (*O Estado de S. Paulo*):

[O *lead*] precisa sempre responder às questões fundamentais do jornalismo: o que, quem, quando, onde, como e por quê. Uma ou outra dessas perguntas pode ser esclarecida no *sublead*, se as demais exigirem praticamente todo o espaço da abertura.

Graficamente, recomenda-se que o *lead* tenha no máximo 4 a 5 linhas de 70 toques. Nada impede, porém, que ocupe uma ou duas linhas, apenas em casos excepcionais ou quando se tratar de informações de impacto. Mais que nas demais partes do texto, o *lead* deve ser objetivo, completo, simples e, de preferência, redigido na ordem direta.

Todas as demais recomendações feitas a respeito do texto jornalístico valem especificamente para o *lead* (as palavras estranhas ou desconhecidas deverão ser sempre explicadas; rebuscamentos não têm vez na abertura; o fato que constitui o *lead* deve ser novo; use frases curtas; procure dar um ritmo adequado à frase e, principalmente, jamais construa *leads* de um único período.

MARTINS, Eduardo Lopes. *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo*. 3. ed., rev. e amp. São Paulo: O Estado de S. Paulo/ Editora Moderna, 1997. p. 154.

Dadas essas informações, cabem três perguntas:

- Quais das “questões fundamentais do jornalismo” aparecem no lide da notícia que lemos?

- Por que o jornal faz a seus redatores tantas recomendações sobre a forma do lide?
- Você identificou, no texto do *Manual*, alguma observação que pode ser relacionada com as quatro qualidades do texto informativo que apresentamos antes?

Nota

Observe que o *Manual*, apesar de falar em “recomendações”, tem, de fato, uma intenção normativa (o que fica claro, por exemplo, na afirmação “jamais construa *leads* de um único período”).

Quer dizer: o *Manual*, em nome de um objetivo padronizador dos textos do jornal, busca limitar as opções textuais dos jornalistas.

Vale a pena, neste ponto, discutir com o/a professor/a e os/as colegas até que ponto cabem restrições muito rígidas na prática da escrita em geral.

No caso específico do jornal, um certo padrão de texto é certamente interessante. Contudo, uma forma (ô) muito estreita pode ter resultados negativos. Por quê?

4.2 O texto tem oito parágrafos. Veja um breve resumo do assunto de cada um:

- 1º parágrafo (*lide*) – a descoberta das múmias;
- 2º parágrafo – detalhes sobre o local onde as múmias foram achadas e a razão para estarem tão bem conservadas;
- 3º – detalhes sobre o estado dos corpos;
- 4º – informações sobre outros objetos encontrados na sepultura;
- 5º – detalhes sobre a idade das crianças e hipóteses sobre sua morte. Informação sobre Juanita;
- 6º – as múmias recém-descobertas em contraste com Juanita;
- 7º – outras informações sobre as múmias femininas;
- 8º – duas informações sobre o império inca.

Esta relação – com o assunto e a seqüência dos parágrafos – nos permite ver que há uma clara **hierarquia** na apresentação das informações. O redator coloca a descoberta em *primeiro* lugar por ser a informação mais importante (a novidade do fato). E deixa para o *último* parágrafo as informações sobre o império inca, porque, nesta notícia, elas constituem um dado apenas suplementar.

Entre as duas, o redator colocou as demais informações, seguindo tanto o roteiro das “grandes questões do jornalismo”, quanto antecipado as perguntas e comentários que o leitor iria colocando à medida que lesse o texto. Por exemplo:

Onde exatamente elas foram encontradas? Como podem estar em “excelente estado de conservação”? (informação dada na abertura do texto) Diga mais sobre o estado dos corpos! Havia outros objetos na sepultura? Alguma pista sobre quem eram e como morreram as crianças? Por que elas constituem um melhor achado do que ‘Juanita’? Algum outro detalhe curioso?

Esta relação também mostra que o texto passa por uma fase de **planejamento**, na qual o redator faz duas coisas:

- **seleciona**, dentre as muitas informações de que dispõe, aquelas que ele considera as mais relevantes;
- **decide a seqüência** em que vai colocar as informações no texto (orientando-se pelas “grandes questões do jornalismo” e pensando em seu possível leitor).

PRÁTICA DE ESCRITA



Nossa sugestão aqui é que você redija uma notícia com os dados que lhe daremos abaixo.

Claro, você só vai escrever notícias regularmente se vier a trabalhar como jornalista. Isso não impede, porém, que nós usemos, na escola, a redação de uma notícia como exercício.

O formato da notícia nos facilita o exercício de certos aspectos importantes da escrita:

- a **clareza** (pensando sempre no leitor);
- a **concisão** (dizer o máximo com o mínimo – lembre-se de que, em geral, o jornalista tem de escrever dentro de limites rigorosos de espaço);
- e a **unidade de assunto** (não dispersar).

Como qualquer outro texto, a notícia pede **planejamento**. É importante você preparar um roteiro do texto que vai escrever (em que seqüência vai apresentar as informações de que dispõe). Isso ajuda a produzir um bom texto.

Por fim, como a notícia é um texto informativo, redigir uma é um exercício interessante para amadurecer **a habilidade de passar informações sem misturá-las com suas opiniões**.

Os dados são os seguintes (apenas sugestão, certo? Se você preferir, invente outro fato qualquer): um grupo de arqueólogos da Universidade de Tatuquara descobriu um tesouro (várias arcas com inúmeros objetos do século XVII) numa gruta na Serra da Mantiqueira, entre São Paulo e Minas Gerais.

A notícia deve dar estas e outras informações aos leitores (a seqüência e os detalhes ficarão por sua conta, certo?). Por exemplo:

- quem são os arqueólogos e quem chefia a equipe?
- onde, como e quando foi a descoberta?
- o que foi encontrado nas arcas?
- qual a importância do achado?
- como justificar que o tesouro tenha se conservado por tanto tempo e ninguém o tenha descoberto antes?

Não se esqueça do título. E, se achar que é necessário, inclua também um subtítulo.

LEMBRETE

Depois de pronta a notícia, será interessante a turma fazer circular os textos, para que uns leiam os dos outros. A opinião dos(as) colegas (agora na posição de leitores) será um ótimo indicador da qualidade do seu texto.

Outra atividade interessante (também para monitorar a qualidade dos textos, isto é, para olhá-los de fora e poder aprimorá-los) é a turma em conjunto e junto com o(a) professor(a) discutir uma ou duas das notícias. Para isso, é útil transcrevê-las no quadro-de-giz.

Ao ler a notícia sobre as múmias incas, você pode ter ficado curioso para saber mais sobre os incas. Irá, então, em busca de informação, certo? E as fontes são múltiplas:

- você poderá encontrar, numa biblioteca pública, um **livro** especificamente sobre eles;
- uma alternativa fantástica de que dispomos hoje é a **Internet**. Se for fácil utilizá-la (na escola, em casa, ou em algum ponto público de acesso), você pode visitar um dos muitos portais que lhe darão inúmeros caminhos à informação disponível na rede. O difícil será escolher!
- você pode também obter informações interessantes numa boa e velha **enciclopédia**, que certamente encontrará na biblioteca da escola ou numa biblioteca pública. Muita gente diz que a Internet aposentou as enciclopédias. Num certo sentido é verdade: nenhuma enciclopédia consegue armazenar informação na quantidade e atualidade disponibilizadas pela rede. Contudo, dependendo dos nossos objetivos, a enciclopédia ainda quebra muito galho.

Numa enciclopédia, você encontrará apenas textos informativos. Desde que foi idealizada no século XVIII, ela é uma obra que se propõe reunir o máximo de conhecimentos (o que é sempre muito relativo hoje em dia) e apresentá-los de forma sistemática. Em geral, as enciclopédias organizam as informações em verbetes distribuídos em ordem alfabética. Suponha que você foi à biblioteca e lá achou a *Enciclopédia Cultural Larousse*. No volume que contém os verbetes da letra *I*, você encontra, então, o seguinte sobre os incas:

INCA (Império). Império da América pré-colombiana que se estendia do sul da Colômbia até o rio Maule, no Chile, chegando à floresta amazônica.

- **Hist.** Povo sul-americano que por ocasião da conquista espanhola, no século XVI, estava organizado num império que ocupava uma faixa de mais de 4.500 km ao longo da costa do Pacífico, com uma largura de 250 a 400 km. O Império contava com um eficiente sistema de estradas que levavam a todos os seus confins, atravessando os despenhadeiros dos Andes por meio de pontes pênséis. Corredores bem treinados se revezavam na transmissão de informações e as forças armadas tinham rápido acesso a todos os locais. As tribos dominadas que se rebelassem eram transferidas para perto da capital, Cuzco, onde eram mais facilmente controladas. Por meio dos *quipos*, os incas mantinham registros detalhados de suas conquistas. Desconheciam o uso de animais de tiro, de veículos sobre rodas e dinheiro. Os impostos e tributos eram pagos em serviços. No entanto, julgando-se por vários padrões, a cultura inca era muito avançada: em locais como Machu Picchu encontram-se algumas das maiores realizações de arquitetura em pedra do mundo; metais preciosos extraídos das minas controladas pelo governo eram trabalhados por ourives de extrema habilidade; conhecia-se a metalurgia do bronze; os produtos têxteis e cerâmicos eram de qualidade extraordinária; a agricultura se baseava num complexo sistema de irrigação e de cultivo em terraços nas encostas dos montes.
- Como não existe história escrita dos incas é difícil saber quando se formou o Império, mas acredita-se que tenha sido em torno do séc. XIII. Seu fundador lendário é Manco Cápac, membro de uma família do vale de Cuzco. Na década de 1430, os incas haviam submetido todos os povos vizinhos, chegando ao máximo de seu poderio no início do séc. XVI. O soberano, chamado *inca*, era tido como um deus, descendente do Sol (a divindade suprema). Detinha um poder absoluto e cumpria o papel principal nas longas e elaboradas cerimônias religiosas. Quando o pequeno grupo de espanhóis chefiado por Francisco Pizarro desembarcou em terras incas, em 1532, o Império acabava de sair de uma guerra civil. O assassinio do rei Atahualpa, cometido à traição pelos homens de Pizarro, garantiu-lhes a conquista da região e a destruição do Império Inca.
- **Arqueol.** Caçadores-coletores povoaram, por volta de 10.000 a.C., as grutas dos Andes; em cerca de 4.000 a.C. eles praticavam a agricultura e, desde o II milênio, existiam civilizações avançadas na região (Kotosh). Quanto às tradições de civilizações antigas (Chavin, Nazca, Paracas, Moche, Huari, etc.), foram numerosas nesta região onde se desenvolveram os incas. A expansão do império (1438) coincidiu com um notável impulso da arquitetura, caracterizada pela forma trapezoidal de suas aberturas e pela perfeição de seu aparelho de blocos irregulares ajustados com juntas vivas (Cuzco, Machu Picchu). Os incas reutilizaram e construíram inúmeras instalações hidráulicas. Fabricada sem torno, sua cerâmica é decorada com motivos geométricos; um arbaldo com alça em estribo é uma de suas formas típicas. Eles dominaram bem a metalurgia do ouro, da prata, do cobre e do estanho, com os quais produziram várias ligas. De produção quase industrial, seus têxteis são de boa qualidade, porém sua decoração geométrica é muito monótona.

Grande Enciclopédia Larousse Cultural. v. 13. São Paulo: Nova Cultural, 1998, p. 3113.

Estudo do Texto

1. Observe a organização do verbete: primeiro aparece uma informação bem geral e, depois, as informações são detalhadas e distribuídas em dois grandes blocos – um dedicado a dados históricos e outro a dados arqueológicos:
 - no primeiro, temos informações sobre a organização da sociedade e do Império, bem como dados sobre sua destruição a partir da chegada dos espanhóis, no século XVI;
 - no segundo, temos dados decorrentes da observação da cultura material dos incas (agricultura, arquitetura, cerâmica, metalurgia e tecelagem).
2. Os incas não tinham escrita e, portanto, não tinham registros de sua história. Como a enciclopédia nos apresenta, então, as possíveis origens do Império?
3. Novamente, se não havia registros escritos, de onde teria a enciclopédia tirado as informações que nos passa sobre a organização da sociedade e do Império Inca?
4. A enciclopédia nos diz que a civilização inca era muito avançada. Que dados sustentam essa afirmação?
5. Ao fim do verbete, depois de nos apresentar várias informações sobre os incas com relativa objetividade, a enciclopédia derrapa: atravessa as informações com uma opinião. Que opinião é essa? Como você reage a ela?
6. Confrontando com a enciclopédia, que informação da notícia sobre as múmias talvez não esteja exata?

MAIS UMA NOTÍCIA



Vamos ler e analisar mais uma notícia.

TEXTO 2

Para IBGE, envelhecimento tende a aumentar

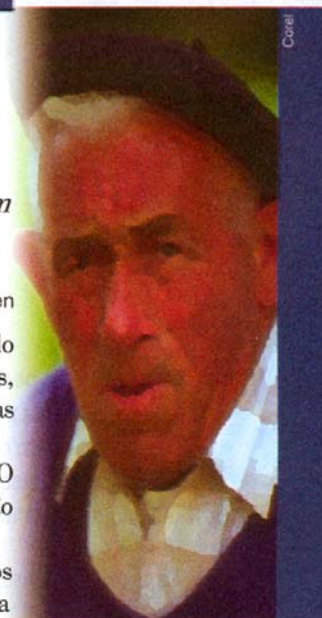
Pesquisa revelou que pessoas com 60 anos ou mais representam 8,7% da população

Roberta Jansen

RIO – O número absoluto de idosos no Brasil já é um dos maiores do mundo: 13,5 milhões. De acordo com a pesquisa Síntese de Indicadores Sociais, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as pessoas com 60 anos ou mais representam 8,7% da população do País.

Em países desenvolvidos, esse percentual é, em média, superior a 15%. O estudo mostra, no entanto, que a tendência de envelhecimento da população brasileira é irreversível e tende a aumentar cada vez mais.

Projeção do IBGE aponta que, em 2020, o número de pessoas com 60 anos ou mais deve dobrar, chegando a 27 milhões. “Isso muda não só o perfil da





Previdência, mas também o da Saúde”, afirmou o diretor do Departamento de Pesquisas do IBGE, Luiz Antônio Oliveira, um dos organizadores da pesquisa. A redução das taxas de mortalidade e fecundidade e o conseqüente aumento da expectativa de vida são os principais responsáveis pela alteração da estrutura etária da população, segundo análise dos técnicos do IBGE.

Enquanto na década de 70 a média de filhos por mulher era de 5,76, em 1996 esse número caiu para 2,24. Quanto menos instruídas, maior o número de filhos que as mulheres têm.

Queda – Entre as de escolaridade mais baixa, a média é de 3,4 crianças, contra 1,7 para as mais instruídas. Há diferenças também por regiões. No Nordeste, a média chega a 3 filhos ao passo que, no Sudeste, não passa de 2. A disparidade, no entanto, diminuiu muito. Nos anos 70, a média no Nordeste era de 7,5, ante 4,5 no Sudeste.

“A queda é generalizada em todas as classes e regiões”, constatou Oliveira. “E a tendência é irreversível.” A taxa de mortalidade infantil, por sua vez, também caiu muito. Na década de 80, para cada mil crianças nascidas no País, cerca de 75 morriam antes de completar um ano de vida. Em 1996, o número de mortes era de 37 em mil. A diferença entre as regiões, no entanto, permanece muito alta. Em alguns Estados do Nordeste, como Alagoas e Paraíba, os indicadores revelam uma mortalidade próxima à da década de 80: 70 por mil.

A disparidade pode ser explicada não só pela pobreza da região, mas também pela desigualdade no acesso aos serviços de saúde, a má qualidade do atendimento médico e carências de saneamento básico.

Em média, a expectativa de vida do brasileiro é de 67 anos e oito meses. As mulheres, no entanto, vivem bem mais que os homens: elas atingem em média 71 anos e sete meses, ante 64 anos e um mês do contingente masculino. Na região Sudeste, essa diferença é ainda maior: 73 anos e sete meses para as mulheres e 64 anos e seis meses para os homens. A razão para isso, segundo os técnicos, é a violência urbana, que vitima mais pessoas do sexo masculino.

A pesquisa mostra ainda que a grande maioria dos idosos (85%) vive com algum parente e apenas uma pequena parcela (11,6%) mora sozinha ou com pessoas com as quais não tem nenhum laço de parentesco.

JANSEN, Roberta. *O Estado de S. Paulo*, 11/3/99, p. A9.

Estudo do Texto

1. Valem as mesmas perguntas que fizemos antes:
 - a) Como o texto faz para passar a idéia de que suas informações são confiáveis?
 - b) O texto está claro ou você teve dificuldade para entendê-lo?
 - c) O texto se dispersa por diferentes assuntos ou tem uma unidade? Qual é o assunto do texto?
 - d) O texto se atém ao relato dos fatos (ao passar a informação) ou os mistura com a opinião do seu redator?
 - e) Para concluir: essa notícia é um bom texto informativo?

2. Vamos rever **as informações da notícia**:

- a) Esta é uma notícia cheia de dados numéricos. Em textos assim, é preciso muita atenção para os números não nos confundirem. Observemos alguns destes dados:
- o número absoluto de idosos no Brasil;
 - o percentual dos idosos no conjunto da população brasileira;
 - o percentual de idosos em países desenvolvidos;
 - o número de idosos no Brasil em 2002 segundo projeção do IBGE;
 - o percentual da população de idosos que vive com algum parente;
 - a expectativa média de vida do brasileiro;
 - a diferença de expectativa média de vida entre homens e mulheres no Brasil;
 - a diferença de expectativa média de vida entre homens e mulheres na região Sudeste.
- b) Outro aspecto interessante desta notícia e que exige também bastante atenção do leitor são as correlações que se estabelecem entre os dados. Por exemplo, entre a escolaridade da mulher e o número de filhos que ela tem. Esta aparece numa afirmação geral que é, em seguida, concretizada. Primeiro, localize estas informações no texto. Depois, localize outras correlações apresentadas no texto.
- c) A projeção do número de idosos feita pelo IBGE para 2020 muda, segundo o diretor do Departamento de Pesquisas daquele Instituto, o perfil da Previdência e da Saúde. Por quê?
- d) Segundo a notícia, a taxa de mortalidade infantil também caiu bastante. Como isto é demonstrado no texto?
- e) A notícia nos diz que a mortalidade infantil em alguns estados do Nordeste continua alta. Que fatores contribuem para isso?
- f) A notícia trata do aumento da população idosa no Brasil. Por que foi preciso trazer dados sobre o número de filhos por mulheres, sobre a taxa de mortalidade infantil e sobre a expectativa média de vida do brasileiro?

3. Vamos analisar a **organização do texto**:

- identifique, primeiro, o assunto de cada parágrafo. Em seguida, diga se é possível perceber o planejamento que o redator fez do texto (as informações estão ordenadas numa hierarquia e numa seqüência?)
- Agora, preste atenção a um elemento muito interessante: o redator vai amarrando (“**costurando**”) um parágrafo no outro. E esta costura é um elemento fundamental para dar unidade, ritmo e seqüência para qualquer texto.

Em outras palavras, **nenhum texto é apenas um amontoado de sentenças**:

- há uma **seleção** de idéias;
- uma **hierarquização** destas idéias;
- uma **seqüência**;
- e uma **costura** entre as partes (tecnicamente chamada de **coesão textual**).

Vamos, então, ver mais de perto esta costura na notícia que acabamos de ler:

- o primeiro parágrafo termina com a informação sobre o **percentual de idosos** da população brasileira:

... as pessoas com 60 anos ou mais representam 8,7% da população do País.

- o segundo parágrafo começa assim:

Em países desenvolvidos, esse percentual é, em média, superior a 15%.

A expressão **esse porcentual** amarra o novo parágrafo ao anterior (porcentual com porcentual), permitindo o contraste entre o Brasil e os países desenvolvidos.

- o segundo parágrafo termina com a informação de que o envelhecimento da população brasileira é irreversível e tende a aumentar cada vez mais.
- o terceiro parágrafo começa com uma projeção para 2020:

Projeção do IBGE aponta que, em 2020, o número de pessoas com 60 anos ou mais deve dobrar, chegando a 27 milhões.

A projeção (o número deve **dobrar**) costura o terceiro com o segundo parágrafo (o envelhecimento da população tende a **aumentar** cada vez mais):

- o terceiro parágrafo termina definindo as **principais causas** da alteração da estrutura etária da população (a redução das taxas de mortalidade e fecundidade e o aumento da expectativa de vida).
- Primeiramente observe que os próximos parágrafos vão **desdobrar estas causas**:
 - a redução da taxa de fecundidade (parágrafos 4 e 5);
 - a redução na taxa de mortalidade (parágrafo 6 e 7);
 - o aumento da expectativa de vida (parágrafo 8).

Temos aqui, portanto, um exemplo de **um belo planejamento da seqüência das informações**: uma informação geral seguida de seu desdobramento.

- Agora, observe algumas costuras entre esses parágrafos:

- parágrafo 5 começa assim: “Entre **as** de escolaridade mais baixa,...” Perguntamos: **as** quem? Ora, *as mulheres*. Aqui, a costura se faz por elipse, isto é, supressão da palavra que pode facilmente ser identificada, porque acabou de ser citada no parágrafo anterior.
- O parágrafo 6 começa com a expressão “A queda...”, que resume precisamente os fatos apresentados no parágrafo anterior (a queda de que acabamos de falar).
- O parágrafo 7 começa com a expressão “A disparidade...” - Perguntamos: Qual disparidade? Ora, aquela apresentada ao fim do parágrafo anterior.
- O parágrafo 8 começa recuperando a expressão “expectativa de vida” que ocorreu no fim do parágrafo 3. Essa amarração a distância se justifica, como vimos, pela própria estrutura geral do texto: os parágrafos vieram desdobrando a informação geral feita no parágrafo 3.

- o último parágrafo começa assim:

A pesquisa mostra ainda...

De que modo essa expressão costura este parágrafo com o resto do texto?

PRÁTICA DE ESCRITA

Um exercício ótimo de escrita aqui é fazer um resumo da notícia que acabamos de ler. Sim, porque o texto tem muitos dados, mas uma só idéia central. Você vai precisar, então, se ater a essa idéia central. Desafiamos você a fazer um resumo de no máximo 60 palavras!

E, claro, sempre será importante mostrar o produto aos(as) colegas e/ou discutir alguns textos em conjunto.



DE OLHO NA LÍNGUA

I – Os itens abaixo referem-se a fenômenos lingüísticos que ocorrem no texto “Achadas três múmias incas na Argentina”.

1. SENTENÇAS SUBSTANTIVAS

Observe as seguintes sentenças:

- Reinhold revelou que as múmias possuem todos os órgãos internos intatos.
- O pesquisador acrescentou que não há sinais evidentes da causa das mortes.
- Reinhold declarou que as vítimas, com idade entre 8 e 13 anos, provavelmente foram enterradas ainda com vida e podem ter sido oferecidas ao deus Sol.

Podemos dizer que, apesar de suas diferenças, elas têm a mesma estrutura básica:

<i>Alguém</i>	<i>revelou</i>	
	<i>acrescentou</i>	<i>isso</i>
	<i>declarou</i>	

Ou seja, todas elas têm o verbo com seu sujeito (representado pelo *Alguém*) e com seu complemento (representado pelo *isso*).

Note que, no lugar do *isso*, entra, nesses casos, toda uma sentença (o segmento sublinhado). Quer dizer: o complemento do verbo – a que damos o nome técnico de *objeto direto* – refere-se aqui não a uma pessoa ou a um ente qualquer, mas expressa todo um evento.

Temos, então, nos exemplos acima, não sentenças simples, mas sentenças complexas (também chamadas tecnicamente de *períodos compostos*), isto é, sentenças que têm, em sua estrutura sintática, mais de uma sentença.

- Localize no texto um outro exemplo de sentença complexa que tenha a mesma estrutura das reproduzidas acima.

Nota

Para mais detalhes sobre a estrutura das sentenças simples, consulte o capítulo 20. Sobre a estrutura das sentenças complexas, há um estudo sistemático no capítulo 21.

2. VERBO HAVER INDICANDO TEMPO

Observe as seguintes sentenças:

- *A descoberta, divulgada ontem pela National Geographic Society, revela que os restos são de duas meninas e um menino sacrificados em um ritual há 500 anos.*
- *Segundo Reinhold, é como se as vítimas tivessem morrido há poucas semanas.*

CAPÍTULO 9

IMPRENSA

Imprensa: conceito e função

Notícia: pirâmide invertida, tópico frasal, leitura de implícitos

Artigo de opinião: tese e argumentos, conhecimentos partilhados e recursos persuasivos

Gêneros do jornal

Primeira página: seleção dos fatos, imagens e manchete

A informação pela graça, pela grana, da desgraça, da esperança, que patrocina, liberta, recrimina o indecente, controla para o crente, esclarece, emociona, atrolha de besteira o mundinho do boboca, de fofoca, da ciência, arte para o carola, para o ateu, para o ex-vivo se acostumar que já morreu, para o mauricinho, para o pobre, para a mentira que dá ibope, pelo sem-terra, pela saúde, pelo aposentado e o atáude, pelo condenado, pela vida, pelo professor, pelo salário de fome de horror, pelo bôia-fria, marajá, presidente, ligue já, gente-fina, pro atleta, deputado, proxeneta, cidadão e o campeonato, pra tocar no rádio, pelo jabá, e pelo fato de já estar na hora de acabar.

João Luiz Woerdenborg Filho,
Lobão, cantor e compositor.

TROQUE IDÉIAS

1. A mídia (televisão, rádio, jornais) é manipuladora? Em que medida?
2. É possível que as pessoas se convençam de que algo realmente aconteceu simplesmente porque "leram no jornal", "ouviram no rádio" ou "viram na televisão"?



PRIMEIRAS IDÉIAS

Qual é o papel da imprensa na sociedade atual? Informar? Denunciar? Investigar? Criticar? Leia alguns depoimentos e troque idéias com o professor e colegas.

Acho que esse tal “jornalismo investigativo” é uma esperteza meio charlatã, para criar no jornalismo uma certa categoria de pessoas SWAT. São jornalistas muito especiais, valentes, corajosos, enfrentam coisas formidáveis. Isso não existe, é papo de quem está a fim de se promover, de quem está a fim de passar pelo que não é.

Jânio de Freitas, jornalista, colunista e membro do Conselho Editorial da Folha de S. Paulo. In: *Comunicação e Educação*, Moderna/USP, São Paulo, set./dez. 1996.

No momento em que a informação é um dos maiores bens de apreciação econômica e de significação social, é muito importante deixar presente que não existe supremacia da liberdade de imprensa sobre a honra dos cidadãos. É preciso que haja previsibilidade dos limites de veiculação da notícia. E não se pode esperar que os abusos sejam contidos apenas pela autoconsciência dos valores éticos que norteiam a atividade jornalística. Isso, no entanto, não equivale a dizer que precisamos de uma lei eivada de instrumentos intimidatórios.

Vilmar Rocha, deputado federal e relator do projeto da Lei de Imprensa na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara. In: *Folha de S. Paulo*. 8 maio 1998. Opinião.

Como era de esperar, a afirmação desse papel fiscalizador e investigativo da imprensa renovou velhos abusos e trouxe novas aberrações às práticas jornalísticas.

O denunciismo é, certamente, um dos piores males desta nova etapa, da mesma forma que a prática corrente, arrogante, de muitos jornais, revistas, rádios ou TVs de se colocarem como juízes da história, conduzindo e hierarquizando a agenda das atenções da opinião pública em todos os níveis.

Américo Antunes, jornalista, é presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). In: *Folha de S. Paulo*. p. 1 - 3, 7 jul. 1997. Opinião.

Os telespectadores encontram nas notícias, mais e mais espetáculo, através do qual eles se situam como meros espectadores passivos. Sentem-se informados e aí está a trapaça. Os telespectadores sentem que cumpriram uma função social de responsabilidade porque viram o noticiário, mas o que viram foi ficção, drama, divertimento, riram, choraram como acontece nas telenovelas, mas transfigurado em notícia. E isso não só dificulta uma posição ativa e crítica frente ao que estão vendo, como também os afeta como cidadãos.

Dr. Guillermo Orozco Gómez, professor da Universidade de Guadalajara, México e pesquisador da inter-relação comunicação/educação. Uma pedagogia para os meios de comunicação. In: *Educação e Comunicação*. Moderna/USP, São Paulo, p. 79, maio/ago./1998.

As inovações tecnológicas, hoje, encurtaram as distâncias. Jornais, revistas, televisão, rádio e Internet difundem notícias quase em tempo real para qualquer lugar do planeta, de forma cada vez mais barata. Ao se deparar com esse dilúvio de informações, no entanto, é preciso considerar dois fatores: primeiro, que as informações passam, em muitas regiões do mundo, pelo crivo de regimes autoritários e ditadores, portanto, não estão acessíveis a todo o mundo. Segundo, que, mesmo em regimes democráticos em que a imprensa é livre, se está sujeito a manipulações de todo tipo. É esse o assunto desta unidade.

Leia e compare estes dois textos.

Qual é a minha?

Governistas, situacionistas e fernandistas de todos os tamanhos, feitos e intenções reclamam da mídia, que não respeita a sacralidade do poder, insistindo em denunciar escândalos, esqueleto nos armários e contas ilegais no exterior.

A caterva a favor coloca a seguinte opção: ou o sujeito engrossa ou é carlista ou canalha. Elementar, caro leitor.

Criticam sobretudo a parte da mídia escrita que denuncia a nudez do rei e de seus áulicos, considerando-a viciada, subdesenvolvida, pedestre.

Bolas, a imprensa inglesa, com tradição bem maior do que a nossa, cometendo freqüentes enganos e grosserias, nunca poupou a família real, considerando-a um bem público sustentado pela nação e, como tal, sujeita à investigação, a denúncias e, eventualmente, a uma ou outra injustiça.

A imprensa americana não abafou o escândalo Watergate, que provocou o impedimento de Nixon, nem a pornochanchada do caso Monica Lewinsky, que colocou o presidente Clinton numa

situação pública e doméstica bastante incômoda.

Suponhamos – veja bem, estou apenas supondo – que algum figurão do poder tenha um caso extraconjugal, alguma coisa como um filho fora do tálamo conjugal. Tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos a mídia não se consideraria impedida de noticiar e comentar o fato.

Ora, dirão, são mídias de países bárbaros, selvagens, sem tradição democrática e civilizada. Tudo bem. Honra, louvor e glória à nossa mídia – com óbvia exceção dos abutres, das hienas, dos carlistas e canalhas que a maculam, negando ao poder o baba-ovo tradicional.

Leitor de Goiânia pergunta-me por que reclamo tanto do governo. Qual é a minha? Se eu soubesse qual era a minha, não estaria aqui reclamando por aqueles que não têm voz para reclamar.

CONY, Carlos Heitor. In: *Folha de S. Paulo*, 15 abr. 2001, p. A2. Opinião.

100

EUA criam núcleo para mentira oficial

Com autorização de George Bush, o Pentágono criou um núcleo para difundir notícias, inclusive falsas, na mídia de países aliados ou inimigos. A decisão foi justificada como parte da guerra de propaganda contra o terror. O Departamento de Influência Estratégica teve seu plano de ação elaborado por um antigo assessor do presidente Carter. Em Washington, militares consideraram a iniciativa ilegal e nociva à credibilidade dos EUA. Os alvos do novo órgão americano de inteligência incluem até a Europa Ocidental.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 20 fev. 2002. Primeira página.

Outro tipo de retábulo cuja permanesse obscura, embora relação em as ordens franciscana e carmelita apresenta colunas torças que ladariam suas colocadas em nichos e na suas portas, unem-se em arquivadas.

ESTUDO DO TEXTO

RESPONDA SEMPRE EM SEU CADERNO

O primeiro texto possui como finalidade básica a informação; enquanto que o segundo texto procura convencer o leitor a respeito das ideias que defende.

1. Os dois textos foram retirados de um mesmo tipo de suporte textual: o jornal. No entanto, é possível observar que há diferenças fundamentais entre eles no que se refere à finalidade do texto. Explique essa diferença.
2. Como você já viu no capítulo, os textos podem ser agrupados em gêneros como notícia, receita, romance, poema, etc. O conhecimento desses gêneros depende, em grande parte, das experiências leitoras de cada um. Releia os textos jornalísticos acima. Você consegue identificar os gêneros a que cada um dos textos pertencem? Comente com professor e colegas.
3. Que características de cada gênero são possíveis de se identificar nos textos lidos? Considere também a sua experiência como leitor.

Sugestão de resposta: Notícia: clareza, linguagem precisa, concisão, objetividade, uso da terceira pessoa. Artigo: uso da primeira pessoa, subjetividade, tese, fundamentação argumentativa, adjetivação, etc.

A notícia

A notícia, como você já viu, é um texto em que predomina a informação. Observe, agora, como se costuma organizar notícias curtas como a que você leu. É possível analisar a estrutura da notícia de duas maneiras: a partir da estrutura de um parágrafo informativo clássico: tópico frasal, desenvolvimento e conclusão; ou a partir da pirâmide invertida, técnica que os jornalistas usam para hierarquizar as informações de uma notícia. Assim, a disposição das informações de uma notícia segue uma ordem de importância, estabelecida pelo jornalista.

Título Tem como função adiantar e sintetizar o assunto da notícia. Além disso, o jornalista considera que é preciso atrair a atenção do leitor, sobretudo se a notícia figura na primeira página.	EUA criam núcleo para mentira oficial Com autorização de George Bush, o Pentágono criou um núcleo para difundir notícias, inclusive falsas, na mídia de países aliados ou inimigos. A decisão foi justificada como parte da guerra de propaganda contra o terror. O Departamento de Influência Estratégica teve seu plano de ação elaborado por um antigo assessor do presidente Carter. Em Washington, militares consideraram a iniciativa ilegal e nociva à credibilidade dos EUA. Os alvos do novo órgão americano de inteligência incluem até a Europa Ocidental. JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 20 fev. 2002. Primeira página.
Tópico frasal Na notícia, o tópico frasal costuma responder à questão-chave do jornalismo: o que aconteceu? Muitos jornalistas consideram essa primeira frase o “guia-mestre” do texto: é o tópico que orienta o tom e o desenvolvimento do que se escreve.	
Desenvolvimento É preciso desenvolver o tópico, ou seja, acrescentar informações relevantes sobre o assunto. Costuma-se responder a questões como: por que aconteceu? quem são as pessoas envolvidas, como aconteceu?	
Conclusão Não aparecem em todas as notícias, mas, em geral, apresenta opiniões de especialistas sobre o assunto e/ou possíveis consequências, hipóteses para o fato noticiado.	

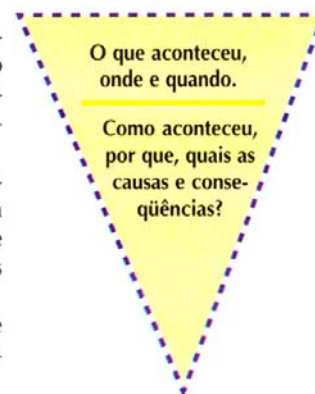
101

Pirâmide invertida

Técnica de redação jornalística pela qual as informações mais importantes são dadas no início do texto e as demais, em hierarquização decrescente, vêm em seguida, de modo que as mais dispensáveis fiquem no final. A técnica da pirâmide invertida é útil tanto para os editores de jornal quanto para os leitores.

Os editores do jornal quando precisam diminuir a extensão de determinada notícia por quaisquer motivos (a chegada de uma notícia importante, a consideração de que a notícia em questão não merece muito destaque, etc.), limitam-se a cortar os parágrafos ou as linhas finais.

Para os leitores, o procedimento da pirâmide também é igualmente útil: pode-se interromper a leitura na altura que desejar, já que as informações principais são dadas nas primeiras linhas.



ESTUDO DO TEXTO

RESPOSTA
SEMPRE
EM SEU CADERNO

Leitura de implícitos

Além das marcas lingüísticas presentes no texto, podemos assinalar, ainda, muitas outras que permitem ao leitor (re)construir sentidos implícitos. Por exemplo: o fato de o jornalista ter escolhido essa notícia para figurar na primeira página, o destaque que a notícia recebeu e a organização do texto são outros fatores que contribuem para essa reconstrução.

Nenhum texto é neutro. Todos eles trazem, de alguma forma, marcas da subjetividade de quem o escreveu. E é possível desvelar essas marcas até naqueles textos que perseguem a objetividade, a precisão e a neutralidade. A seguir, alguns fatores que "traem" o sujeito (e expressam seus valores, opiniões, visões de mundo e intenções).

- A escolha do assunto.
- A localização espacial do texto.
- A relação entre o suporte textual e o assunto.
- O destaque dado ao título e ao texto.
- A seqüência dos fatos.
- A escolha das palavras.

1. Observe que, apesar de uma aparente objetividade, a notícia não é de forma alguma neutra. Vamos analisá-la?

- a) Comece relendo o título. Que palavra nesse título já pressupõe uma análise crítica por parte do jornalista autor?
- b) E quanto ao tópico frasal? Ele se limita a condensar uma informação de forma objetiva e precisa? Comente.
- c) Na parte do texto em que se desenvolve o tópico frasal, diz-se que a "decisão foi justificada". Qual é o sentido da palavra "justificar"? Por que essa palavra pode constituir uma marca subjetiva nesse texto?
- d) A conclusão do texto apresenta apenas uma opinião. Qual é essa opinião? Por que uma citação como essa também contribui para marcar a posição do autor do texto?
- e) A última frase reforça o tom escolhido para a notícia – de crítica e avaliação. Que palavras são as mais significativas nesse esforço de julgar criticamente o fato que noticia (mesmo que implicitamente)?

2. Qual é, enfim, a opinião que o jornalista deixa transparecer sobre o fato noticiado em "EUA criam núcleo para mentira oficial"?

Um leitor competente sabe que todo texto carrega marcas das intenções, opiniões, valores e visões de mundo de quem o escreveu. E desvendar tudo isso não é tarefa fácil, muito pelo contrário, requer leitura atenta e constante.

102



PRODUÇÃO DE TEXTO

Agora, que você (re)construiu o texto (e desvelou o sujeito que está por trás dele), faça um exercício de escrita.

1. Você, ao responder às questões sobre a notícia, fez uma análise minuciosa dela. Assim, descobriu que o jornal (ou o jornalista) não concorda com a criação do tal núcleo de inteligência pelos EUA. Reescreva a notícia da forma mais neutra possível, eliminando todas as marcas de subjetividade analisadas.
2. Suponha que você é um jornalista e que foi designado para redigir essa notícia para a primeira página. Como jornalista contratado, você não pode fugir da orientação editorial da empresa para a qual trabalha. A direção do jornal *concorda* com a criação do núcleo pelos EUA e, mais ainda, acha que essa é uma solução viável e inteligente para combater o terrorismo. Você, portanto, deve escrever a notícia de forma a concordar com o fato e, até mesmo, elogiá-lo. Para isso:
 - Considere que essa é uma notícia, não um texto de opinião. Portanto, “disfarce” sua posição com uma máscara de neutralidade, tal como fez o jornalista-autor da notícia lida.
 - Escolha e use, dentre as citações fictícias abaixo, a que ficaria adequada para sua notícia.

RESPONDA
SEMPRE
EM SEU CADERNO

O objetivo desse novo núcleo é extinguir ações terroristas não só nos Estados Unidos como no mundo todo.

George Bush, presidente dos EUA.

A divulgação de notícias falsas pelos EUA compromete as ações de combate ao terrorismo que já estão sendo realizadas em países da Europa.

Tony Blair, Primeiro-ministro da Inglaterra.

A estratégia é inteligente e, sem dúvida, vai limitar as ações terroristas.

Porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Tal atitude do governo americano pode causar pânico na população, pois se não há confiança no que está sendo noticiado, a tendência é deduzir o que está acontecendo e espalhar boatos.

Robert May, editor-chefe da CNN.

103

...vontades. Os mais oportunistas chegaram por conta própria (ver “Plangeje sua tingens”). De Brasil, o jeito é voltar até Calmar, a capital da região norte do ...vontades. Os mais oportunistas chegaram por conta própria (ver “Plangeje sua tingens”). De Brasil, o jeito é voltar até Calmar, a capital da região norte do ...vontades. Os mais oportunistas chegaram por conta própria (ver “Plangeje sua tingens”). De Brasil, o jeito é voltar até Calmar, a capital da região norte do ...vontades. Os mais oportunistas chegaram por conta própria (ver “Plangeje sua tingens”). De Brasil, o jeito é voltar até Calmar, a capital da região norte do

Artigo de opinião

O artigo de opinião aparece em jornais e revistas, assinados por articulistas, intelectuais e pessoas de destaque no cenário político ou cultural do país. Como você já viu, o artigo de opinião é um texto argumentativo e tem, como finalidade, emitir uma opinião sobre determinado assunto de forma a convencer o leitor a aceitar uma idéia, mudar uma atitude ou adotar uma postura. Os artigos de opinião costumam conter:

- uma apresentação que justifica a abordagem do assunto ou contextualiza o texto;
- a tese (a idéia que está sendo defendida), que pode ser declarada ou deduzida pelo leitor a partir dos argumentos, contra-argumentos e contextualização apresentada.
- os argumentos em favor da tese;
- conclusão que reforça a tese defendida.

Observe, por exemplo, como o artigo de opinião "Qual é a minha" foi estruturado.

Título

Em geral, adianta a idéia que está sendo defendida. Neste caso, o título é uma provocação do autor.

Apresentação

Neste artigo, o autor apresenta um panorama a respeito das críticas que a imprensa vem recebendo.

Argumentos

O autor utiliza argumentos para defender a sua tese. Para isso, ele apresenta a relação da imprensa e do público em países como Estados Unidos e Inglaterra.

Conclusão

Retoma-se a provocação do título e apresenta-se o argumento mais contundente e apelativo em favor da tese.

Qual é a minha?

Governistas, situacionistas e fernandistas de todos os tamanhos, feitos e intenções reclamam da mídia, que não respeita a sacralidade do poder, insistindo em denunciar escândalos, esqueleto nos armários e contas ilegais no exterior.

A caterva a favor coloca a seguinte opção: ou o sujeito engrossa ou é carlista ou canalha. Elementar, caro leitor.

Criticam sobretudo a parte da mídia escrita que denuncia a nudez do rei e de seus áulicos, considerando-a viciada, subdesenvolvida, pedestre.

Bolas, a imprensa inglesa, com tradição bem maior do que a nossa, cometendo freqüentes enganos e grosserias, nunca poupou a família real, considerando-a um bem público sustentado pela nação e, como tal, sujeita à investigação, a denúncias e, eventualmente, a uma ou outra injustiça.

A imprensa americana não abafou o escândalo Watergate, que provocou o impedimento de Nixon, nem

a pornochanchada do caso Monica Lewinsky, que colocou o presidente Clinton numa situação pública e doméstica bastante incômoda.

Suponhamos – veja bem, estou apenas supondo – que algum figurão do poder tenha um caso extraconjugal, alguma coisa como um filho fora do tálamo conjugal. Tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos a mídia não se consideraria impedida de noticiar e comentar o fato.

Ora, dirão, são mídias de países bárbaros, selvagens, sem tradição democrática e civilizada. Tudo bem. Honra, louvor e glória à nossa mídia – com óbvia exceção dos abutres, das hienas, dos carlistas e canalhas que a maculam, negando ao poder o babauo tradicional.

Leitor de Goiânia pergunta-me por que reclamo tanto do governo. Qual é a minha? Se eu soubesse qual era a minha, não estaria aqui reclamando por aqueles que não têm voz para reclamar.

CONY, Carlos Heitor. In: *Folha de S. Paulo*. 15 abr. 2001, p. A2. Opinião.

Tese e argumentos

1. Antes de começar a análise mais minuciosa do texto, é preciso garantir que você tenha compreendido qual é a tese e que argumentos o articulista utiliza para defendê-la. Responda a essas questões com o professor e colegas.

Conhecimentos partilhados

2. No terceiro parágrafo, há uma referência a um conto infantil: *A roupa maravilhosa do rei*, de Andersen. Você conhece esse conto? Qual é a relevância dessa referência para o assunto do texto? Converse com o professor e colegas sobre isso.
3. Que outros conhecimentos, de cunho histórico, o articulista pressupõe que seu interlocutor tenha?

Recursos persuasivos

4. Observe que uma das estratégias usadas pelo articulista é a mescla de diferentes graus de formalismo em seu texto.
 - a) Que marcas lingüísticas são próprias da linguagem formal? E quais são próprias de um nível mais informal?
 - b) Que efeito de sentido se produz com essa mescla?
5. Observe que o autor escolhe palavras a dedo para se referir ao poder público.
 - a) Que palavras são essas? Liste-as.
 - b) Essas palavras possuem conotação positiva ou negativa?
6. O autor também usa palavras de conotação negativa para se referir à imprensa.
 - a) Faça uma lista dessas palavras.
 - b) Se a finalidade do texto é defender a imprensa, por que o uso de palavras negativas?
 - c) Que efeito se produz ao repetir o discurso de oponentes?
7. Releia o penúltimo parágrafo.

“Ora, dirão, são mídias de países bárbaros, selvagens, sem tradição democrática e civilizada. Tudo bem.”

Observe que esse trecho, apesar de assemelhar-se a uma previsão de argumento contrário, constitui-se também em uma ironia. Por quê?

8. Que argumento pode ser deduzido na conclusão do artigo? Qual é o apelo emocional aí presente?

ironia. [Do gr. *eironeia*, ‘interrogação’, ‘dissimulação’, pelo lat. *ironia*.] S. f. 1. Modo de exprimir-se que consiste em dizer o contrário daquilo que se está pensando ou sentindo, ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem.

In: DICIONÁRIO AURÉLIO ELETRÔNICO SÉCULO XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, versão 3.0, nov. 1999. 1 CD-ROM.

ESTUDO DO TEXTO

RESPONDA SEMPRE EM SEU CADERNO

Um autor constrói seu texto a partir de uma imagem que faz de seu leitor. Neste artigo, por exemplo, o autor pressupõe que o leitor compartilhe com ele alguns conhecimentos como, por exemplo, o enredo do conto infantil “A roupa maravilhosa do rei”.

Grau de formalismo

A língua que usamos varia em função das situações, da imagem que se faz do leitor, do papel que exerce aquele que fala ou escreve. Leia o que o lingüista Luiz Carlos Travaglia, em seu livro *Gramática e interação*, diz sobre grau de formalismo.

“O grau de formalismo representa uma escala de formalidade, entendida como um maior cuidado e apuro (no sentido normativo e estético) no uso dos recursos da língua (recursos do nível fonológico, morfológico, sintático ou das construções, do léxico, usos estilísticos, etc.) e também como uma maior variedade de recursos utilizados, aproximando-se cada vez mais da língua padrão e culta em seus usos mais “sofisticados” (literários, obras científicas, etc.)

Travaglia (1995, p. 51.)

105

O gêneros do jornal

Você viu, na unidade 3, que os textos podem ser agrupados em diferentes categorias ou gêneros discursivos, considerados pelo lingüista russo Mikhail Bakhtin, como “formas relativamente estáveis de enunciados”.

Assim, pode-se afirmar que uma notícia possui características próprias que permitem aos leitores não confundi-la, por exemplo, com um editorial.

Observe, a seguir, quais são os gêneros discursivos mais frequentes em jornais.

MANCHETE
É o título daquilo que o jornal considera a principal notícia do dia. Aparece em letras maiores e em destaque no alto da primeira página.

CHARGE
Desenho caricatural, em que se satiriza um fato específico, em geral de caráter político e que é do conhecimento público.

CHAMADA
Texto curto da primeira página que resume as informações publicadas pelo jornal a respeito de um assunto. Remete o leitor para as páginas que trazem a cobertura extensiva.

ANÚNCIO CLASSIFICADO
É de responsabilidade do leitor ou anunciante, que produz um pequeno texto para anunciar a venda, compra, troca ou contratação dos mais diversos produtos ou serviços. Para dar o máximo de informação em pequenos espaços, os anúncios classificados, em geral, se utilizam de linguagem abreviada.

NOTÍCIA
Registro dos fatos, sem opinião. Escrito com exatidão, procura responder às perguntas-chave: o que, quem, onde, quando, como, porquê.

LEGENDA
Acompanha e complementa as informações que a foto, por si só, fornece ao leitor. Os manuais de redação dos jornais costumam orientar seus jornalistas a não se limitarem a descrever a foto, atitude que configuraria uma redundância.

ENTREVISTA
Publicada na forma de perguntas e respostas. O texto introdutório contém breve perfil do entrevistado, resumo do assunto abordado e informações como local, data e duração da entrevista.

TABELA
Sua função é apresentar informações de maneira clara e de rápida leitura. Deve ser visualmente atraente e conter informações redigidas de forma concisa.

REPORTAGEM
É o produto principal da atividade jornalística. Pode ser de dois tipos:
1. Relato de acontecimento feito por jornalista que tenha estado no local em que o fato ocorreu ou que tenha apurado as informações relativas. Contém a descrição fiel dos fatos e as versões das partes envolvidas.
2. Abordagem exaustiva de um tema (aids, drogas, educação) que não tem propriamente ligação com o dia. Em ambos, prevalece a função esclarecedora e pode aparecer a opinião de especialistas.

GRÁFICO
A função do gráfico é transpor informações numéricas para a linguagem visual, de modo a permitir leitura instantânea por parte do leitor. Os três tipos de gráficos mais usados são as linhas, barras e círculos.

CARTA DO LEITOR
Textos em que os leitores expressam seus pontos de vista sobre o jornal ou sobre assuntos abordados. Em geral a seção de cartas de leitores seleciona, para publicação, trechos de cartas com diferentes tendências de opinião. Os jornais podem ou não responder a seus leitores.

EDITORIAL
É um texto que expressa a opinião do jornal sobre um assunto atual e/ou polêmico. Em geral, é publicado na segunda página do jornal.

CRÍTICA
Gênero jornalístico opinativo que analisa e avalia o trabalho intelectual ou desempenho: artes, espetáculos, livros, competição esportiva, discurso político, etc.

RESENHA
Texto, em geral escrito por especialistas, sobre livros, obras artísticas, espetáculos, filmes, etc. Em uma resenha, entrecruzam-se duas finalidades: informação e opinião. Assim, em uma resenha, dá-se ao leitor uma idéia sobre o conteúdo da obra ou espetáculo e emite-se uma opinião sobre a qualidade do que está sendo resenhado. A diferença entre a crítica e a resenha parece residir no fato de que esta última contém uma análise mais complexa e mais extensa, além de ter um caráter menos avaliativo.

ARTIGO
Gênero jornalístico, assinado, que traz a interpretação, análise ou opinião do articulista sobre um fato, assunto ou tema de relevância.

ANÚNCIO PUBLICITÁRIO
Em geral, os anúncios publicitários combinam a linguagem verbal e a visual. São criados por agências de publicidade, que procuram adequar o anúncio ao público-alvo do jornal e ao espaço reservado para publicidade.

CRÔNICA
Gênero que fica entre o jornalismo e a literatura. Sempre assinado, é redigido de maneira livre e pessoal. Pode constituir um pequeno conto.

TIRA
Pequena história em quadradinhos de caráter humorístico, em geral, composta por três ou quatro quadros no sentido horizontal.

Além de possuir gêneros próprios, o jornalismo possui um vocabulário específico para se referir a outros elementos próprios da atividade jornalística. Observe, a seguir, alguns desses elementos.

Lide: Palavra de origem inglesa (lead) que significa liderar, conduzir. O jornalismo usa o termo para resumir a função do primeiro parágrafo dos textos jornalísticos: introduzir o leitor no texto e prender a sua atenção.

Tablóide: Formato pequeno de jornal (29 X 39 cm), que tem aproximadamente a metade de um jornal tamanho *standard* (38 X 58 cm).

Chapéu: Palavra ou expressão curta colocada acima de um título. É usada para indicar o assunto de que trata o texto ou os textos que vêm abaixo dela.

Gravata: É a frase que vem logo abaixo do título de uma notícia, gráfico ou tabela e que tem a função de explicar, esclarecer ou complementar o título.

Macarrão: Folha solta (simples, e não dupla) incluída em um caderno do jornal. Pode ser programada com antecedência ou servir à necessidade de aumentar ou diminuir o número de páginas de uma edição.

Viúva: Palavra ou sílaba que sobra na última linha de um parágrafo.

TROQUE IDÉIAS

1. Quais dos gêneros citados na mesma página ao lado são predominantemente opinativos? Quais são predominantemente informativos?
2. Quais dos gêneros mesclam a finalidade informativa e a opinativa?
3. Quais têm a finalidade de entretenimento?

1. Opinativos: editorial, artigo, carta do leitor.
Informativos: notícia, manchete, chamada, reportagem, legenda, tabela, gráfico.
2. Resenhas e críticas.
3. Tira, charge, crônica.

Professor(a), comente que as finalidades de cada gênero não são inflexíveis, pois dependem da forma como o assunto ou tema é abordado e de intenções implícitas que podem ser desveladas com a leitura de cada texto. Em outras palavras, dependem de uma (re)construção de sentidos que o leitor faz a cada leitura. Por exemplo: uma entrevista, além de informar sobre o entrevistado, sobre suas opiniões ou sobre o assunto no qual ele é especialista, também pode, a partir de "como" as perguntas foram elaboradas e o texto foi editado, deixar transparecer a opinião do jornal sobre o assunto ou o entrevistado. O mesmo ocorre com a reportagem, cujas informações podem ser interpretadas a partir de comparações e análises.

107

RESPONDA
SEMPRE
EM SEU CADERNO

ATIVIDADES

Em suas atividades escolares, em todas as disciplinas, você provavelmente tenha de utilizar textos variados, incluindo os que são publicados em jornais. Nem sempre a biblioteca da escola possui um arquivo de textos publicados na imprensa escrita.

Com o objetivo de auxiliar as pesquisas de vocês, de alunos de outras séries e de professores, selecionem textos considerados relevantes e elaborem, juntamente com seus colegas, um arquivo de textos jornalísticos. O acervo pode ser distribuído em pastas, caixas ou outros materiais a escolha de vocês. O agrupamento dos textos pode levar em conta os seguintes critérios:

- **Assuntos ou temas:** os textos podem ser classificados segundo os temas de que tratam. Assim, notícias, reportagens, editoriais, entrevistas e artigos, por exemplo, que tenham como tema principal as drogas, devem estar agrupados em uma mesma pasta ou caixa.
- **Gêneros discursivos:** os textos classificam-se segundo os gêneros discursivos. Assim, os textos devem ser agrupados em pastas diferentes, de acordo com o gênero ao qual pertencem: notícias, resenhas, reportagens, manchetes, chamadas, charges, etc.

A primeira página

A primeira página de um jornal é a sua vitrine e, por isso, cumpre dupla função: atrair a atenção dos leitores e adiantar as notícias que estão no miolo do jornal. Assim, as notícias que o jornal considera mais importantes, além de fotos e títulos atrativos, têm prioridade em uma primeira página.

Compare essas duas primeiras páginas.

O Presidente Fernando Henrique confirmou ontem que o racionamento de energia acaba no próximo dia 28. O bônus para quem cumprir a meta será mantido em março, pago pelo Tesouro Nacional.

ECONOMIA 1 e 3

108



Violência

Fundador do PCC é executado dentro de cadeia paulista

Um dos fundadores do PCC foi assassinado, ontem, dentro da cadeia numa prisão executada ordenada pela própria facção. » PÁGINA 5

Dengue

Vigilantes da Saúde não dão conta dos inúmeros chamados

Vigilância não consegue atender aos inúmeros chamados de denúncia de focos do Aedes aegypti no Grande Recife. » PÁGINA 6 e CIDADES 5

Rebelião

Menores detidos no Cabo fazem reféns por 4 horas

Cerca de 30 menores recolhidos na Fundação do Cabo fizeram carcereiros reféns, ontem. Apesar do tumulto, ninguém se feriu. » PÁGINA 6

Audiência

Ibope confirma: só dá Rádio Jornal na preferência popular

O Ibope confirmou, entre novembro e janeiro, a Rádio Jornal disputada no primeiro lugar. Agora já são 10 anos e mais um ano de liderança no mercado. » PÁGINA 7

BÔNUS PARA ECONOMIA DE LUZ SERÁ MANTIDO

O presidente Fernando Henrique confirmou ontem que o racionamento de energia acaba no próximo dia 28. O bônus para quem cumprir a meta será mantido em março, pago pelo Tesouro Nacional. » ECONOMIA 1 e 3



AMBIENTE Fiscais do Ibama armaram operação de guerra nos rios que cortam a floresta amazônica, no Pará, para recuperar mogno contrabandeado. PÁGINA 7

Só manutenção das chuvas e novas usinas garantirão o fornecimento de energia

517, 111, 140, 171 e 180
R\$ 1,70
Dados Estadísticos: ver
tabela na página A4

O ESTADO DE S. PAULO

RUY MESQUITA
Diretor-responsável

Julio Mesquita (1891-1927) Julio de Mesquita Filho (1927-1969) ANO 133 QUARTA-FEIRA Nº 39.977 SÃO PAULO, 30 DE FEVEREIRO DE 2007 Francisco Mesquita (1927-1969) Julio de Mesquita Neto (1969-1996)



Resgate – Fiscais do Ibama transportam pelo Rio Iriri parte do mogno apreendido no Pará; madeira deverá ser doada. Pág. A13

Racionamento acaba dia 1.º com risco de voltar

Só manutenção das chuvas e novas usinas garantirão o fornecimento de energia

O presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou ontem o fim do racionamento de energia a partir de 1.º de março, nove meses depois de criado. Nem ele nem os ministros Pedro Parente, da Câmara de Gestão da Crise de Energia, e Jo-

sé Jorge, das Minas e Energia, quiseram assegurar que um novo racionamento esteja descartado. Segundo Parente, isso dependerá das chuvas e da construção de usinas e linhas de transmissão programadas até 2004. Tanto FHC quanto Parente disseram que a decisão de encerrar o racionamento foi técnica, negando caráter eleitoral, precandidatura ou falta de um novo modelo de produção de energia. Pág. B1, B3 e B4

Duhalde tenta cortar verba de províncias e causa irritação

O presidente argentino, Eduardo Duhalde, enfrentou ontem uma tempestade de reprovação dos governadores de províncias à tentativa de convencê-los a promover ajustes nos seus orçamentos. O governo federal argumenta que o Fundo Monetário Internacional (FMI) exige

uma redução das verbas que a União remete mensalmente às províncias. Discussões sobre esse tipo de ajuste têm tumultuado a vida dos últimos presidentes da Argentina. Desta vez, os governadores insistem que novos cortes poderão acentuar a crise social do país. Pág. B13

Indústria paulista cresceu 2,5% em 2001

A produção industrial no Estado de São Paulo cresceu 2,5% em 2001. Foi um desempenho superior ao da média nacional, que evoluiu 1,5% no

período, segundo o IBGE. As exportações de carne bovina e de açúcar contribuíram para evitar uma desaceleração maior em relação a 2000, quan-

do o crescimento foi de 6,5%. O racionamento de energia provocou problemas em vários setores, mas favoreceu o de baterias e pilhas. No segundo

semestre, com racionamento, houve retração de 0,6% na indústria do Estado, neutralizada pelo crescimento de 6% nos primeiros meses. Pág. B6

RESPONDA
SEMPRE
EM SEU CADERNO

Resgate – Fiscais do Ibama transportam pelo Rio Iriri parte do mogno apreendido no Pará; madeira deverá ser doada. Pág. A13

Reprodução

109

ESTUDO DO TEXTO

RESPONDA
SEMPRE
EM SEU CADERNO

110

O fato

1. Observe que os dois jornais escolheram os mesmos fatos para figurar com destaque na primeira página.
 - a) Quais são esses fatos?
 - b) Que destaques gráficos receberam esses dois fatos?

Imagem

2. Apesar de os dois jornais elegerem o mesmo acontecimento para a foto destaque, os aspectos enfocados não são os mesmos.
 - a) Que aspecto do fato foi evidenciado em cada um dos jornais?
 - b) Qual das fotos condensa mais informação? Explique.
 - c) Se a outra foto não é informativa, o que pode ter motivado a escolha dela para a primeira página? Converse com o professor e colegas sobre isso.

Legenda

3. Leia o que diz um manual de redação sobre legendas.

"Complementa a foto, acrescentando-lhe informações que permitem ao leitor entender ou avaliar o que está vendo. Assim como a boa notícia, a boa legenda responde a todas as perguntas razoáveis do leitor. (...) A não ser em caso de cenas muito complexas, é redundante descrever na legenda o que se vê na foto."

Manual de redação estilo. Editora Globo, p. 35.

- a) Que informação adicional o jornal *O Estado de S. Paulo* deu aos seus leitores?
- b) E quanto à legenda do *Jornal do Commercio*? Comente-a.

Manchete

4. Ambos os jornais escolheram o fim do racionamento de energia elétrica, como fato mais importante do dia. A forma como a notícia é apresentada, no entanto, mostra que há muitas diferenças entre um jornal e outro. Leia as manchetes.

"Racionamento acaba dia 1.º com risco de voltar" (*O Estado de S. Paulo*)
"Bônus para economia de luz será mantido" (*Jornal do Commercio*)

 - a) De que maneira cada um dos jornais encara o fim do racionamento?
 - b) Que "recado" para os leitores pode ser deduzido nas entrelinhas da manchete de *O Estado de S. Paulo*? Converse com o professor e colegas sobre o assunto.
 - c) Leia o texto que está logo abaixo de cada manchete. São coerentes com os enfoques escolhidos pelos jornais para o fato?
5. Comentem entre todos: Por que essas diferenças ocorrem?



A seleção dos fatos

Os textos jornalísticos tendem a produzir a ilusão de que são fiéis aos acontecimentos realmente ocorridos. Mas, o que significa essa afirmação? A resposta é bastante complexa e, na verdade, diversos estudiosos do tema ainda não chegaram a um acordo. Entretanto, é possível considerar algumas questões.

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que os meios cumprem o papel de serem difusores de fatos, apenas se esses se ajustarem às regras do interesse público. Isto quer dizer que todos os dias ocorrem fatos dos quais não se tem notícia, porque os meios consideram que esses fatos não são de interesse público.

Então, que "atualidade" se conhece? Segundo mostram os meios, a atualidade – resultante do interesse público – está constituída por aquilo que está fora das normas do que acontece regularmente. Os acontecimentos noticiados pelos meios são, portanto, os que a sociedade considera extraordinários.

Reunidos em grupos, analisem alguns telejornais veiculados em canais da TV aberta. Procedam assim:

1. Combinem de assistir a diferentes telejornais de diferentes emissoras de televisão. Lembrem-se de que algumas emissoras exibem mais de um telejornal. Assistam a várias edições desses programas durante uma semana, de modo que todos os telejornais, durante uma semana, possam ser analisados. Cada integrante do grupo pode ficar responsável por assistir a um telejornal, por exemplo. Anotem tudo em uma ficha como essa:

Nome do telejornal:	RESPONDA SEMPRE EM SEU CADERNO	Data:
Principais notícias		

2. Depois, reunidos novamente, analisem:
 - a) Quais os assuntos das manchetes de cada telejornal?
 - b) É possível averiguar diferenças no tratamento dado às mesmas notícias por diferentes emissoras? Por que isso ocorre?
 - c) Há notícias que foram consideradas importantes por uma determinada emissora e sequer citadas em outras? Quais?
 - d) É possível identificar, nas notícias, parcialidade política? Comente-as.
3. Apresentem, depois, as conclusões de vocês para todo o grupo e comparem com as conclusões a que os demais colegas chegaram.

PARA PESQUISAR

RESPONDA SEMPRE EM SEU CADERNO

Neste capítulo, vamos estudar alguns tipos de textos informativos, como a notícia, a reportagem e a entrevista, bem como o quadro informativo, o gráfico e a legenda.

Textos que informam

No **texto informativo**, encontrado sobretudo em jornais, revistas, enciclopédias, o tema costuma ser um fato ou uma série de fatos ocorridos sucessivamente no mesmo local (uma guerra ou uma disputa esportiva, por exemplo), em um certo período de tempo.

A notícia e a reportagem são também textos jornalísticos. O **texto jornalístico** apresenta um encadeamento lógico de idéias e revela fatos com clareza e exatidão. Quem escreve esse tipo de texto é o jornalista, que deve usar um tom sóbrio, objetivo, interpretar fatos e estabelecer analogias. Lembre-se: um jornalista, um romancista ou outro autor não escreve de forma totalmente impessoal e imparcial. O texto sempre expressa uma opinião, um posicionamento.

Notícia

O principal objetivo da notícia é levar informação atual a um público específico. A notícia conta o que ocorreu, quando, onde, como e por quê. Para verificar se ela está bem elaborada, o emissor deve responder às perguntas:

O quê? (fato ou fatos)
Quando? (tempo)
Onde? (local)
Como? (de que forma)
Por quê? (causas)

A notícia apresenta três partes principais:

- **Manchete** (ou **título principal**) – resume, com objetividade, o assunto da notícia. Essa frase curta e de impacto, em geral, aparece em letras grandes e destacadas.
- **Lide** (ou **lead**) – complementa o título principal, fornecendo as principais informações da notícia. Como a manchete, sua função é despertar a atenção do leitor para o texto.
- **Corpo** – contém o desenvolvimento mais amplo e detalhado dos fatos.

A notícia usa uma linguagem formal, que segue a norma culta da língua. A ordem direta, a voz ativa, os verbos de ação e as frases curtas permitem fluir as idéias. É preferível a linguagem acessível e simples. Evite gírias, termos coloquiais e frases intercaladas.

Os fatos, em geral, são apresentados de forma impessoal e escritos em 3ª pessoa, com o predomínio da função referencial, já que esse texto visa à informação.

A falta de tempo do leitor exige a seleção das informações mais relevantes, vocabulário preciso e termos específicos que o ajudem a compreender melhor os fatos. Em jornais ou revistas impressos ou *on-line*, e em programas de rádio ou televisão, a informação transmitida pela notícia precisa ser verdadeira, atual e despertar o interesse do leitor.

Leitura

Aumenta o número de pobres no mundo

Relatório da Unctad calcula em 307 milhões o total de quem vive com menos de US\$ 1,00

Jamil Chade
Correspondente

“GENEBRA — O número de pobres cresceu e já chega a 307 milhões de pessoas no mundo. Relatório da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) publicado ontem mostra que nos últimos 30 anos o número de pessoas que vivem com menos de US\$ 1,00 dobrou nos países menos desenvolvidos.

Para a agência da ONU, o dado mais preocupante é a tendência de que esse número aumente até 2015, quando os países menos desenvolvidos poderão passar a ter 420 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. (...)

Para a Unctad, um dos fatores do aumento da pobreza é a queda nos preços das *commodities*, que em vários países são a principal fonte de renda.

→

O secretário-geral da Unctad, o brasileiro Rubens Ricúpero, acredita que uma das saídas para a redução da pobreza seja a promoção de políticas que diversifiquem as exportações. 'Não podemos dizer que esses países não estão integrados à economia mundial. O que deve ocorrer é uma mudança na forma de integrar-se.' Ele também defende que os governos enfoquem o crescimento econômico como prioridade. 'Somente assim a renda das populações poderá aumentar.' (...)

Enquanto o mundo vê o número de pobres aumentando, a ajuda dos países ricos aos governos mais miseráveis diminui. Ricúpero lembra que entre 1990 e 2000, o volume de ajuda externa caiu 46%. Ontem, porém, os Estados Unidos anunciaram ajuda de US\$ 14 milhões para Malauí (...).

O Estado de S. Paulo, 19 jun. 2002.



Malauí, país do sudeste da África, enfrenta a pior fome nos últimos 50 anos, em que 70% da população de 11 milhões é famélica. (Na foto, Malauí em 1989.)

1. *Commodity*: produto primário, geralmente de origem agropecuária (como café, açúcar, carne), produzido em larga escala e destinado ao comércio externo.



Agora responda em seu caderno.

- 1 Qual é a manchete da notícia que você acabou de ler?
- 2 O lide, em geral, é uma frase que acrescenta mais informações à manchete. Localize e escreva o lide dessa notícia.
- 3 O que significa ser correspondente, como o autor do texto Jamil Chade, que é correspondente em Genebra?
- 4 Para a agência da ONU, o que pode ocorrer no mundo até 2015?
- 5 Como é a linguagem da notícia que você leu?

398

Produzindo

Registre as respostas em seu caderno.

- Escreva uma notícia a partir da foto que se segue. Lembre-se de que a notícia é formada de manchete, lide, corpo.



Tráfego em rua de Dacca, Bangladesh, 1998.

Avaliação: Troque sua notícia com um(a) colega. Faça um quadro com cinco partes, como o que você acabou de ver neste capítulo, e responda às perguntas: O quê? Quando? Onde? Como? Por quê?. Dê sugestões para o texto dele(a), que deve ser conciso e apresentar uma linguagem clara, objetiva.

Depois, verifique se o seu texto contém os elementos apontados no quadro preenchido pelo(a) colega. Aproveite essas informações e as demais sugestões para reescrever o seu texto.

Reportagem

A reportagem é uma notícia ampliada. Enfoca um assunto ou fato de forma abrangente, apresentando mais detalhes. O texto é, geralmente, mais longo que o da notícia, com diversas opiniões e versões do mesmo fato. A linguagem é formal, objetiva e direta.

O assunto da reportagem pode ser narrado de forma **expositiva** (narração simples e objetiva do fato), **interpretativa** (comentário sobre um fato central e sobre outros relacionados a ele) ou **opinativa** (opinião do repórter ou da empresa que ele representa, conduzindo a opinião do leitor).

A reportagem segue a estrutura básica da notícia: manchete, lide e corpo. Porém, é comum o uso de complementos, como gráficos, quadros informativos, tabelas, trechos de depoimentos e de entrevistas, fotografias com legendas e outros. Ao fazer uma reportagem, podem-se consultar diversas fontes, mas é importante citá-las.

Lixo, impressão digital da sociedade

Lixões e aterros dão a prova de que o brasileiro é perdulário e que o setor público desperdiça dinheiro com usinas mal gerenciadas

Marlyana Tavares

“Pelo lixo de uma família é possível saber muito de seus hábitos, mas, principalmente, o que consome. Se um estrangeiro vasculhasse os nossos lixões, aterros sanitários¹ ou controlados, diria que, no País, ninguém passa fome, o que é uma piada completa. Em todo o mundo, o Brasil é um dos países com maior quantidade de matéria orgânica jogada no lixo: 70% das 156 mil toneladas produzidas, por dia, por seus habitantes.

Na verdade, o brasileiro é perdulário², desperdiça o que poderia ser aproveitado. Se há grande desperdício dentro das casas, fora delas há um verdadeiro exército de famílias vivendo do que pode catar nos lixões. Além da comida, nosso lixo é composto em 21,6% de papel, 7,4% de plástico, 3,8% de vidro e 2% de metal, o que evidencia o aumento do consumo de embalagens e produtos descartáveis.

‘O lixo é a impressão digital de uma sociedade’, diz, com propriedade, a coordenadora de Gestão de Resíduos Sólidos da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec), Maria de Fátima Abreu. ‘As cidades crescem e o lixo aumenta de qualidade e quantidade, com o incremento de materiais estranhos à natureza, o que torna ainda mais difícil o seu tratamento’,



EDUARDO SANTALESTRACCI

Os lixões e aterros sanitários existem não só no Brasil mas em outros países, como esse aterro sanitário em Buenos Aires, Argentina.

diz. Devidamente separados e catados, os materiais recicláveis poderiam gerar renda para mais famílias que por enquanto não têm outra fonte de sobrevivência.

O grande desafio da sociedade, hoje, é organizar esse mercado, e, dentro de uma política de inclusão, dar oportunidade aos excluídos do trabalho formal de se beneficiar da reciclagem, que só cresce no País e deve movimentar, esse ano, R\$ 3 bilhões. O problema é como se vai fazer isso, de forma organizada e sem desperdício de recursos. (...)”

Jornal Estado de Minas. Belo Horizonte, dez. 2002.

1. Área de terra em que caminhões depositam lixo, em camadas. Cada camada de lixo é coberta por uma camada de argila para não atrair moscas.
2. esbanjador, gastador



Agora responda em seu caderno.

- 1 A manchete foi elaborada a partir do trecho de um depoimento: “O lixo é a impressão digital de uma sociedade”. Interprete essa frase.
- 2 Quais são os pontos centrais da reportagem que aparecem no lide?
- 3 “Se há grande desperdício dentro das casas, fora delas há um verdadeiro exército de famílias vivendo do que pode catar nos lixões.” Comente esse fato.
- 4 Na sua cidade ou região, há uma política de reciclagem do lixo administrada pelo governo? Se houver, comente-a por escrito. Se não houver, escreva o que você gostaria que fosse feito na sua cidade a esse respeito.

De olho na reportagem

No texto “Lixo, impressão digital da sociedade”, a repórter inicia o corpo da reportagem de forma expositiva: informa o comportamento perdulário de

cidadãos brasileiros e as conseqüências dessa atitude. Para reforçar suas idéias, há depoimentos como o da Coordenadora do Cetec. O trabalho de pesquisa realizado sobre o assunto pode ser percebido pelas informações detalhadas e pelos dados precisos.

Nota-se também uma atitude opinativa da autora em certas passagens do texto — por exemplo, “(...) diria que, no País, ninguém passa fome, o que é uma piada completa” — e interpretativa — “O grande desafio da sociedade (...) sem desperdício de recursos”.

Aplicando

Registre as respostas em seu caderno.

- 1 Leia o texto a seguir e responda às questões:

Apague já o cigarro

Você passou a fumar menos porque acha que isso é suficiente para manter a saúde? Esqueça. Uma pesquisa dinamarquesa mostra que diminuir o consumo de tabaco não reduz os riscos de morte

Karian Pastore

“Fumar menos está entre suas promessas para 2003? Bem, é melhor rever seus planos

para o ano novo. Foi publicado na revista científica *American Journal of Epidemiology* o primeiro estudo sobre o impacto da redução no consumo de cigarros nas taxas de mortes associadas ao tabaco. Ao contrário do que se supunha, reduzir as tragadas não faz ninguém viver mais. O que faz a diferença é abandonar o vício para sempre. Pesquisadores da Universidade de Copenhague, na Dinamarca, acompanharam por quinze anos quase 20.000 homens e mulheres de 55 anos, em média. (...) Ao término dos trabalhos, os médicos dinamarqueses constataram que os índices de óbito entre os fumantes que cortaram pela metade o número de cigarros diários equivaliam aos dos fumantes que não alteraram seus hábitos. Já entre aqueles que largaram de vez o tabaco os riscos de morte em geral — por doenças cardiovasculares e respiratórias, por exemplo — caíram 35%. Os de morte por câncer, 64%.

Quanto maior a quantidade de cigarros e quanto mais longa a dependência, maiores são os danos à saúde e mais difícil é largar o tabagismo. (...) O que não se imaginava é que apenas um cigarro por dia pudesse causar danos. (...)”

Veja, São Paulo: Abril, 15 jan. 2003.

- Qual é a manchete dessa reportagem? E o lide?
- Elabore outra manchete e outro lide para essa reportagem.
- Nas reportagens, os dados numéricos servem para reforçar as informações fornecidas pelo repórter. Cite um exemplo de dados numéricos extraído do texto.

Quadro informativo, gráfico e legenda

Para complementar o texto jornalístico, usam-se quadros informativos, gráficos, fotografias com legenda. A finalidade do quadro informativo é apresentar dados que facilitem a identificação e a interpretação das informações de forma rápida, eficiente e objetiva. Tratando-se de dados estatísticos ou que apresentem valores, é comum usar gráfico. O quadro informativo e o gráfico podem ser empregados também em textos científicos, relatórios etc.

A legenda é composta de frases curtas, que descrevem os elementos da foto e retomam alguma informação importante do texto, podendo também fornecer mais dados sobre o assunto tratado e complementá-lo.

Na legenda, não se deve descrever o óbvio (por exemplo, “O governador desce do carro”) nem apresentar conclusões precipitadas (“Prefeita prestes a explodir”). Informações adicionais, como “à esquerda”, “à direita”, “agachado”, “de pé” etc. podem ser inseridas (“Plínio, à esquerda, cumprimenta o prefeito de Campinas”).

Leitura

Consumo humano rompe limite natural

Relatório do WWF aponta que o uso dos recursos naturais em 1999 foi 20% maior que a capacidade de reposição

Salvador Nogueira
da Reportagem Local

“Os humanos estão consumindo os recursos da Terra mais rápido do que eles são capazes de se regenerar. (...)”

Os dados, divulgados ontem em um novo relatório da ONG ambientalista internacional WWF, mostram uma velha preocupação, mas com um novo viés. ‘Pela primeira vez nós conseguimos contabilizar os gastos com energia’, diz Garo Batmanian, secretário-geral do WWF no Brasil.

O relatório ‘Planeta Vivo 2002’ (disponível na internet, em inglês, em www.wwf.org.br) usa como principal índice o que eles chamam de Pegada Ecológica — uma forma de computar o quanto o consumo de um país exigiria em termos de território para a manutenção do equilíbrio. (...)”

Tirando a média, cada habitante da Terra precisaria, em 1999, de 2,3 hectares para compensar por seu consumo. Ocorre que, segundo o WWF, no planeta só há 1,9 hectare para cada um. (...)”

Adaptado de *Folha de S.Paulo*, 10 jul. 2002.

DÉFICIT ECOLÓGICO

Relatório do WWF mostra que a humanidade consome **20% mais** recursos naturais do que a natureza consegue repor.

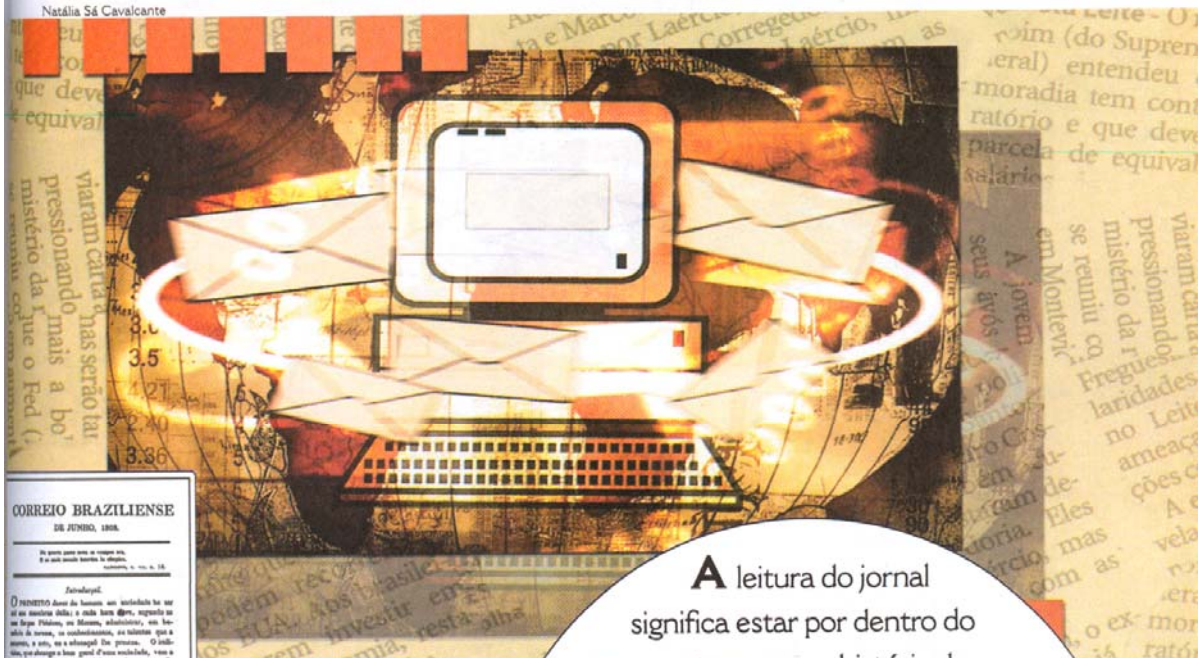
- A conclusão vem do cálculo do índice de ‘Pegada Ecológica’. Ele compara o consumo de recursos naturais renováveis com a capacidade produtiva da natureza.
- A Pegada Ecológica em 1999 foi de **2,3 hectares per capita**, **20% maior** que a bioprodutividade da Terra no mesmo período, que era de **1,9 hectare per capita**.

Veja os países que mais contribuem para a alta Pegada Ecológica mundial

Pegada Ecológica	Hectares per capita
1º Emir. Árabes Unidos	10,13
2º Estados Unidos	9,70
3º Canadá	8,84
4º Nova Zelândia	8,68
5º Finlândia	8,42
6º Noruega	7,92
7º Kuwait	7,75
8º Austrália	7,58
9º Suécia	6,73
10º Bélgica/Luxemburgo	6,72
11º Dinamarca	6,58
12º Reino Unido	5,35
13º Irlanda	5,33
14º França	5,26
15º Grécia	4,71
55º Brasil	2,38

Fonte: WWF. *Living Planet Report 2002*.

Natália Sá Cavalcante

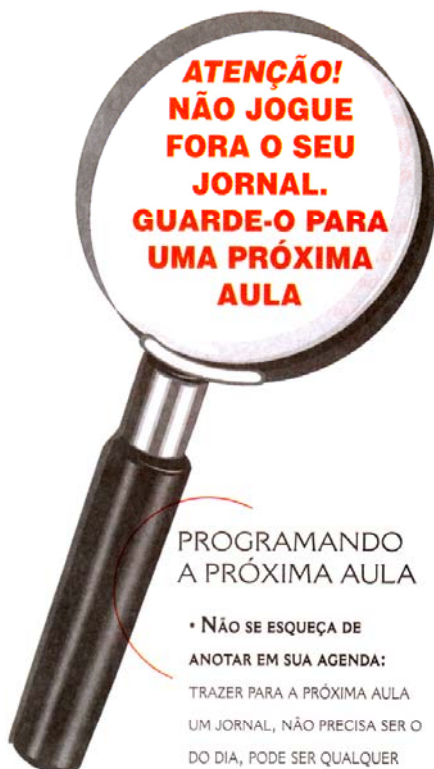


Ronaldo Oliveira

A leitura do jornal significa estar por dentro do que acontece com a história do cotidiano. Deu no jornal que... Essa expressão é comum nas conversas, principalmente em sociedades em que os meios escritos exercem papel decisivo na transmissão de informações. Das fofocas às notícias nacionais e internacionais, do crime hediondo à nova lei, o jornal procura informar os leitores sobre a História e histórias do dia-a-dia.

É da hora! É do dia!

NO INÍCIO DESTA MÓDULO, REPRODUZIMOS UMA PRIMEIRA PÁGINA DE JORNAL. PARA RESPONDER ÀS PERGUNTAS AO LADO, USE COMO REFERÊNCIA AQUELA PÁGINA OU OUTRA QUALQUER DE UM JORNAL QUE VOCÊ LEIA.



**ATENÇÃO!
NÃO JOGUE
FORA O SEU
JORNAL.
GUARDE-O PARA
UMA PRÓXIMA
AULA**

PROGRAMANDO A PRÓXIMA AULA

- **NÃO SE ESQUEÇA DE ANOTAR EM SUA AGENDA:** TRAZER PARA A PRÓXIMA AULA UM JORNAL, NÃO PRECISA SER O DO DIA, PODE SER QUALQUER UM, DESDE QUE ESTEJA COMPLETO.
- **COM O JORNAL EM MÃOS,** FAÇA UMA LEITURA INICIAL.
- **VIAJE PELAS PÁGINAS,** COMO UM LEITOR COMUM. PARE ONDE QUISER, SINTA O PRAZER DA LIBERDADE DA LEITURA.
- **DEPOIS,** SE DESEJAR, MOSTRE AOS COLEGAS ALGO INTERESSANTE QUE VOCÊ LEU.

Use seu caderno para as anotações.

1. Ao olhar a página, sua leitura é linear ou seus olhos acompanham aquilo que mais lhe interessa? Qual o primeiro foco de interesse (foto, manchete, resumos e outros)?
2. Como está organizado o cabeçalho do jornal (nome do jornal, local, data, número da publicação, nome do editor, preço e outros)?
3. Quantas e quais são as manchetes? Como estão organizadas graficamente? Todas utilizam o mesmo tipo de letra? Como são distribuídas?
4. Quantos e quais assuntos são tratados na primeira página (economia, esporte, arte, política, transporte, saúde e outros)?
5. A partir do levantamento dos assuntos e manchetes, você poderia dizer quais os principais temas de interesse no momento?
6. Alguma informação lhe despertou mais interesse? Qual? Por quê?
7. Há fotos ou desenhos? Elas se referem a que assuntos? São interessantes? Complementam as informações? A ausência da foto prejudica a informação?
8. Há índices remissivos de leitura? Quais?
9. Há alguma propaganda de algum produto? Qual?
10. Há alguma informação que levaria você a comprar o jornal? Qual?

Compare suas conclusões com as de seus colegas de classe.

JORNAL

1. Ração diária de um escravo (Sêneca Ep. 80, 8). 2. Jornal (Juvenal 6, 482). (Ernesto Faria (Org.), *Dicionário Escolar Latino-Português*. 3. ed. Rio de Janeiro: MEC, 1962.)

Jornal – substantivo masculino. Pagamento de um dia de trabalho, século XIII; publicação periódica que noticia assuntos políticos, científicos, literários e os mais diversos fatos, 1873. Adaptação do francês *journal*; do latim *diurnalis*. (Antônio Geraldo da Cunha, *Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.)

Jornaleese – Termo usado pelos anglo-saxônicos para significar modo apressado de escrever e falar sobre as coisas.

LIMA, ALCEU AMOROSO. *O JORNALISMO COMO GÊNERO LITERÁRIO*. SÃO PAULO: COM-ARTE/EDUSP, 1990.

A primeira página do jornal

A primeira página do jornal é a última a ser definitivamente montada, porque fica à espera dos assuntos mais “quentes” do dia. Esse caráter de atualidade do jornal exige eficiência total de todos os que trabalham no jornalismo.

Por exemplo, o jornal está fechando sua edição e recebe a notícia da morte de uma personalidade. A notícia será de grande interesse. Caso o jornal não a publique, perderá parte dos leitores.

Rapidamente há uma rearticulação da primeira página e de outras pela equipe de jornalistas. Quem trabalha em jornal não tem manhã nem noite, tem o compromisso com o leitor.

A primeira página é a que fica registrada nos acervos, a que leva o convite da compra nas bancas e, principalmente, aquela que seduz o leitor a entrar no jornal.

As manchetes são o “chantilly” da primeira página. Devem provocar no leitor vontade de comprar o jornal e ler as notícias. Por isso, recursos gráficos e de linguagem especiais fazem com que as manchetes apresentem a essência da informação de forma provocativa. A construção das manchetes segue algumas regras criadas pelos jorna-

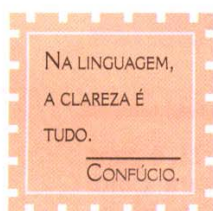
listas. Por exemplo, evita-se o uso de determinados sinais de pontuação (dois-pontos, ponto final, pontos de exclamação e interrogação, travessão, parênteses, reticências); a escolha dos verbos é essencial e deve ser criteriosa (de preferência, deve-se utilizá-los no presente e na voz ativa); os artigos devem ser evitados; as maiúsculas devem ser usadas somente no início da manchete e nos nomes próprios.

Os “fazedores” de manchetes são mestres no manejo da língua e dão dicas interessantes de como usar as palavras para construir textos.

O jornalista é antes de tudo um bom produtor de textos. O leitor é a razão da escrita. Os critérios utilizados pelo jornal têm influenciado os modos de escrever, com o objetivo de facilitar a leitura para um número cada vez maior de pessoas.



Reprodução/AE



DICAS RÁPIDAS

Vejamos algumas “dicas” retiradas do *Manual de redação e estilo O Estado de S. Paulo* (organizado e editado por Eduardo Martins. São Paulo: Maltese, 1992).

“O título deve, em poucas palavras, anunciar a informação principal do texto ou descrever com precisão um fato:

Constituinte aprova o presidencialismo / Assaltantes roubam 500 milhões e prendem 12 reféns.

Não repita palavras na mesma página (à exceção de artigos, preposições e contrações curtas) (...).

Instruções específicas.

Adjetivação. O adjetivo, por mais forte que seja, não substitui a informação específica: *Comissão propõe profundas mudanças no IR / Realizado o maior assalto a banco do ano.* Profundas e maior, no caso, não dão as informações essenciais: quais e o valor.”



PRODUZA MANCHETES!

Leia alguns textos e extraia as informações principais. Se desejar, utilize o jornal que você guardou.

Depois vem o melhor, a criatividade, a escolha das palavras certas, a confecção das manchetes.

Compare com as manchetes produzidas por seus colegas. Se preferir, utilize os lides que se seguem para produzir as manchetes.

O boliviano Gonzalo Riveros Tejada encontrou uma saída barata para o bug do milênio, problema em cuja solução se calculava que o mundo gastaria US\$ 400 bilhões.

A analista financeira Valéria Machado, de 24 anos, encerra a entrevista para mandar um e-mail ao namorado, Vincenzo Rago, de 25 anos, que mora na Itália. Os tempos são outros. Uma tia dela, que se casou com um italiano, namorou por carta durante quatro anos.

LIDE:

ABERTURA DE MATÉRIA JORNALÍSTICA

Como você pode ter notado, lide significa a entrada das notícias e/ou assuntos. Sua finalidade é incentivar a leitura. É uma abertura sucinta, um resumo inicial do que será desenvolvido no corpo do texto.

Assim, ele deve ser curto e trazer informações essenciais sobre a notícia ou o assunto. A palavra lide provém do inglês *lead*, que significa “comandar”, “liderar”, “conduzir”.

No caso da notícia, responderá às perguntas padrões (quem, o quê, quando, onde, como e por quê), não necessariamente nessa ordem, dependendo da importância do fato ou assunto.

Exemplo:

“Na madrugada de ontem, o pugilista Oscar De La Hoya venceu o mexicano Julio César Chávez, em Las Vegas.”

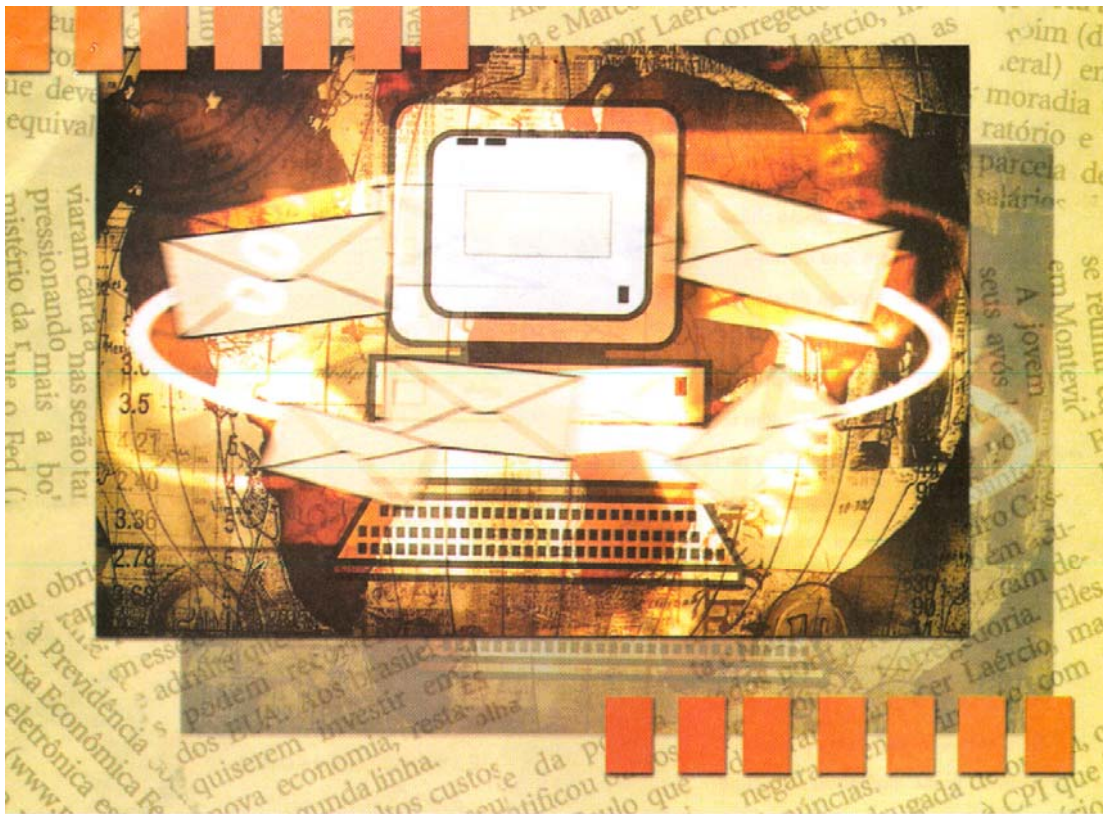
O ESTADO DE S. PAULO. 20/9/1998, ESPORTES.

Como na manchete, a objetividade e a informação são as características do lide: o importante é despertar no leitor a vontade de entrar no texto principal.

NÃO BASTA SABER O QUE SE VAI DIZER; É
PRECISO TAMBÉM SABER COMO SE VAI DIZER.

ARISTÓTELES.

LONDRES – No dia 11, o papa João Paulo II canonizará Edith Stein, a primeira mulher nascida judia elevada a santa da Igreja Católica desde a Virgem Maria. Stein converteu-se ao catolicismo em 1922 e tornou-se freira carmelita em 1933.



Nathália Sá Cavalcante

O TEXTO NOTICIOSO ROMPEU A RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA QUE TINHA COM O PAPEL. NÃO BASTASSEM O RÁDIO E A TELEVISÃO, A NOTÍCIA MOVE-SE POR NUVENS DE ELÉTRONS, NA INTERNET.

SOUZA, JOSIAS DE. A MÍDIA É NOTÍCIA. *FOLHA DE S.PAULO*. 9/3/1997, MAIS.

A notícia

A notícia é um relato, uma narrativa que apresenta a seqüência de fatos acontecidos, a seleção e a ordenação dos eventos.

Deve ser exata, verídica e representar os interesses dos leitores daquele jornal.

É bom assinalar que cada jornal tem seu público-alvo. Um jornal que se dirige a economistas e empresários destacará os interesses e gostos mais próximos dessas pessoas.

A notícia é a matéria-prima do jornal, interessa à maior parte das pessoas e caracteriza-se por responder ao interesse público.

Quanto à procedência, as notícias podem ser locais, estaduais, nacionais e/ou internacionais.

Há notícias que fazem parte da pauta dos jornalistas, são “previstas”, estão na boca do povo; outras são “furos”, fatos inesperados ou descobertos pelo jornalista.

No entanto, qualquer notícia, para ser divulgada, exige pesquisa, apuração dos fatos, detalhes precisos, seleção de pontos de vista.

As agências de notícias são organizações que processam e distribuem as notícias. Assim, o jornal não conta apenas com sua equipe específica, mas também com agências internacionais e nacionais, que enviam mensagens e fotos via satélite ou por computador. Os jornais selecionam as informações.

Os jornalistas contam também com dados armazenados de forma estruturada em bancos de dados, que podem ser acessados via computador em suas mesas de trabalho.



DE FRENTE PRO CRIME

Tá lá o corpo estendido no chão
Em vez de rosto uma foto de um gol
Em vez de reza uma praga de alguém
E um silêncio servindo de amém
O bar mais perto depressa lotou
Malandro junto com trabalhador
Um homem subiu na mesa do bar
E fez discurso pra vereador
Veio camelô vender anel, cordão, perfume barato
Baiana pra fazer pastel e um bom churrasco de gato
Quatro horas da manhã baixou o santo
na porta-bandeira

E a moçada resolveu parar e então...
Sem pressa foi cada um pro seu lado
Pensando numa mulher ou num time
Olhei o corpo no chão e fechei
Minha janela de frente pro crime.

BOSCO, JOÃO E BLANC, ALDIR. IN:
NOVA HISTÓRIA DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA.
SÃO PAULO: ABRIL CULTURAL, 1976.




SAMBA DA GILETE

Todo caso vem do acaso e se repete
E a verdade sempre tem os
dois lados de gilete!!!
O jornal saiu em todo o Brasil
Com aquela dura manchete.
Era o destino, era a sina
É a voz do sino quem nos ensina
Que Deus perdoa gente má e
gente boa
É por isso que eu consigo apesar de tudo
Não ficar mudo e topa falar contigo
Sobre o fato horroroso de ver o seu retrato
Ao lado de um medonho rato saído do crime
ou do inferno
Rato metido num terno, e você ao lado
Fotografado, engravatado,
num triste papel de subvedete
Envolvido no assassinato da Suzete.

MAUTNER, JORGE E JACOBINA,
NÉLSON. ESTILHAÇOS DE PAIXÃO - PROJETO
PINDORAMA 2000. FUNARTE/SP 1997.

Davidson França



Os versos da página ao lado contam fatos do cotidiano de forma poética. Agora, imagine que você é o repórter e acaba de chegar ao local dos acontecimentos. Escolha um dos poemas. Procure narrar a cena como um fato verídico. Como seria a manchete? E o lide? A notícia? A ilustração?

LEIA A NOTÍCIA QUE VOCÊ ESCREVEU PARA OS COLEGAS. SE POSSÍVEL, COLOQUE NO MURAL DA CLASSE. DE QUALQUER FORMA, GUARDE-A PARA FUTURA PUBLICAÇÃO. NÃO SE ESQUEÇA DA MANCHETE E DO LIDE. SÓ PARA CONTAGIAR...

VAMOS PRODUZIR NOTÍCIAS PARA UM JORNAL DA ESCOLA?

• **Anote:** o público-alvo são os alunos. O que poderia se transformar em notícia para eles? Não se esqueça de coletar dados objetivos sobre os fatos que irá expor. Uma notícia que erra na indicação do nome da pessoa, do local dos acontecimentos, da data do ocorrido demonstra os equívocos do jornalista, perde a veracidade. E o jornalista perde a credibilidade.

• **Você tem uma informação inédita?** Melhor ainda! Procure organizá-la na forma básica da notícia: o quê? quem? onde? quando? como? por quê? Depois, recheie com detalhes. Pesquise. A sua posição perante os fatos deve ser de observador, a linguagem deve ser clara e objetiva.

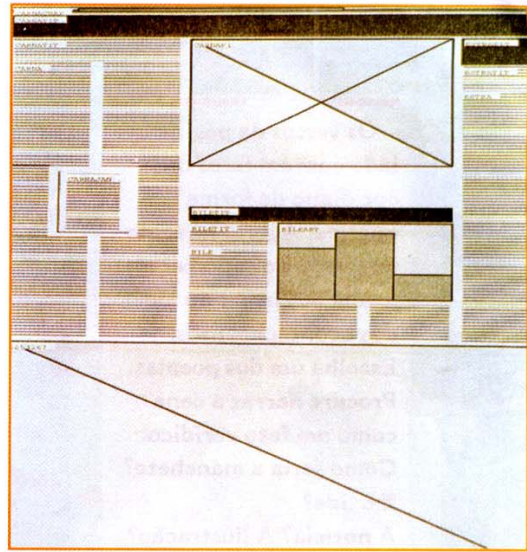
A organização gráfica

É uma técnica de disposição de textos e imagens, que envolve ainda a escolha dos tipos corretos de letra. É conhecida como diagramação.

O jornal procura utilizar várias linguagens, além da verbal, para facilitar a compreensão das matérias. Nesse sentido, o aspecto gráfico assume importância fundamental. Na era do computador, os tipos manuais foram substituídos pelos eletrônicos, mas é ainda o homem que define as marcas visuais. A equipe de edição organiza a apresentação gráfica, a partir da seleção daquilo que será publicado.

“Charges, mapas, gráficos, desenhos, tabelas e quadros são recursos de que os editores lançam mão regularmente como forma de tornar as páginas mais atraentes. Eis alguns exemplos:

1. Pesquisas de opinião, levantamentos, evolução de indicadores e demais textos baseados em números devem, obrigatoriamente, ser acompanhados de gráficos, tabelas e quadros que permitam ao leitor compreender com maior facilidade a situação apresentada.



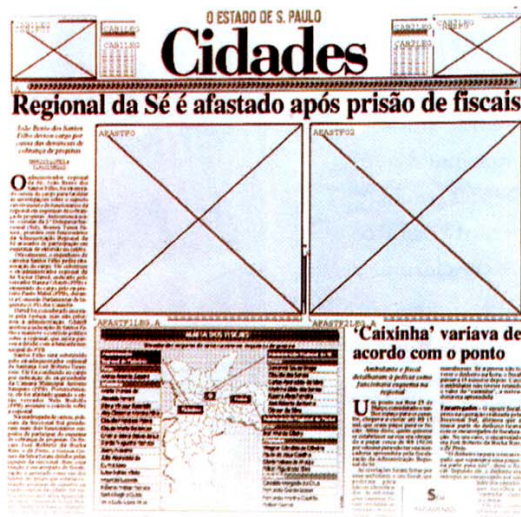
Reproduções/AE

2. Toda notícia curiosa exige, para complementá-la, uma ilustração ou charge que desperte a atenção do leitor para um fato que poderia passar despercebido no noticiário.

3. Reportagens extensas sobre seqüestros, assaltos, crimes hediondos e outros fatos semelhantes justificam a publicação de três ou mais ilustrações, em seqüência (cineminha), que mostrem os principais lances do acontecimento. Essas ilustrações independem das fotos apresentadas sobre o assunto.

4. É aconselhável representar, por meio de mapas, a localização de cidades ou regiões menos conhecidas (em notícias sobre combates, quedas de aviões, acidentes de qualquer tipo, desaparecimento de expedições e outras), mudanças de trânsito, áreas contestadas ou conflagradas, locais onde faltará luz ou água etc.

5. Se for falar com especialistas, o repórter deve pensar na possibilidade de valorizar seu texto com gráficos, desenhos etc. É bom sempre conseguir croquis, esquemas e outros tipos de ilustrações com os entrevistados.”



ADAPTADO DE *MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO*.
O ESTADO DE S. PAULO, OP. CIT.



Observe os seguintes quadros, gráficos e tabelas e procure transformá-los em matéria jornalística.

RECEITA

(faturamento em publicidade)

(em US\$)	(1997)	(1998, janeiro a julho)
Revistas	591 milhões	308 milhões
Rádio	264 milhões	153 milhões
Outdoor	213 milhões	96 milhões
TV	3,99 bilhões	2,27 bilhões
Jornais	1,55 bilhão	817 milhões

* Fonte: Associação Nacional dos Editores de Revistas (Anar)

CIRCULAÇÃO DAS REVISTAS SEMANAIS DE INFORMAÇÃO

(em exemplares)

(1997, maio, junho e julho)	(1998, maio, junho e julho)		
Veja	11.565.050 (79%)	Veja	11.359.767 (66%)
Isto É	3.095.794 (21%)	Isto É	3.100.080 (18%)
Total	14.660.844	Época	2.880.410 (16%)
		Total	17.340.257

* Fonte: Instituto de Verificação de Circulação (IVC)

O Estado de S. Paulo, 29/9/1998, A12.

COMO OS NAMORADOS SE ENCONTRAM

De acordo com uma pesquisa que vem sendo realizada em cinco cidades brasileiras, existem cinco formas básicas de encontrar um companheiro(a)

- 37%** transformaram um(a) amigo(a), vizinho(a) ou colega em namorado(a)
- 32%** dos casais foram apresentados por um conhecido em comum
- 20%** dos namoros começam entre desconhecidos que se "procuram"
- 8%** dos relacionamentos começam com encontros casuais, num ônibus ou numa fila, por exemplo
- 1%** dos casais encontram-se por meio de agências, anúncios em jornais ou pela Internet

Fonte: Professor Alton Araújo de Brito

O Estado de S. Paulo, 27/9/1998, C5.

NÍVEL EDUCACIONAL DOS BRASILEIROS

Pessoas com 10 anos ou mais, por anos de estudo (1992 - 1996)

Ano/Sexo	Total	Mínimo 4 anos	Mínimo 8 anos	Mínimo 11 anos
		(4ª Série) %	(1º Grau) %	(2º Grau) %
1992				
Total	113.722.084	59,5	25,6	14,4
Mulheres	58.422.000	60,2	26,4	15,0
Homens	55.300.084	58,7	24,9	13,7
1994				
Total	120.936.407	62,7	27,9	15,7
Mulheres	62.234.202	63,9	29,0	16,6
Homens	58.702.205	61,5	26,7	14,6
1996				
Total	123.623.557	64,5	30,0	16,5
Mulheres	63.758.345	65,7	31,2	17,5
Homens	59.865.212	63,2	28,7	15,4

Fonte: IBGE/PADUA/MEC/INEP

O Estado de S. Paulo, 27/9/1998, A13.

O cerco aos usuários

MOTIVO DA CONDENAÇÃO

	1995	1996	1997	%
Roubo	1.464	4.162	4.759	74
Tráfico de entorpecentes	2.241	2.780	3.172	45
Furto	1.404	1.687	1.850	8,6
Homicídio	749	300	925	2,7
Extorsão mediante seqüestro	421	505	528	4,6
Uso de entorpecentes	8	7	372	5,7
Lesão Corporal	140	168	232	38

* Percentual de aumento entre 1996 e 1997

POPULAÇÃO CARCERÁRIA

Ano	População
1997	13.220
1996	11.447
1995	9.336

OCORRÊNCIAS REGISTRADAS PELA POLÍCIA CIVIL

Ano	Ocorrências
1996	288.120
1997	363.041

26% de aumento

OCORRÊNCIAS REGISTRADAS PELA POLÍCIA MILITAR

Ano	Ocorrências
1996	330.734
1997	414.202

25% de aumento

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (por posse ou uso de drogas)

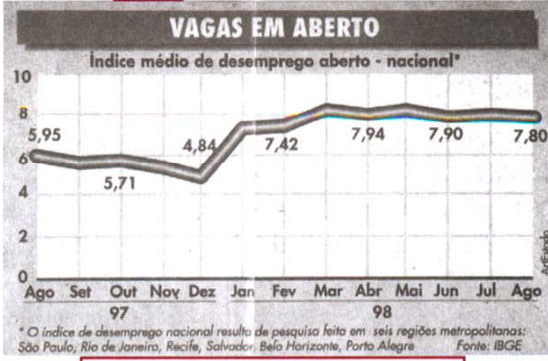
Ano	Ocorrências
1991	819
1992	890
1993	788
1994	777
1995	1.836
1996	3.890
1997	6.130

63% de aumento

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE OCORRÊNCIAS (por posse ou uso de drogas)

Ano	Ocorrências
1996	2.081
1997	3.389

Jornal do Brasil, 27/9/1998, Caderno Cidade.



O Estado de S. Paulo, 1/10/1998, B7.

Dia/Mês	Comercial		Paralelo		Dia/Mês	Comercial		Paralelo		Paralelo - Anual		Paralelo - Mensal	
	Compra	Venda	Compra	Venda		Compra	Venda	Ano	Valor	Mês	Valor/R\$		
22/12	1.2084	1.2072	1.260	1.270	7/1	1.2092	1.2100	1.250	1.270	1989	NC\$ 5,86	Mar/98	1.179
23/12	1.2071	1.2079	1.260	1.275	8/1	1.2093	1.2101	1.250	1.270	1990	Cr\$ 88,92	Abr	1.180
24/12	1.2075	1.2078	1.260	1.275	11/1	1.2102	1.2110	1.255	1.275	1991	454,58	Mai	1.191
28/12	1.2076	1.2084	1.280	1.280	12/1	1.2104	1.2112	1.285	1.275	1992	4.965,13	Jun	1.221
29/12	1.2076	1.2084	1.275	1.290	13/1	1.2100	1.2200	1.315	1.385	1993	91,83	Jul	1.233
30/12	1.2074	1.2082	1.270	1.290	14/1	1.2182	1.2190	1.330	1.380	1994	R\$ 0,6453	Ago	1.224
31/12	1.2082	1.2090	1.270	1.290	16/1	1.4651	1.4659	-	-	1995	0,9180	Set	1.295
4/1	1.2070	1.2078	1.280	1.280	18/1	1.5700	1.5900	1.507	1.600	1996	1,0307	Out	1.296
5/1	1.2077	1.2085	1.255	1.270	19/1	1.5400	1.5600	1.550	1.650	1997	1,1335	Nov	1.248
6/1	1.2087	1.2095	1.255	1.270	20/1	1.5700	1.5900	1.647	1.643	1998	1,2285	Dez	1.264

Fotos: Vicente Costa

O Estado de S. Paulo, 29/9/1998, A12.

Os gêneros jornalísticos

Segundo a classificação tradicional, os gêneros jornalísticos são:

- ➔ **informativo:** textos em que a informação deve ser objetiva e imparcial;
- ➔ **interpretativo/crítico:** a informação é interpretada com base em comparações e análise;
- ➔ **opinativo:** texto que explicita o ponto de vista do jornalista;
- ➔ **de entretenimento:** textos destinados à diversão.

A divisão nem sempre atende à classificação de todos os textos presentes no jornal. É o caso, por exemplo, dos textos de serviço (mapas meteorológicos etc.) e os textos especializados.

Os editores organizam a pauta do que será publicado em agendas, que atendem aos interesses pessoais, comunitários e sociais dos leitores do jornal.

As agendas são definidas pelo jornal, e cabe aos jornalistas cumpri-las – a não ser que haja um “furo”, uma notícia imprevista.

Como vocês podem ter notado, são muitos os tipos de textos que aparecem no jornal, e cada um tem sua forma própria de construção.

A seguir listamos resumidamente alguns tipos de textos, lembrando que cada jornal tem suas formas próprias de organização e está sempre procurando inová-las:

CRÍTICA

Opinião fundamentada sobre determinado assunto ou manifestação cultural, elaborada a partir de um padrão acadêmico, normalmente escrita por pessoas que entendem profundamente do assunto.

CRÔNICA

Texto livre sobre os assuntos do cotidiano. O acontecimento é a matéria do cronista, mas, diferentemente da notícia, a crônica pode criar e comentar o fato, aproximando-se do texto literário.

LIDE

Resumo inicial a ser desenvolvido no corpo do texto.

MANCHETE

Título principal, publicação de destaque.

CONFRONTADA COM TANTOS MEIOS DE PROPAGAÇÃO, A IMPRENSA VIROU, ELA PRÓPRIA, NOTÍCIA. OS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO VIVEM NUMA QUADRA NEBULOSA, SACUDIDOS POR UMA ATMOSFERA QUE MISTURA CONTESTAÇÃO E HIPERCONCORRÊNCIA.

SOUZA, JOSIAS DE.
A MÍDIA É NOTÍCIA. FOLHA DE S.PAULO, 9/3/1997, MAIS.

DECLARAÇÃO TEXTUAL

Reprodução idêntica ao que foi dito, confere credibilidade à notícia. Às vezes vem acompanhada da palavra sic (que significa “assim mesmo”) entre parênteses, ou seja, se há algo estranho ou errado, faz parte da declaração.

EDITORIAL

Texto opinativo, expressa o ponto de vista e tendências do jornal.

TEXTO-LEGENDA

Resumo da notícia ou fato, sem divisão de parágrafos. Pode ser uma chamada de primeira página.

CHARGE

Do francês charge, desenho humorístico de cunho político.

NOTÍCIA

Relato de fatos atuais de interesse público.

CARTUM

Anedota gráfica, critica costumes e hábitos. Pode ser charge.

CARTAS

Textos escritos por leitores e respostas do jornal.

PROPAGANDA

Texto explicitamente persuasivo na forma e no conteúdo.

MATÉRIA

Nome genérico de tudo aquilo que é publicado no jornal.

CHAMADA

Texto curto na primeira página que resume o assunto e remete para a leitura nas páginas internas do jornal.

ENTREVISTA

Recurso para confirmação dos fatos, pode resultar em notícia ou fazer parte de uma reportagem; aparece, às vezes, na forma de pergunta e resposta.

REPORTAGEM

É mais do que uma notícia; não só verifica os fatos, mas vai à procura das origens, das causas e dos efeitos. Muitas vezes, ocupa páginas inteiras do jornal. Inclui fotos, ilustrações, textos diversos que integram um mesmo assunto.

ARTIGO

Texto interpretativo e opinativo, geralmente assinado, que desenvolve um tema ou comenta um assunto.

LEGENDA

Texto breve que acompanha uma ilustração ou foto.

ANÚNCIO

Texto com finalidade comercial, institucional ou política. Pode ser a venda de um produto, serviço ou de uma idéia. Ou a indicação de um filme ou evento cultural. A intenção é persuadir o leitor. Às vezes, assume a forma explícita de propaganda; outras, não.

ESSE GLOSSÁRIO O AJUDARÁ A IDENTIFICAR OS MAIS VARIADOS TEXTOS NOS JORNAIS. SE DESEJAR, VOCÊ PODERÁ RECORTAR TEXTOS DIVERSOS DAQUELE JORNAL QUE GUARDOU E COLOCAR EM UMA PASTA OS MAIS INTERESSANTES. VOCÊ ESTARÁ FAZENDO UM BANCO DE DADOS, PARA QUANDO PRECISAR REALIZAR UMA PESQUISA NA ESCOLA OU NO TRABALHO.

Os cadernos

Normalmente os jornais diários separam os assuntos em cadernos. O caderno de esportes noticia o que acontece nas modalidades esportivas. O caderno de entretenimento apresenta eventos culturais, literatura, lançamentos de CDs e livros, programação de TV e cinema, horóscopo, cartum. O caderno referente a matérias das cidades traz as notícias locais, e assim por diante.

Há cadernos semanais, como os de informática, agricultura e turismo. O jornal procura atender a todos os interesses. Algumas pessoas, ao iniciar a leitura do jornal, vão direto ao caderno de seu interesse.



- VOCÊ FAZ O MESMO?
- QUAL SEU ASSUNTO PREFERIDO?
- COMO LÊ O JORNAL?
- SEU JORNAL TEM CADERNOS DIFERENTES?
- COMO ESTÁ ORGANIZADO?

A linguagem escrita do jornal

No jornalismo, saber escrever bem é uma condição prioritária. As normas da escrita, como colocação pronominal, regência verbal e nominal, tempos verbais, ortografia das palavras, pontuação, uso de maiúsculas, acentuação, devem ser criteriosamente obedecidas.

Além disso, no texto jornalístico, coerência e clareza são quesitos indispensáveis.

A escolha dos vocábulos é uma tarefa árdua. Por exemplo, os regionalismos, as redundâncias (ganhar grátis), os pleonasmos (subiu para cima), as gírias (legal), a linguagem coloquial (né), entre outras coisas, devem ser evitados.

O dicionário e uma boa gramática devem acompanhar o jornalista. Há também manuais interessantes, redigidos para a consulta dos jornalistas, que ajudam a solucionar dúvidas, como o da *Folha de S. Paulo*, de *O Estado de S. Paulo*, do *Jornal do Brasil*, de *O Globo*, e o da Editora Abril.

Os corretores ortográficos dos computadores ajudam, mas nem sempre resolvem. Há equipes de revisão e copidesque em alguns jornais.

Os jornais, por terem edições diárias, nem sempre podem despende muito tempo com correções. O jornalista deve assumir seus erros, e muitas vezes estes lhe custam o emprego. Errar nem sempre é humano, no jornalismo.

O GRANDE JORNALISTA É AQUELE QUE ESCRIVE DEPRESSA EM FACE DO ACONTECIMENTO DO DIA, COM PRECISÃO E NO MENOR NÚMERO DE PALAVRAS, LEVANDO UMA INFORMAÇÃO EXATA AO LEITOR E FORMANDO HONESTAMENTE A OPINIÃO PÚBLICA.

ALCEU AMOROSO LIMA.

COPIDESQUE

PROFISSIONAL QUE REESCREVE O TEXTO DO JORNALISTA, ADAPTANDO EXPRESSÕES, SUBSTITUINDO TERMOS, COMPLETANDO INFORMAÇÕES.

O jornalista

Tudo o que dissemos até agora tem, por trás, pessoas, jornalistas: "O jornalista é, por natureza, o homem de seu tempo" (Alceu Amoroso Lima).

Jornalista é o profissional que trabalha em empresa jornalística ou exerce funções jornalísticas em organizações públicas e privadas, assessorias de imprensa e agências de publicidade.



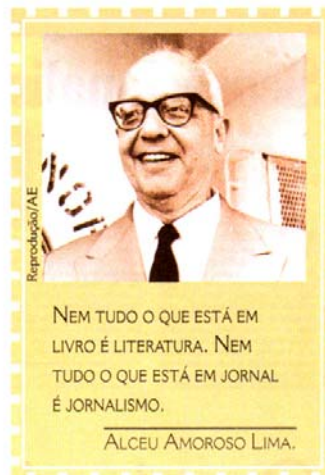
Graham Harrison/Keystone

A maioria das faculdades forma jornalistas em quatro anos. Se você pretende seguir a carreira, procure mais informações sobre o assunto. E saiba que a carreira de jornalista está em expansão – os meios de comunicação precisam de gente como você.

A profissão está regulamentada pelo Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que diz em seu art. 6º:

"As funções desempenhadas pelos jornalistas profissionais como empregados serão assim classificadas:

- a) **redator**: aquele que, além das incumbências de redação comum, tem o encargo de dirigir editoriais, crônicas ou comentários;
- b) **noticiarista**: aquele que tem o encargo de redigir matéria de caráter informativo, desprovida de apreciação ou comentários;
- c) **repórter**: aquele que cumpre a determinação de colher notícia ou informação, preparando-as para divulgação;
- d) **repórter de setor**: aquele que tem o encargo de colher notícias ou informações sobre assuntos predeterminados, preparando-os para divulgação;
- e) **radiorepórter**: aquele a quem cabe a difusão oral do acontecimento ou entrevista pelo rádio e pela televisão, no instante ou no local em que ocorram, assim como o comentário ou a crônica pelos mesmos veículos;
- f) **arquivista-pesquisador**: aquele que tem a incumbência de organizar e conservar, cultural e tecnicamente, o arquivo redatorial, procedendo à pesquisa dos respectivos dados para a elaboração de notícias;
- g) **revisor**: aquele que tem o encargo de rever as provas tipográficas de matéria jornalística;
- h) **ilustrador**: aquele que tem a seu cargo criar ou executar desenhos artísticos ou técnicos de caráter jornalístico;
- i) **repórter fotográfico**: aquele a quem cabe registrar, fotograficamente, quaisquer fatos ou assuntos de interesse jornalístico;
- j) **repórter cinematográfico**: aquele a quem cabe registrar, cinematograficamente, quaisquer fatos ou assuntos de interesse jornalístico;
- l) **diagramador**: aquele a quem compete planejar e executar a distribuição gráfica de matérias, fotografias ou ilustrações de caráter jornalístico, para fins de publicação."



NEM TUDO O QUE ESTÁ EM LIVRO É LITERATURA. NEM TUDO O QUE ESTÁ EM JORNAL É JORNALISMO.

ALCEU AMOROSO LIMA.

O JORNALISTA LEVA O FATO AO CONHECIMENTO PÚBLICO. INFORMA. COMUNICA AOS OUTROS. TUDO MAIS ESTÁ LIGADO A ESSA FINALIDADE PRIMÁRIA. O JORNALISTA QUE SE AFASTA DESSA FINALIDADE OU PECA POR EXCESSO OU POR DEFICIÊNCIA. OU FICA MAIS NA SUA FUNÇÃO DE NOTICIARISTA OU BOATEIRO. OU ENTÃO SE AFASTA DO FATO POR CONSIDERAÇÕES DE ORDEM POLÍTICA, OU FILOSÓFICA, OU PESSOAIS, E SE TRANSFORMA EM SOCIOLOGO OU ENSAÍSTA.

RUI BARBOSA.

SE PUDE, CONVERSE COM UM JORNALISTA SOBRE A PROFISSÃO OU VISITE UM JORNAL DE SUA CIDADE – A MAIORIA TEM ATENDIMENTO AO PÚBLICO E ÀS ESCOLAS. TALVEZ VOCÊ CONSIGA FAZER UM CONVITE A UM JORNALISTA PARA UMA PALESTRA EM SUA ESCOLA. PROGRAME A PALESTRA, RESERVE O LOCAL, FAÇA CARTAZES ANUNCIANDO O EVENTO, REDIJA PERGUNTAS. SERÁ INTERESSANTE, NÃO ACHA?

É DA HORA! É DO DIA! • 711

Sensacionalismo é armadilha, alerta analista

Para Helen Hume, diretora do Projeto Democracia, na TV pública americana, os grandes meios de comunicação acabariam perdendo credibilidade, identidade e leitores interessados em informação séria

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — A jornalista Helen Hume foi uma das primeiras marçantes nos debates sobre a morte da princesa Diana e a imprensa, na semana passada, nos Estados Unidos. A revista *Rolling Stone* e o *New York Times* da imprensa da rede de televisão pública americana, ela deixou a redação na década passada e tornou-se uma entusiasta das transformações que as novas tecnologias, os desafios do cinema e outros às entidades estão provocando no

journalismo americano. Dois anos atrás, ela produziu um importante estudo sobre o tema, disponível na internet (<http://www.comcast.net/2000/humehdmi>). Nesse trabalho lançou um alerta sobre a armadilha na qual, por que a imprensa tradicional está entrando ao tentar ser controlado para aumentar sua circulação, invadindo a esfera da imprensa sensacionalista. Para Hume, a rede que impugna que o comportamento dos fotógrafos que talvez tenham contribuído para o acidente que matou a princesa e sistema de uma rede de mídia, perdendo suas relações de público com a imprensa. Mas, re-



Tablóides britânicos, jornais tradicionalmente famosos, mostram reações da imprensa que ela encontrou ontem no Estado na sexta-feira. Estado — O envolvimento dos paparazzi no episódio da morte da

um problema maior no relacionamento do público com os órgãos de imprensa? Helen Hume — Acho que é um tema de alto teor. É interessante que no meio da semana vários portais locais e até subgrupos de organizações na defesa da liberdade de imprensa reagiram às críticas dizendo que a morte de Diana foi provocada por um motorista bêbado, em parte porque não tem nada a ver com a história e as críticas a um governo não se pode ficar. Acho esse argumento inaceitável e perturbador

sem diminuir a responsabilidade do motorista bêbado e mesmo considerando que a reação entre fotógrafos e curiosidade, trata-se de vezes um egoísmo que precisamos olhar o lado sério desse episódio, porque ele toca em questões muito mais sérias o que há de errado no jornalismo e em sua prática que não o público. É tudo muito claro, mas acho que, por mais horripilantes que sejam as fotos, elas não pagam mais que o público. É tudo muito claro, mas acho que, por mais horripilantes que sejam as fotos, elas não pagam mais que o público. É tudo muito claro, mas acho que, por mais horripilantes que sejam as fotos, elas não pagam mais que o público.



PÚBLICO
PRECISA
EXAMINAR SUA
CONSCIÊNCIA

Manchete de O Estado de S. Paulo, 7/9/1997.

O poder da imprensa e o sensacionalismo

A imprensa torna público o espaço privado das pessoas públicas. O sensacionalismo invade privacidades. A vida pessoal vira um show.

A imprensa sensacionalista tem grande interesse pela vida privada das pessoas públicas, muitas vezes deturpando a verdade dos fatos. Assim, por exemplo, o beijo entre dois artistas pode ser mostrado como uma traição conjugal.

A princesa Diana sofreu intensamente o assédio dos paparazzi. O enterro dela não foi menos sensacionalista.

A imprensa constrói e destrói imagens. Lança modas e coloca-as no esquecimento. Transforma ilustres desconhecidos em "pop stars" da noite para o dia. Destrói a carreira ou a credibilidade de alguém em poucas horas.

Reproduz com tanta fidelidade os desejos do ser humano, seus leitores, ouvintes, telespectadores, que os transforma em realidade.

Os editores se orientam pelo que vende, pelo gosto, pela necessidade de mercado, pelas encomendas dos poderosos. O jornalismo é uma faca de dois gumes.

HOUVE UMA COISA QUE FEZ TREMER AS ARISTOCRACIAS,
MAIS DO QUE OS MOVIMENTOS POPULARES: FOI O JORNAL.

MACHADO DE ASSIS.

O MAIOR PECADO DA IMPRENSA É O 'OFICIALISMO'. O PODER QUE EMANA DE BRASÍLIA PAUTA OS JORNAIS. E NÃO É O PODER DE DEPUTADOS OU DA CÂMARA. É A 'AGENDA' DO QUE O GOVERNO QUER PAUTAR. JÁ PARTICIPEI DE DEZENAS DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NAS QUAIS FORAM DISCUTIDOS ASSUNTOS SUPER-RELEVANTES, DE GRANDE INTERESSE PÚBLICO, COM JORNALISTAS PRESENTES, E NADA, NO DIA SEGUINTE, NOS JORNAIS. POR QUÊ?

SUPLICY, MARTA. FOLHA DE S.PAULO, 9/3/1997, MAIS.

A OPINIÃO — NÃO A DO EDITORIAL, DO JORNAL, MAS DO CONJUNTO — TORNOU-SE UMA COISA OSCILANTE QUE DESORIENTA O LEITOR. SEMPRE QUE LEIO ALGO NO JORNAL, VOU VER SE NOUTRO TEM A MESMA COISA, POIS NÃO ACREDITO MAIS EM UM SÓ.

CARDOSO, FERNANDO HENRIQUE. FOLHA DE S.PAULO, 9/3/1997. MAIS.

Sempre foi assim...

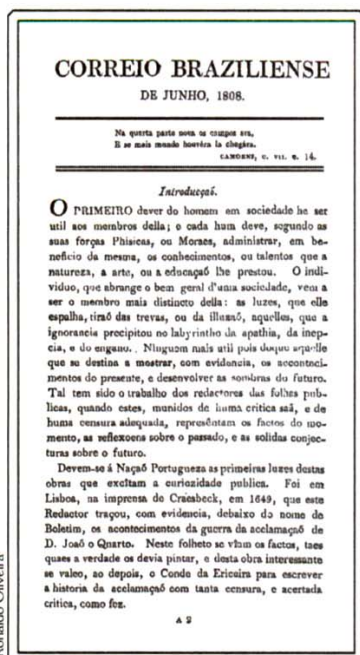
Um pouco da história do jornal

“O primeiro órgão regular a

divulgar notícias foi a gazeta romana *Acta Diurna* (Realizações Diárias), que começou a ser publicada diariamente em 59 a.C. Afixado por toda a cidade, o jornal foi iniciado pelo imperador Júlio César, e não era muito diferente dos tablóides diários de hoje em dia. Controlado pelo governo, ele trazia novidades sociais e políticas, detalhes de julgamentos criminais e execuções, anúncios de nascimentos, casamentos e mortes e até mesmo os destaques de eventos esportivos e teatrais no Coliseu.

No início do século XVII, os jornais ganharam a forma atual. O mais antigo deles, que se originou de um boletim comercial que circulava entre os mercadores de Antuérpia e Veneza, talvez tenha sido o holandês *Nieuwetijdinghen*, publicado em 1605. Os mercadores holandeses, que viajavam por todo mundo, serviam como ‘correspondentes internacionais’, coletando uma variedade de informações de terras distantes.

Lançado em junho de 1808, o primeiro jornal a circular no Brasil foi o *Correio Braziliense*, distribuído clandestinamente. Ele era escrito e impresso em Londres. Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, surge o primeiro jornal impresso no país: a *Gazeta do Rio*, em setembro do mesmo ano. O semanário de quatro páginas era feito na Imprensa Régia (oficina tipográfica oficial) e tratava de assuntos ligados à corte. As notícias vinham com dois meses de atraso.”



Hipólito José da Costa.

O Correio

O *Correio Braziliense* era também deno-

minado *Armazém Literário* e tinha na linha de frente Hipólito José da Costa. O jornalista desejava a independência política do país, e seu jornal tinha por finalidade lutar por esse objetivo, tanto que deixou de circular depois de 1822.

Foram 175 números publicados entre 1808 e 1822. Era um jornal mensal e relativamente aceito pela corte de dom João VI.

DUARTE, MARCELO. *O LIVRO DAS INVENÇÕES*. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 1997.



Oposição nos planos de Rogers
 O ministro Rogers anunciou ontem em seu gabinete as medidas que serão tomadas para a reforma da estrutura do Estado de São Paulo. A reforma prevê a extinção de 15 municípios e a criação de 10 novos. A medida é considerada uma tentativa de reorganização administrativa e de racionalização dos recursos. No entanto, a oposição tem criticado o plano, alegando que a extinção de municípios levará à perda de identidade local e à concentração de poder nas mãos de poucos.



A rosa, símbolo por parte deste tempo lazarista, mostra desabandado e amor

Libano solicitará a ajuda ocidental

Beirute, 10 de julho. - O presidente libanês, Elias Suleimã, anunciou ontem que o país solicitará ajuda ocidental para lidar com a situação política e econômica. Suleimã afirmou que o Libano enfrenta sérios problemas de estabilidade e que precisa de assistência internacional para superar a crise. Ele mencionou especificamente a necessidade de ajuda financeira e técnica para a reconstrução do país e a melhoria das condições de vida da população.

Paulo VI disposto a ir ao Egito

Roma, 10 de julho. - O papa Paulo VI afirmou ontem que está disposto a visitar o Egito, apesar das tensões existentes entre o Oriente Médio e o Ocidente. O papa expressou sua vontade de promover o diálogo e a paz entre os povos e de visitar os locais santos da Terra Santa. Ele mencionou que a viagem ao Egito seria uma oportunidade para fortalecer a unidade da Igreja Católica e para promover a fraternidade entre os cristãos de diferentes partes do mundo.

Os Lustadas
Canto Primeiro
 Letra de Carlos
 Música de Carlos

1. **Hoda e captação**
 O primeiro verso do poema trata da importância da comunicação e da troca de ideias. O autor defende que a linguagem deve ser clara e acessível para todos, e que a arte deve refletir a realidade social e política do momento.

2. **Captação e hoda**
 Este verso aborda a questão da censura e da liberdade de expressão. O autor critica a interferência do Estado na vida cultural e defende o direito de todos de se expressarem livremente.

3. **Hoda e captação**
 O terceiro verso discute o papel do escritor e do artista na sociedade. O autor afirma que a arte não deve ser apenas um entretenimento, mas também um instrumento de transformação social e de denúncia das injustiças.

Grevistas lutam com polícia em Rancagua

Rancagua, 10 de julho. - Grevistas de vários setores lutaram ontem com a polícia em Rancagua, Chile. Os trabalhadores reivindicam melhores condições de trabalho, salários mais altos e reconhecimento de seus sindicatos. A situação tornou-se tensa devido à repressão policial e ao uso de força excessiva. A luta continua, com os grevistas mantendo suas reivindicações e a polícia tentando controlar a situação.

Nixon renova gabinete com três nomeações

Washington, 10 de julho. - O presidente Richard Nixon anunciou ontem a renovação de seu gabinete, com três nomeações importantes. As novas nomeações incluem membros de diferentes setores políticos e profissionais, refletindo a estratégia de Nixon de trazer novos talentos para o governo. A mudança é vista como um sinal de estabilidade e de continuidade na administração.



A praga da censura

Na Idade Média as notícias eram veiculadas nos sermões religiosos, bem como pelos trovadores e boateiros.

Mas foi na Idade Moderna, com o interesse burguês pela ampliação do mercado, que se possibilitou a expansão das informações. Por exemplo, a seca de uma região ou a guerra motivavam a revisão de planejamento do comércio.

A Igreja e o Estado começaram a se preocupar com o noticiário burguês, e a censura apareceu para limitar as informações.

A censura da imprensa assustou em diferentes épocas, como nos anos do regime militar no Brasil, principalmente entre 1968 e 1975. Jornalistas foram presos, jornais fechados – receitas de bolo e poemas de Camões preenchiam os espaços das matérias censuradas. Muitos lutaram pela liberdade de imprensa.

A Constituição promulgada em 1988 garante a “livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença” (art. 5º, inciso IX).

Cabe a todos nós defender o direito à informação e à divulgação das idéias. Muitos procuram criar leis em nome da proteção pública.

Devemos, sim, esclarecer a opinião pública sobre os efeitos dos meios de comunicação e não os proibir. Essa é a nossa opinião. E a sua, qual é?

A LUTA PELO AUMENTO DA TIRAGEM

DANTES HAVIA PÚBLICO E AUTORES, HOMENS QUE LIAM E POUCOS QUE ESCRIVIAM; HOJE É O CONTRÁRIO: TODOS ESCRIVEM E NINGUÉM LÊ.

LATINO COELHO.

A MAIOR PARTE DAS INOVAÇÕES JORNALÍSTICAS VISA CONQUISTAR O LEITOR. ELAS VÃO DESDE A MUDANÇA DA LINGUAGEM VERBAL E VISUAL ATÉ A AMPLIAÇÃO DA ÁREA DE SERVIÇOS.

OS FOLHETINS, OU HISTÓRIAS SERIADAS, DO SÉCULO PASSADO ERAM AS NOVELAS DE AGORA.

CRIADOS PARA ATRAIR MAIS ANUNCIANTES E LEITORES, TINHAM, ENTRE SEUS AUTORES, ESCRITORES DE PESO, COMO MACHADO DE ASSIS, JOSÉ DE ALENCAR E ALUÍCIO AZEVEDO.

HOJE, ALÉM DE CADERNOS ESPECIAIS, OS JORNAIS OFERECEM REVISTAS, ENCICLOPÉDIAS, CDs, DICIONÁRIOS, ATLAS, VÍDEOS. COM A DISPUTA DE MERCADO, QUEM GANHA É O LEITOR.

DEBATA O ASSUNTO EM CLASSE. VOCÊ CONSIDERA QUE DEVE HAVER RESTRIÇÕES NA TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÕES NA TELEVISÃO, RÁDIO, JORNAL, REVISTAS E INTERNET? CONSIDERE OS PRÓS E OS CONTRAS DA INTERVENÇÃO. QUEM DEFINIRÁ AS NORMAS? O ESTADO? A IGREJA? O PÚBLICO?

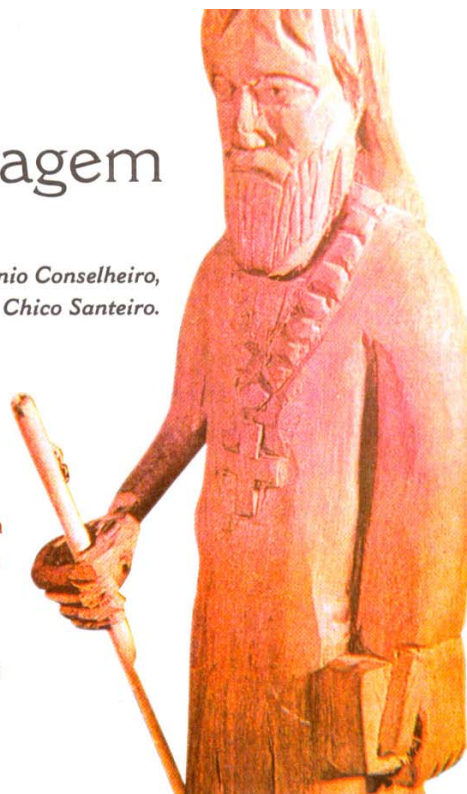
Romance ou reportagem

Casa Euclidiana de São José do Rio Pardo, SP



*Antônio Conselheiro,
escultura de Chico Santeiro.*

“Felizes os que não presenciaram nunca um cenário igual”, escrevia Euclides da Cunha em seu *Diário de uma expedição*, edição de suas reportagens.



Coleção Olympio de Souza Andrade

Um repórter do jornal *O Estado de S. Paulo* vai para Canudos acompanhar o desfecho de uma guerra liderada por Antônio Conselheiro. Faz anotações, choca-se diante da chacina. A reportagem é um grito de alerta sobre a difícil situação dos nordestinos. Seu nome? Euclides da Cunha. As anotações também se transformam em livro: *Os sertões*, que se divide em três partes: a Terra, o Homem e a Luta.

A Terra mostra um estudo geográfico e geofísico da região nordestina, a seca, as chuvas, o sertão, a fauna, a flora. Euclides é, aqui, geógrafo e biólogo.

O Homem destaca o mulato, o jagunço, o vaqueiro, o sertanejo; a liderança mística de Antônio Conselheiro; os valores, os costumes, as superstições, as crenças. Aqui Euclides é sociólogo.

A Luta mostra Euclides da Cunha historiador e militar. São descritas cenas das expedições de soldados que lutavam contra uma idéia e pela destruição total de Canudos.

Reportagem? Romance? *Os sertões* confunde as classificações tradicionais.

As reportagens depois de publicadas foram esquecidas. O livro permanece até hoje como marca histórica de seu tempo.

A viagem a Canudos aconteceu em 1897. *Os sertões* foi publicado em 1902.

Ver de perto o conflito levou o autor a mudar de opinião sobre o que ele ouvia falar e lia sobre a Guerra de Canudos.

Muitas são as críticas à posição de Euclides da Cunha, mas só podemos julgá-lo dentro do seu tempo e, principalmente, lendo o livro por ele escrito.

Para despertar em você aquela vontade de ler *Os sertões*, selecionamos a seguir algumas passagens do livro.

Reprodução/AE



Guerra de Canudos: os soldados do Conselheiro.

QUEM ERA ANTÔNIO CONSELHEIRO?

“(…) E surgia na Bahia o anacoreta sombrio, cabelos crescidos até os ombros, barba inculta e longa; face escaveirada, iluminada por olhar fulgurante; monstruoso, dentro do hábito azul de brim americano; abordado ao clássico bastão, em que se apóia o passo tardo dos peregrinos ...

É desconhecida a sua existência durante tão largo período. Um velho acaboclado, preso em Canudos nos últimos dias da campanha, disse-me algo a respeito, mas vagamente, sem precisar datas, sem pormenores característicos. Conheceram-o nos sertões de Pernambuco, um ou dois anos depois da partida do Crato. Das palavras desta testemunha, concluí que Antonio Maciel, ainda moço, já impressionava vivamente a imaginação dos sertanejos. Aparecia por aqueles lugares sem destino fixo, errante. Nada referia sobre o passado. Praticava em frases breves e raros monossílabos. Andava sem rumo certo, de um pouso para outro, indiferente à



O Estado de S. Paulo, 21/9/1997.

vida e aos perigos, alimentando-se mal e ocasionalmente, dormindo ao relento à beira dos caminhos, numa penitência demorada e rude ...

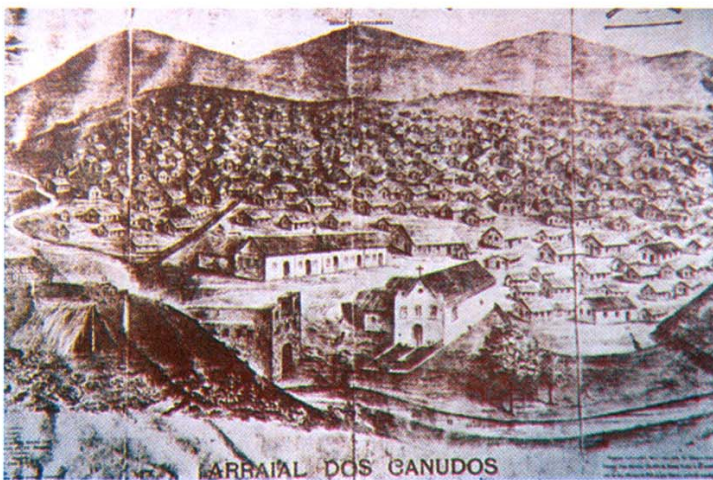
Tornou-se logo alguma coisa de fantástico ou mal-assombrado para aquelas gentes simples.”

COMO ERA CANUDOS?

“Canudos, velha fazenda de gado à beira do Vaza-Barris, era, em 1890, uma tapera de cerca de cinquenta capuabas de pau-a-pique.

Já em 1876, segundo testemunho de um sacerdote,

que ali fora, como tantos outros, e nomeadamente o vigário de Cumbe, em visita espiritual às gentes despeadas da terra, lá se aglomerava, agregada à fazenda então ainda florescente, população suspeita e ociosa, ‘armada até os dentes’ e ‘cuja ocupação, quase exclusiva, consistia em beber aguardente e pitar uns esquisitos cachimbos de barro em canudos de metro de extensão’, cujos tubos eram naturalmente fornecidos pelas solanáceas (canudos-de-pito), vicejantes em grande cópia à beira do rio...



Arraial de Canudos, vista da estrada do Rosário.

Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Data daquele ano a sua revivescência e crescimento rápido. O aldeamento efêmero dos matutos vadios, centralizado pela igreja velha, que já existia, ia transmudar-se, ampliado em pouco tempo, na Tróia de taipa dos jagunços.

Era o lugar sagrado, cingido pelas montanhas, onde não penetraria a ação do governo maldito.

A sua topografia interessante modelava-o ante a imaginação daquelas gentes simples como o primeiro degrau, amplíssimo e alto, para os céus...

Não surpreende que parará convergissem, partindode todos os pontos, turmas sucessivas de povoadores. Vinham das vilas povoados mais remotos (...).

O arraial crescia vertiginosamente, coalhando as colinas."

CUNHA, EUCLIDES DA. *Os sertões: campanha de Canudos*. 27. Ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.

OS TRECHOS REPRODUZIDOS SERVEM APENAS PARA ABRIR O APETITE PARA A LEITURA INTEGRAL DO LIVRO, TAREFA QUE REQUER FÔLEGO ESPECIAL E MUITO DEBATE. COM CERTEZA SERVIRÁ PARA QUE VOCÊ CONHEÇA UM POUCO MAIS DO BRASIL. O LIVRO É BÁSICO. VOCÊ PODERÁ LÊ-LO EM CASA OU SOB A ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR.

PARA VOCÊ PENSAR

OS TRECHOS LIDOS PODEM TER COMO REFERÊNCIA A ESTRUTURA E A LINGUAGEM DO TEXTO JORNALÍSTICO? CITE ALGUNS EXEMPLOS.

VAMOS REFAZER A REPORTAGEM SOBRE A GUERRA DE CANUDOS? VOCÊ É O REPÓRTER. OS DADOS DEVERÃO SER PESQUISADOS EM LIVROS, JORNAIS E REVISTAS. DE POSSE DOS DADOS, ORGANIZE A MATÉRIA. AQUI VÃO ALGUMAS DICAS:

- REGISTROS HISTORIOGRÁFICOS DA GUERRA DE CANUDOS;
- ETNOCENTRISMO E OS TIPOS SOCIAIS;
- A ORGANIZAÇÃO SOCIAL;
- OS DISCURSOS PRÓ E CONTRA CANUDOS;
- A GUERRA;
- MAPAS DA REGIÃO;
- A FUNDAÇÃO DE CANUDOS;
- ANTÔNIO CONSELHEIRO;
- ILUSTRAÇÕES E FOTOS;
- UMA PONTE PODE SER FEITA COM OS FATOS PRESENTES, COMO O MESSIANISMO E A OCUPAÇÃO DA TERRA;
- NÃO DEIXE DE ASSISTIR AO FILME *GUERRA DE CANUDOS*, DE SÉRGIO REZENDE.



O Estado de S. Paulo, 1/4/1997.

É DA HORA! É DO DIA! • 717

Esperamos que, depois desses estudos, você tenha se tornado um leitor mais exigente.

O jornal deve ser lido com olhos críticos por aqueles que querem entender a história nossa de cada dia. E você faz parte da história, não esqueça!

Deixamos a crônica jornalística "Feliz ano-novo" para você ler e comentar.

Feliz ano-novo para os que tiveram perdas no ano velho e, ainda assim, recolhem pedras em suas aljavas. Para os colecionadores de afetos que jamais permitem que suas lagartas se transmutem em borboletas. Para os cínicos repletos de palavras sem raízes no coração.

Feliz ano-novo para as bordadeiras de emoções, que gastam a vida desfiando intrigas e agulhando a boa fama alheia. Para os céticos desprovidos de horizontes e para os que se debruçam sobre a própria solidão para contemplar abismos. Para os ressuscitadores de desgraças, para os que se escondem em seus sapatos e para os idólatras que cultuam os poderosos.

Feliz ano-novo para os que asfixiam a criança dentro de si e para os que se fantasiam de palhaço para camuflar tristezas. Para os que gastam a vida contando dinheiro, sempre em débito com o amor. Para os que acumulam bens e desperdiçam virtudes, juntam poder e semeiam mágoas, galgam a fama e pisam em sentimentos.

Feliz ano-novo para os sonegadores de esperanças e para os que crêem apenas nos valores da bolsa. Para os mancos de bondade, cegos de utopias, ébrios de ambições e medrosos perante a ousadia de viver. Para os que têm asas e não sabem voar, são águias e ciscam como galinhas, guardam em si um tigre e miam como gatos.

Feliz ano-novo para os que se agasalham com gelos e jamais dão ouvidos à sabedoria do fogo. Para os que alugam a própria dignidade e se revestem da ideologia do consenso. Para os que escondem montanhas debaixo da cama, congelam estrelas no bolso e torcem o arco-íris até sangrar.

Feliz ano-novo para os que exibem no pedestal de sua mente o próprio corpo, je-

juam por razões estéticas e mendigam aos olhos alheios a moeda falsa da admiração convencional. Para os que ficam inebriados diante da paisagem televisiva e, como Carolina, vêem o mundo passar na janela eletrônica. Para os que proferem palavras furtivas, segredam mentiras, sonham com elefantes de papel e tentam fugir da própria sombra.

Feliz ano-novo para os voluntários da servidão, para os que amam amar amores e desamores alheios e nunca experimentam o êxtase de uma paixão inefável, para os crentes desprovidos de fé, para os políticos vazios de senso cívico, para os democratas que exaltam medidas autoritárias.

Feliz ano-novo para os que fazem de seus dias tijolos de catedrais escuras, navegam um pingão d'água e jamais perdem tempo com uma criança. Para os que cimentam árvores, fazem pontaria em orquídeas e pintam o verde de marrom. Para os que jamais escutam o silêncio, vociferam palavras sem nexos e tratam seus semelhantes como os motoristas reclamam dos buracos na estrada.

Feliz ano-novo para os que cercam sua alma com arame farpado, abrem com foices seus caminhos na vida e, ainda assim, não sabem que rumo tomar. Para os que traçam labirintos em seus mapas imaginários, enfeitam a vida com buquês de impropérios e rasgam o ventre da água com os seios adormecidos no leito de seus pesadelos.

Feliz ano-novo para os que cavalgam em hipocampos grávidos de dinamites, multiplicam teorias para subtrair a prática e escondem a alegria no fundo da gaveta.

Feliz ano-novo para os que se julgam imortais, incensam a própria imagem e tocam címbalos para os cifrões que lhe servem de prisão. E para os que estão terminantemente proibidos de tomar, nas mãos vazias de dinheiro, um prato de comida.

Feliz ano-novo para todos os infelizes que fazem de sua vida luas minguentes e se vestem com o escafandro de seus temores, afogados no sal de um oceano ressecado. Novos sejam para eles o ano, a vida e o espírito, revertidos e revestidos de ensolaradas esperanças.

FREI BETTO, O ESTADO DE S. PAULO. 31/12/1997.

VAMOS PRODUZIR UM JORNAL?

VOCÊ PODE COMEÇAR PRODUZINDO UM JORNAL MURAL PARA SER COLOCADO NA CLASSE OU NO PÁTIO DA ESCOLA. DÊ UM NOME PARA O JORNAL E ACRESCENTE TODOS OS DADOS NECESSÁRIOS PARA IDENTIFICÁ-LO. UMA FOLHA DE CARTOLINA E UM PINCEL MÁGICO SERÃO SUFICIENTES PARA ESCREVER E DESENHAR. O RECURSO DE RECORTE E COLAGEM AJUDA. CUIDADO COM A AUTORIA! USANDO ESSE RECURSO, INDIQUE AS FONTES DE CONSULTA. DIVULGUE SUAS IDÉIAS SOBRE O MUNDO E A VIDA. SE DESEJAR FAZER UM JORNAL ESCRITO, MAIS ELABORADO, PARA SER DISTRIBUÍDO NA ESCOLA, DIVIDA AS TAREFAS DE EDIÇÃO, COMPOSIÇÃO, REPORTAGEM E ILUSTRAÇÃO, E UTILIZE OS RECURSOS DO COMPUTADOR. SELECIONE AS MATÉRIAS QUE SERÃO DESTACADAS. FAÇA UMA AGENDA. AQUELAS NOTÍCIAS QUE VOCÊ ESCREVEU NESTA UNIDADE PODEM SER EDITADAS PARA O JORNAL. AS AULAS DE ARTE E INFORMÁTICA E O AUXÍLIO DOS PROFESSORES PODERÃO SER DE GRANDE VALIA.

OS LEITORES SÃO, POR NATUREZA, DORMINHOCOS. GOSTAM DE LER DORMINDO. AUTOR QUE OS QUEIRA CONSERVAR NÃO DEVE MINISTRAR-LHES O MÍNIMO DE SUSTO.

MÁRIO QUINTANA.

Canudos não se rendeu

Fechemos este livro. *Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.*

Forremo-nos a tarefa de descrever os seus últimos momentos. Nem poderíamos fazê-lo. Esta página, imaginamo-la sempre profundamente emocionante e trágica; mas cerramo-la vacilante e sem brilhos.

Vimos como quem vinga uma montanha altíssima. No alto, a par de uma perspectiva maior, a vertigem...

Ademais, não desafiaria a incredulidade do futuro a narrativa de pormenores em que se amostrassem mulheres precipitando-se nas fogueiras dos próprios lares, abraçadas aos filhos pequeninos?...

E de que modo comentaríamos, com a só fragilidade da palavra humana, o fato singular de não aparecerem mais desde a manhã de 3, os prisioneiros válidos colhidos na véspera, e entre eles aquele Antônio Beatinho, que se nos entregara, confiante – e a quem devemos preciosos esclarecimentos sobre esta fase obscura da nossa História?

Caiu o arraial a 5. No dia 6 acabaram de o destruir desmanchando-lhe as casas, 5 200, cuidadosamente contadas.

EUCLIDES DA CUNHA, OP. CIT.

PARA LER

- *Chatô*, Fernando Moraes. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PARA ASSISTIR

- *Cidadão Kane*. Direção: Orson Welles. Estados Unidos, 1941.
- *Jabberwocky - Um herói por acaso*. Direção: Terry Gilliam. Inglaterra, 1977.

BIBLIOGRAFIA

- COIMBRA, Oswaldo. *O texto da reportagem impressa*. São Paulo: Ática, 1993.
- DUARTE, Marcelo. *O livro das invenções*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ERBOLATO, Mário L. *Técnicas de codificação em jornalismo*. São Paulo: Ática, 1991.
- FARIA, Maria Alice. *O jornal na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1992.
- LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ática, 1987.
- _____. *Linguagem jornalística*. São Paulo: Ática, 1986.
- LIMA, Alceu Amoroso. *O jornalismo como gênero literário*. São Paulo: Com-Arte, Edusp, 1990.
- MARTINS, Eduardo (Org. e Ed.). *Manual de redação e estilo: O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Maltese, 1992.
- MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: a história do livro, da imprensa e da biblioteca*. São Paulo: Ática, 1996.
- MURRIE, Zuleika de Felice. *O jornal na sala de aula*. In: *Prática pedagógica*. São Paulo: SE/CENP, 1991.
- NOVO manual de redação. São Paulo: *Folha de S. Paulo*, 1992.
- RABAÇA, Carlos Alberto e BARBOSA, Gustavo. *Dicionário de comunicação*. Rio de Janeiro: Codecri, 1978.
- SANTAELLA, Lúcia. *Cultura das mídias*. São Paulo: Ração Social, 1992.
- WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1987.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)